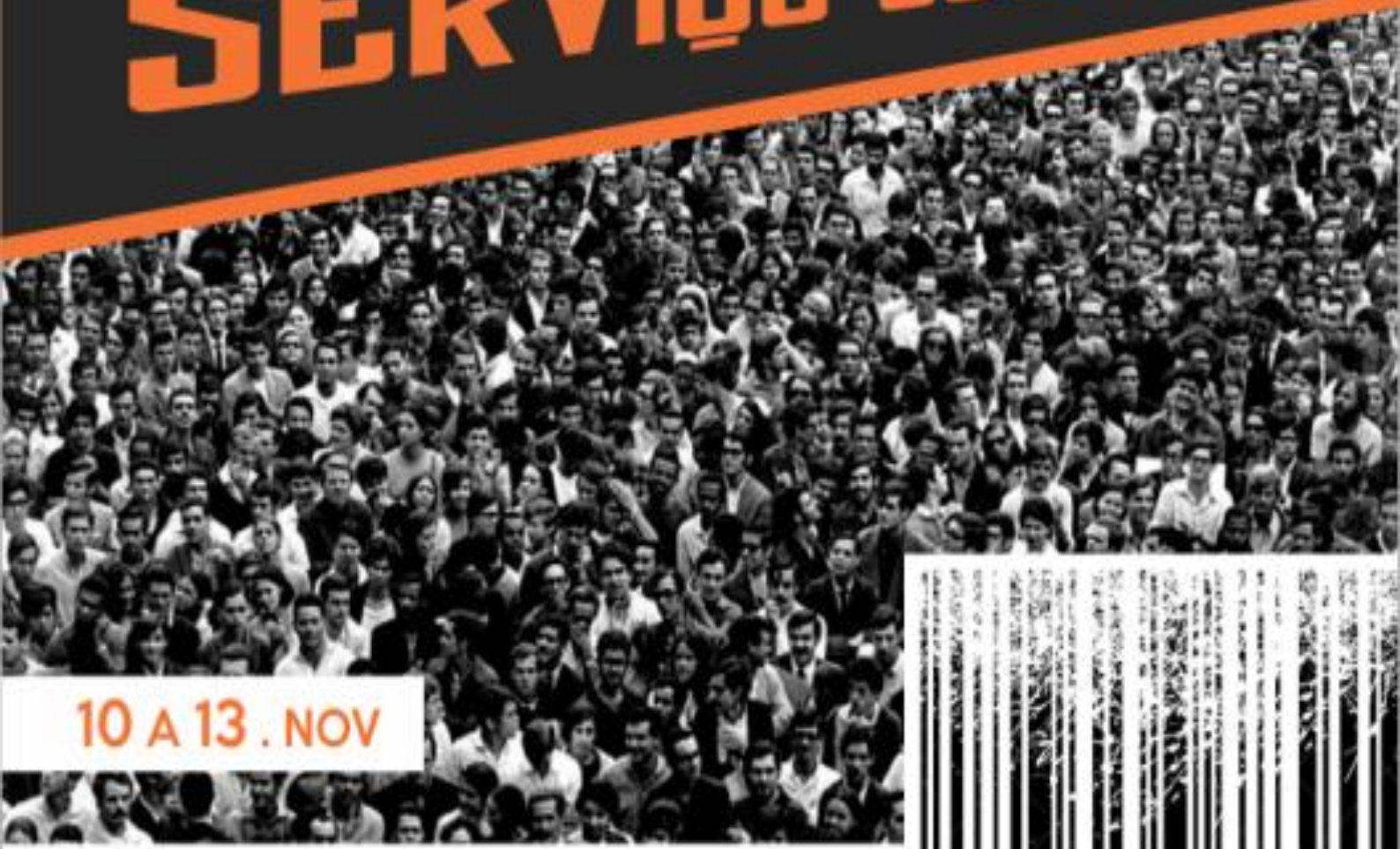
CONGRESSO SERVIÇO SOCIAL FIP



10 A 13 . NOV

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O MUNDO DO TRABALHO:
ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Serviço Social FIP

ISSN: 2177-5052

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O MUNDO DO TRABALHO: atribuições e competências profissionais no contexto das Políticas Públicas

ANAIS

10 a 13 de Novembro de 2015.

Faculdades Integradas de Patos

Fundação Francisco Mascarenhas

Patos-PB, 2015.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER

Biblioteca Central - FIP

C749a

Congresso Regional de Serviço social das FIP (1.:2015: Patos-PB).
Anais do I Congresso Regional de Serviço social das FIP: a crise estrutural do capital e seus desdobramentos para o mundo do trabalho: atribuições e competências profissionais no contexto das políticas públicas, 10 a 13 de novembro de 2015. – Patos, PB: FIP, 2015.
355 fls.

Faculdades Integradas de Patos - FIP

1. Congresso 2015. 2. Serviço Social. 3. Anais.
I. Título II. Faculdades Integradas de Patos – FIP

FIP/BC CDU: 364.442.2(058)

Francisco C. Leite – Bibliotecário. CRB 15/0076

2015 © Copyright
Congresso Regional de Serviço Social das FIP

http://www.congressoregionalservicosocialfip.com
crssfip@gmail.com

Lidiane Cavalcante Tiburtino
Anarita de Sousa Salvador
Coordenação Geral

Liélia Barbosa Oliveira
Projeto Gráfico

Liélia Barbosa Oliveira
Thomas Bruno Oliveira
Editoração

Arnaldo Sucuma
Jaciara dos Santos Silva
Lidiane Cavalcante Tiburtino
Revisão

Ana Paula Barbosa Xavier - UFPB
Anarita de Souza Salvador - FIP
Antônia Gomes Furtado - FIP
Bruna Massud de Lima - UFRN
Carmen Silva Alves - FIP
Jaciara dos Santos Silva - FIP
Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro - UFRN
Lidiane Cavalcante Tiburtino - FIP
Liélia Barbosa Oliveira - FIP
Raffaella Canini - FIP
Maria Clara de Oliveira Figueiredo - Leão Sampaio
Sebastião Rodrigues Marques - FIP
Shellen Batista Galdino - UFPB
Pareceristas

ORGANIZAÇÃO GERAL

Anarita de Souza Salvador
Lidiane Cavalcante Tiburtino

COMISSÃO ORGANIZADORA

Anarita de Souza Salvador
Antônia Gomes Furtado
Arnaldo Sucuma
Carmen Silva Alves
Elaine Cristine Alves Pegado
Elder Jansen Lacerda de Medeiros
Jaciara dos Santos Silva
Lidiane Cavalcante Tiburtino
Liélia Barbosa Oliveira
Maria Alves de Sousa Medeiros
Raffaella Canini
Rodrigo Farias Herculano Mendes
Sebastião Rodrigues Marques

MONITORES

Edney Lisboa Ramos de Oliveira
Higo Cícero de Vasconcelos Morais
Jamile da Silva Araújo
Janaina Dantas da Costa
Jessica Maria de Lira Batista
José Diêgo Henrique Faustino
José Robson Silva Leite
Juliana Simplício
Kerlany Fragoso Torres
Klaelson Albernaz Santos Martins
Luana Andreia de Medeiros
Naiana Paulo Lacerda
Priscilla Ferreira dos Santos
Roberta Cléfia M. de Oliveira
Valeska Alves de Sousa

REALIZAÇÃO: APOIO:

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....09

PROGRAMAÇÃO.....10

CONFERÊNCIAS, PALESTRA E MESAS.....10

MINICURSOS 10

GRUPOS DE TRABALHO

GT 1: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.....13

OS REFLEXOS DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO CENÁRIO PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEO: Tecendo algumas análises - *Vannessa Karla Lima Ferreira; Liliane Gomes de Abrantes; Mirtes Nayanne Freitas Costa e Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa*.....13

A RELEVÂNCIA DA INSERÇÃO DO/A PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA ATENÇÃO BÁSICA EM JOÃO PESSOA/PB - *Thamires Domingos da Silva e Jaciara dos Santos Silva.*.....43

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: algumas reflexões - *Vinícius R Lopes; Francisca Daniele da Silva e Cibelly Michalane Oliveira dos Santos*.....53

TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: os influxos no trabalho do assistente social nas Organizações Não Governamentais – *Najara N.S.M. Medeiros e Bernadete de Lourdes F. de Almeida*.....63

A POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO (PNE) EM SERVIÇO SOCIAL: contribuições e desafios para a sua implementação - *Liane S. V Silva*.....71

GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E CONTRAREFORMA DO ESTADO: Algumas reflexões - *Liane S. V Silva; Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa e Kivania Karla Silva Albu*.....80

DESAFIOS DO SÉCULO XXI E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A PESQUISA E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO INTERIOR DO SERVIÇO SOCIAL - *Lanna Ingrid Ribeiro* 89

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E SERVIÇO SOCIAL: uma breve análise - *Maria de Lourdes Zacarias da Silva; Maria Aparecida Pereira; Maria de Fátima Leite Gomes e Glenda Gleicy da Silva Pereira*.....99

PROCESSO DE PRODUÇÃO NO CONHECIMENTO PPGSS/UFPB NA DÉCADA DE 1990 - *Lucicleide Candido dos Santos; Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida; Larissa dos Santos Ferreira e Jéssica Pereira Cosmo da Silva*.....108

SISTEMATIZAÇÃO E HISTORICIDADE: ESTÁGIO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE QUALIDADE - *Tamíres da Silva Morais; Camila Mesquita Soares e Gilclécia Batista de Góis*.....120

LIMITES PARA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: as aldeias infantis como espaço de garantia dos direitos sociais. Elza Costa Morais; Marianna Camila Aquino e Silva e Marwyla Gomes de Lima.....131

ESTÁGIO CURRICULAR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: os desafios para o serviço social na contemporaneidade - *Ana Paula de Assis França e Larissa Jessica Ferreira de Souza*.....112

GT 2: Movimentos Sociais e Serviço Social.....140

UMA BUSCA OUSADA POR LIBERDADE: trajetória e lutas do Movimento LGBT no Brasil - *Iago Moura*.....140

RELAÇÃO DIALÉTICA: SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS - *Karina Karla de Souza Bastos e Aline Maria Batista Machado*.....153

GT 3: Política Social e Serviço Social.....166

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS - *Alex Andrade; Aline Macêdo Câmara Gracindo; Bruna Cristina de Oliveira e Tainá Freitas*.....166

"PROIBIR E TRANCAR NÃO RESOLVE": política proibicionista e projeto ético-político profissional do serviço social - *Aline Macêdo Câmara Gracindo*.....176

FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL NOS GOVERNOS DE FHC E LULA - *Ana Raquel Dantas de Azevedo; Karina Faustino de Carvalho Tetéo; Taliana Rocha Nascimento D'oliveira e Djailma Maria Lemos Taveira*.....188

CONCEPÇÕES ACERCA DO ENVELHECIMENTO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: Um estudo realizado com o Grupo de Idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV de Ipaumirim – CE - *Vanusa Nunes de Oliveira; Lidiane Rodrigues da Nobrega e Laiane Elias Dantas*.....199

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: DESVENDANDO A REALIDADE DA UFCG CAMPUS SOUSA E CAJAZEIRAS - *Flávia L. V Gomes e Francisca Cibele de Brito Lira*.....209

O TRABALHO MULTIFUNCIONAL E O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR - *Jéssica Pereira Cosmo da Silva; Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida e Lucicleide Candido dos Santos*.....220

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO NA SAÚDE: DETERMINAÇÕES PARA A FORÇA DE TRABALHO - *Vitória de Araújo Santos e Lucilene de Oliveira Souza*.....230

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL - *Taynara Pereira Alves de Lima; Andressa Moura Gouveia; Elisângela de Oliveira Inácio e Matiele Karulayne Salviano Rodrigues*.....242

REDE DE PROTEÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: o desafio da efetivação da intersetorialidade - *Alânya A. Santos e Maria do Socorro de Souza Vieira*.....250

REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL, ESTADO E DEMOCRACIA:caminhos e descaminhos das políticas públicas no Brasil – *Leonardo Horonato de Sousa e Sousa; Joyce Dayanne Henriques Araújo; Maria de Fátima Leandro Ferreira e Yanna Karla de Sousa Alves*.....263

GT 4: Questão Social e Serviço Social.....277

DISPARIDADES REGIONAIS E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: o nordeste brasileiro em análise - *Mizzaely Sales*.....277

DESAFIOS ATUAIS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO FRENTE ÀS EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL" - *Adriana Teotonio Borges; Daniele Belo da Silva; Milca Oliveira Clementino e Sara Duarte Cordeiro Leal*.....287

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAS E DIREITOS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL - *Hévila Islainy Castro da Silva*.....295

A CONTRA FACE DO NEOLIBERALISMO E O NEODESENVOLVIMENTISMO**:** a reprodução da pobreza e da desigualdade - *Ana Karoline Nogueira de Souza; Ana Manoela da Silva Lima e Cláudia Maria Costa Gomes*.....304

GT 5: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.....316

A EDUCAÇÃO NO CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE - *Girmênia Maria Carvalho de Araújo; Rosiley dos Santos Bezerra; Sandra Carla Pereira de Lima França e Valdenize Reginalda de Andrade*.....316

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: uma reprodução da desigualdade entre homens e mulheres - *Antônia Camila de Oliveira Nascimento*.....326

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE DO DISQUE DENÚNCIA - *Gracielly Paulino de Souza*.....339

CONSIDERAÇÕES PARA COMPREENDER A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT: e a intervenção do Serviço Social contra a homofobia - *Laura L.I. Silva; Celyane Souza dos Santos e Talita de Fátima Silva*.....348

APRESENTAÇÃO:

O I Congresso Regional de Serviço Social das FIP tem o propósito estratégico de estimular a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social e áreas afins, favorecer a troca de experiências entre instituições e pesquisadores, em âmbito local e regional, bem como construir uma unidade entre estudantes e profissionais no debate e defesa das políticas públicas. A I edição do evento acontecerá na cidade de Patos – PB, entre os dias 10 e 13 de novembro de 2015, nas Faculdades Integradas de Patos – FIP, cujo tema é ***"A Crise Estrutural do Capital e seus desdobramentos para o mundo do trabalho: atribuições e competências profissionais no contexto das Políticas Públicas"*.** Tema que conduz a pensar e agir estrategicamente, diante da grande crise atual, que assola o sistema econômico e repercute nos demais níveis da vida social, delineando o padrão hegemônico de politica social na contemporaneidade, o que nos demanda a importância do debate e defesa das políticas públicas.

Destaca-se que esse é um contexto marcado, pelo retrocesso no que diz respeito aos direitos sociais, conservadorismo político, intolerância e ganancia dos interesses individuais, onde impera a mercantilização da vida social e precarização da mesma. A grande crise atinge as economias capitalistas de todo o mundo, sob a primazia do capital financeiro e desvalorização do capital produtivo. Neste sentido, salienta-se às rápidas transformações no modo de produção capitalista, acompanhadas do fenômeno da mundialização que leva o capital a uma forte tendência de concentração e centralização de capitais. Corroborando, assim, para uma maior interdependência a nível mundial, do capital nacional. Tais aspectos vêm resultar em um aumento da desigualdade de rendimentos, não favorecendo ao aumento da produtividade, muito menos ao crescimento do emprego, como se espera em sua lógica de homogeneização do desenvolvimento entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, se expressando de forma diferenciada conforme

o gênero, a raça/etnia, a sexualidade e a geração. Ou seja, vivenciamos um aprofundamento do desenvolvimento desigual e combinado entre as nações e entre as regiões de uma nação, e no interior destas entre as classes e grupos sociais, em meio às relações dialéticas entre imperialismo e dependência, salientando as metamorfoses das expressões da questão social.

No campo político a crise atual do capital afeta profundamente a democracia burguesa. Enquanto o capital adota a via do autoritarismo, das guerras e da criminalização dos movimentos sociais para submeter à classe trabalhadora às alternativas de saída da crise, as diversas manifestações populares que surgiram em todo o mundo expuseram os limites e as contradições da democracia burguesa. Contudo, devemos ressaltar que este debate não é tão simples, principalmente quando nos referimos a períodos ditatoriais e a momentos de efervescência política das camadas populares na luta pela constituição de direitos, como exemplo podemos citar o processo da constituinte no Brasil que foi marcado por várias contradições imanentes a essa sociabilidade. Mas essa só se efetivou por via da abertura de espaços democráticos de decisão, ainda que esses estivessem permeados por correlações de forças, o que resultou na abertura do texto Constitucional de 1988 aos interesses do capital.

Dessa forma, a compreensão dos direitos sociais e consequentemente, das políticas públicas na sociabilidade capitalista, nos remete a uma perspectiva sócio histórica submetida às tensões sócio-políticas da disputa de projetos societários distintos, onde a constituição de uma ordem plenamente democrática se faz imprescindível. Nesse âmbito, o Serviço Social reafirma sua direção social estratégica em consonância com outro projeto de sociedade, opositor ao atual projeto societário, que garanta o desenvolvimento pleno do ser social, sendo veemente pensar para além do cenário posto no nosso cotidiano profissional, ou seja, pensar os limites e possibilidades do exercício profissional, fazendo uso da pontecialidade do conhecimento crítico na reconstrução das demandas e defesa das políticas públicas.

Nesse contexto, cabe ao pensamento social crítico, engajado no movimento concreto de superação do estado de coisas presente, empreender uma grande transformação social e histórica, colocando num mesmo processo tanto o modo de

produção, quanto a superestrutura capitalista, ambos os momentos construídos e reconstruídos dialeticamente.

PROGRAMAÇÃO:

TERÇA-FEIRA
Tarde - 14 às 18h30
Credenciamento

Noite – 18h30 às 22h

Apresentação Cultural e Conferência de abertura: A crise estrutural do capital e seus desdobramentos para o mundo do trabalho – **Profª. Drª Cláudia Maria Costa Gomes/UFPB; Prof. Dr. Cezar Henrique C. M. Maranhão/UFRJ e Tárcio Holanda Teixeira CRESS/PB.**

QUARTA-FEIRA
Manhã - 9h às 12h
Palestra: Avaliação dos programas sociais à luz da precarização das relações sociais no âmbito do trabalho - **Profª. Drª. Bernadete de Lourdes F. de Almeida/UFPB.**

Tarde – 14h às 18h
Grupos de Trabalho – Apresentação dos Artigos Aprovados

Noite - 19h às 22h
Mesa: Descentralização político administrativa das políticas sociais e os rebatimentos no exercício profissional - **Profª. Drª. Jordeana Davi/UEPB e Profª. Ms. Mauiricélia Cordeiro da Siva/UFPB.**

QUINTA-FEIRA
Manhã - 9h às 12h
Mesa:Organização política Profissional: A relação do Serviço Social com os movimentos sociais. Por onde andamos? - **Profª. Ms. Maria Clariça Ribeiro - UFCG/ABEPSS** e **Gleyson Melo/Frente Brasil Popular.**

Tarde – 16h às 18h30
Mostra de livros

Noite - 19h às 22h

Conferência:"O preço do feijão não cabe no poema": Trabalho e as múltiplas facetas do estado brasileiro em tempos neoliberais- **Prof. Drº. Ivo Tonet/UFAL e Prof. Ms. Alison Cleiton/UFG**

SEXTA-FEIRA

Manhã - 9h às 12h – Tarde - 14h às 17h

Minicursos:

MC 1:"Famílias (in)visíveis? A realidade de famílias homoafetivas com filhos adotivos" - **Ms. Marta Simone Vital Barreto/UFRN**;

MC 2: O pensamento social brasileiro ante a criminalização dos movimentos sociais - **Drª Nívia Cristiane Pereira da Silva/UFPB**.

MC 3: O acesso da população LGBTT no âmbito dos CREAS - **Ms. Jessyka Kaline Augusto Ribeiro/UFRN**

MC 4: Trabalho na atualidade: precarização e informalidade no Brasil - **Ms. Alison Cleiton de Araújo/UFG**

MC 6: Direitos Humanos e Economia Mundial no Contexto Contemporâneo - **Ms. Arnaldo Sucuma/FIP**

MC 7: Cultura política e (re)leituras do passado: o caso da Paraíba nas décadas de 1960 a 1980- **Ms. Iordan Queiroz Gomes/UFBA e Ms. Liélia Barbosa Oliveira /FIP**

Noite - 19h às 22h

Apresentação cultural e conferência de encerramento: Atribuições e competências profissionais no campo da seguridade social - **Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga** - **INSS/CFESS e Maria Aparecida Ramos Meneses/UFPB-SDHS.**

GT 1: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

OS REFLEXOS DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO BRASILEIRO NO CENÁRIO PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEO: Tecendo algumas análises

Vannessa Karla Lima Ferreira (UFCG)
Liliane Gomes de Abrantes (UFCG)
Mirtes Nayanne Freitas Costa (UFCG)
Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa (UFCG)

RESUMO

O objetivo primordial deste trabalho centraliza-se em destacar duas abordagens fundamentais que contribuíram na constituição da massa crítica da categoria profissional do Serviço Social contemporâneo, tendo como marco histórico o processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Inicialmente, discutimos, de forma sucinta, sobre a eclosão da perspectiva de intenção de ruptura, onde se constituiu a maioridade intelectual dos profissionais, posteriormente, realizamos um esboço acerca da elaboração dos formuladores mineiros, intitulado por “Método Belo Horizonte” e, em seguida, trouxemos algumas considerações sobre a construção do Projeto Ético Político do Serviço Social e seus desdobramentos marcados pela adversidade da atual conjuntura.

Palavras-Chave: Método BH. Projeto Profissional. Serviço Social.

ABSTRACT

The primary objective of this study centering themselves in highlight Fundamentals Two Approaches que contributed to the mass of the Constitution Critique of Contemporary social

category Professional Services, tendon As landmark Process Brazilian Renewal Social Service. Initially we discussed, briefly , On the outbreak of the rupture of intent perspective , Where was the intellectual age of Professionals subsequently conducted hum Outline About Development of miners makers, titled as " Method Belo Horizonte " and Then , we brought some

Considerations About the Construction of Political Ethics Project Social Work and ITS developments marked Through adversity the Current Situation.

Key words: professional design. BH method. Social Service.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute sobre o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, fazendo alusão à perspectiva de intenção de ruptura, a qual se deu nos marcos do Golpe Militar e por isso sofreu grandes rebatimentos devido à conjuntura política. Tal perspectiva almejava romper com os substratos do tradicionalismo inerente ao plano teórico-metodológico, técnico-operativo, prático-profissional, ético-político e do arcabouço de intervenções da profissão de Serviço Social.

A elaboração belo-horizontina foi à primeira formulação da perspectiva de intenção de ruptura no Brasil, formulada por profissionais e por Leila Lima Santos nos marcos da autocracia burguesa. A proposta profissional seria á construção de uma alternativa global ao tradicionalismo baseada em critérios teóricos, ideológicos, metodológicos, interventivos e da denúncia epistemológica, objetivando uma fundamentação orgânica, sistemática e articulada visando à obtenção de ganhos para as classes subalternas e a elaboração de um novo projeto profissional com suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção dos assistentes sociais.

Nesse contexto, fora criado o Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS) vinha sendo aprimorado, paulatinamente, de acordo com as mudanças no âmbito profissional e social. Tal projeto teve sua gênese na segunda metade da década de 1970, obteve avanços significativos na década seguinte, alcançando sua afirmação em 1990, porém não absoluta, devido à invasão neoconservadora no Serviço Social.

Somada a presença do neoconservadorismo pós-moderno na profissão, e ainda enquanto estratégia político ideológica deste, as políticas neoliberais imprimem fortes tensões para a sociedade no tocante a perspectiva de direitos, culminando na omissão do papel do Estado, conforme discutiremos no decorrer deste trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O processo de renovação do Serviço Social brasileiro a luz da influência da Intenção de ruptura

A perspectiva de Intenção de ruptura teve uma trajetória singular baseada nas dimensões ideopolíticas, nela inerentes. Esta confrontava-se com a autocracia burguesa no plano teórico-cultural, no plano profissional e no plano político, ou seja, a perspectiva possuía um caráter de oposição à ditadura, diferente das outras vertentes renovadoras. Tal caráter deve-se pelo evidenciamento da crise da autocracia burguesa, com a reinserção da classe operária no cenário político brasileiro, tornando possível que a intenção de ruptura ultrapassasse as discussões nas academias.

A emergência objetiva desta vertente situou-se no período de 1972-1975, tendo por protagonistas um grupo de jovens profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde formularam o método-belorizontino, que se tornou um marco na história do Serviço Social brasileiro. Tal surgimento se deu na cidade de Itabira, interior de Minas Gerais, posto que, a referida capital foi palco de elites reacionárias, bem como da efervescência de movimentos da classe operária, além da presença de um movimento estudantil revolucionário que ousava questionar o caráter do regime autocrático burguês.

Assim, o local tornou-se apropriado para a emersão do projeto de ruptura, possibilitando aos jovens profissionais a procura por uma forma de renovar o Serviço Social a partir de referenciais sociopolíticos e ideoculturais. Como fruto dessas discussões, os profissionais elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo.

Inicialmente, a equipe de Belo Horizonte apresentou uma síntese crítica ao Serviço Social Tradicional fundamentada em três ordens: ideopolíticas, onde se obtinha a concepção critica a assepsia e ao conservadorismo imanente ás práticas profissionais; teórico-metodológicas, posto que, os elementos teóricos não guiam a ação ocasionando uma fragmentação dos fenômenos sociais, oferecendo uma visão antagônica entre

sociedade e sujeito social; por fim, critica o referencial operativo-funcional onde se refere ao objeto unilateralmente, a partir de uma realidade objetiva ou subjetiva, sem haver delimitações a respeito dos campos de atuação do profissional, visando apenas, eliminar as condutas descaminhadas dos indivíduos.

A partir de contribuições referentes ao texto de Leila Lima Santos[1] é possível apreender que, a experiência do método BH foi desenvolvida em Itabira, conforme mencionado acima, uma vez que, nesse âmbito haveria a possibilidade de uma participação da população potenciando a transformação social, contando com forte presença do operariado.

Dessa forma, os assistentes sociais poderiam desenvolver haveria uma atuação concreta frente aos problemas existentes no local de atuação por meio de diálogos com o operariado existente no local, concomitantemente, seria feita uma análise da sociedade brasileira identificando as mazelas inerentes à ela, evidenciando a ação social perante a classe oprimida como seu objeto de atuação e, a partir dela, alcançar a transformação do homem e da sociedade (objetivo-meta) e a conscientização, capacitação e organização da população (objetivo-meios).

No que diz respeito ao processo metodológico, Santos (1993) enfatiza que este foi desenvolvido a partir de uma ordenação sistemática da prática de forma dinamizada, posto que todos os momentos que o profissional atuava junto à população seriam considerados como momentos de aproximação, iniciando a investigação acerca dos males sociais com a finalidade de desenvolver projetos de intervenção, a programação e a execução destes.

A autora mencionada acima faz ressalvas a respeito das contribuições obtidas através da abordagem referente ao modelo belo-horizontino, posto que, este possibilitou consideráveis avanços no que concerne à prática concreta e sistemática da profissão, da mesma maneira, que concebeu um apoio para à reestruturação do processo metodológico do Serviço Social. Não obstante, também admite e aponta possíveis problemáticas pertinentes a experiência, esta por sua vez, empregou em seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos referências ao marxismo enviesado que acarretou em debilidades a teoria e, consequentemente, a intervenção.

[1]Leila Lima Santos é graduada em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte, atualmente é Diretora do Centro Latino-Americano de Trabalho Social - CELATS, em Lima, Peru. Santos foi protagonista na elaboração do método belo-horizontino, mais conhecido como método BH, tal qual constitui a primeira elaboração da intenção de ruptura com o serviço social tradicional no ciclo autocrático burguês.

> Verificou-se, portanto, que a utilização de pressupostos teóricos genéricos sem uma referência às condições específicas em que tais pressupostos se dão, na realidade concreta, resultam insuficientes para uma orientação e informação da prática." (SANTOS, 1993).

A perspectiva da elaboração belo-horizontina almejava romper com todo e qualquer vestígio do tradicionalismo intrínseco à profissão, em sua globalidade, e eliminar posturas assépticas ou transclassistas no plano teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Todavia, segundo Netto esse desiderata defrontaria problemas significativos, o primeiro deles encontra-se no seu instrumento de conhecimento, pois a noção de classe oprimida compreendia uma remissão a estrutura antagônica social e dificultaria a investigação e a intervenção do profissional no campo de atuação, ou seja, na análise da realidade brasileira. No que toca o objetivo-meta, o problema estaria em atribuir à profissão a tarefa de transformar a sociedade e o homem, enquanto esta função deve ser posta a um projeto profissional, tornando perceptível no profissional uma carência de qualificação e uma ausência de especificação acerca da ordem a ser refutada e a ordem socialista a ser posta no âmbito social, tal defasagem é resultado da conjuntura política daquele momento, instituída pelo ciclo autocrático burguês.

> [...] E é preciso sublinhar que uma tal opção, em si mesma, não tem como corolário *compulsório* a inserção de qualquer militantismo messiânico ou heróico no marco profissional; em troca, posturas militantistas messiânicas podem muito bem derivar *organicamente* da atribuição, a uma categoria profissional, do "objeto-meta" de "transformar a sociedade" (e o homem). (NETTO, 1998).

O referido autor faz um esboço crítico acerca da estrutura teórico-metodológica posta no método BH, baseada em uma reflexão, eminentemente, epistemológica e no marxismo-leninismo arraigado ao dogmatismo, e alega que é absolutamente perceptível o caráter do simplismo e do vulgarismo, presentes na prática e na teoria fundamentadas no modelo belo-horizontino, apontando um testemunho (neo) positivista ao epistemologismo.

Destarte, as críticas feitas por Netto (1998) se explicitam em três aspectos, quais sejam: A primeira diz respeito à homogeneização implementada pelos formuladores do método, acerca da conexão entre teoria e ciência; A segunda diz respeito ao reducionismo presente na atividade teórica aos procedimentos da sistematização; A terceira consiste nas concepções a respeito do estatuto do Serviço Social, posto que, os formuladores expõem que existe uma interlocução entre método, teoria e realidade e entre conhecimento e intervenção, explicitando que o método profissional torna-se uma esfera de conhecimento e interpretação da realidade, como também, uma instrução para a transformação social.

Entretanto, o autor em questão considera essas vinculações como errôneas, no que diz respeito ao método profissional e ao método científico, pois para os elaboradores do modelo belo-horizontino o método profissional seria o método científico com o sentido de transformar a realidade por meio da prática profissional, anulando assim as peculiaridades próprias do método científico. Conquanto, a prática profissional seria norteada pela prática científica, possibilitando que o Serviço Social adquira fundamentação e legitimação como saber científico.

É válido fazer alusões aos equívocos percebidos no plano teórico-metodológico do experimento, estes estão explicitados, inicialmente, nas diferenças entre os referencias teóricos e as condições particulares para a efetivação da intervenção do profissional, visto que, seria necessário que os referenciais teóricos orientassem a prática profissional incluindo aspectos teórico-práticos, crítico-analíticos e reflexivos que possibilitassem uma análise da realidade, na qual o profissional teria delimitado como campo de atuação. No entanto, tais aspectos seriam alheios ao viés marxista fomentado no Método de Belo Horizonte.

Outra debilidade referente ao plano teórico-metodológico, diz respeito ao enriquecimento dos referenciais teóricos, tão esperado pelos formuladores do método mineiro, no processo e na conclusão do mesmo, porém o que nota-se é a inexistência de tal enriquecimento teórico. O estorvo primordial existente na proposta estava inerente ao empirismo pragmático no qual se respaldava a experiência mineira.

É sabido que o método BH foi respaldado em um marxismo enviesado caracterizado como “marxismo vulgar” no que Netto (1998) chama de “marxismo sem Marx”, tal equívoco acarretou em grandes debilidades ao método, pois uniu formalismo e empirismo no reducionismo epistemológico, assim como vestígios arraigados a vertente positivista, mutilando as relações entre teoria, método e prática profissional, ocasionando a simplificação das intervenções profissionais perante a sociedade.

Todavia, a partir desses equívocos, o trabalho dos formuladores da escola mineira trouxe consideráveis contribuições e significativos avanços para a categoria profissional de Serviço Social, uma vez que, houve um rigor megalômano e uma competência para a elaboração e fundamentação da sua proposta.

Foi a partir desse trabalho que a perspectiva de intenção de ruptura se tornou explícita no país, evidenciando também o declínio do tradicionalismo profissional com a formulação da alternativa global ao tradicionalismo, abordando as questões referentes à postura teórica, ideológica e operativa constituintes da profissão. Tal projeto profissional

ousou emergir em meio à autocracia burguesa confrontando a sua conjuntura política ditatorial e, essencialmente, repressiva.

Vale ressaltar, que foi a partir do método belo-horizontino que se delimitou o processo teórico-metodológico enquanto ordenador das práticas interventivas profissionais, houve a ratificação de que um leque de técnicas diferenciadas poderiam ser operacionalizadas em uma estratégia interventiva, além da eminência de um espírito crítico imanente ao método belo-horizontino.

As colaborações de tal método no tocante ao quadro profissional são expressas a partir de três aspectos de competência a profissão, referentes à *política* – possibilitando a capacidade de analisar e visualizar a sociedade enquanto campo de forças contraditórias e antagônicas – *teórica* – posta pela obtenção do acúmulo inerente e da aptidão investigativo-sistematizadora – *e interventiva* - com destreza para encarar, de maneira eficiente, a prática profissional. Netto (1998) indaga que tais proposições são influenciadas pelo processo de continuidade e difusão da experiência, entretanto, essas supostas alterações no processo não enfraqueceriam a formação do agente profissional em que as capacidades técnicas e críticas estariam atravessadas pelos fatores políticos, teóricos e interventivos.

A prolixidade do método BH consiste, exclusivamente, no interesse de rigor com que se perpetuou tal projeto, as debilidades específicas do mesmo, são resultados dos problemas acarretados pelo viés marxista equivocado que inspirou os formuladores da experiência, comprometendo o seu plano teórico-metodológico e o seu escopo essencial.

A superação, de forma crítica, da proposta belo-horizontina imbricava-se ao plano teórico-metodológico uma proposição a aproximação ao referencial marxiano, ou seja, aos próprios escritos de Marx (ao marxismo original). Essa aproximação haveria de ter sua efetivação uma década mais tarde, ocasionando o aniquilamento dos aspectos empiristas, neopositivistas e formalistas, até então presentes na profissão.

2.2 Reflexos da Intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro: A construção do projeto profissional crítico

O Projeto profissional crítico do Serviço Social, denominado Projeto Ético Político (PEP), passou a ser construído a partir da intenção de ruptura, a qual representou o terceiro momento do processo de renovação da profissão no Brasil.

Destarte, é no processo de recusa ao tradicionalismo e ao conservadorismo existentes na profissão, que se encontram as raízes de um novo perfil profissional.

Portanto, é nos anos de 1980 quando a profissão estará vivenciando a Reforma Curricular que tal projeto fora construído, especificamente, a partir do III Congresso Brasileiro de Assistência Social (CBAS), realizado no ano de 1979 em São Paulo, onde de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais de ditadura, trocando-a por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Tal congresso ficou conhecido como “Congresso da Virada”. Vale salientar que o avanço do PEPSS em 1980 deveu-se a construção do Código de ética de 1986, tratou-se da primeira tentativa de tradução legítima e legal através do órgão de fiscalização fiscal profissional, o CFAS (Conselho Federal de Assistência Social) hoje conhecido por CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), da inversão ético-política do Serviço Social brasileiro, vinculando seus compromissos aos da classe trabalhadora. Tal código parecia uma carta de princípios e compromissos ideopolíticos, mas que deixava claro o que os assistente sociais defendiam. Nesta mesma década tem-se avanços significativos em torno do projeto, no que se refere a produção teórica, propiciando saltos qualitativos e quantitativos, pois abordava temas fundamentais ao processo de renovação, como: metodologia, políticas sociais e movimentos sociais.

O PEP caracteriza-se pelo seu comprometimento com a classe trabalhadora, diferentemente de outros projetos, que objetivam a busca por interesses corporativistas.

Na década subsequente, isto é, nos anos de 1990 tem-se a ampliação das discussões sobre o projeto, onde ocorrerá a maturação teórica da profissão, ou seja, a construção de teorias críticas para que seja possível comportar as novas demandas advindas da sociedade.

Cabe ser enfatizado que no limiar do processo de construção e maturação do PEP, entra no cenário conjuntural contemporâneo aos anos de 1990[2] a política neoliberal que traz como premissa básica a retração do papel do Estado no tocante as suas responsabilidades via políticas públicas, trazendo sérios impactos para a efetivação deste projeto.

Alguns fatores foram imprescindíveis para a hegemonia do projeto profissional do Serviço Social, isto é, a vontade político organizativa da categoria profissional, em outras palavras, a busca dos profissionais em compreender a dimensão política diante da sociedade e definirem o seu papel enquanto profissional dentro desta sociedade perpassada por uma série de contradições e antagonismos.

[2]Além disso, nessa mesma década é expressa a maturidade profissional através dos centros de formação que ampliou a produção de conhecimento, ainda nesta época tem-se a maturidade político-organizativa da categoria através de suas entidades e de seus fóruns deliberativos.

O projeto profissional do Serviço Social se expressa através de dois aspectos, o primeiro deles é formado por componentes imperativos, estes se referes aos componentes obrigatórios para aqueles que exercem a profissão, como a formação acadêmica, pautadas nas diretrizes curriculares do MEC, inscrição no CRESS/CFESS. Já o segundo aspecto, designado indicativo, corresponde aos componentes em que não há consenso que garanta o seu cumprimento, ou seja, dependem das condições subjetivas do profissional, como por exemplo, a postura profissional, forma de intervenção etc.

O PEP é composto pela Lei de Regulamentação 8662/93, Código de Ética 273/93 e Diretrizes Curriculares 1996 aprovadas nos anos 2000 pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).

> [...] desde a década de 1980, vem sendo coletivamente construído pela categoria dos assistentes sociais. Projeto profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade. Projeto político profissional que se materializou no Código de Ética do Assistente Social, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8662/93), ambas em 1993, assim como na nova proposta de Diretrizes para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS [hoje ABEPSS] - de 1996, que redimensiona a formação profissional para fazer frente a esse novo cenário Histórico.” (IAMAMOTO, 2001).

O Projeto Ético Político do Serviço Social peculiariza-se por três dimensões: dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; dimensão política-organizativa da profissão; e dimensão jurídico-política. A primeira delas tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social, propondo o rompimento com posturas e conhecimentos conservadores do no Serviço Social, que impõe a manutenção da ordem. Já a segunda dimensão mencionada se caracteriza pela capacidade do profissional de compreender a realidade e se posicionar criticamente sobre essa realidade, bem como, a capacidade de se organizar dentro dessa sociedade. Esta dimensão é representada pelos fóruns de deliberação e pelas entidades representativas da profissão, que são: CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO/MESS (CA’S e DA’S), FENAS. Quanto à terceira dimensão, esta é constituída por um conjunto de leis, resoluções, documentos e textos consagrados na profissão.

Os elementos ou referências éticas do projeto ético político do Serviço Social não se restringem a normas morais e/ou receitas de direitos e deveres, envolvem as opções teóricas, técnicas, políticas e jurídicas para o exercício profissional.

Nesse sentido, o PEP tem como pressupostos básicos o princípio de que o Serviço Social está inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, tendo como objeto de trabalho as mais variadas expressões da questão social, trata a liberdade como valor ético central

dando prioridade ao compromisso com a autonomia, a emancipação e a expansão dos indivíduos sociais. Além disso, aponta a construção de uma nova ordem social sem opressão, exploração de classe, gênero e etnia, baseando-se no princípio da equidade e justiça social, defendendo os direitos humanos, denunciando qualquer forma de negação a estes.

Isso posto, considerando a conjuntura vigente, a qual, lamentavelmente, vem sendo delineada pela política neoliberal, evidencia-se que o PEP vem sofrendo fortes ameaças para a sua efetiva implementação.

Somado ao contexto de precarização imposto pelo neoliberalismo, o Serviço Social ainda se depara com o retorno do conservadorismo na profissão, que segundo Netto (2007) seria o neoconservadorismo tanto teórico, quanto prático, ambos trazendo preocupantes abordagens para o Serviço Social crítico, pois demonstra uma grande limitação para compreender as peculiaridades que perpassam a realidade e a própria profissão e, por essa razão, apresenta fortes dificuldades para se impor diante de uma sociedade delineada pelas amarras do modo de produção capitalista. Assim, assiste-se a apatia sócio profissional, que comunga com a manutenção do “status quo”, culminando no desenvolvimento de posturas interessantes e úteis à sociabilidade capitalista.

Entretanto, para que os assistentes sociais possam atuar nessa contradição é necessário utilizar a mediação. Nesse sentido, o profissional deve investir nas condições subjetivas, no seu enriquecimento teórico para articular e desenvolver mediações em meio às contradições existentes no seio da sociedade e, consequentemente, nos diferentes espaços sócio ocupacionais em que estes profissionais estão inseridos.

CONSIDERAÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados, a experiência belo-horizontina apesar de seus equívocos, em decorrência da interligação com o marxismo vulgar e suas particularidades, obteve significativos avanços para a história do Serviço Social brasileiro, assim como a emergência do projeto de ruptura no país, posto que, foi a partir deste que se evidenciou a crítica ao tradicionalismo profissional sob a lente de uma alternativa global ao tradicionalismo com bases em fatores teóricos, metodológicos, ideológicos e interventivos, considerando os interesses históricos das camadas sociais subalternas e exploradas.

Conforme fora discutido no decorrer deste trabalho, o PEP é fruto das discussões e avanços do processo de renovação da profissão. Contudo, apesar dos muitos avanços ao

logo do processo de renovação do Serviço Social, o projeto ético-político da profissão sofre ameaças que surgem a partir da vigência, consolidação e do agudizamento da política neoliberal, que se expressa na retração do Estado, isto é, na desresponsabilização do Estado com as políticas públicas, o desmonte, a restrição de direitos, a vigência do "welfare mix", culminando, todos esses aspectos, no aprofundamento das expressões da "questão social", matéria prima de trabalho dos assistentes sociais.

Destarte, reiterando as palavras de Netto (2008) para o projeto ser materializado no exercício profissional é imprescindível o comprometimento da categoria com a competência intrínseca ao constante aperfeiçoamento intelectivo, tal qual só é possível a partir de uma formação acadêmica pautada em referenciais teóricos-metodológicos e críticos, capazes de propiciar a apreensão concreta do real.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, JOSE PAULO. **Das Ameaças à Crise**. *In*: Revista **INSCRITA**. CFESS. Brasília, 2007.

_____. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social**. *In* CRESS 7 a. Região. Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/7 a. Região, 2005.

_____.A construção do Projeto Ético político do Serviço Social. IN: **Serviço Social e Saúde**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília/Distrito Federal: OPAS,OMS. Ministério da Saúde, 2008.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 5ed. São Paulo. Cortez, 1993.

PUBLICADO NA REVISTA COOPEX. 6ª ed. Vol.06. ISSN: 2177-5052

A RELEVÂNCIA DA INSERÇÃO DO/A PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA ATENÇÃO BÁSICA EM JOÃO PESSOA/PB

Thamires Domingos da Silva (UFPB)
Jaciara dos Santos Silva (FIP)

RESUMO

O presente estudo objetivou analisar quais as dificuldades existentes que impedem a inserção do/a Assistente Social na equipe multiprofissional das Unidades Básicas de Saúde. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, acerca da temática abordada, bem como, da experiência vivenciada em uma Unidade de Saúde no município de João Pessoa/PB. Evidenciamos que o privilegiamento do Projeto de Reforma Sanitária e a efetivação do princípio da Integralidade descrito no nosso Sistema Único de Saúde precisam ser fortalecidos para que se promova, de fato, a qualidade de vida da população, sendo, portanto, o/a profissional de Serviço Social imprescindível na defesa dos direitos sociais.

Palavras-chave: Inserção. Assistente Social. Atenção Básica à Saúde. Política de Saúde.

ABSTRACT

This study aimed to analyze what the difficulties that prevent the insertion of the / a social worker in the multidisciplinary team of basic health units . Therefore, a literature review was performed on the selected theme and , of lived experience in a Unit Health in the city of João Pessoa / PB . We showed that the primacy of the Health Reform Project and the realization of the principle of Completeness described in our Health System must be strengthened so that they promote, in fact, the population's quality of life, and therefore s / he of social service indispensable to the defense of social rights.

Keywords: Insert. Social worker. Primary Health Care. Health Policy .

INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Saúde (2012), no Brasil, a Atenção Básica é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas, considerando o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir sempre a atenção integral. Ela deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. Por isso, é orientada pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Levando em consideração essas afirmações, o presente estudo configura-se enquanto uma pesquisa teórico-prática em que analisamos a importância da inserção do/a Assistente Social na Atenção Básica, enquanto uma das exigências do Curso Especialização em Saúde da Família com Ênfase na Implantação das Linhas de Cuidados, do Departamento de Promoção da Saúde/UFPB, destacando, sobretudo, a experiência vivenciada no cumprimento das atividades práticas na Unidade de Saúde São Rafael localizada no bairro do Castelo Branco na própria cidade de João Pessoa/PB.

Além dessas atividades supracitadas, foram investigados os fatores que impedem a inserção do profissional de Serviço Social na equipe multiprofissional e as consequências enfrentadas pela população por não ter a presença deste profissional que luta incessante pela defesa dos direitos sociais na perspectiva de contribuir para a construção da emancipação humana.

Segundo Mendes (1996), historicamente, o Serviço Social tem desempenhando cada vez mais novas competências e atribuições e no âmbito da saúde, o Serviço Social se efetiva em meados de 1940, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) desenvolve, em 1948, uma nova definição de saúde, mediante a qual passa a se requisitar diferentes práticas profissionais, como a atuação do/a Assistente Social na saúde em uma perspectiva multidisciplinar, perspectiva essa que está bem presente nas ações de saúde desenvolvidas pelos profissionais atuantes na atenção básica.

Contudo, por ser uma profissão que defende os princípios e valores centrados na emancipação dos sujeitos sociais, reconhecendo-os enquanto sujeitos de direitos é que o Serviço Social vincula-se ao Projeto de Reforma Sanitária, pois compreende que este possui perspectivas concretas em direção a uma sociedade mais justa e igualitária, respondendo

assim, aos princípios e diretrizes do nosso Sistema Único de Saúde (SUS) que está intimamente ligado ao Projeto de Reforma Sanitária, mesmo com todos os rebatimentos apresentados pelo Projeto Privatista que vem de encontro aos princípios e diretrizes dos SUS e, consequentemente, da Política Nacional de Atenção Básica, vez que esta está intrinsecamente ligada ao SUS.

De acordo com Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2010), o exercício profissional do/a assistente social na saúde baseia-se na atenção aos determinantes sociais, econômicos e culturais que interferem no processo saúde-doença do/a usuário/a, viabilizando estratégias político-institucionais para o enfrentamento da realidade apresentada pelo mesmo e a falta de acesso a esses direitos é uma realidade bem presente nas comunidades em que, geralmente, estão inseridas as Unidades Básicas de Saúde, em que por muitas vezes essas necessidades são identificadas pelos/as profissionais de saúde inseridos/as na equipe multiprofissional das Unidades de Saúde e poucas ou até, nenhuma ação em prol da melhoria da situação apresentada é realizada, pois, além dos/as profissionais entenderem que essas ações não são de sua competência profissional, os mesmos também não possuem a formação acadêmica e os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que a profissão oferece.

2. DESENVOLVIMENTO

Não podemos discutir a importância da inserção do/a Assistente Social na atenção básica sem antes compreendermos como se deu a construção da nossa política social da saúde, qual o papel desenvolvido pela atenção básica e como o Serviço Social, enquanto categoria profissional, enquadra-se como um profissional de suma importância dentro de uma equipe multidisciplinar de uma Unidade de Saúde da Família.

Historicamente, a trajetória da Política da Saúde no Brasil está intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento econômico e a lógica capitalista. Devido a tal realidade, apenas a partir da década de 1980, com a ascensão do Projeto de Reforma Sanitária, é que o processo saúde/doença passa a ser visto como parte integrante da qualidade de vida da população.

Com o declínio do modelo previdenciário de saúde protocolado até o fim dos anos 1970, Bravo; Matos (2006) relatam que temos a ascensão do movimento de reforma sanitária. Nesse período, anos 1980, a nação passa a vivenciar um processo de redemocratização política e essa transição reflete diretamente nas políticas de saúde

existentes no país. Nesse período, a saúde passa a ser vista através de uma abordagem de cunho mais político e contou com a participação de novos sujeitos sociais na discussão das condições de vida da população brasileira e das propostas governamentais apresentadas para o setor, contribuindo para um amplo debate que permeou a sociedade civil.

Deste modo, a saúde deixou de ser interesse apenas dos técnicos para assumir uma dimensão política, estando estreitamente vinculada à democracia. O movimento sanitário pautou em sua agenda política relevantes propostas de mudanças na área da saúde ao longo das lutas ídeo-políticas que permeavam o Estado e o campo da saúde, buscando sempre a consolidação do Projeto pela Reforma Sanitária que vinha sendo construído desde meados da década de 1970.

Segundo dados do Ministério da Saúde (2007), o movimento pela Reforma Sanitária surgiu da indignação de setores da sociedade sobre o dramático quadro do setor Saúde que era marcado pelo forte cunho assistencialista e curativo, de caráter crescentemente privatista, com pouca prioridade para as políticas de promoção da saúde. Por isso, desde o início, pautou sua ação pelo questionamento desse quadro de iniqüidades. Suas primeiras articulações datam do início da década de 1960, quando foi abortado pelo golpe militar de 1964. O Movimento atingiu sua maturidade a partir do fim da década de 1970 e princípio dos anos 1980 e mantém-se mobilizado até o presente. Ele é formado por técnicos e intelectuais, partidos políticos, diferentes correntes e tendências e movimentos sociais diversos.

Dos personagens que entraram em cena nesta conjuntura, destaca-se: os profissionais de saúde, representados pelas suas entidades, que ultrapassaram o corporativismo, defendendo questões mais gerais como a melhoria da situação saúde e o fortalecimento do setor público; o movimento sanitário, formado por estudantes, médicos residentes, sindicatos médicos, assim como os Conselhos regionais e o Conselho Nacional de Medicina, tendo o Centro Brasileiro de Estudo de Saúde (CEBES) como veículo de difusão e ampliação do debate em torno da Saúde e Democracia e elaboração de contra-propostas; os partidos políticos de oposição, que começaram a colocar nos seus programas a temática e viabilizaram debates no Congresso para discussão da política do setor e os movimentos sociais urbanos, que realizaram eventos em articulação com outras entidades da sociedade civil.

A luta pela Reforma Sanitária teve como um de seus pontos marcantes a realização, em 1986, da 8.ª Conferência Nacional de Saúde (CNS). Evento que, pela primeira vez na história do país, permitiu a participação da sociedade civil organizada no processo de construção de um novo ideário para a saúde. A referida Conferência foi norteada pelo

princípio da "saúde como direito de todos e dever do Estado". Desta forma, a 8ª CNS trouxe como resultado um conceito ampliado de saúde, conceito esse que define saúde não apenas como sendo o processo "saúde-doença", e sim, uma série de fatores sociais como o acesso a condições descente de habitação, alimentação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, educação, emprego, lazer, liberdade, acesso a posse da terra e o acesso a serviços de saúde de qualidade.

Dois anos após a realização da 8ª Conferência, nós temos outro fator histórico importante para a história da política de Saúde do nosso país, a Constituição Federal de 1988 e junto a ela, a criação do nosso SUS. O processo constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988, representou um marco importante na história das políticas sociais do país, pois trouxe consigo a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais, assim como avanços que buscaram corrigir as históricas injustiças sociais acumuladas secularmente.

Tais conquistas confirmaram um amplo conceito de proteção social no Estado brasileiro, posto que, com a promulgação da Constituição de 1988, a saúde é elevada ao patamar de direito social, passando a conformar um conjunto de ações e serviços de cunho protetivo, preventivo e promoção resguardada pelo Estado e pela sociedade. Dessa forma, a saúde, a assistência e previdência social vão constituira "tríade" da Política de Seguridade Social no país.

O texto Constitucional, com relação à Saúde, após vários acordos políticos e pressão popular, atende, em sua maioria, às reivindicações do movimento sanitário, "prejudica" os interesses empresariais do setor hospitalar e não altera a situação da indústria farmacêutica. Os principais aspectos aprovados no tocantena nova Constituição foram:

> O direito universal à Saúde e o dever do Estado, acabando com discriminações existentes entre segurado/não segurado, rural/urbano; as ações e Serviços de Saúde passaram a ser considerados de relevância pública, cabendo ao poder público sua regulamentação, fiscalização e controle; constituição do Sistema Único de Saúde integrando todos os serviços públicos em uma rede hierarquizada, regionalizada, descentralizada e de atendimento integral, com participação da comunidade; a participação do setor privado no sistema de saúde deverá ser complementar, preferencialmente com as entidades filantrópicas, sendo vedada a destinação de recursos públicos para subvenção às instituições com fins lucrativos. Os contratos com entidades privadas prestadoras de serviços far-se-ão mediante contrato de direito público, garantindo ao Estado o poder de intervir nas entidades que não estiverem seguindo os termos contratuais; proibição da comercialização de sangue e seus derivados. (TEIXEIRA *apud* BRAVO, 2009, pp. 10-11).

Essas e outras mudanças do arcabouço e das práticas institucionais foram realizadas através de algumas medidas que visaram o fortalecimento do setor público e a universalização do atendimento; a redução do papel do setor privado na prestação de

serviços à Saúde; a descentralização política e administração do processo decisório da política de saúde e a execução dos serviços ao nível local, que culminou com a criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) em 1987 e depois , em 1988, SUS, passo mais avançado na reformulação administrativa no setor. Nesta perspectiva, segundo o Brasil/Ministério da Saúde (2007), os princípios do SUS, definidos na Constituição Federal, são detalhados nas leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, mais conhecidas como Leis Orgânicas da Saúde. Para melhor compreensão, esses princípios podem ser divididos em ético-políticos e organizativos.

De acordo com o Brasil/Ministério da Saúde (2007, p.8), atualmente, compreende-se por princípios ético-políticos do SUS:

> [...] a universalidade do acesso, compreendida como a garantia de acesso aos serviços de saúde para toda a população, em todos os níveis de assistência, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; a integralidade da atenção, como um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, em todos os níveis de complexidade do sistema; a equidade, que embasa a promoção da igualdade com base no reconhecimento das desigualdades que atingem grupos e indivíduos, e na implementação de ações estratégicas voltadas para sua superação; a participação social, que estabelece o direito da população de participar das instâncias de gestão do SUS, por meio da gestão participativa, e dos conselhos de saúde, que são as instâncias de controle social.

Essa participação social significa a co-responsabilidade entre Estado e sociedade civil na produção da saúde, ou seja, na formulação, na execução, no monitoramento e na avaliação das políticas e programas de saúde.

Partindo dessa perspectiva, temos através da portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 a aprovação da Política Nacional de Atenção Básica que estabelece a revisão das diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

A atenção básica, conforme Brasil/Ministério da Saúde (PNAB, 2012), caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. É desenvolvida por meio do exercício de práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações.

É desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, próxima da vida das pessoas. Deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. A atenção básica considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral.

Baseando-se nessas perspectivas, podemos afirmar, conforme assevera Mendes (1996), que saúde é, então, o resultado de um processo de produção social que expressa à qualidade de vida de uma população, entendendo qualidade de vida como uma condição de existência dos homens no seu viver cotidiano, um “viver desimpedido”, um modo de “andar a vida”, prazeroso, seja individual, seja coletivamente e o/a Assistente Social por ter como um dos princípios de sua atuação profissional a luta incessante pela defesa dos direitos civis, sociais e políticos.

Por defender princípios e valores centrados na emancipação dos sujeitos sociais, reconhecendo-os enquanto sujeitos de direitos é que o Serviço Social vincula-se ao Projeto de Reforma Sanitária, pois compreende que este possui perspectivas concretas em direção a uma sociedade mais justa e igualitária, respondendo assim aos princípios e diretrizes do nosso Sistema Único de Saúde que está intimamente ligado ao Projeto de Reforma Sanitária, mesmo com todos os rebatimentos apresentados pelo Projeto Privatista que vai totalmente de encontro aos princípios e diretrizes dos SUS e, consequentemente, da Política Nacional de Atenção Básica, vez que esta está intrinsecamente ligada ao SUS.

Mediante a análise anteriormente discutida, o CFESS (2010) assevera que o exercício profissional do/a Assistente Social na saúde baseia-se na atenção aos determinantes sociais, econômicos e culturais que interferem no processo saúde-doença do usuário e, dessa forma, viabilizando estratégias político-institucionais para o enfrentamento da realidade apresentada pelo mesmo.

Nesse âmbito o supracitado Conselho (2010) aponta alguns conceitos que são fundamentais para a ação dos/as Assistentes Sociais na saúde, sendo eles: a concepção ampliada de saúde, considerada como melhores condições de vida e de trabalho, ou seja, com ênfase nos determinantes sociais; a integralidade, a intersetorialidade, a participação social e a interdisciplinaridade.

No tocante à Atenção Básica evidencia-se que para os/as profissionais de Serviço Social a atuação se constrói no espaço do território onde encontramos a comunidade, as famílias, os indivíduos; seus equipamentos sociais públicos e privados, as representações

do poder local, enfim uma infinidade de redes que fazem daquele território um espaço vivo de uso e relações.

Desta maneira, há muitas atribuições que são de responsabilidade do/a Assistente Social, que muitas vezes, devido à ausência do mesmo na equipe multiprofissional da Unidade de Saúde, são realizadas pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS) e este, por não ter a formação acadêmica e os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que a profissão oferece, acaba realizando as ações de maneira incompleta, como exemplo dessa realidade, podemos citar o trabalho em Rede[3], uma vez que durante as visitas domiciliares e as buscas ativas realizadas pelo ACS, inúmeros problemas sociais como ausência de moradia, educação, alimentação, entre outros são identificados e não são encaminhados para serem solucionados.

Diante do exposto, podemos afirmar que a presença do/a Assistente Social atuando na Atenção Básica poderá contribuir no desenvolvimento de ações como:

> • Valorização da cultura local, buscando fortalecer os vínculos dos indivíduos com a sua comunidade;
> • Fomentar a informação, participação e mobilização social na comunidade, visando o apoderamento desta;
> • Possibilitar aos moradores do território acesso a serviços/programas/projetos/benefício da política de assistênccia social e saúde, observando os critérios de inclusão, assim como promover o desenvolvimento humano por meio da inclusão social a partir da abordagem do trabalho em rede é de suma importância para o desenvolvimento do terrritório e da comunidade onde a Unidade de Saúde está inserida, vez que, ações como estas tem como objetivo principal gerar o bem-estar da população baseada no princípio da integralidade que norteia o nosso Sistema Único de Saúde, assim como a Política Nacional de Atenção Básica. (CANUTO, *et al*, 2004, p.73)

Contudo, ao analisarmos a trajetória do Serviço Social na área da saúde, principalmente, a partir da década de 1990, podemos afirmar que o Serviço Social não passa ao largo da tensão existente entre a efetivação do Projeto de Reforma Sanitária e o Projeto Saúde Privatista e a análise que se faz é que as políticas sociais continuam fragmentadas e subordinadas à lógica econômica e que o atual governo, assim como o anterior, ora fortalece as propostas do Projeto de Reforma Sanitária e ora mantém a focalização e o desfinanciamento, características do projeto privatista e o/a Assistente Social enquanto profissional inscrito na divisão sócio-técnica do trabalho, por estar, diretamente ligado a essa realidade, sofre diversos rebatimentos, principalmente, no que diz respeito à desvalorização do seu trabalho.

[3]De acordo com Bourguignon (2011, p. 04), “O termo rede sugere a idéia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos concluir que ainda é bastante presente em nosso país o privilegiamento do projeto privatista em detrimento do projeto de Reforma Sanitária, pois a ausência de Assistentes Sociais atuando na Atenção Básica acaba sendo mais um dos inúmeros reflexos negativos desse privilegiamento, uma vez que a contenção de gastos para com as políticas sociais é uma das características do projeto privatista e é justamente esse foco na contenção de gastos por parte dos nossos governantes que faz com que o/a Assistente Social ainda não seja considerado um profisssional essencial dentro das Unidades Básicas de Saúde.

Essa realidade de incentivo, por parte do governo, ao projeto privatista em detrimento do Projeto de Reforma Sanitária que norteia as ações do Serviço Social na saúde, incide diretamente no trabalho da categoria, pois, embora seja o/a Assistente Social, um profissional que tem a sua base de formação pautada no enfrentamento da questão social e suas diversas expressões, esse, enquanto trabalhador/a assalariado/a, também vende sua força de trabalho especializada aos empregadores.

Há sem dúvida, a necessidade da categoria manter-se sempre articulada e buscar espaços para discussão e reflexão sobre a atual conjuntura de governo do nosso país, lutando sempre em defesa dos direitos da sociedade, assim como por mais espaço e melhorias nas condições de trabalho, pois como assinala Bravo; Matos (2006), não existem fórmulas prontas na construção e desenvolvimento de um projeto democrático, por isso, cabe ao Serviço Social, enfrentar os obstáculos apresentados na atualidade e encarar a defesa da democracia e das políticas públicas, através de ações articuladas com outros segmentos que defendem o aprofundamento do SUS, buscando formular estratégias que busquem reforçar ou formular experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social à saúde.

REFERÊNCIAS

BOURGUIGNON, J. A. **Concepção de Rede Intersetorial**. Setembro de 2011. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm> Acesso em: 20 Out 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caminhos do direito à saúde no Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em:<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Caminhos_do_Direitos_em_Saude_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRAVO, M. I. S. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, Ana E. [*et al*] (Orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e Reforma Sanitária:** lutas sociais e práticas profissionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CANUTO, O. [*et al*]. A inserção do Serviço Social na estratégia Saúde da Família em Sobral-CE. In: **S A N A R E** (Revista de Políticas Públicas). Ano V, n.1, Jan./Fev./Mar, 2004. Disponível em: <http://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/124>. Acesso em 23 Set. 2014.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Brasília: CFESS, 2010.Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>. Acesso em: 23 Out. 2014.

POLIGNANO, M. V. **História das políticas de saúde no Brasil – uma pequena revisão.** Disponivel em:<www.**saude**.mt.gov.br/arquivo/2226>. Acesso em: 12 Out. 2014.

SILVA, T. D. **Análise dos Desafios Postos à Prática Profissional do Assistente Social no Instituto Cândida Vargas Segundo os Parâmetros para Atuação desses Profissionais na Política Social de Saúde**.Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2013.

TEIXEIRA, S. F. **Reforma sanitária:** em busca de uma teoria. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva,
1995.

ISSN: 0000-0000 De 10 a 13 de Novembro de 2015

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: algumas reflexões

Vinícius R Lopes (UFCG)
Francisca Daniele da Silva (UFCG)
Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa (UFCG)

RESUMO

O presente trabalho condensa algumas reflexões acerca do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro contemporâneo, bem como seus rebatimentos na prática profissional. O referido projeto vem sendo alvo de inúmeros questionamentos, sobretudo pelos desafios postos para a sua efetivação. Abordaremos, no decorrer do trabalho, como este projeto vem se configurando desde a sua criação, já que este vem rompendo com as práticas conservadoras, fortemente arraigadas desde a gênese do Serviço Social. Desta forma, assumir tal projeto é assumir uma direção sociopolítica que se contrapõe ao projeto societário neoliberal vigente, e assumir uma direção que fortaleça os interesses da classe trabalhadora.

Palavras chave: Projeto ético-político. Serviço Social. Prática profissional.

ABSTRACT

This work condenses some thoughts about the ethical-political project of contemporary Brazilian Social Service and its repercussions in professional practice. This project has been the subject of numerous questions, especially the challenges posed to its effectiveness. We discuss, during the work, as this project has represented since its inception, as this is breaking with the conservative practices strongly held since the genesis of Social Work. Thus, assuming such a project is to take a socio-political direction that is opposed to the prevailing neoliberal social project.

Key words: Ethical-political project. Social Service. Professional Practice.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é tecer algumas reflexões sobre o Projeto ético-político do Serviço Social, já que este vem sendo alvo de debates desde a segunda metade dos anos noventa do século XX, a partir do processo de renovação do Serviço Social, o qual ocorreu como reflexo do Movimento de Reconceituação latino americano.

Tal projeto, considerado hegemônico pela categoria profissional tem compromisso com os valores éticos fundamentais. No entanto, sua efetivação é uma tarefa árdua, tendo em vista os entraves que são característicos da contemporaneidade, influenciando direta e indiretamente na atuação profissional.

Cabe-nos enfatizar que o projeto mencionado é constituído de forma indissociada pelo Código de Ética Profissional (1993), pela Lei de Regulamentação da Profissão (8662/1993) e pelas Diretrizes Curriculares (1996).

A constituição Projeto ético-político é fruto de um processo histórico de lutas pela construção de sua hegemonia e traz em seu núcleo contradições e nuances, em decorrência das determinações econômicas, políticas e culturais no âmbito das disparidades e interesses antagônicos das classes sociais na sociedade brasileira. É esse projeto, segundo Guerra (2007) que direciona a profissão para a defesa dos direitos dos cidadãos, e para a construção de uma nova sociabilidade, a qual se oponha aos modelos estabelecidos pelo modo de produção capitalista que traz como mote de seu desenvolvimento a crescente desigualdade de classes, ocasionando o agudizamento da questão social que se configura como o escopo central de intervenção dos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio ocupacionais de efetivação das políticas públicas.

Em face ao exposto, operacionalizar um projeto profissional contrário à ordem imposta significa “andar na contracorrente da história, remar no contravento” (Netto, 1999), tendo em vista a lógica societária vir se tornando refém das amarras impostas pela política neoliberal que traz consigo uma série de efeitos deletérios para a classe trabalhadora. Mas, defender e efetivar esse projeto significa, além de se contrapor ao estabelecido, defender a construção de uma sociedade em que todos e todas possam usufruir dos mesmos direitos independentemente de qualquer prerrogativa.

Por mais que isso possa ser utópico, não devemos incorrer em posturas fatalistas, mas pelo menos buscarmos a partir do processo de intervenção profissional que se dá no cotidiano desenvolvermos uma prática em que os direitos dos/as usuários/as possam ser

respeitados, sem, contudo, enveredarmos no messianismo que outrora peculiarizou o Serviço Social.

2. Percurso histórico da construção do Projeto ético-político do Serviço Social: Notas introdutórias

O Projeto profissional do Serviço Social é denominado como Projeto ético-politico. Todo projeto profissional precisa estar, necessariamente, em consonância com as disposições parametradas no Código de ética do/a assistente social, onde reconhece a liberdade como centro desse projeto, “uma liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. (NETTO, 1999, p.155).

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social está atrelado a um projeto de transformação da sociedade. Esta vinculação se dá pela própria dimensão política que a intervenção profissional impõe. Dimensão política esta que, como assinala Netto (1999) tem como princípios a equidade, justiça social, ampliação da cidadania, através da garantia dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, assim como, a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza produzida.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, atuando numa sociedade polarizada por interesses antagônicos. Assim, ao assumirmos um projeto profissional como é o projeto ético político da profissão, imprimimos uma direção à prática profissional. Em outras palavras, o projeto ético-político do Serviço Social, ao ser assumido pelos profissionais, configura-se como um comprometimento com as classes subalternas em detrimento dos valores societários vigentes, apregoados pelo capitalismo.

De acordo com Netto (1999, p.144):

> Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento dos estatutos profissionais).

Desde os anos de 1960 que o Serviço Social vem sofrendo céleres transformações, sobretudo pelo período ditatorial (1949-1964) que provocou uma “reviravolta” na profissão. Nesse período, a sociedade estava sob a égide da autocracia burguesa, que buscava a

qualquer custo manter a integridade do capital, coibindo qualquer ameaça que os movimentos sociais representassem. O Serviço Social, neste momento, se encontrava numa posição consideravelmente apática, tendo em vista também a exacerbação da "questão social", sendo esta a fundamentação sócio histórica da atuação profissional. Destarte, não obstante a ordem monopólica imperar, esta impôs ao Serviço Social uma revisão político-ideológica que demandasse da profissão uma postura mais atuante, condizente com as mudanças sociais que se davam em larga medida.

Esboçadas essas considerações inicias, o Serviço Social sofreu grandes impactos com o multifacetado Movimento de Reconceituação deflagrado nos diversos países latino-americanos, datados na década de 1970, consubstanciado com o processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o solo histórico para o Serviço Social renovado, através de uma ruptura teórica com as matrizes que balizaram o Serviço Social tradicional.

O projeto ético-político do Serviço Social começa a ser gestado na segunda metade da década de 1970. Este mesmo projeto avança significativamente na década de 1980, consolidou-se nos anos 1990.

Conforme Braz (2005, p.04),

> O avanço do projeto nos anos 80 deveu-se à construção de elementos que o matizaram entre nós, dentre eles, o Código de Ética de 1986. Nele tivemos o coroamento da virada histórica promovida pelas vanguardas profissionais. Tratou-se da primeira tentativa de tradução não só legítima como legal (através do órgão de fiscalização profissional, o CFAS -Conselho Federal de Assistentes Sociais, hoje CFESS) da inversão ético-política do Serviço Social brasileiro, amarrando seus compromissos aos das classes trabalhadoras. É bem verdade que soava mais como uma carta de princípios e de compromissos ídeo-políticos do que um código de ética que, por si só, exige certo teor prático-normativo. Mas, por outro lado, ao demarcar seus compromissos, mais que explicitamente, não deixava dúvidas de "qual lado" estávamos. Nesta mesma década, aferem-se também avanços em torno do projeto no que tange à produção teórica que dá saltos significativos tanto quantitativamente quanto qualitativamente, trazendo temas fundamentais ao processo de renovação tais como a questão da metodologia, as políticas sociais e os movimentos sociais.

Consoante a isto, o Projeto ético-político (PEP) emergiu de forma organizada na década de 1980, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, de reorganização política dos movimentos sociais, partidos e entidades dos trabalhadores e de organização político-sindical da categoria profissional (Abramides; Cabral, 1995).

A construção do PEP exigiu, além de uma nova postura ética, novos valores e referenciais teóricos e a reformulação das principais referências para a formação profissional e para a fiscalização do exercício profissional: as disciplinas de Ética de Fundamentos Filosóficos dos currículos de Serviço Social, o CE e Lei de Regulamentação da Profissão.

Conforme (Abramides, 2006), o projeto ético-político do Serviço Social apreende a profissão como um produto histórico, que se constitui em uma forma de trabalho coletivo na divisão sociotécnica do trabalho, cujo significado social e ideopolítico se inserem no âmbito das relações sócias entre as classes de suas frações e destes com o Estado.

A década de 90 irrompe, sem dúvidas, como o período que consolidou a construção do projeto ético-político da profissão. Neste dado momento, a profissão já havia saído da neutralidade que tanto a caracterizou nas décadas anteriores. Nesta época também se pode atestar a maturidade político-organizativa da categoria através de suas entidades e de seus fóruns deliberativos (Braz, 2005).

O PEP, indubitavelmente, é um marco para o Serviço Social, pois representou a preocupação da profissão em construir um aparato para nortear o desenvolvimento da prática desenvolvida pelos/as assistentes sociais nos diferentes espaços sócio ocupacionais em que estão inseridos/as, além de definir claramente o compromisso da categoria profissional com a classe trabalhadora.

2.1 O cenário contemporâneo e os desafios lançados ao Serviço Social na efetivação do Projeto ético político

Delineadas as reflexões supracitadas, evidenciamos que o Projeto ético-político do Serviço Social confronta-se com o projeto societário capitalista, ora hegemônico em nossa sociedade. Pois, o vínculo orgânico dessa categoria profissional se encontro voltado aos interesses da classe trabalhadora. O/a assistente social se insere como um mediador, na dicotômica relação Capital X Trabalho.

No entanto, efetivar tal projeto profissional não tem sido uma tarefa muito fácil, nem tampouco idílica. Os inúmeros impasses que se defrontam na prática profissional, reflexos da política neoliberal, têm refletido significativamente no cotidiano e, por conseguinte, na vida da classe trabalhadora.

O neoliberalismo foi inserido no Brasil nos governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)- (de 1995 a 1998 (primeiro mandato) e de 1999 a 2003 (segundo mandato)). Cabe salientar, que os governos posteriores a FHC, a exemplo do de Luís Inácio Lula da Silva, que assim como o presidente anterior permaneceu na presidência da república por dois mandatos (de 2003 a 2007- primeiro mandato, e de 2007 a 2011, segundo mandato), bem como sua sucessora a então presidente Dilma Rousseff (de 2011 a atualidade), procuraram manter todas as premissas da política neoliberal, as quais primam o afastamento do Estado

no tocante as suas responsabilidades, via políticas públicas. Destarte, tais políticas tornam-se cada vez mais precarizadas, sucateadas, focalistas, seletivas e excludentes, a margem dos direitos constitucionalmente "assegurados" e das reais necessidades da população usuária dos serviços sociais de caráter público.

Nesse contexto, vivencia-se um intenso quadro de barbárie social travestido de requintes de pertencimento, ideologia repassada pela mídia, em função da política neoliberal. Assim,

> [...], a tendência geral é a redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal, transformando-se as políticas sociais – [...] – em ações pontuais e compensatórias daqueles efeitos mais perversos da crise – "a política econômica produz mortos e feridos, e a política social é uma frágil ambulância que vai recolhendo os mortos e feridos que a política econômica vai continuamente produzindo" (KLIKSBERG, 1995, p. 35). As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização [...] (BEHRING, 2008, p. 248).

Esse caótico cenário brasileiro que caracteriza a operacionalização das políticas públicas contemporâneas, consequentemente, provoca uma acirrada dualidade excludente entre aqueles que podem e aqueles que não podem pagar por serviços privados, tendo em vista que esse é o principal intento da política neoliberal, sucatear o público para fortalecer o privado. Ademais, a política neoliberal se caracterizou por estimular, veementemente, o Estado "mini max", mínimo para o social e máximo para o capital, tornando as políticas sociais cada vez mais seletivas e excludentes.

Tal realidade ocasiona em sérios impactos para os profissionais de Serviço Social, pois estes passam a terem poucas possibilidades de respostas às demandas que lhes são apresentadas pela população usuária, nos diferentes espaços sócio ocupacionais em que estão inseridos, pois o Estado neoliberal culmina na exacerbação das expressões da questão social, a qual se configura como a matéria prima de trabalho dos assistentes sociais.

Portanto, intervir nesse cenário demanda a necessidade de posturas profissionais mediadoras, capazes de compreender as correlações de forças que perpassam a conjuntura social e profissional e, a partir daí traçar estratégias de atuação condizentes com o PEP da profissão, ou seja, evidenciar a dimensão política em que está inserido e definir a direção social profissional de compromisso com a classe trabalhadora, na perspectiva da luta e do fortalecimento dos direitos deste segmento. Isso significa dizer, que não é tarefa fácil, muito pelo contrário, necessita de muita coragem profissional e domínio intelectual para compreender as contrafações de classe e posicionar-se contrariamente a ordem monopólica

imposta e aceita de forma, muitas vezes, irrefutável pela maioria da sociedade que não vislumbra uma outra forma de sociabilidade além daquela determinada pelas amarras do modo de produção capitalista.

Outro aspecto que merece ser considerado, no tocante aos desafios lançados a efetivação do PEP na contemporaneidade, é a presença do neoconservadorismo na profissão, fator o qual limita a compreensão do real concreto em suas múltiplas determinações, gerando uma premente apatia profissional diante das correlações de forças que perpassam e envolvem a classe trabalhadora, haja visto que o neoconservadorismo pós-moderno se configura como um projeto funcional ao capitalismo e, por essa razão, não prima buscar desvendar a realidade a partir da perspectiva de totalidade, mas de forma superficial, perfunctória.

A reprodução do ideário neoconservador vem se intensificando de forma mais contundente exatamente no mesmo período em que o PEP veio a se consolidar, ou seja, na entrada do primeiro lustro dos anos de 1990, momento de inserção da política neoliberal. Nesse contexto, assiste-se ao crescimento vertiginoso do ensino à distância, o qual aborda a formação de maneira bastante fragmentada, aspecto que vem a dificultar, consequentemente, a atuação dos profissionais de Serviço Social que se formam nessa modalidade de ensino, pois estes, geralmente, trazem muitas dificuldades para compreenderem o real e se contraporem diante dele na perspectiva do fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora, conforme prima o PEP.

Assim, assiste-se o retorno de posturas equivocadas, desprovidas de criticidade e de proposituras, corroborando para a manutenção do “status quo” em tempos de evidência do capitalismo selvagem.

> O pensamento pós-moderno, com sua defesa de um pluralismo de jogos de linguagem, que impossibilita ir além de consensos locais e temporais, não permite dispor de critério algum para discernir as injustiças sociais. Nos deixa a mercê do *status quo,* encerrados no existente e sem possibilidades de uma crítica sócio-política racional. Tal pensamento, ainda que se proponha o contrário, termina não apoio à democracia e sendo um apoio às injustiças vigentes [...] (MARDONES, 1994, p. 38 *apud* SANTOS, 2007, p.42).

Ressaltamos que a fragmentação na formação não está circunscrita apenas ao ensino à distância, mas também se faz presente nas instituições de ensino presenciais públicas e privadas, todavia, na educação à distância tal fragmentação se torna mais evidente em decorrência do aligeiramento da formação.

Isso posto, a efetivação do PEP é uma tarefa árdua, já que, a atual conjuntura parece sobrepujar. Os desafios que se defrontam na prática profissional, resultados de um Estado que prima pelo capital em detrimento do social, transfigurado pela performance

neoliberal. Ademais, ainda temos a presença do neoconservadorismo no seio da profissão, como forma de mutilar a realidade, e não "enxergar" às correlações de forças existentes.

Assim, efetivar tal projeto, carece de:

> [...] um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade. (IAMAMOTO, 2000, p. 143).

Deste modo, o/a assistente social, apesar das inúmeras dificuldades que lhe são postas cotidianamente, seja pelo grande número de usuários que recorrem aos seus serviços, seja pela falta de condições objetivas que impossibilitam um serviço mais hábil e eficaz, se caracteriza como um profissional que não se encurva diante das adversidades, peculiares nesse contexto de precarização e fragilização das políticas sociais. Mas, pelo contrário, necessitamos de um profissional "ousado", crítico, criativo e competente, munido de habilidades técnico-operativa e, sobretudo, como uma visão que transcenda o fatalismo, bem como o messianismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário brasileiro contemporâneo, indubitavelmente, vem sendo perpassado por um intenso projeto de desmonte do Estado desde anos de 1990, momento em que a política neoliberal foi implantada no país, trazendo consigo uma intensa onda de precarização das políticas públicas em todas as suas esferas, provocando o agudizamento da questão social que se configura como a matéria prima de trabalho dos assistentes sociais.

Tal contexto ocasiona em fortes impactos para a efetivação do PEP do Serviço Social, pois este projeto prima à construção de uma nova ordem societária, livre de qualquer forma de exploração e desigualdade, mas se depara com um padrão de sociabilidade totalmente adverso aos seus preceitos, delineado pelo modo de produção capitalista, o qual tem como meta o lucro acima de qualquer prerrogativa, caracterizando-se por incentivar a desumanização das relações sociais, incentivando a competitividade e o fortalecimento do capital privado, culminando na vigência do Estado "mini max", mínimo para o social e máximo para o capital.

Na medida em que o Estado se exime do cumprimento das suas responsabilidades, a questão social se intensifica, aumentando, consequentemente, as demandas lançadas aos assistentes sociais nos diversos espaços sócio ocupacionais em que estão inseridos, diante de uma realidade de intensa precarização de coisificação das necessidades da população, gerando uma dualidade excludente entre aqueles/as que podem e aqueles/as que não podem pagar por serviços privados, que nem sempre são sinônimos de qualidade e eficiência.

Somadas a essas dificuldades, os/as assistentes sociais ainda se deparam com outros desafios para a operacionalização do PEP, o qual se centra na presença do neoconservadorismo na formação e na práxis profissional.

A presença do neoconservadorismo pós-moderno na profissão se configura como outro desafio enfrentado pelo Serviço Social não pelo fato de se diferir da matriz teórica hegemônica na profissão, o marxismo, mas devido o neoconservadorismo retornar a "valores" abolidos pela profissão durante o processo de renovação, por dificultar a compreensão e apreensão do real a partir das múltiplas determinações que o peculiarizam, gerando percepções equivocadas e superficiais da realidade em que os sujeitos sociais estão inseridos. Posturas dessa natureza contribuem para a manutenção do instituído sem questionamentos, gerando certa apatia diante do real, aspecto o qual contribui para a perpetuação da sociabilidade do capitalismo monopolista em vigor.

O PEP representa um projeto ousado por se contrapor, veementemente, ao projeto do capital impetrado pelo neoliberalismo, daí a necessidade de compreendê-lo e buscar efetivá-lo de acordo com os seus reais preceitos, sem buscar camuflá-lo em teorias e posturas que sejam incipientes para entender e se posicionar na maré montante neoliberal.

Para tanto, denota-se a necessidade e proeminência de profissionais que não tenham apenas uma postura técnica, mas teórico-metodológica e ético-política para desenvolver estratégias mediadoras de intervenção capazes de responder as demandas potenciais e reais que se apresentam no contexto institucional. Eis mais um desafio em meio a tantos outros em que os/as assistentes sociais estão compelidos a enfrentar e responder na atual conjuntura.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro** - Tese de Doutorado (Pós Graduação em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2006.

_____. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social**- Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988. São Paulo: Cortez,1995.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o projeto ético-político.** Assistente social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região, 2005.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico:** estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.91, p.53, especial 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 3 ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social frente à crise contemporânea: In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: módulo 1: Crise contemporânea. Brasília: CEAD, 1999.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção questões da nossa época; v. 132).

TERCEIRO SETOR E SERVIÇO SOCIAL: os influxos no trabalho do assistente social nas Organizações Não Governamentais

Najara S. Medeiros (UFPB)
Bernadete de Lourdes F. de Almeida (UFPB)

RESUMO

A crise do capital que ocorre a partir da década de 1970 incide diretamente nas transformações societárias que se expressam no Estado com a consequente reconfiguração das políticas sociais, nas relações de trabalho e nas novas formas de sociabilidade. Nessa conjuntura, o “terceiro setor” ganha centralidade mediante o discurso da solidariedade/filantropia e a construção de uma aliança entre as classes sociais, com fortes intenções políticas e de lucratividade na captação de recursos públicos e privados. Nesse contexto, o/a Assistente Social, que atua nas ONGs, passa a se submeter às novas configurações do exercício profissional, intensificando exigências e desafios.

Palavras-chave: Crise do Capital. Terceiro Setor. Trabalho do Assistente Social.

ABSTRACT

The crisis of capital that occurs from the 1970s focuses squarely on corporate transformations that are expressed in the state with the consequent reconfiguration of social policies in labor relations and new forms of sociability. At this juncture, the "third sector" is the core by the discourse of solidarity / philanthropy and building an alliance between social classes, with strong political intentions and profitability in attracting public and private resources . In this context, the / a social worker, who works in NGOs , shall submit to the new configurations of professional practice , increasing demands and challenges .

Keywords: Capital crisis. Third Sector. Social Work Assistant.

INTRODUÇÃO

As ONGs e o Terceiro Setor são dois conceitos que surgem em contexto histórico vinculado a um projeto de sociedade conservador. A ressignificação desses espaços e organizações sociais atrela-se ao capitalismo contemporâneo, que os torna elementos constitutivos e parceiros para o "[...] enfrentamento da crise não do Estado, mas do próprio capital" (RIOS JUNIOR, 2013, p. 62). Essas crises são cíclicas (MANDEL, 1990) e conformam-se como fenômenos que surgem a partir das relações capitalistas de produção.

Ao abordar o surgimento e a expansão do que, atualmente, se denomina Organizações Não Governamentais, assinala-se os estudos Gohn (2000, 2003, 2008, dentre outros) em que essa autora descreve que a expressão ONG foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1940 para designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social dentro de uma filosofia de trabalho denominada de "desenvolvimento de comunidade".

Assim sendo, as ONGs têm sua origem conceitual nos Estados Unidos, a seguir, a sua implementação espraia-se nos países centrais e, posteriormente, chegam aos países periféricos, sobretudo, da África, América Latina e Caribe, nos quais tornam-se organizações centrais no trato das expressões da questão social.

No caso brasileiro, a conjuntura histórica favoreceu a expansão das ONGs, uma vez que se vivia um período de busca de crescimento econômico relacionado ao crescimento da industrialização. Nesse processo, o Estado provoca a abertura para intervenção dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos. No conjunto dessas ações, inserem-se as ONGs, com o discurso organizacional da eficiência e eficácia capaz de amenizar o atraso do país (ASSIS, 2004).

Nas décadas de 1970-1980, as ONGs eram espaços de apoio aos movimentos sociais e populares, inseriam-se na luta contra o regime militar e pela democratização do país. "As ONGs eram suportes para a ação dos movimentos", (GOHN, 2008, p.89). Nessa fase, as organizações assumem um papel de articulador ao lado dos movimentos sociais, se estabelecendo como captadoras de recursos para custear a sustentabilidade dos movimentos sociais.

Nesse contexto, as políticas neoliberais começaram a financiar e promover uma estratégia paralela nos EUA, Europa e América Latina, a partir das organizações "comunitárias de base", com uma ideologia antiestatal para intervir nas classes potencialmente conflitantes.

Os defensores da ideologia neoliberal sustentam a ideia de que os serviços públicos de caráter universal superdimensionam os gastos estatais. Desse modo, a proposta central era reduzir despesas, em especial, os gastos sociais.

Na década de 1990, esse cenário se amplia e diversifica-se em razão da implantação do Estado neoliberal brasileiro. Observa-se uma clara tendência de deslocamento da responsabilização do Estado com os gastos sociais para o segmento das organizações sociais. *Transfere-se para distintos segmentos da sociedade civil significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre as quais os assistentes sociais,* (IAMAMOTO, 2001, p. 25).

O "terceiro setor" ganha fôlego fundamentado pela ideologia da solidariedade/ filantropia da população e na construção de uma aliança entre as classes sociais, mas também sob fortes intenções oportunistas (de fortes interesses políticos e econômicos) de lucratividade através da captação de recursos públicos e privados. Dessa forma, a classe trabalhadora sofre um impacto desvantajoso, uma vez que o Estado diminui a provisão da proteção social de forma significativa ao transferir para a sociedade civil as responsabilidades da prestação de serviços sociais.

Nesse quadro contextual, as ONGs se expandem, primeiramente pela mudança de orientação dos doadores internacionais que passam a não mais destinarem recursos diretamente aos movimentos sociais e populares, mas às ONGs; e, em segundo, dada a expansão na criação de ONGs cujo objetivo central é a captação dos recursos públicos e a geração de empregos. Assim, essas Organizações passam a assumir um novo *status* nas relações de forças, ao ocupar um lugar estratégico por receber investimentos de órgãos públicos e privados para executar as políticas públicas. Tornam-se, portanto, entidades que reafirmam um projeto político de interesses dessa nova lógica do capital (focalização e seletividade dos programas e serviços de Políticas Sociais) mediante a minimização da oferta nos espaços públicos estatais e de defesa de interesses privados.

2. SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR

A atual conjuntura brasileira vem sendo conduzida pelo projeto neoliberal adotado pelo Estado a partir de uma escolha político-econômica iniciada pelas ações voltadas para um processo de ajuste econômico e de retração das Políticas Sociais, com o intensivo apelo à participação da sociedade civil, diminuindo as conquistas sociais históricas da classe trabalhadora e, portanto, efetivando-se o mínimo para as Políticas Sociais. Nesse contexto,

a mercantilização e a "refilantropização da questão social" (YAZBEK, 1990) potencializam a atuação d Terceiro Setor, fundamentada na ideologia da solidariedade.

Com a amplitude da ação do Terceiro Setor na gestão privatista das Políticas Sociais torna-se um campo de trabalho dos assistentes sociais (MONTANO, 2002), impingindo uma nova significação para a profissão com demandas e mediações emergentes desse contexto histórico. Nesse sentido, é necessário apreendê-lo em sua trajetória histórica a partir dos atuais influxos derivados da crise do capitalismo contemporâneo. Tempos em que a economia e a ofensiva neoliberal intensificam a precarização da força de trabalho, acompanhada da *satanização* do Estado, a *supervalorização* do mercado e o acirramento das desigualdades sociais em suas múltiplas expressões. Esse momento conjuntural coloca em debate a *direção política do trabalho do Serviço Social* nos espaços públicos e privados e a qualidade dos serviços socioassistenciais, fincada na construção de intervenções propositivas e críticas que promovam o fortalecimento da democracia e dos direitos sociais.

As transformações contemporâneas afetam o mundo do trabalho e desafiam os/as assistentes sociais a formular mediações teóricas, técnicas éticas e políticas, na perspectiva da *competência crítica* diante das exigências burocráticas e administrativas que são requisitadas pelas instâncias empregadoras (RAICHELIS, 2013).

Pochmann *apud* Santos (2012) aponta que o "futuro das ocupações", indica que o mundo do trabalho tenderá a refletir as mutações técnico-produtivas, marcadas por inseguranças constantes nos empregos e por alta concorrência na população ativa. Nesse entendimento, o mundo do trabalho aponta a "necessidade" de novos conhecimentos associados às exigências dos empregadores com polivalência multifuncional, com uma maior capacidade motivadora e habilidades adicionais. Desse modo, na visão do autor, esse processo vai exigir um elevado nível educacional dos trabalhadores.

O/a profissional de Serviço Social é um trabalhador que vende a sua força de trabalho especializada em troca de um salário às instituições públicas e privadas, as quais são base organizacional do seu fazer profissional. Desse modo, cabe aos órgãos empregadores a capacidade de consumir a força de trabalho durante uma jornada, de modo que o exercício profissional não é indissociável da análise das suas condições e relações de trabalho, dos recursos disponíveis, formas de organização e gestão da força de trabalho, uma vez que afetam as possibilidades de execução do trabalho, (IAMAMOTO, 2001).

Na conjuntura atual, o trabalho do/a assistente social sofre profundas inflexões decorrentes das novas configurações do mercado de trabalho. Assim, atribui-se novos contornos ao exercício profissional, intensificando exigências e desafios, tais como: qualificações, competências, flexibilidade e criatividade.

Com base em Iamamoto (1982), apreender os espaços sócio-ocupacionais que se abrem ao profissional para capturar a lógica de retração e intensificação de demandas em determinados segmentos, bem como oferecer respostas às novas exigências, exige desvelar o caráter contraditório do Serviço Social como prática polarizada pelos interesses do capital e também do trabalho, participando nos processos de dominação e resistência, continuidade e ruptura da ordem social.

Nesses termos, o trabalho do assistente social na conjuntura atual é expressão de resistências e defesas por espaços de trabalho, bem como competências e atribuições privativas que conferem com a direção social presente no Projeto Ético-Político da profissão.

Em decorrência das mudanças no padrão de atendimento às expressões da questão social, da inserção na lógica da privatização das Políticas Sociais e o repasse das responsabilidades do Estado com o segmento social para as organizações do chamado Terceiro Setor, adensa-se e amplia-se a presença dos profissionais de Serviço Social nas ONGs.

É importante entender que à medida que o Estado transfere responsabilidades sociais para o privado deixa de investir na oferta de serviços sociais públicos, comprometendo esses serviços de deveriam ser promovidos de forma universal. Nesse caso, a universalidade é substituída pela focalização e seletividade, enquanto princípios fortemente presentes na esfera dos serviços e programas criados e ofertados pelas ONGs.

Com a retraída do Estado no atendimento das expressões da questão social, diminuindo e precarizando as Políticas Sociais, os influxos para o trabalho do/a assistente social são diversos. Segundo Duarte (2010), além da alteração no *significado social* e na abrangência do trabalho dos assistentes sociais nas ONGs, esses profissionais também passam a sofrer as modificações resultantes do processo de reestruturação capitalista, materializadas nas tendências desastrosas do atual mundo do trabalho. No conjunto dessas alterações, esses profissionais deparam-se intensamente com a precarização e a exploração do trabalho, por meio de situações de instabilidade e insegurança, polivalência, terceirizações - não só nas ONGs, mas também em outros espaços do terceiro setor -, bem como com o surgimento de novas demandas e competências profissionais que se impõem, articuladas às exigências da crise do capitalismo contemporâneo.

É exatamente nessa contextualização sobre a precarização do trabalho que inflete o grande desafio para o profissional de Serviço Social: se posicionar criticamente diante da barbárie que reitera à desigualdade social, articular a intervenção profissional aos movimentos organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada, de modo a repensar os projetos profissionais nessa direção. *Esses são*

os compromissos éticos, teóricos, políticos e profissionais que defendemos no Brasil e em nosso diálogo com o mundo (BOSCHETTI, 2008, p.20).

No tocante às atribuições e ações dos assistentes sociais no campo das ONGs, evidencia-se a predominância de atribuições que viabilizam a relação individual do profissional de Serviço Social com os usuários/famílias, ainda que mediante ações diferenciadas são intervenções focalizadas e seletivas, sendo elas: acompanhamento social dos usuários/familiares; visitas escolares e domiciliares; orientação individual, entrevista social; acompanhamento de casos especiais; solicitação de exames clínicos; acolhimento; busca de inserção em programas de acesso a benefícios; esclarecimentos de direitos; representações nos espaços de controle social, conselhos, redes e fóruns; elaboração, acompanhamento e avaliação de programas sociais.

Conforme Montaño (2012), a inserção do/a assistente social nas ONGs não se mostra politicamente produtivo para o profissional, tendo em vista a instabilidade e as condições de emprego, seja no rebatimento social da sua intervenção profissional e na modalidade técnico-operativa; além do caráter alienante desse campo de trabalho.

Desse modo, os influxos da crise do capitalismo contemporâneo revelam fragilidades presentes no trabalho do assistente social nas ONGs, as quais reforçam limitações e desafios para a realização de uma atuação propositiva, embasada na prestação de serviços de qualidade enquanto direitos de cidadania da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do cenário mundial permeado pela crise do capital contemporâneo, a ação das ONGs e do “terceiro setor” é instrumentalizada pela ofensiva neoliberal, cuja função é justificar e legitimar o processo de desestruturação das Políticas Sociais no atendimento das expressões da questão social. Esse contexto reatualiza o debate conservador de culpabilização dos indivíduos que remonta aos primórdios da I Revolução Industrial quando a “questão social” se torna alvo de repressão aos pobres, considerados responsáveis pela sua situação de miserabilidade. *Tudo isso minimizando aparentemente as contradições de classe, redirecionando as lutas sociais para atividades mancomunadas com o Estado e o empresariado, gerando maior aceitação e menor enfrentamento ao projeto neoliberal,* (MONTAÑO, 2014, p. 90).

Nesse contexto, a função social restrita do Estado, afinado aos ditames do capital, foca no atendimento assistencial das demandas dos mais pobres, ou seja, o papel do Estado volta-se para as Políticas Sociais direcionadas aos segmentos comprovadamente

pobres – como atestam os Programas de Transferência de Renda como o Bolsa Família - que se apresentam como ações de "combate" à pobreza e não de garantia de direitos (OLIVEIRA, 2010). A restrição da base social do Estado assinala a funcionalidade das ONGs ao projeto neoliberal e essas organizações têm se caracterizado como amplo mercado de trabalho que absorve os/as assistentes sociais.

É importante destacar que a universalidade no acesso aos programas e projetos sociais aberto a todos os cidadãos não é possível no âmbito das ONGs, apenas no âmbito do Estado. Conforme aponta Iamamoto (2001, p. 25), ainda que seja um Estado de classe, dispõe de um caráter público, que se expressa na luta pelo atendimento dos interesses da coletividade. Essa autora coloca que projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica básica que os diferenciam: "[...] não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais*",* (IAMAMOTO, 2001, p. 25-26).Desse modo, tem-se a propagação da seletividade no atendimento, segundo os critérios estabelecidos pelos órgãos mantedores.

Portanto, ainda que o trabalho concreto dos/as profissionais de Serviço Social seja idêntico tanto no âmbito público quanto no privado– no seu conteúdo útil e nas formas de intervir – o sentido e os resultados sociais dessa atuação são inteiramente distintos, uma vez que presididos por lógicas distintas: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, **o significado social do trabalho técnico profissional e seu nível de abrangência** (IAMAMOTO, 2001, 26).

Nessa conjuntura marcada por profundas contradições sociais, que se situa o protagonismo dos/as assistentes sociais, os quais devem entender criticamente a conjuntura atual em sua totalidade. Dessa maneira, se faz necessário aprofundar as análises acerca dessas condições reais de trabalho, a qualidade dos serviços oferecidos, bem como as possibilidades de concretização do Projeto Ético-Político da profissão.

Nesse sentido, reafirma-se a perspectiva de defesa da esfera pública das Políticas Sociais e da proteção social no Brasil, fincada na perspectiva da universalidade de direitos, no atendimento das prerrogativas constitucionais e no posicionamento político contrário à mercantilização e privatização dessas Políticas, e na defesa da universalização e democratização dos direitos dos/as trabalhadores/as.

REFERÊNCIAS

ASSIS, RIVÂNIA L. DE MOURA. **Serviço Social e Terceiro Setor –** (DES) construção do projeto Ético-Político profissional. Dissertação de mestrado: João Pessoa: UFPB, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Cotidiano profissional do assistente social:** exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs. Texto parte da dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONG's e redes solidárias. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-terra, Ongs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e Mst.** São Paulo: Vozes, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *In:* Rev. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Grafine, 2001, p. 9-31.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de**. Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982

OLIVEIRA, Ednéia Alves. Superpopulação relativa e "nova questão social": um convite às categorias marxistas*. In*: Rer. **Katálysis**, Florianópolis: v. 13, n. 2. p. 276-283. Jul./dez. 2010.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital:** os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. *In***: Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.110, p. 270-287, abril/junho. 2012.

_____. O lugar histórico e o papel político das ONGs. In: **O canto da sereia:** crítica à ideologia e aos projetos do Terceiro Setor**.** São Paulo: Cortez, 2014, p. 53-96.

JÚNIOR, Ademir Vilaronga Rios. **A crítica do fenômeno das ONGs no Brasil:** uma análise da atuação na política social de proteção à criança e ao adolescente em Recife.(Dissertação de Mestrado): João Pessoa: UFPB/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2013.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *In:***Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.116, p. 609-635, out./dez. 2013.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da "questão social" no Brasil: mediações para seu debate na "era" Lula da Silva. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social. *In*: **Cadernos Abong**, nº 3. São Paulo: ABONG, 1995.

ISSN: 0000-0000 De 10 a 13 de Novembro de 2015

A POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO (PNE) EM SERVIÇO SOCIAL: contribuições e desafios para a sua implementação

Liane S. V Silva (UEPB)

RESUMO

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é considerado um gargalo na formação profissional, diante dos desafios para a sua concretização. Com a gênese do Projeto Ético Político do Serviço Social tem-se a possibilidade de imprimir centralidade as discussões referentes ao Estágio Supervisionado na formação. A PNE, considerada um avanço, nasce da necessidade de melhor organizar esse momento e esclarecer o papel dos sujeitos envolvidos no Estágio. Assim, o presente artigo trata das contribuições e dos desafios na implementação da PNE na atual conjuntura de contrarreforma da Educação. O artigo em tela trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Política Nacional de Estágio. Contrarreforma da educação.

ABSTRACT

The Supervised Internship in Social Work is considered a bottleneck in vocational training, to the challenges to achieve them. With the genesis of Political Ethics of Social Work Project has the ability to print centrality discussions regarding the Supervised Internship training. The PNE, considered a breakthrough, born of the need to better organize this moment and clarify the role of those involved in Stage. The present article deals with contributions and challenges in implementing the NAP at this juncture of Education contrarreforma. Article on screen it is an exploratory research of bibliographic.

Keywords: Supervised Internship. National Internship Policy. Counter-Reform of Education.

INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado em Serviço Social, historicamente, ocupou um lugar secundarizado no processo deformação profissional, visto por muito tempo como “patinho feio” do Serviço Social como discorre Netto *apu*d Iamamoto (2011). Contudo, é quando a profissão alcança a denominada “maioridade intelectual e política ”e se gesta um novo projeto profissional materializado através da Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8.662/93), doCódigodeÉticade1993enasDiretrizesCurricularesda Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de1996,que o Estágio Supervisionado adquire centralidade dentro das discussões da categoria, possibilitando assim a construção de uma nova concepção sobre esse momento no processo da formação.

Com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), o Estágio Supervisionado passa a ocupar lugar de destaque no processo de formação profissional, passando a ser obrigatório e requisito imprescindível para a formação em Serviço Social. Nesse sentindo, o mesmo deve promover a inserção do aluno nos diversos espaços sócio ocupacionais, nos quais atuam os Assistentes Sociais. As Diretrizes ainda preveem em supervisão sistemática de um professor (Supervisor Acadêmico) e profissional no campo de estágio (Supervisor de Campo).

O Estágio deve está em consonância com o Projeto Ético-Político, possibilitando a articulação entre teoria e prática, formação e exercício profissional, promovendo uma formação de qualidade e a construção de profissionais críticos, competentes e eficientes, que atuam junto a classe trabalhadora na defesa intransigente dos seus direitos e na busca pela construção de uma nova ordem societária.

Para tanto, presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo e exploratório, a qual se dá a partir da perspectiva crítico-dialética.

É nesse contexto de luta pela reafirmação da direção social daprofissão através do Projeto ético-político, mudança no perfil dos profissionais de Serviço Social, sobretudo, no que diz respeito à formação profissional e, consequentemente, a importantância do Estágio Supervisionado, que em 2009 ocorre a criação da Política Nacional de Estágio(PNE), conforme passaremos a discutir neste artigo.

2 A PNE E SEU PROCESSO HISTÓRICO

De acordo com Ortiz (2014), a Política Nacional de Estágio resulta de um trabalho coletivo da categoria e constitui uma forma de enfrentamento da precarização do ensino superior, expresso na elaboração do "Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a Precarização do Ensino Superior[4].

Assim, nas palavras da autora supracitada, a PNE " [...] nasceu de uma necessidade concreta[...] Não foi, portanto, um preciosismo acadêmico oriundo da cabeça de alguns afortunados, como é comum se pensar"(p.208).

A PNE foi construída coletivamente, nascendo de uma necessidade de organizar e direcionar o Estágio Supervisionado em Serviço Social diante de um cenário de precarização da educação, consequentemente da formação profissional e da não adoção ou adoção parcial das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em muitas Instituições de Ensino Superior nos cursos de Serviço Social[5]. Ela tem como objetivo: "construir parâmetros orientadores para integralização da formação profissional do Assistente Social no horizonte do projeto ético-político profissional do Serviço Social" (ABEPSS, 2010, p.07).

A construção da PNE surge como forma de reiterar o caráter de ensino-aprendizagem do processo do Estágio Supervisionado, imprimir organização a sua lógica de funcionamento, bem como esclarecer/especificar o papel de cada sujeito envolvido nesse processo (Supervisor Acadêmico, Supervisor de Campo e Estagiário).

Nesse sentido a PNE (ABEPSS, 2010, p.14) coloca como concepção de Estágio em Serviço Social:

> O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital.

[4]Plano realizado pela ABEPSS, ENESSO e o conjunto CFESS/CRES através do GT Trabalho e Formação Profissional durante o Encontro Nacional CFESS/CRESS em 2008 com objetivo de "Sistematizar atividades já realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS e pelas entidades nacionais de Serviço Social, bem como construir novas estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior e subsidiar a realização de ações coletivas em defesa da formação e do exercício profissional com qualidade" (CFESS, 2009,p.01).

[5] As informações mencionadas foram coletadas a partir de uma pesquisa realizada pela ABEPSS em 2006 nas Instituições de Ensino Superior, e seu resultado foi publicado na Revista Temporalis nº14.

Ao possibilitar articulação entre formação e exercício profissional, teoria e prática, o Estágio deve ser visto como categoria central do processo de formação. Segundo Ortiz(2014), realizado em consonância como Projeto Ético-Político e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o Estágio possibilita a construção de um profissional competente, crítico, criativo, propositivo, capaz de apreender a realidade nas suas mais diversas faces, superando o aparente e o superficial. Porém, talpossibilidaderelaciona-seaconstituiçãodacentralidadedoEstágiono processo formativo. Nas palavras da referida autora:

> Éincontestável que a defesa deu má formação capaz de garantir o perfil profissional preconizado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e seu projeto *exige necessariamente que o estágio consiga de fato assumir sua centralidade no processo formativo*.Formar gerações de profissionais capazes de exercer a profissão conforme os princípios do projeto ético-político exige que, dentro de outros aspectos, o estágio seja realizado de modo a suscitar nos estudantes estagiários a apreensão das competências e habilidades necessárias para o exercício profissional competente(ORTIZ,2014,p.218grifos nossos).

Nesse sentido, o Estágio Supervisionado deve ser orientado pelos princípios preconizados no Código de Ética de 1993emconsonânciacomoprojeto profissional. Além disso, a PNE traz outros princípios que devem nortear esse processo de formação. Um deles é a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, devendo o Estágio garantir a apreensão da realidade concreta que envolve o espaço de trabalho do Assistente Social, as correlações de força, os instrumentais necessários para intervenção, articulados com os conhecimentos teóricos visto sem sala de aula, evitando assim que o Estágio se limite as dimensões técnica e instrumental.

A questão tratada acima nos remete a outro princípio: a unidade teoria- prática, onde as três dimensões, a pesar de tratar em de aspectos diferentes, são indissociáveis. Dessa forma, esse momento da formação deve relacionar a teoria com a realidade vivenciada dentro dos campos de estágios, fazendo com que o discente tenha uma visão crítica e possa propor uma intervenção sobre aquela dada realidade.

Além dos princípios acima destacados, a PNE prevê a articulação entre Formação e Exercício Profissional; articulação entre universidade e sociedade; interdisciplinaridade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Todos esses princípios direcionam a condução do Estágio Supervisionado na busca por uma formação de qualidade e a construção de um profissional crítico, investigativo, interventivo e propositivo.

Contudo, apesar dos avanços, o Estágio configura-se como um dos grandes “nós” do Serviço Social e, nesse sentido, vem se constituindo temática central nos espaços de discussões da categoria, permeado por diversas polêmicas e desafios colocados pela atual

conjuntura de expansão neoliberal e contrarreforma do Estado, que incide diretamente na Educação Superior. Somada as estratégias de crescimento econômico e ampliação das taxas de lucro do grande capital.

O processo de contrarreforma do Estado brasileiro e, de modo específico, a contrarreforma educacional, compõe o "receituário" do neoliberalismo na América Latina, com o seu plano de medidas que emergiu, a partir do Consenso de Washington, noanode1989, em Washington, diante de uma conjuntura de crise global do capitalismo onde busca-se estratégias e resoluções, promovendo transformações estruturais na sociedade.

Foi implantado através de determinações e recomendações dos órgãos internacionais como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), onde se propõe a construção de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, fortalecendo exacerbadamente o modo de produção capitalista.

Nesse sentido, as transformações realizadas na sociedade brasileira e nos aparatos estatais na década de 1990, com o processo de contrarreforma do Estado brasileiro, ao colocar em cena o processo de privatização e a transferência de algumas das atividades do Estado no campo social para a lógica do mercado, desencadeou-se um processo de intensificação do agravamento das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora

Guerra (2009, p.15) coloca algumas problemáticas que incidem sobre o Estágio e Supervisão:

> [...] expansão universitária, a precarização da formação profissional estimulada pela proliferação de cursos de graduação de pouca qualidade e a distância, as dificuldades enfrentadas pelos cursos presenciais [...], a lógica mercadológica, instrumental, gerencial e produtivista que sustenta o atual padrão de acumulação do capital e atravessa as instituições campos de estágio/mercado de trabalho profissional, que enfraquece a dimensão pedagógica da supervisão e acirra sua dimensão controlista, gerencial, administrativa, burocrática.

A demais, o Estágio Supervisionado tem seguido cada vez mais a lógica do mercado, principalmente em função do crescimento desmedido das instituições de ensino privadas, sejam elas presenciais ou de Ensino a Distância (EAD). De acordo como censo da Educação Superior de 2012 houve um crescimento de 15,8%no número de matrículas no Ensino à Distância e como uma média de idade de 33 anos dos(as) matriculados(as).

Esse processo de contrarreforma do ensino superior, consequência do processo de contrarreforma do Estado, expresso na precarização e mercantilização da educação impacta diretamente no Estágio Supervisionado. Podemos evidenciar isso através da rotatividade de profissionais nos diferentes espaços de atuação, tanto Supervisores de Campo como

Acadêmicos, diante da precarização do mundo do trabalho. Além disso, observamos a redução do quadro de profissionais e consequentemente a sobrecarga de tarefas, o que dificulta o cumprimento das exigências do Estágio Supervisionado e compromete a qualidade da Supervisão Direta (RAMOS; ABREU,2014).

Percebemos, portanto, uma total desvinculação do Projeto Ético-Político, construindo um profissional acrítico e desprovido de competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Tal situação, como bem coloca Pereira (2013, p.64): [...] afeta sobremaneira a formação com qualidade de assistentes sociais, visto ser o estágio a espinha dorsal da formação, um momento em que o discente, realiza o enorme esforço de síntese, de conteúdos apreendidos em disciplinas anteriores[...].

Os impactos desse processo de mercantilização e precarização do ensino superior para a formação e, principalmente, para o estágio vêm sendo pauta de discussões nos encontros de Serviço Social, a exemplo da versão do “Projeto ABEPSS itinerante 2014” que centrou na problemática do Estágio Supervisionado procurando analisar e debater os“nós”críticosqueperpassama realidade do Estágio Supervisionado nas UFAs, como dificuldades para abertura de campos de estágio, precarização das instituições, fragilidades na supervisão de campo, incompreensão dos(as) Assistentes Sociais acerca da PNE, bem como do Projeto ético-político hegemônico na profissão.

Nessa direção de análise, Ortiz (2014) destaca processos que desafiam o desenvolvimento do estágio e a implementação da PNE, separando os em três categorias, quais sejam: desafios de caráter macrossocietário que diz respeito ao contexto de precarização do trabalho em que está inserido o Estágio; os desafios relacionados ao gerenciamento acadêmico que corresponde as dificuldades da comunidade acadêmica em gerir o momento e por último as dificuldades relacionada a natureza didático-pedagógico.

Na primeira, a autora destaca entre outros desafios a precarização das condições de trabalho que gera uma intensa rotatividade de profissionais em campos de estágios e também a sobrecarga de trabalho para ambos os supervisores, dificultando o processo de supervisão, devido a falta de tempo dos supervisores em realizar um acompanhamento efetivo das atividades realizadas pelos alunos.

O segundo, referente ao gerenciamento da operacionalização do estágio, ela enfatiza o movimento intenso das universidades que dificulta a organização do estágio, a ausência de uma política de estágio consonante com o projeto pedagógico e ao fato de muitas UFAs não terem um Coordenado de Estágio. Tais dificuldades incidem diretamente na efetivação do Estágio, sendo mesmo realizado de maneira aleatória e sem planejamento.

Por último, quanto natureza didático-pedagógica do Estágio, a autora expressa que há uma grande dificuldade dos supervisores acadêmicos e de campo em compreender a dimensão do ensino e, por essa razão, muitas vezes deformam os conteúdos e as formas de abordagem, gerando equívocos para os/as estagiários/as.

Outra problemática bastante recorrente relaciona-se à questão das vagas de estágio que, na maioria das vezes, não atendem as reais necessidades e são incipientes face ao quantitativo de discentes, o que abre espaço para obtenção de lucro e benefícios por parte de algumas instituições de campo de estágio, em troca da oferta de vagas.

Ressaltamos que essa realidade de troca de vagas em campos de estágio por algum benefício financeiro ou de outra forma que possa trazer algum tipo de privilégio para o concedente ou supervisor/a de campo, é muito presente nas instituições privadas, tendo em vista as instituições públicas não terem possibilidades de fornecer nenhum tipo de contrapartida financeira, apenas a disponibilidade para atuar enquanto parceiras no processo de formação dos/as profissionais que atuam na instituição concedente de estágio, aspecto o qual já se configura como uma importante contrapartida não apenas para os supervisores/as de campo, mas para a instituição como um todo, porém, nem sempre isso é considerado pelos gestores e assistentes sociais no momento em que as vagas estão sendo pleiteadas junto às instituições concedentes.

Ortiz (2014, p.215) evidencia isso ao afirmar que:

> Ressalta-se, ademais, que a disputa por vagas de estágio também se põe entras as próprias UFA, considerando que tem sido bastante recorrente o uso das vagas de estágio como “moeda de troca ” entre algumas universidades e instituições campos de estágio, que exigem das primeiras, para formalização de convênios [...], a apresentação de uma “contrapartida”, que pode ser expressa desde o oferecimento de cursos de capacitação para os assistentes sociais até a compra de bens de consumo para a instituição.

Como podemos observar, a Supervisão, parte fundamental do processo de Estágio, vem sendo duramente afetada diante da conjuntura de precarização do trabalho e sucateamento da educação superior, comprometendo consideravelmente a formação profissional dos supervisionados. Muitas vezes não são oferecidas as condições para realização da mesma.

Algumas das principais dificuldades encontradas no processo de estágio envolvem diretamente a Supervisão de Campo, das quais pode-se destacar a sobrecarga de trabalho dos(as) profissional, a recusa destes para receber estagiários, o fato de não buscar qualificação e a desarticulação com a Supervisão Acadêmica. Porém, devemos ressaltar que supervisão de campo se dá a partir do compromisso dos/as profissionais com a

formação profissional, pois não tem nada estabelecido, que os obrigue, a receber estudantes etc.

Buriolla (2008) alerta que, muitas vezes, é atribuído ao profissional da instituição campo de estágio o papel de Supervisor, porém não são dadas as mínimas condições para a realização dessa atividade, principalmente o tempo e o espaço necessário para execução das atividades, bem como uma qualificação. Nas palavras da autora:

> O acúmulo de tarefas, das funções atribuídas o supervisor, enquanto profissional da instituição, faz com que a Supervisão fique relegada a segundo plano e até inexista–prejuízo que reflete na qualidade da Supervisão e no preparo físico e psíquico do supervisor (BURIOLLA, 2008,p.165).

Nesse sentido, muitos são os desafios para a efetivação e implementação da Política Nacional do Estágio (PNE), que vão desde a própria dificuldade de organização do estágio dentro das UFAs, precarização das condições e relações de trabalho, sobrecarga dos supervisores/as acadêmicos/as e de campo, até as precárias condições de trabalho nos campos de estágio, a exemplo da falta de recursos humanos e materiais comprometendo o processo de formação dos(as) discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos revelou que apesar dos avanços obtidos com a construção da Política Nacional de Estágio (PNE), diante do processo de contrarreforma e da mercantilização da educação, muitos são os desafios para a sua implementação. Tal contexto coloca o Estágio como um grande desafio para a formação profissional de qualidade.

Como nos aponta Ortiz (2014), há uma série de desafios postos para o desenvolvimento do processo de estágio e implementação da PNE, desafios estes tanto de caráter macrossocietário como do ponto de vista do gerenciamento acadêmico e também de caráter didático-pedagógico. Entre eles podemos destacar a precarização as condições de trabalho, devido à sobrecarga de trabalho e a rotatividade de profissionais; as dificuldades que as instituições têm de organizar o estágio; o fato de muitas UFAs não contarem com um/a coordenador/ade estágio; dificuldade dos/as supervisores/as acadêmico/as e de campo em compreender a dimensão do ensino, culminando em equívocos no tocante aos conteúdos e as formas de abordagem.

Portanto, o Estágio Supervisionado enquanto parte obrigatória do processo de formação em Serviço Social deve estar sempre nas pautas dos debates da categoria, tendo

em vista sua importância, bem como os desafios e dificuldades para a sua efetivação. Tais debates são primordiais na buscapelaefetivaçãoda PNE e na construção deu na formação profissional de qualidade.

Ainda, é necessário um trabalho de publicização não somente da PNE, mas de toda legislação que subsidia a formação e atuação dos profissionais do Serviço Social, tendo em vista que com a mercantilização da educação, sobretudo na modalidade a distância, em decorrência do seu aligeiramento, essa formação está sendo cada vez mais precarizada, trazendo, consequentemente, sérios impactos para a categoria profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.**Política Nacional de Estágio (PNE)**.2010.

GUERRA, Yolanda. BRAGA, M. Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: **CFESS**. (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf> Acesso: 23/02/15.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** Ensaios críticos. 11. ed. – São Paulo: Cortez,2011.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **A Política Nacional de Estágio e a Supervisão Direta:** Avanços e Desafios. Revista Temporalis. Brasília (DF), ano 14, p.203-219, jan./jun.2014.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: **Serviço Social e Educação.** Larissa Dahmer Pereira e Ney Luiz Teixeira de Almeida organizadores; coordenadoras da série Valéria Forti, Yolanda Guerra. –2. ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. (p.55-73).

RAMOS, Sâmia Rodrigues; ABREU, Maria Helena Elpidio. As particularidades do estágio curricular na formação profissional do(a) Assistente Social. In: **Serviço Social brasileiro nos anos 2000**: cenários, pelejas e desafios/ organizadoras:Ana Elizabete Mota e Angela Amaral. Recife: Editora UFPE, 2014.

GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E CONTRAREFORMA DO ESTADO: Algumas reflexões

Liane S. V Silva (UEPB)
Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa (UFCG)
Kivania Karla Silva Albuquerque (UEPB)

RESUMO

O Serviço Social emerge como resposta às expressões da questão social agudizadas a partir do desenvolvimento do sistema capitalista, o qual busca de forma incessante estratégias para a sua perpetuação, a exemplo da contrareforma do Estado que advém como fruto da política neoliberal, implementada no Brasil nos anos de 1990. Tal estratégia traz sérios impactos para a sociedade e, consequentemente, para as profissões que atuam na efetivação de políticas públicas. O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, a qual teve como subsídios referências teóricas que abordam as categorias de análise utilizadas na pesquisa.

Palavras-chave: Serviço Social. Contrareforma. Estado.

ABSTRACT

Social work emerges as a response to expressions of social issue sharpened from the development of the capitalist system, which seeks incessantly strategies for its perpetuation, such as the Counter state that arises as a result of neoliberal policies, implemented in Brazil in the 1990s This strategy brings serious impacts to society and, consequently, for the professions working in the effective implementation of public policies. This study deals with an exploratory research of bibliographical, which had as theoretical references subsidies that address the categories of analysis used in the research.

Keywords: Social Service. Counter-reformation. State.

INTRODUÇÃO

Discutir sobre a gênese do Serviço Social na perspectiva da formação e intervenção profissional, buscando articular tal discussão ao contexto de contrareforma que a sociedade brasileira vem enfrentando desde dos anos de 1990, momento em que a política neoliberal e

todos os seus efeitos deletérios peculiarizam a classe trabalhadora, significa buscar ir além do aparente, desvelando a dinâmica da realidade que envolve as tramas constitutivas do real, a partir de uma perspectiva que busque compreendê-la no cerne de suas singularidades e particularidades.

O Serviço Social, profissão inserida na divisão social técnica do trabalho, atua nas expressões da questão social, podendo esta ser entendida, conforme Iamamoto (2008, p.147),

> [...]. As mais importantes expressões da *questão social* são: o retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens.

É no exercício profissional cotidiano que os/as assistentes sociais atuam no atendimento às refrações da questão social, expressas por meio das demandas apresentadas pela população usuária, se dá através da operacionalização das políticas sociais.

No entanto, indubitavelmente, a operacionalização das referidas políticas vem sendo tensionada pelo afastamento do Estado a partir de uma crescente onda de contrareforma deste aparelho, a qual se estende no país da década de 1990 até os dias atuais, tornando-se cada vez mais intensa e massacrante, a ponto das políticas sociais se peculiarizarem, sobretudo, pela seletividade, focalização, e precarização, prejudicando unicamente aqueles/as que delas necessitam.

Esse contexto adverso traz fortes impactos à intervenção profissional, bem como a formação dos/as assistentes sociais nos diversos espaços sócio ocupacionais em que estão inseridos/as, conforme passaremos a discutir.

O estudo em tela se configura como uma pesquisa essencialmente qualitativa de caráter exploratório bibliográfico. Para fundamentar as discussões, foram utilizados autores que abordam as categorias de análise propostas a partir de uma perspectiva crítica.

2 GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Serviço Social se configura como uma profissão de caráter interventivo que atua nas expressões da questão social[1] e está inserida na divisão social e técnica do trabalho n seio da sociedade capitalista.

Para apreender o atual projeto de formação profissional, faz-se necessário situar historicamente o Serviço Social sua emersão, profissionalização, institucionalização, suas

bases teórico-metodológicas e transformações desencadeadas por diferentes processos sóciohistóricos.

A gênese do Serviço Social enquanto profissão, conforme Netto(2011) não está ligado à questão social em si, mas às particularidades desta em um momento específico da sociedade burguesa, denominado de “era dos monopólios”. Nas palavras de Netto (2011, p.19): “o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere a ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica”.

O sistema capitalista, na sua fase monopolista, tem como objetivo principal a ampliação dos lucros através do controle de mercados, proporcionando aos grandes monopólios a apropriação privada de todas as riquezas sociais em detrimento da ampliação da pobreza e da miséria. Esse momento marca a reconfiguração do papel do Estado, que passa a atuar de forma mais constante, principalmente em momentos de crise, sendo funcional ao capitalismo, atuando como “comitê executivo” da burguesia. Além disso, surge um novo elemento, o Estado passa a ter como principal função a garantia de reprodução da força de trabalho (NETTO, 2011).

Na medida em que o capitalismo monopolista se intensificava, trazendo uma série de mudanças para a classe trabalhadora, ascendem as lutas e movimentos desta classe que entra em cena para reivindicar por seus direitos, a exemplo de melhores condições de vida, trabalho, salários, jornadas de trabalho justas etc.

A partir daí, o Estado passa a reconhecer a questão social, em suas mais diversas expressões, através da operacionalização de políticas públicas como forma de preservação e controle da força de trabalho. Assim, o Serviço Social surge como profissão, não como a “evolução” da caridade, mas como uma atividade inserida na divisão social e técnica do trabalho a partir de uma demanda existente, atuando como agente executor das políticas sociais. Como Netto (2011, p. 73) destaca:

> A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, publicamente e socialmente, um caráter profissional [...].

No cenário brasileiro, as chamadas protoformas do Serviço Social encontram-se relacionadas à Igreja Católica e suas ações caritativas e filantrópicas, sendo praticadas principalmente pelas “damas de caridade”, moças e senhoras de famílias abastadas que dedicavam seu tempo à realização de eventos beneficentes, distribuição de comida e

vestimentas para os mais necessitados, etc. O Serviço Social nasce "[...] como um departamento especializado da Ação Social [da Igreja Católica], embasado em sua doutrina social" (IAMAMOTO & CARVALHO, 2009, p. 140).

Conforme os autores acima, as iniciativas da Igreja Católica no enfrentamento das expressões da questão social brasileira fazem parte do movimento de Reação Católica onde busca retomar sua posição privilegiada e recuperar sua influência na sociedade, no início dos anos de 1930, através de um processo de recristianização social. As ações se davam no sentido de ajustar o indivíduo, visto como culpado pela situação de miséria, justificado pelo afastamento da Igreja e a perda de valores morais. Dessa forma, ressalta Iamamoto (2011, p.21), "o Serviço Social emerge como uma atividade de bases mais doutrinárias que científicas no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador". Porém, conforme sustenta a perspectiva crítica, atentar para o papel da Igreja Católica no processo de emersão do Serviço Social brasileiro não implica alimentar a tese conservadora de que a profissão seria uma evolução das ações de filantropia, caridade da Igreja Católica, uma vez que essa é, antes de tudo, uma profissão que nasce diante de uma realidade concreta onde se verifica o agudizamento da questão social e a ascensão da classe trabalhadora no cenário político.

Diante das demandas postas, o Estado, em consonância com a classe burguesa, convoca o Serviço Social para intervir nas relações sociais com o objetivo de amenizar os conflitos entre as classes, em uma perspectiva de ajustamento.

É para atuar, inicialmente, na execução dessas políticas que são demandados os/as assistentes sociais, na fase monopólica do capital, onde só então, o Serviço Social se constitui como profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho.

Portanto, é sob as bases da Igreja Católica que são fundadas as primeiras escolas de Serviço Social, em São Paulo, no ano de 1936 e, no Rio de Janeiro, em 1937, porém, como parte também das demandas vindas do Estado, no entanto, sem deixar de lado o caráter doutrinário-ideológico do neotomismo (IAMAMOTO& CARVALHO, 2009). Nesse momento, o Serviço Social possui uma formação dividida em quatro aspectos: científica, técnica, moral e doutrinária.

Apenas a partir do Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro durante a ditadura militar (1964-1985) que se tem a possibilidade de romper com o histórico conservador da profissão. Netto (2011, p. 131) define tal processo como:

> [...] um conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se com instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas às demandas sociais e de sua

> sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão as teorias e disciplinas sociais.

Tal processo tem como objetivo romper com as bases tradicionais e conservadoras do Serviço Social na busca por novas bases de legitimidade o qual, segundo Netto (2011), se da a partir de três momentos distintos, quais sejam: Perspectiva Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura. Os dois primeiros momentos, apesar de trazerem algumas mudanças na profissão, não conseguem romper com o conservadorismo, uma vez que, a primeira direção renovadora retoma características do funcionalismo e, a segunda imprime ao Serviço Social, a fenomenologia como base teórica, trazendo de volta alguns princípios católicos e um caráter psicologizante para a profissão, retomando assim, a valores tradicionais da profissão desde das suas protoformas.

Nesse sentido, é apenas diante da particularidade do terceiro momento, denominado “Intenção de Ruptura”, caracterizada como a única vertente em total oposição à autocracia burguesa e fundamentada no marxismo, que se tem a construção de um novo Projeto Profissional caracterizado pela recusa e crítica ao conservadorismo profissional, sendo base para a construção do denominado Projeto Ético-Político do Serviço Social(PEPSS).

O PEPSS tem na liberdade seu valor ético central e se materializa através de três dimensões, quais sejam: a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social que tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social; a dimensão político-organizativa da categoria que consiste nas entidades representativas da categoria quais sejam: CFESS/CRESS, ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO e a dimensão jurídico-política da profissão expressa no aparato jurídico-político e institucional da profissão que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional (REIS, 2001).

Destarte, o referido projeto profissional envolve vários componentes tanto de natureza imperativa quanto indicativa, mas, não se resume à normativas, antes, possui, sobretudo, um caráter ético-político em defesa da classe trabalhadora e da transformação societária (NETTO, 2009).

Nesse sentido, o PEPSS que se materializa na Lei de Regulamentação da Profissão (n°8.662/1993), no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, impõe desafios principalmente, no que se refere à formação pautada nas referidas Diretrizes. Conforme Netto (2009, p.152), a partir do novo projeto profissional:

> [...] entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e

> competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional.

Esse redimensionamento do ensino numa perspectiva crítica inicia-se com o processo de revisão do currículo mínimo de 1982 e culmina na construção das Novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, sendo as últimas elaboradas no ano de 1996 e aprovadas nos anos 2000 pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).

Tais diretrizes norteiam a formação em Serviço Social, quais disciplinas, pressupostos éticos e matriz teórica devem fundamentá-la. Reiterando a importância de uma formação calcada nos pressupostos teórico metodológicos, ético políticos e técnico operativos do Projeto ético político hegemônico na profissão.

3. O PROCESSO DE CONTRARREFOMA DO ESTADO E SEUS REFLEXOS NA FORMAÇAO PROFISSIONAL E NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

A atual conjuntura vem sendo marcada por uma série de retrocessos para a sociedade, em especial para a classe trabalhadora que vem assistindo os seus direitos serem usurpados de forma arbitrária. Como afirmou o poeta Carlos Drummond de Andrade “[...], é tempo de divisas. Tempo de gente cortada”, tempo este em que, mais que nunca, assistimos de forma passiva e “consentida” a barbárie social em todas as suas esferas, sob o manto da pseudo segurança do aparelho de Estado e da apatia da sociedade.

O cenário de barbárie não se dá apenas no tocante a ausência de segurança pública, mas também na omissão premente do papel do Estado na efetivação das políticas sociais, penalizando tanto os usuários destas políticas, quanto os profissionais que atuam na operacionalização cotidiana das mesmas, ocasionando fortes impactos na intervenção e, indubitavelmente, na formação profissional. Nesse sentido, a política econômica produz mortos e feridos, e a política social é uma frágil ambulância que vai recolhendo os mortos e feridos que a política econômica vai continuamente produzindo (KLIKSBERG, 1995 apud BEHRING, 2008, p. 248).

Sendo assim, o contexto de contrareforma afeta toda a classe trabalhadora, restringindo, precarizando e subtraindo de forma arbitrária os direitos desta. As verbas direcionadas as políticas públicas são cada vez mais reduzidas, porém os recursos destinados as empresas privadas, a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), bancos privados, pastas de governo, dentre outros, recebem fortes investimentos públicos.

Diante disso, pode-se afirmar que se vive atualmente um caos generalizado, com previsões de tensionamentos cada vez mais intensos para os trabalhadores. No tocante à formação, esta sofre diretamente os reflexos da contrareforma, tornando-se cada vez mais precarizada, em decorrência do descaso com que a política de educação vem sendo tratada.

No âmbito da educação superior, evidencia-se corte de recursos, culminando em uma crescente precarização das condições e relações de trabalho, sobrecarregando os docentes.

São perceptíveis os incentivos fornecidos as instituições privadas de ensino superior, sem, contudo, haver uma preocupação por parte do governo federal e, por conseguinte, dos administradores dessas instituições, na qualidade da formação que é prestada. Assim, a tríade ensino, pesquisa e extensão são desconsideradas, pois a maioria das instituições privadas direciona a formação apenas ao ensino.

Uma característica marcante desse contexto é o ensino a distância. Este, devido à própria fragmentação peculiar dessa modalidade de educação, expressa na fragmentação de conteúdos, aulas quinzenais, ou apenas uma vez por semana. No entanto, o governo não está preocupado com o conteúdo, tampouco com a forma, mas sim em ampliar a inserção no ensino superior, de preferência na educação privada, tendo em vista que o número de vagas, bem como a criação de novas universidades públicas estão cada vez mais restritos, diante do contexto de precarização e sucateamento.

A Educação a Distância (EAD) no Brasil está regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional–LDB, pelos Decretos nºs 2.494/98 e 2.561/98 e pela portaria do MEC nº 301/1998. Dessa forma, essa modalidade de ensino ganha cada vez mais espaço, chegando a atingir não apenas os cursos de graduação, mas também os cursos de pós-graduação. Podemos evidenciar, portanto, que:

> [...] no governo de Cardoso o Brasil vivenciou mais uma face da “anti- reforma” universitária, ou da reforma universitária consentida pelo capital. Somando ao crescente empresariamento da educação superior, esse governo ampliou a privatização internadas universidades públicas brasileiras, ambos sob a aparência de democratização do acesso à educação (LIMA, 2013, p.152).Nos governos posteriores ao de Fernando Henrique Cardoso, o de Lula e Dilma, ocorre a continuidade dos preceitos neoliberais, de precarização, sucateamento, focalização e privatização das políticas públicas, pois o escopo principal centra-se na efetivação de um Estado mini-max, mínimo para o social e máximo para o capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões traçadas no decorrer deste artigo, pode-se inferir que o contexto de contrareforma do Estado brasileiro traz fortes impactos tanto para a formação, quanto para a intervenção profissional nos diversos espaços sócio ocupacionais de efetivação das políticas sociais em que os profissionais de Serviço Social estão inseridos. Porém, apesar da conjuntura vigente apresentar peculiaridades adversas, o Serviço Social desdesuas protoformas, conforme foi apontado nas discussões aqui traçadas, se depara com uma série de contradições que dificultam a operacionalização dos direitos da população usuária.

Porém, cabe notar que tal postura passou a ser assumida pelo Serviço Social a partir do final dos anos de 1980, quando foi criado o Projeto Ético Político Profissional, hegemônico na profissão.

O referido projeto assegura aos assistentes sociais plenas condições não apenas para compreender as correlações de forças que perpassam a sociedade, mas, além disso, subsídios para interpretá-la e posicionar-se na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

A profissão de Serviço Social em decorrência de sua labilidade sócio-ideo-política, busca assegurar-se de condições subjetivas para desenvolver uma intervenção que seja capaz de mediar os interesses divergentes situados nas correlações de forças que perpassam os diferentes espaços sócio ocupacionais em que os assistentes sociais desenvolvem a sua intervenção.

Todavia, nem sempre esta profissão teve tal tipo de postura, pois nas suas protoformas desenvolvia uma prática completamente apática, mantenedora do *status quo*.

A mudança só foi possível a partir de um amplo processo de transformações, denominado Movimento de Reconceituação latino-americano, o qual ocorreu nos anos de 1950. Porém, no caso brasileiro as metamorfoses ocorridas na profissão foram denominadas de Processo de Renovação iniciado, nos anos de 1960 aos de 1980. Foi nessa última década que o Serviço Social passou a utilizar a matriz teórica marxista, cuja qual propiciou uma perspectiva diferenciada das demais utilizadas pela profissão até então.

O referido projeto, diante da devastadora conjuntura de crise que a sociedade vem enfrentando, a qual é impetrada pela contrareforma do Estado, que se dá como um dos preceitos incitados pela política neoliberal tem se deparando com uma série de desafios e dificuldades para a sua efetivação, mas o fato dele existir denota claramente a postura que o

Serviço Social assume diante de uma sociedade classista e eminentemente desigual desde suas origens.

Cabe enfatizar, que mesmo diante de uma série de situações deletérias de direitos, os assistentes sociais que respaldam a sua intervenção no Projeto aqui referendado, têm clareza de como enfrentar os desafios impostos. Daí ratifica-se a necessidade de investimento nas condições subjetivas - formação profissional em processo contínuo - a luz dos pressupostos do referido projeto, de modo a assegurar um perfil profissional comprometido, crítico, ético e competente, capaz de compreender as demandas potenciais e reais que assolam a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia da Silva; TERRA**,** Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado.** São Paulo: CFESS; Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rosetti. **Brasil e contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 29. ed.– São Paulo: Cortez,2009.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: **Serviço Social e Educação**. Larissa Dahmer Pereira e Ney Luiz Teixeira de Almeida organizadores; coordenadoras da série Valéria Forti, Yolanda Guerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez,2011.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez.

DESAFIOS DO SÉCULO XXI E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A PESQUISA E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO INTERIOR DO SERVIÇO SOCIAL

Lanna Ingrid Ribeiro Anastácio (UFPB)

RESUMO

Este artigo aborda as discussões acerca da produção do conhecimento no século XXI, considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais da atual conjuntura. Procuramos ainda, inserir o Serviço Social nestes debates, ressaltando a necessidade da profissão apoiar-se em uma perspectiva crítica frente à realidade social, considerando o compromisso da profissão com a classe trabalhadora e com os princípios de igualdade, justiça social, autodeterminação, entre outros contidos no Código de Ética. Destacamos também, a atuação das entidades político-organizativas da profissão, a exemplo da ABEPSS, na ampliação e fortalecimento da produção de conhecimento qualificado, com as táticas dos Grupos Temáticos de Pesquisa.

Palavras-Chave: Produção do Conhecimento. Pesquisa. Serviço Social. Desafios Contemporâneos.

ABSTRACT

This article addresses the discussions on the production of knowledge in the XXI century, considering the political, economic and social aspects of the current situation. We also seek to insert social work in these discussions, highlighting the need for professional support in a critical perspective on the social reality, considering the commitment of the profession with the working class and the principles of equality, social justice, self-determination, among others contained in the Code of Ethics. We also highlight the performance of the political and organizational entities of the profession, such as the ABEPSS, the expansion and strengthening of qualified knowledge production, with the tactics of the Thematic Research Groups.

Keywords: Knowledge Production. Research. Social Work. Contemporary Challenges.

INTRODUÇÃO

Ao iniciar este breve texto introdutório, salientamos que a discussão abordada neste artigo, se refere aos debates em torno dos desafios do século XXI e seus desdobramentos sobre a pesquisa e a produção do conhecimento no interior do Serviço Social, a partir do diálogo com alguns autores renomados na área como Maria Lúcia Barroco, Ivete Simionatto, Maria Carmelita Yazbeck, Aglair Alencar Setubal, entre outros.

A trajetória histórica do Serviço Social evidencia que a sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, inscrevendo-o enquanto profissão trouxe avanços significativos para o Serviço Social, a destacar no âmbito da produção do conhecimento, o qual proporciona bases para que o assistente social intervenha na realidade propositivamente e criticamente, em consonância com o seu projeto ético político. Avaliamos que a pesquisa resulta em avanços qualitativos para a profissão, tanto na produção do conhecimento, quanto no que tange a prática profissional.

Assim, temos o objetivo de ressaltar a pesquisa enquanto elemento ineliminável da construção do conhecimento, ressaltando sua importância para além das atividades acadêmicas, como os TCC's e estágios, mas durante todo o exercício do assistente social. Portanto, da mesma forma que Iamamoto (1998, p.56), reconhecemos a pesquisa:

> como uma dimensão integrante do exercício profissional dos assistentes sociais, como "uma condição para se formular" respostas capazes de impulsionar a elaboração de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional.

A produção teórica do Serviço Social adquire forte amadurecimento no princípio da década de 1980, com ênfase no papel que as universidades desempenharam neste momento, considerando a criação e ampliação das pós-graduações. Ressaltando o debate acadêmico que emerge em meio à categoria profissional, possibilitando o deslocamento do conservadorismo e iniciando aproximações com a teoria marxista, a qual passa a orientar as bases teóricas e interventivas do Serviço Social através do método histórico-dialético, fazendo com que a profissão busque um novo direcionamento. Assim, a profissão adquire um novo posicionamento político, assumindo o compromisso com a classe trabalhadora, mas com a convicção de seu caráter contraditório, uma vez que atende as demandas da classe trabalhadora e aos interesses do capital. Neste aspecto, podemos destacar a década de 1990, a qual trouxe conquistas ao Serviço Social, proporcionando-lhe a consolidação do projeto ético-político numa perspectiva crítica, com princípios de equidade e justiça social,

conferindo-lhe um verdadeiro redirecionamento político. No entanto, este é um processo que permanece em constante construção e que enfrenta alguns desafios na contemporaneidade, podemos citar as mudanças ocorridas no campo econômico e politico como os principais impulsionadores.

Deste modo, apontamos para a opção política do país ao favorecimento do neoliberalismo e intensificação do capitalismo, o qual implica não apenas na materialização do projeto ético-político do Serviço Social e nas ações concretas de sua atividade, mas interfere ainda na pesquisa e na produção do conhecimento, à medida que, nesta conjuntura, estes últimos tornam-se ferramentas necessárias para o desenvolvimento do capital e divulgação da ideologia neoliberal.

É nesse sentido, que nos preocupamos com o desenvolvimento do conhecimento na contemporaneidade, percebendo que há uma intensificação do direcionamento da produção do conhecimento para atender as necessidades do mercado. Nesse aspecto, evidenciamos o compromisso ético do assistente social, que diante dessas circunstâncias deve se permitir buscar meios alternativos para desenvolver a pesquisa e seu exercício de maneira a desvelar as incoerências históricas e a infirmar seu compromisso com a classe trabalhadora e com a luta por uma sociedade livre da exploração capitalista.

2. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SÉCULO XXI E IMPLICAÇÕES ÉTICAS NO SERVIÇO SOCIAL

A sociedade contemporânea encontra-se fundamentada no capitalismo financeiro, cujos acontecimentos, em sua maioria, são movidos por interesses econômicos. Nesse sentido, destacamos alguns dos principais pontos elencados por Yazbeck (2005), como a globalização, o interesse de grandes corporações e das grandes mídias, e o conhecimento planetarizado. Não diferentemente, o mesmo ocorre com a produção do conhecimento, que se desenvolve em meio a este cenário, direcionado cada vez mais para a lógica mercadológica. Diante dessas mudanças em panorama global, emergem algumas indagações importantes que influenciam na construção do conhecimento, a destacar o “pra quê pesquisar, para quem e como?”.

Assim, no século XXI, o conhecimento adquire novas proporções e, consequentemente, um redirecionamento, fazendo com que a produção do conhecimento volte-se para atender as necessidades do capital e da pequena minoria, obscurecendo sua

real função social, evidências explícitas na imensa quantidade de conhecimento produzido, como salienta Moraes; Juncá; Santos, (2010, p. 447 apud CROSSEN**,** 1996, p. 10)**,** não para ampliar o conhecimento da população, mas para promover produtos, bombardeando-nos de informações a fim de estimular o consumo.

Desse modo, é necessário observar para quê e para quem se destina a ampla gama de conhecimento produzido, assim como, qual é seu objetivo. Não se trata de questionar a compreensão qualitativa x quantitativa, mas de enxergar a realidade social sob um olhar crítico, o qual seja capaz de ultrapassar a aparência imediata dos fenômenos. É necessário, como nos afirma Moraes *et al* (2010, p. 443) apud Martinelli (2005) "trabalhar a partir de uma proximidade crítica com os sujeitos", recorrendo ao diálogo pela via interdisciplinar e tendo, sempre, "no horizonte, o valor social da pesquisa, seu retorno ao campo de intervenção e aos sujeitos que dela participam" (idem).

Detendo-se especialmente sob a produção do conhecimento no interior do Serviço Social, ressaltamos a necessidade de afirmar o compromisso com os princípios ético-políticos da profissão. A este respeito, tomando a seguinte afirmação de Barroco:

> parto do pressuposto de que a ética profissional é uma expressão do projeto ético político e que no CE encontram-se sistematizados os valores, princípios e a concepção ética que orientam o trabalho cotidiano dos assistentes sociais em suas diversas esferas e formas de intervenção, entre elas a da pesquisa (2009, p. 131).

Partindo desse pressuposto, observamos que, a ética permeia não apenas o exercício profissional, mas inclui também a pesquisa, possibilitando que os participantes desse processo tenham seus direitos assegurados, segundo a perspectiva que orienta nosso CE, a qual envolve a dimensão de totalidade, abarcando o compromisso ético em todas as etapas do processo de pesquisa, desde a inserção do participante até para além de seu resultado final. Mesmo após a socialização de tais resultados com os sujeitos, é necessário considerar a verdadeira finalidade da pesquisa e as possibilidades de benefícios para a população. Sobre tal questionamento, o Código de Ética afirma não ser permitido ao assistente social: "Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses" (CE, tít. III, art.6ª, p. 15 apud BARROCO, 2009). Neste aspecto, evidenciamos a autonomia do sujeito participante na sua livre escolha durante esse processo, não devendo ser coagido em nenhum momento, nem lhe causar dano algum, e desta maneira, podemos infirmar que se objetiva o compromisso ético político com o sujeito participante da pesquisa.

Mesmo orientada pelo CE, faz-se necessário compreender os limites e possibilidades da pesquisa, não só no interior da profissão quando se fala de algumas lacunas entre a

produção dos grupos de pesquisa e as exigências do campo profissional, mas, no atual contexto sócio- histórico, em que a crise geral e seu acirramento, em 1990, e a opção do país pela concepção neoliberal incidiram sobre o ensino superior no Brasil. Houve uma redução nos investimentos, ao mesmo tempo em que a educação tornou-se uma espécie de empresa, fazendo com que, aos poucos, ciência e tecnologia se tornassem força produtiva. Esses fatores contribuíram para que a pesquisa e a investigação fossem compreendidas progressivamente, segundo Simionatto, "como os principais motores da inovação para o aumento da competitividade e da produtividade das economias, em termos nacionais e internacionais" (2005 p.60).

Isso desencadeia uma série de desafios à formação profissional, bem como ao futuro da pesquisa no Serviço Social, dependendo das instituições que o demandam e das condições objetivas destas, bem como da potencialização de forças em torno da produção do conhecimento que viabilizem uma análise mais ampla dos processos sociais. Neste contexto, cabe ao pesquisador social direcionar sua investigação para ampliar ou diminuir as conquistas humanas.

Diante disso, a pesquisa no Serviço Social, é responsável, também, por refletir sobre essas mudanças, como retrata Yazbeck:

> [...] considero uma primeira responsabilidade da pesquisa refletir sobre os fundamentos do que está acontecendo, buscando clareza na construção de nossas explicações, na construção de nossa consciência social e política do contemporâneo, na perspectiva de delinear resistências, construir novos caminhos, perspectivas, alternativas, e utopias coletivas. (2009, p. 149)

Quanto ao conhecimento produzido no Serviço Social, Yazbeck (2005, p.151) orienta para o fato de que este deve estar em consonância com a natureza interventiva da profissão, pois, segundo a mesma "o poder social das práticas tem muito a ver com o conhecimento que as orienta" (idem). É necessário que este conhecimento se construa em comprometimento com as demandas da profissão, bem como com as possíveis formas de enfrentá-las. Assim, o profissional e o pesquisador devem aproprie-se de um posicionamento crítico frente à realidade social, considerando que o novo milênio enfatiza a pesquisa e a produção do conhecimento como um mecanismo capaz de ampliar a produtividade. Nesse sentido, é de responsabilidade das instituições que se entrelaçam ao Serviço Social fomentar a pesquisa comprometida com os interesses sociais e uma sociedade emancipada, livre do julgo do capital.

É preciso salientar que, a pesquisa deve considerar os empecilhos encontrados no percurso da construção do conhecimento, uma vez que, há no meio social a valorização do lucro e a constante mercantilização das relações sociais, cujo modelo ideológico e político

enfatizam o individualismo e as políticas neoliberais. Neste contexto, destacamos que a pesquisa pode estar direcionada em perspectivas distintas. Os assistentes sociais, enquanto categoria profissional heterogênea apresenta posicionamento distinto, pois, embora a grande massa profissional esteja entrelaçada a defesa por uma sociedade emancipada e pelos interesses da classe trabalhadora, há ainda, uma pequena minoria que permanece na defesa dos interesses capitalistas, isso nos mostra que o conservadorismo nunca deixou de existir, do contrário, ele sempre permeou as concepções filosóficas da profissão.

É nesse sentido, que a pesquisa pode está voltada para os interesses do mercado ou para cumprir com a sua verdadeira função social. Desse modo, cabe ao pesquisador optar pela perspectiva teórica, filosófica que melhor lhe aprouver, ressaltando que não há neutralidade na pesquisa, uma vez que o homem é sujeito histórico, social, pensante.

3. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

Desde os primórdios do Serviço Social, a profissão desenvolve sua produção teórica envolvida pela “dinâmica mesma de nossas ‘revoluções passivas’, a fecunda batalha das ideias que começa a ter lugar entre nós” (COUTINHO, 1990, p. 25 apud SIMIONATTO, 2005, p.54), até meados dos anos 1970.

Quando do final desta mesma década e início dos anos 1980, segmentos da categoria profissional encontram-se imersos em uma perspectiva crítica, embebecida da teoria Marxista, o que permite o avanço da produção do conhecimento, redimensionando a capacidade interventiva e interpretativa do real.

É necessário ressaltar o papel fundamental que o surgimento das Pós-graduações obteve nesse processo, uma vez que, possibilitou a profissão seu próprio espaço com ênfase na pesquisa e na produção do conhecimento, investindo em desenvolvimento teórico fazendo com que o Serviço Social dialogue com outras áreas do conhecimento, possibilitando a aproximação da profissão junto a CAPES[6]e o CNPq[7] e entre outros órgãos que incentivam a produção do conhecimento.

Nos é permitido mencionar, bem como o fez Simionatto (2005), dois acontecimentos importantes para o novo cenário no qual a produção do conhecimento desenvolve-se no Serviço Social: a Reforma Curricular de 1982, na qual a pesquisa é incorporada a formação

[6] Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
[7] Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico.

profissional, como uma exigência, e a fundação do Centro de Documentação em Pesquisa e Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS, em 1987.

Posteriormente, nos anos 1990, o Serviço Social insere-se nas discussões a cerca da crise de paradigmas, do socialismo real, no embate entre modernidade e pós-modernidade.

Nesse momento há uma expansão das áreas de pesquisa da profissão, ampliando os eixos temáticos, abordando os principais temas que entrelaçam o Serviço Social e a conjuntura brasileira e mundial, como:

> A reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho, as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil, processos de trabalho e Serviço Social, temáticas resultantes das Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996, o aprofundamento de investigações sobre as políticas sociais no eixo da seguridade, especialmente as de saúde e assistência, a retomada da pesquisa sobre a previdência social e o retrocesso dos direitos sociais, agravados pelo desmonte da esfera pública e ainda questões como defesa dos direitos humanos, violência, cidadania, cultura, gênero, identidade e práticas sociais, com destaque para produções relativas às formas participativas de controle social, à questão agrária e à questão urbana, ao crescimento da pobreza, à crise dos padrões de proteção social, aos novos eixos das políticas sociais públicas e privadas (SIMIONATTO, 2005, p. 56-57).

A ampliação das áreas temáticas as quais a profissão se debruça hoje, nos permite afirmar que há uma apreensão maior do Serviço Social sobre as diferentes expressões da “questão social”, não se limitando as demandas postas, buscando a partir de uma dimensão crítica, compreender aspectos estruturais do desenvolvimento do modo de produção capitalista, do Estado, da Sociedade Civil e de todos os aspectos que entrelaçam estas dimensões e que se encontram vinculados.

Com a consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica, a pesquisa ganha força na área, com a articulação entre graduação e pós- graduação, pois deve atravessar todos os níveis da formação profissional.

No nível da Pós-graduação, os cursos tiveram um papel de formar e qualificar pesquisadores docentes e discentes, estabelecer o diálogo com outras áreas do conhecimento, o que deu maior visibilidade ao curso de Serviço Social, e de procurar dar respostas às demandas da sociedade. Já o papel da graduação é o de formar jovens pesquisadores, através de programas de Iniciação Científica, a fim de formar os novos quadros docentes e novos pesquisadores.

A ABEPSS, enquanto entidade acadêmico-científica e política, busca estimular a produção científica na área, mas que essa produção seja socialmente relevante, em conjunto com forças democráticas da sociedade brasileira, denunciando e combatendo a competição produtivista, a qual é considerada como a forma do neoliberalismo invadir os

meios acadêmicos. Acompanha lutas pela preservação da articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, cujo um dos fatores que vem afetando essa articulação é o não interesse do mercado em formar profissionais que tenham a dimensão investigativa em seu perfil; bem como acompanha lutas pela não demissão dos docentes que também se contrapõem a essa dinâmica imposta pelo capital.

Segundo a ABEPSS não se pode falar em formação profissional de acordo com suas Diretrizes Curriculares, sem a presença da produção do conhecimento, tanto no interior do projeto pedagógico, quanto como prática pedagógica cotidiana. Por isso deve-se assegurar que a pesquisa se faça presente, enquanto ação fundamental dentro das instituições públicas e privadas que a compõe.

Um dos focos centrais da ABEPSS é qualificar, fortalecer e consolidar o Serviço Social enquanto área de produção do conhecimento, através de uma política de pesquisa que dê prioridade a eixos, tema e abordagens como forma de potencializar os esforços e os recursos destinados para este fim. Uma estratégia utilizada são os GTPs que, segundo a ABEPSS, têm os seguintes objetivos:

> I- propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva do fortalecimento da área do Serviço Social;
> II- organizar estratégias de fortalecimento ou redimensionamento das linhas de pesquisa na área de Serviço Social;
> III- realizar levantamentos permanentes das pesquisas desenvolvidas e dos eixos temáticos de cada grupo;
> IV- coordenar ações acadêmico-científicas da entidade relativas aos eixos de cada grupo temático;
> V- propor à diretoria uma estrutura de organização temática para o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social- ENPESS. (2009, p. 157)

Estes grupos foram criados na perspectiva de superar o desafio da ABEPSS em assumir o papel de qualificar novos quadros e prover subsídios para a graduação, formar uma massa crítica que garanta uma formação profissional mais qualificada, capaz de se contrapor à “precariedade, ao aligeiramento e ao produtivismo” (ABEPSS, 2009, p. 156).

A criação dos GTPs e de seus temas, explicitamente articulados com o Serviço Social, foi considerado estratégico para fortalecer a área junto às agências de fomento. Essencial também para atender a necessidade de abastecer o debate profissional, bem como encarar as inquietações de seu exercício.

Dentre a diversidade dos eixos temáticos que os constituem e que admitem dimensões diferenciadas e transversais, um aspecto fundamental se destaca e atravessa o debate em todos os grupos: a relação entre projeto profissional e projeto societário, “orientado por uma compreensão do ser social com um ser sócio-históricoauto-constituído pelo trabalho e criador da cultura, em suas mais diversas formas de manifestação e modos

de fruição" (ABEPSS, 2009, p. 158). É essencial o entendimento desta relação, pois ela será a base de fundamentação que dará suporte aos grandes eixos temáticos que constituem os GTPs. Estes, por sua vez, devem se organizar em núcleos aptos a difundir produções e gerar debates e interlocução entre os pesquisadores, articulados com outras associações científicas, visando instigar a pesquisa a partir dos eixos temáticos propostos.

A principal finalidade da ABEPSS em desenvolver as táticas dos GTPs é estimular o progresso do Serviço Social enquanto área de produção do conhecimento arraigado a sua válida e relevante função social, objetivando fortalecer a luta e resistência da categoria profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este artigo, numa tentativa concisa de expor os principais elementos no que tange a produção do conhecimento e as implicações ético-políticas no Serviço Social em meio a este debate, acreditamos ficar claro que trouxe provocações ao leitor quanto aos dilemas que envolvem a construção do conhecimento, sendo necessário despertar uma leitura crítica sobre a problemática aqui abordada. Isto se faz, sobremaneira, em decorrência dos rumos as quais, a pesquisa e a produção do conhecimento tem adquirido, sobretudo, na atual conjuntura, o que nos exige o esforço para desmistificar seu caráter fetichizado e sua funcionalidade ao capitalismo.

Neste aspecto, a profissão adquiriu historicamente, e em decorrência de lutas da categoria, uma grande conquista, sendo esta a produção do conhecimento crítico, com a imprescindível presença da pesquisa que permite o desvelamento das contradições históricas da sociedade. Todavia, é indispensável considerar os desafios postos ao Serviço Social, sendo um dos maiores enfrentamentos contemporâneo, o favorecimento ao neoconservadorismo, que pode resultar em implicações regressivas na materialização do conhecimento crítico.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, ano I, n. 1, pp. 151-161, jan./jun. 2000.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. Serviço Social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. In: **Temporalis**, Brasília, n. 17, p. 131-142, 2009.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. MORAES, Carlos Antônio de Souza. SANTOS, Katarine de Sá. Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social. In: **Serv. Soc. Soc.**[online]. 2010, n.103, pp. 433-452.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 51- 62, jan./jun. 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 147-159, jan./jun. 2005.
http://www.bdtd.uerj.br/roteiro-uerj-web.pdf. Acesso em 23 de jan. 2015.

ISSN: 0000-0000 **De 10 a 13 de Novembro de 2015**

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E SERVIÇO SOCIAL:
uma breve análise

Maria de Lourdes Zacarias da Silva (UFPB)
Maria Aparecida Pereira (UFPB)
Maria de Fátima Leite Gomes (UFPB)
Glenda Gleicy da Silva Pereira (UFPB)

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise acerca da produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro, observando-se assim, o processo de consolidação da pós-graduação na área profissional, tendo-se em vista as transformações ocorridas nas ultimas décadas do século XX. Destacando ainda, alguns elementos que norteiam o processo de pesquisa no que diz respeito ao Código de Ética profissional do Assistente Social, bem como a importância do papel desempenhado pelos Grupos Temáticos de Pesquisa os (GTPs) na produção de conhecimento entre graduação e pós-graduação.

Palavras-chave: Serviço Social, pesquisa, Código de Ética, Grupos Temáticos de Pesquisa.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the production of knowledge in the Brazilian Social Work, observing thus the process of postgraduate consolidation in the professional field, taking into changes that have occurred in the last decades of the twentieth century. Highlighting also some elements that guide the search process with respect to the professional Code of Ethics of the social worker as well as the important role played by the thematic groups of the search (GTPs) in the production of knowledge among undergraduate and graduate **.**

Keywords: socialwork, research, Code of Ethics, Thematic Groups Research.

INTRODUÇÃO

O presente artigo surgiu da necessidade de compreender como se deu a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social brasileiro. Neste sentido, o foco maior do mesmo será a pós-graduação na área profissional, levando-se em consideração as transformações ocorridas nas ultimas décadas do século XX. Para tanto, partirei de reflexões que são frutos de análises textuais, que, de certa forma trazem de modo significativo às contribuições de autores como: Revista ABEPSS, Barroco, Iamamoto, Setubal, Yazbeck, Simionatto, Netto e.

Logo, o objetivo do mesmo é apresentar a importância de tal produção na área supracitada ao longo de sua trajetória histórica, salientado assim, a relevância de tal produção para a profissão.

Neste sentido, durante a exposição deste artigo, buscarei sinalizar a importância da pós-graduação no Serviço Social, bem como a consonância entre os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) na graduação e pós-graduação, destacando ainda, alguns elementos que norteiam o processo da pesquisa. Pois, como bem sabemos é apenas a partir dos anos de 1970 que a pós-graduação se faz presente no curso de Serviço Social brasileiro, iniciando-se com o Mestrado e logo na sequência o Doutorado.

Segundo Setubal (2013), ao considerarmos o conhecimento como forma de se expressar do homem no decorrer de sua história, vemos que, desde os primórdios da humanidade, ele foi sendo construído na relação entre os homens e destes com os objetos da natureza. O conhecimento foi desenvolvendo-se à medida que as próprias ações humanas expandiam-se em decorrência do surgimento e crescimento das necessidades estimuladas pelas experiências sociais, muitas das quais impostas pelos sistemas de produção determinantes das relações sociais de cada época.

É certo que

> As condições e formas pelas quais o conhecimento foi e é elaborado, e as finalidades para as quais se destina, variam, [...]. Assim sendo, o processo de elaboração do conhecimento é de caráter social e não fruto da revelação divina, da iluminação interior reveladora, como queria Santo Agostinho. (SETUBAL, 2013, p.30).

A produção de conhecimento só tem importância à medida que o mesmo desempenha alguma finalidade e não produzir apena por produzir. O conhecimento é uma produção coletiva, é algo produzido na sociedade e para a sociedade.

2. SERVIÇO SOCIAL E PESQUISA

> [...] Refletir sobre os caminhos da pesquisa em Serviço Social é contribuir para conhecer e mudar a realidade, buscando respostas criativas, competentes e inovadoras, em face dos desafios colocados pela realidade, na qual a profissão se move. (YAZBECK, 2005. P. 158-159).

Pode-se afirmar que as transformações societárias vivenciadas nas ultimas décadas do século XX, mais precisamente a partir da segunda metade da década de 1970 com a crise do capitalismo internacional, com uma recessão que trazia consigo o fim do crescimento que perdurou por quase três décadas inteiras. Tais transformações afetaram de modo significativo a vida social, a forma de produção do conhecimento, bem como a forma de apreensão do mundo. Tais transformações modificam ainda as necessidades sociais que já estão postas e fazem com que possam emergir novas necessidades.

No que diz respeito à profissão de Serviço Social, é verificável que ela não ficou inerte diante das modificações que se processaram na sociedade. Muito pelo contrário, ao longo de toda sua trajetória, o Serviço Social brasileiro tem se firmado através de suas atualizações e produções teóricas.

Assim, podemos perceber que:

> O conjunto das produções do Serviço Social brasileiro, dos anos 1930 aos dias atuais, consideradas as particularidades de cada período histórico, indica, assim, o modo como a profissão ou um grupo de pessoas interpreta o mundo, influem politicamente e fazem avançar o conhecimento, construindo um corpus teórico que lhe confere legitimidade. (SIMIONATTO, 2005, p.54).

Ainda de acordo com a autora supracitada, [...] dos anos 1930 ao final dos anos 1970, o Serviço Social vê-se embaralhado com a dinâmica mesma de nossas “revoluções passivas”, a “fecunda batalha das ideias”, que “começa a ter lugar entre nós” (COUTINHO Apude SIMIONATTO, P. 54) no início dos anos 1980, fortalecida com os cursos de pós-graduação possibilita forjar, a partir da Universidade, uma produção de conhecimentos que daria sustentação a um novo projeto profissional. Nas décadas anteriores não havíamos conseguido incorporar o pensamento crítico que florescia, agora a história desnudava-se diante de nós e exigia “a recusa de qualquer hermenêutica autoritária”. Mediante a aproximação com os pensadores clássicos, recriamos nossa capacidade de análise, de interpretações e de intervenção no real.

Foi apenas nos anos de 1970, com a Reforma Universitária (por decorrência da Ditadura Militar) que o Serviço Social tem o seu espaço garantido no campo universitário,

uma vez que, é justamente neste momento que surgem os cursos de pós-graduação, primeiro o mestrado e na década de 1980 o doutorado.

> É no âmbito da pós-graduação, cujos primeiros frutos se colhem na passagem da década de 70 à de 80, que vai iniciar-se e, nos anos seguintes consolidar-se a produção do conhecimento do Serviço Social brasileira, num processo em que pela primeira vez a categoria principiou a sua acumulação teórica. O mais completo balanço quantitativo resultou de paciente pesquisa de Nabuco Kameyama, aponta até 1997 a produção de 958 dissertações e 70 teses, parte das quais publicadas sob a forma de livros ou resumidas em artigos [...]. Um balanço dessa produção mostra que, apesar de muito desigual, ela engendrou uma massa crítica considerável, que permitiu a profissão estabelecer uma interlocução fecunda com as ciências sociais e, sobretudo, criar e revelar quadros intelectuais respeitados no conjunto da categoria e, inclusive em outras áreas do saber. (NETTO, 1999, p.101).

Yazbeck (2005) afirma que, [...] tecer algumas considerações sobre este processo é buscar compreender diferentes posicionamentos, lógicas e estratégias que permearam o pensamento e a ação profissional do Serviço Social, particularmente em sua trajetória após os anos 70 quando tem início a pós-graduação na área e a partir do currículo de 1982 quando a pesquisa é incorporada à formação do Assistente Social.

Simionatto aponta ainda como fundamental nesse processo à reforma curricular de 1982, em que a pesquisa aparece como uma das exigências da formação profissional, e a criação, em 1987, do Centro de Documentação em Pesquisa e Políticas Sociais e Serviço Social-CEDEPSS.

Ainda em 1992, a criação do Diretório de Grupos de Pesquisa, pelo CNPq, estimulou a produção coletiva, possibilitando o incremento e a organização da pesquisa produzida no âmbito acadêmico.

Logo:

> É, portanto, “a adoção de uma teoria social crítica” e um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social” que poderão possibilitar “a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E SERVIÇO SOCIAL Apude SIMIONATTO, p. 58). E produzir o conhecimento necessário para reafirmar o campo profissional com reflexões capazes de subsidiar as diferentes e novas racionalidades dos espaços profissionais provocadas pelas transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas.

Neste momento, compreendo que, cabe esclarecer o que vem a ser o termo “pesquisa”:

Nas palavras de Pontes

> [...] A pesquisa como indica o verbo latino prequiro: a procura; a busca com cuidado; a procura por toda parte; informar-se; o inquirir-se; o perguntar-se; indagar bem, aprofundar na busca. PONTES apud ADORNO;[...] uma investigação feita com o objetivo expresso de obter conhecimento específico e estruturado sobre um assunto preciso.

Neste sentido, Barroco (2009) assinala que, como pesquisador, o assistente social pode se inserir em diferentes níveis de pesquisa, desenvolvidas em instituições acadêmicas ou não, públicas e privadas, em ONGs, entidades de classe, projetos nacionais e internacionais, com equipe multiprofissionais, investigando questões que se articulam às suas áreas de interesse como: saúde, habitação, meio ambiente, movimentos sociais, trabalho, direitos humanos etc.

Contudo,

> A viabilização do CE supõe a realização de ações teleologicamente orientadas pelos seus princípios e valores ontológicos fundamentais: liberdade, equidade, universalidade, socialização e emancipação; ações pautadas em determinados pressupostos ético-políticos: democracia política e econômica, universalização dos direitos e serviços, cidadania, justiça social, direitos humanos, autogestão e pluralismo no campo democrático, o que supõe formas de comportamento ético-político viabilizadoras de respeito à diversidade, da defesa da autonomia e da alteridade, e da recusa do arbítrio, do autoritarismo, da discriminação e do preconceito, entre outros. (BARROCO, 2009, p.131-132).

Barroco assinala que, Os participantes da pesquisa são os sujeitos do compromisso ético político profissional. [...] Parte de suas pesquisas estão voltadas às classes e grupos sociais que pertencem ao universo dos usuários dos serviços sociais: uma população considerada vulnerável a determinadas exigências postas pela pesquisa científica, em termos gerais. O compromisso ético-político com os sujeitos da pesquisa se objetiva na medida em que ele não lhes cause danos durante todo o processo. [...] No CE, qualquer atitude que possa cercear a liberdade do participante é considerada uma infração ética. [...] Contudo, uma forma de garantir a visibilidade do produto final das pesquisas desenvolvidas junto à população é a sua devolução aos sujeitos envolvidos, conforme previsto no CE: “Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários. [...] Informar a população usuária sobre a utilização de materiais de registro áudio visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos”.

Portanto, “É necessário conduzir as massas e aprender com as massas para educar as massas [...] O papel de intelectual é devolver claramente às massas o que delas recebeu confusamente.” (CARDENAL, apud, IAMAMOTO, 1992, p. 111).

Barroco (2009) assinala ainda que, o compromisso ético-político com os participantes não se encerra com o fim da pesquisa: além da devolução dos resultados à população, o que está previsto no CE, analistas consideram que devemos levar em conta a finalidade das pesquisas, do ponto de vista dos sujeitos participantes. [...] A ética profissional supõe deveres e direitos.

Desse modo, os cuidados éticos com a obtenção do consentimento inicial dos participantes é uma garantia não apenas para os participantes, mas também para os

profissionais. Levando em conta que o processo deve ser acompanhado em sua totalidade e que o participante pode deixar de participar do processo se assim o desejar, é necessário que fique claro para os participantes, especialmente em pesquisas acadêmicas, qual é o limite tempo de finalização da pesquisa. É preciso que o sigilo sobre a identificação dos dependentes seja mantido e que as citações das falas dos entrevistados no corpo dos trabalhos sejam feitas a partir das transcrições, de forma integral, sem modificações. Além disso, é fundamental que todos os registros, tais coma gravações, transcrições e diários de campo, sejam cuidadosamente preservados pelo profissional, pois eles constituem as evidências objetivas do processo, que podem ser por utilizadas em caso de questionamentos éticos que possam colocar em dúvida a sua honra profissional.

3. A IMPORTÂNCIA DOS GTPs NA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

> Como um princípio muito caro à ABEPSS, considera-se que a dimensão investigativa atravessa todos os níveis da formação profissional – graduação e pós-graduação – e se encontra em intrínseca relação com a natureza interventiva da profissão. (REVISTA DA ABEPSS, 2009).

Conforme a ABEPSS, ao pensar a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa os (GTPs), é fundamental que eles incorporem o movimento da pesquisa nestes dois níveis, sob pena de recairmos em uma concepção equivocada de que a pesquisa só pode ser realizada na pós-graduação. Igualmente, é importante enfatizar que a pesquisa em Serviço Social se desenvolveu fortemente, durante muitos anos, na graduação. Contudo, é inegável a vocação e a liderança na pós-graduação no processo de produção de conhecimento. Nesta perspectiva, os GTPs devem se constituir em espaços que gerem uma sinergia entre graduação e pós-graduação por meio da pesquisa.

Não obstante

> O surgimento das pós-graduações em Serviço Social ser relativamente recente, remontando ao ano de 1972, os anos 1980 foram muito significativos para o Serviço Social, [...], tendo em vista o investimento no desenvolvimento teórico, na formação de quadros acadêmicos, na produção bibliográfica, na formação de uma intelectualidade que vem intervindo substantivamente na construção de conhecimento e no debate científico na área e em áreas afins. (ABEPSS, 2009, p.152).

Contudo, a ABEPSS sinaliza ainda que, este processo resultou no seu reconhecimento, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – e pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – como área de produção do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas. A partir daí, foi possível o adensamento cada vez maior de uma massa crítica e de um segmento da categoria voltado para a pesquisa acadêmica e para a produção de

conhecimento, o que situa o Serviço Social brasileiro na dinâmica do fomento à pesquisa e a pós-graduação no país.

Neste espaço,

> O Serviço social brasileiro vem dialogando e se apropriando das Teorias Sociais e do debate intelectual contemporâneo, no âmbito das ciências sociais no país e no exterior. Também nesse espaço, o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca de seus fundamentos, da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na pesquisa da questão social, do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho e de suas transformações, da realidade institucional, das múltiplas faces da exclusão social e da pobreza e de outros temas. Enfrentou o desafio de repensar a Assistência Social, colocando-a como objeto de suas investigações. Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais. (YAZBECK apud YAZBECK, 2005, p. 150-151).

A ABEPSS (2009) sinaliza que mesmo com o avanço significativo da pesquisa na área de Serviço Social, com crescimento e consolidação da pós-graduação em Serviço Social no Brasil nos últimos 20 anos, as profundas transformações no processo produtivo induzem a uma política de fomento que atenda aos interesses e necessidades estreitas da política industrial brasileira, recentemente proposta, o que remete à propriedade de pesquisa nas chamadas áreas “duras”.

Para Yazbeck (2005), [...] as mudanças do contexto universitário, ditadas pela lógica do mercado e pela cultura globalizada dos últimos anos 90, colocada em evidência que o sistema educacional brasileiro vem passando por profundas alterações, que objetivam um reordenamento do campo educacional de modo a adequar as políticas educacionais aos ajustes estruturais na esfera da econômica. [...] ex: a perspectiva privatizante, a redução do financiamento da educação em geral, cursos sequenciais, mestrados profissionalizantes, relação entre ensino e pesquisa, e a questão da avaliação de instituições e cursos nos níveis da graduação e da pós-graduação.

Mas essencialmente, caberá aos GTPs:

> Romper com possíveis situações de isolamento dos pesquisadores e de suas produções, coletivizar debates de ponta, pautar temas relevantes, incidir na mudança das subáreas hoje vigentes na CAPES e no CNPq – com o que contamos publicamente com o suporte das nossas representações de áreas -, alimentar o debate da formação e do exercício profissional, alimentar as publicações da área, estimular a organização de redes de pesquisa, fomentar a articulação com a pesquisa desenvolvida por UFAS e instituições de pesquisa na América Latina, África e demais continentes, constituir os eixos estruturadores do ENPESS, bem como outras iniciativas propostas autonomamente por suas coordenações e participantes. Ou seja, os GTPs deverão ter uma vida própria e independente ainda que orgânica à ABEPSS. Entre outras possibilidades (Ibid, p.156-159).

Contudo, essa industrialização, esse produtivismo na produção do conhecimento trás inúmeras complicações no que diz respeito à produção de qualidade, uma vez que, há uma supervalorização da publicação em periódicos, de acordo com os critérios de qualificação em curso, em detrimento dos livros e publicações de inserção social mais ampla. [...] Essa lógica produtivista desconsidera a importância da produção técnica, como relatórios, pareceres, atividade de acessória e consultoria (ABEPSS, 2009, p. 154).

Deste modo, podemos perceber que os GTPs constituem, sobretudo, uma estratégia de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo, busquei de maneira sistemática e objetiva expor alguns elementos acerca da produção de conhecimento no campo do Serviço Social a partir do processo de consolidação da pós-graduação na área profissional. Salientado assim, as contribuições dos (GTPs) neste processo, bem como alguns elementos que norteiam o processo de pesquisa.

Logo, pode-se perceber que, o Serviço Social buscou ao longo de sua trajetória histórica consolidar-se no campo da produção de conhecimento científico. Pois, “Ainda nos anos 70 quando, por decorrência da Reforma Universitária imposta pela ditadura o Serviço Social encontrou seu espaço legitimado na academia” (Neto, p. 101).

Portanto, podemos perceber que, é apenas no âmbito dos cursos de pós-graduação nas décadas de 70 e 80 que se consolida a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. Produção esta que possibilitou a formação de uma massa crítica, apropriação da teoria social, uma interlocução com as ciências sociais, dentre outros.

> Na entrada da década de noventa, o Serviço Social se apresenta no Brasil como uma profissão relativamente consolidada. No plano da formação (com um currículo mínimo nacional e legalmente inserido no nível superior), cerca de setenta unidades de ensino estavam e funcionamento e poucos estados da Federação não contavam com escolas de Serviço Social. A pós-graduação em sentido estrito, implantada na primeira metade da década de setenta, encontrava-se afirmada em sete universidades, quatro universidades públicas (UFRF, UFPE, UFPB e UNB) e três privadas, da rede católica (PUC-RJ, PUC-SP e PUC-RS). E, em sentido lato, registrava experiências importantes. Uma instituição credibilizada, a ABESS, renova-se como foro expressivo dos debates sobre a formação profissional e procura animar, desdev1987, um organismo acadêmico de pesquisa (o Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas Sociais CEDEPESS). Do ponto de vista da chamada produção científica, o Serviço Social – que agências oficiais de fomento já reconheciam como área apta a receber recursos para a investigação – mostrava um dinamismo estimulante: não só tinha na academia um espaço efetivo de elaboração, como já dispunha de bibliografia própria, alargada num fluxo constante, e mantinha, além de publicações intermitentes e alguns órgãos universitários, uma revista profissional com periodicidade regular, circulando

> nacionalmente há mais de uma década (como se sabe, Serviço Social e Sociedade existe desde 1979). (SPOSATI et al, 1996, p.106).

Neste sentido, pode-se observar que durante toda sua trajetória o Serviço Social brasileiro buscou renovar-se, enquanto profissão, embora em alguns momentos tenha sido necessário recuar.

REFERENCIAS

ABEPSS. A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, ano I, n. 1, PP. 151-161, jan./jun. 2000.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. Serviço Social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos.In: **Temporalis**, Brasília, n. 17, p. 131-142, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. Os impactos da crise no Serviço Social, demandas e respostas: A construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**: módulo 1: crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília/DF: CEAD, 1999. p. 91-109.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira, et al, Transformações Societárias e Serviço SocialNotas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano XVII – nº 50, abril 1999. pp..87-132.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social:** utopia e realidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 51- 62, jan./jun. 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social.In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 147-159, jan./jun. 2005.

ISSN: 0000-0000 De 10 a 13 de Novembro de 2015

PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB NA DÉCADA DE 1990

Lucicleide Candido dos Santos (UFPB)
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida (UFPB)
Larissa dos Santos Ferreira (UFPB)
Jéssica Pereira Cosmo da Silva (UFPB)

RESUMO

O contexto histórico das transformações societárias derivadas da crise do capital contemporâneo coloca sob ameaça o projeto da Modernidade mediante a ofensiva Pós-moderna. Este estudo intenta avaliar processo de produção do conhecimento no Serviço Social a partir das Dissertações de Mestrado defendidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPB, vinculadas à área de Fundamentação Teórico-Prática, na década de 1990. Embasa-se nos fundamentos da teoria social critica marxista com o uso da metodologia do estado da arte e outros procedimentos metodológicos complementares de caráter quali-quantitativo como a leitura estatística descritiva, a análise de conteúdo e análise textual.

Palavras-chave: Produção de conhecimento. Serviço Social. Modernidade. Pós-Modernidade.

ABSTRACT

The historical context of societal transformations derived from the contemporary capital crisis puts under threat the modernity project by Postmodern offensive. This study intends to evaluate the knowledge production process in Social Work from the Master's Dissertations on the Program Post-graduation in Social Work (PPGSS) UFPB, linked to the theory and Practice grounds area in the 1990s Embasa up the foundations of Marxist social theory criticizes using state of the art methodology and other methodological procedures complementary qualitative and quantitative character as descriptive statistics reading, content analysis and textual analysis.

Key words: knowledge production. Social Service. Modernity. Post-Modernity.

INTRODUÇÃO

Este estudo trata a execução das atividades do Plano de Trabalho intitulado "Processo de Produção do Conhecimento no PPGSS/UFPB na década de 1990: uma análise a partir das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social", no período de agosto de 2014 a julho de 2015.

Esse Projeto de Pesquisa insere-se no conjunto de atividades investigativas desenvolvidas pelo Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS) que está, devidamente, registrado no Diretório de Pesquisa do CNPq "Fundamentos em Serviço Social e Políticas Sociais".

Este Projeto segue com a verificação acerca da Produção de Conhecimento no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na UFPB na Década de 1990, na qual diagnosticou um universo de 66 Dissertações, das quais 22(33,3%) compreendem o indicador temático da Fundamentação Teórico-Prática e 44(66,6%) voltam-se à Política Social.

Esta pesquisa faz alusão à perspectiva teórico-metodológica de caráter histórico-crítico marxista, isto, por ter buscado inteirar o objeto de análise: o processo de produção de conhecimento no Serviço Social na sociedade burguesa brasileira à luz do legado hegemônico da Modernidade à emersão da Pós-Modernidade.

O processo de organização e sistematização do acervo das Dissertações de Mestrado do PPGSS ocorreu através da utilização do estado da arte que possibilitou a realização do balanço e mapeamento mediante o levantamento das tendências, categorias e enfoques dessas produções da década de 1990.

Por se tratar de uma pesquisa que tem como objeto de estudo as Dissertações de Mestrado, acessadas por meio eletrônico para subsidiar todo o delineio da investigação, consideramos necessário apresentar os aspectos intrínsecos a Lei de Direitos Autorais. "A difusão cada vez maior das obras intelectuais através dos meios de comunicação gerou a necessidade de proteger o direito autoral pelo mundo, com contratos internacionais nos quais se procura dar aos autores e editores dos países assinantes a mesma proteção legal que têm em seu próprio país." (FILHO, 1998, s/p.)

A produção do conhecimento no Serviço Social representou para essa área de conhecimento, decerto, uma iniciação a ruptura com os paradigmas da sociedade cristã (conservadora), eclodindo então, em primeira instância num processo hegemônico da

racionalidade humana, e depois na subestimação desta, com a espiritualização das perspectivas oriundas da ofensiva pós-moderna.

Pretendemos ainda, discutir a produção do conhecimento no Serviço Social nos valendo de aportes teóricos que tratam esta questão de forma geral e específica, uma vez que as colocações gerais ampliam, decerto, a nossa compreensão sobre o objeto estudado, já a específica contribui na delimitação teoria do objeto. Assim sendo, nos termos específicos, vale colocar que o nosso objeto de estudo concentra-se nesse momento a verificar esta produção a partir das Dissertações de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

Expressivamente, “A produção de conhecimento na área de Serviço Social, iniciou-se a partir dos anos 70, quando foram criados os primeiros cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais e, especificamente, na área de Serviço Social, em plena vigência da ditadura militar (1964/80)”. (KAMEYAMA, 1998, p.2).

Iremos retratar os aspectos intencionados pela pesquisa em debate e, posteriormente, os resultados, a discussão detalhada dos dados dos referidos resultados, assim como as conclusões construídas a partir dos resultados alcançados.

2. PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB NA DÉCADA DE 1990: uma análise a partir das dissertações de mestrado vinculadas à área de fundamentação teórico-prática do serviço social.

Os paradigmas modernos que se disseminaram nos modelos econômicos, primeiro dos países da Europa e depois se estendendo a países de outros continentes, passaram a influenciar com maior intensidade nas técnicas de produção do Brasil em meados dos anos 1920, quando o modelo agroexportador, que até então vigorava de modo exclusivo nas relações econômicas do país, passou a perder espaço com o processo de industrialização. Implantam-se assim, no setor econômico as diretrizes próprias do modelo de sociedade de produção, a qual se caracteriza pelas bases da modernidade, onde a preocupação concentra-se em pensar no mundo do trabalho no sentido de propiciar cada vez mais a inserção dos indivíduos na divisão social e técnica do trabalho, uma vez que o lucro na produção se dá, exclusivamente pela extração da mais valia, a qual propicia a superacumulação, enquanto característica própria da modernidade, que firmasse como a sociedade de produção e da razão.

A valorização da racionalidade humana desde o seus primórdios sempre esteve voltada aos interesses da classe dominante e das forças produtivas. Percebe-se então que,

a sociedade de produção utilizava-se da racionalidade para pensar o trabalho numa perspectiva de exploração da força de trabalho e não no sentido de beneficiar o trabalhador, todavia para atender as demandas colocadas pela classe operária, o Estado burguês criou as políticas sociais na intenção de desmobilizar o movimento sindical dos trabalhadores que, eclodiu no Brasil marcando a entrada dos operários no campo das ideias políticas, impulsionada pelo estado de descontentamento da classe, em face dos baixos salários, das péssimas condições de vida e de trabalho.

Desde a implantação da sociedade de produção que se verifica a existência das duas grandes contradições que perpassam a história da sociedade capitalista, quais sejam: produzir riquezas e desigualdade num mesmo patamar, isto é: na sociedade capitalista enquanto maior for à acumulação de capital, maior também será o conjunto das desigualdades sociais. Diante disso, à medida que essa superacumulação passa a serafetada, logo os esforços do Estado acoplam-se aos interesses da burguesia, para juntos buscar soluções eficazes e eficientes para demandar as novas necessidades socioeconômicas. E, foi exatamente isto que ocorreu em 1970, com a instalação da crise financeira e o desemprego estrutural, advindos do uso intensivo das novas tecnologias nos meios de produção.

No entanto, no contexto brasileiro essa realidade econômica propiciou um quadro de transformações no campo do Serviço Social que, até então, firmava-se apenas como área profissional, mas com a mundialização dos sistemas produtivos e das relações de produção, passou também a se firmar como campo intelectual. Desde então, buscou-se desenvolver a interlocução entre a área profissional e intelectual do Serviço Social.

As abordagens da realidade do quadro econômico que transcorreu mundialmente a década de 70 é discutida por Behring e Boschetti (2011) com muita propriedade na obra “Política Social: fundamentos e história”. É muito lembrado que a compreensão posta nesta obra no que tange a economia dos anos 70, representou um papel de suma importância para se decifrar etapas categóricas das relações de produção próprias da crise econômica da década em que se processou no Brasil a produção do conhecimento no Serviço Social.

Diante disso, tornou-se necessário abarcar nesta discussão as implicações e as perspectivas deste fenômeno nas tendências teóricas pertinentes a realidade brasileira no tocante nas produções intelectuais próprias do quadro educacional presente na pós-graduação em Serviço Social no país, em meio a um contexto de busca de reestrutura produtiva nos anos de 1970, o qual foi carimbado pelo modelo neoliberal que marcou e ainda marca os aspectos sociais, políticos, culturais e ideológicos do projeto societal na contemporaneidade.

Conforme diz Montaño (2008, p. 26) apud Alves e Severino (2011, p. 3), a resposta à crise dada pelo capital foi: “o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “reformas do Estado”. A revolução tecnológica trouxe a mundialização da economia, acarretando então, no inicio de um processo de desemprego em massa associado à elevação do exército industrial de reserva, advindo da substituição da força de trabalho humana pela fábrica robotizada, tal como: microeletrônica, robótica e tecnologia de informação. Com o uso das novas tecnologias modificaram-se os modos de acumular o capital, e no tocante a força de trabalho, está passou a ser controlada por processos computadorizados, isto, com o intuito de aumentar os processos produtivos para atender as novas demandas societárias da contemporaneidade que, desde então, foram colocadas pelo processo de globalização de serviços e de mercadorias.

Novas demandas são postas a prática profissional do Serviço Social no período correspondente a crise econômica que se propagava em vários cantos do mundo na década de 70, em razão do processo de mundialização das relações econômicas, marcada pela crescente inserção e das bases tecnológicas nas forças produtivas, as quais caracterizam-se por somar esforços para poupar mão-de-obra, “objetivando a elevação dos padrões de produtividade e rentabilidade do capita, em nome do “evangelho da concorrência”. (IAMAMOTO, 2008, p.115).

Diante da necessidade de consolidar no Serviço Social teorias e técnicas necessárias à prática profissional de modo que viesse a atender as novas demandas engendradas pelo processo de globalização do setor financeiro, é que o Serviço Social reinseriu-se nas bases políticas da sociedade brasileira, uma vez que essa sua atuação foi interrompida pelo “golpe de abril” (NETTO, 2005).

O mundialização da economia implicou para o Estado a busca por medidas de intervenção no significativo aumento das desigualdades e, para o Serviço Social expressou a necessidade de refletir sobre os novos aportes teórico-metodológicos que viessem a servir como diretrizes para “assumir a implementação dos programas sociais em grande expansão no país nesse período, até para compensar a repressão aos movimentos e organizações dos trabalhadores, estudantes e moradores de favelas” (CARVALHO; SILVA, 2004, p.3).

Detemo-nos um pouco mais em explicitar a reação do Serviço Social nesse cenário do Estado e da burguesia contemporâneo no que se refere ao trato da “questão social”, em meio aos impactos que esse novo modelo de socioeconômico no enfrentamento as suas novas expressões, as quais têm sua gênese nas intensivas inovações tecnológicas de base micro eletrônicas e robótica inseridas nas relações de produção e nas forças produtivas.

Reagindo as suas novas demandas o Serviço Social passa a buscar constituir uma nova identidade, um novo papel profissional. O novo compromisso social do Assistente Social concentrava-se na perspectiva dialética. Para tanto, o Serviço social bebeu, nesse contexto na fonte dos aportes teóricos próprios do pensador Antônio Gramsci, que no final da década de 70 começou a ser traduzido no Brasil. Conforme aponta Carvalho e Silva (2004, p. 3):

> Ocorre então um movimento no interior da profissão que se intensifica nos anos 1980 e 1990 na busca da construção de um Projeto Profissional de Ruptura, cujas marcas eram direcionar o compromisso da profissão para a construção de uma sociedade democrática e mais igualitária, privilegiando o apoio e compromisso profissional com as classes sociais populares, apontadas como sujeitos principais desse processo. Esse Projeto Profissional, ainda hegemônico no Serviço Social brasileiro, vem se desenvolvendo com os avanços e recuos, visto considerar que a profissão, ao se situar no âmbito das relações sociais, é sujeito social, mas também sofre as determinações postas em cada conjuntura.

O Serviço Social enquanto categoria profissional por fazer-se presente na divisão sociotécnica do trabalho, também é afetada diretamente pelo quadro das suas inúmeras expressões da “questão social”. Portanto, esta ao mesmo tempo, que possibilitou a legalidade e a institucionalização do Serviço Social acoplou seus profissionais as implicações das suas expressões. Desse modo, a reestruturação produtiva ao afetar os objetos de trabalho dos Assistentes Sociais, quais sejam: intermediar aos trabalhadores o acesso às políticas sociais, ao mercado de trabalho e as políticas de emprego, também ocasiona a necessidade de transformação nos instrumentos teórico - metodológicos dos mesmos no que se referem ao enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social”, no tocante as implantações das políticas sociais destinadas às inúmeras áreas da sociedade (saúde, educação, moradia, etc.), vale dizer que as modificações ocorridas nas formas de enfretamento da “questão social”, “atingem, assim, de forma particular o Serviço Social, como uma das especializações do trabalho na sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p.113).

A interlocução entre a prática profissional do Serviço Social e a produção de conhecimento representou um significativo avanço para a formação dos assistentes sociais. Para tratar deste assunto com maior precisão, trazemos a ideia de Carvalho e Silva ao abordarem que marcou um “Significativo avanço [...], no âmbito da profissão, como atribuição profissional fundamental tendo como resultado uma *rica produção científica sobre as políticas sociais, sobre a profissão* e sobre questões sociais relevantes.” (CARVALHO; SILVA, 2004, p.4, grifo nosso).

A propagação de programas de pós-graduação em Serviço Social mostra-se em desenvolvimento desde 1972, período que marcou a sua gênese, até os dias atuais. A priori, fundaram-se os primeiros cursos em nível de Mestrado, na Pontifícia Universidade Católica

do Rio de Janeiro-PUC/Rio, e ainda neste mesmo ano na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP e, em 1977 a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC/Sere em 1978 a Universidade Federal da Paraíba/UFPB, dando desta forma a estas quatro primeiras universidades o título de precursoras das criações subsequentes cursos de pós-graduação em Mestrado no Serviço Social nas demais universidades brasileiras.

2.1.Discussão e resultados: produção do PPGSS/UFPB nos anos de 1990

Os dados revelam um percentual significativo da área de concentração da Política Social com 66,6% de um total de 66 Dissertações defendidas nos anos de 1990; portanto, 33,3% compreendem a área de concentração da Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social, objeto deste estudo.

A prevalência da produção do conhecimento no Serviço Social na área de Política Social relaciona-se ao fato de a década de 90 ter marcado um período de modificações intensas nas Políticas Sociais, tornando-as palco de discussão de estudiosos do Serviço Social e também de outras áreas. Outro dado que explica essa relevância, concentra-se no fato de a prática dos Assistentes Sociais nesse período ter sido bastante demandada pelo Estado com o propósito de colocar esses profissionais frente às Políticas Sociais.

> [...] os ajustes impostos às políticas sociais no Estado capitalista, por intermédio da política neoliberal, acirrada no Brasil na década 1990, têm demandado ao assistente social uma visão crítica da realidade. Ou seja, cabe ao profissional ir além das fronteiras do imediatismo, com distanciamento necessário das funções pontuais, repetitivas e burocráticas. (SUGUIHIRO *et al*., 2009, p.1).

Aliás, os ajustes ocorridos na Política Social se deram em face de garantir a predomínio das propostas de reestruturação produtiva na perspectiva neoliberal, junto à política de Estado e aos interesses da burguesia. Percebe-se assim, a interlocução existente nesse período entre a Política Social e a discussão efervescente dessa temática na produção do conhecimento no Serviço Social.

Como colocam Analise e Coutinho (2011, p. 10), “Esta “lógica mercantil” que a educação adquire se efetiva principalmente por caracterizar-se como uma organização do trabalho, que valoriza os resultados em detrimento de processos – em especial a produção do conhecimento e a pesquisa”. Ou seja, as temáticas tratadas no processo de produção de conhecimento em Serviço Social evidenciam-se a partir dos traços contextuais da realidade vivenciada em cada tempo histórico, compreendendo-se assim, que suas produções “[...] estão intimamente imbricadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade e que

rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições" (KAMEYAMA, 1998, p.4). Em outras palavras a indústria da produção do conhecimento em sua totalidade materializa-se em uma espécie de interlocução com a lógica da reestruturação das forças produtivas e a relação de produção.

Conforme elucidam os dados, as Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Fundamentos Teórico-práticos do Serviço Social do PPGSS subdividiam-se em 4 (quatro) eixos temáticos, em que 10 das suas 22 Dissertações se inserem no tema relacionado à Prática Profissional (representando 45% do total de 22 Dissertações); 07 no tema Trabalho (32%); 04 na Formação Profissional (18%); e 01 nos Movimentos Sociais Urbanos (5%). Sendo assim, é notória a concentração dessas referências de análise na temática voltada à "Prática Profissional".

Como já foi apresentado nas discussões que iniciaram o presente estudo, foi no final dos anos 1970 que o Estado ditador perde força no campo idepolítico, abrindo assim, espaços para propostas direcionadas a medidas de abertura política. Na efervescência política que se inicia na sociedade brasileira de resistência a Ditadura, o Serviço Social vale-se dessa realidade para retornar ao seu projeto do início dos anos de 1960, de através da sua prática profissional construir uma sociedade contraposta ao individualismo, presente nas bases societárias disseminadas pela Modernidade.

A busca dos Assistentes Sociais em estabelecer novas bases para sua identidade profissional perpassou as décadas de 1980 e 1990, daí explicar-se o motivo da maior representatividade do objeto investigativo desta pesquisa na temática voltada à "Prática Profissional".

Outro fator que contribuiu para que "Prática Profissional" tenha se mostrado a temática mais estudada na década de 1990, e o fato de nesse período as reestruturas produtivas estarem passando por mudanças estruturais, o Serviço Social foi buscar novos aportes teórico-metodológicos para direcionar a sua prática, a fim de atender as suas novas demandas. "Referindo-se a condicionamentos conjunturais nessa escolha, Kowarick afirma que cada época produz suas próprias preferências temáticas, embora estas não decorram de uma relação linear entre a realidade de uma determinada sociedade e a produção de conhecimentos". (KAMEYAMA, 1998, p.4)

Tabela 01 – Incidência das áreas de conhecimento das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB vinculadas a área Fundamentação Teórico-Prática. João Pessoa/PB, 2014-2015.

ÁREAS DE CONHECIMENTO						
ÁREAS	Eixos Temáticos					
	Formação Profissional	Movimentos Sociais Urbanos	Prática Profissional	Trabalho	N	%
Serviço Social	4	1	7	6	18	82
Educação	-	-	3	1	4	18
Total					22	100

Fonte: SEPACOPS

A partir da apresentação dos dados da Tabela 1, pode-se constatar que, no geral, as produções vinculadas à área Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social não possuem uma diversidade em termos de áreas de conhecimento, uma vez que os dados demonstraram a presença de apenas duas áreas: Serviço Social, correspondendo a aproximadamente 82% e Educação, representando um valor aproximado a 18% do total.

Conforme esses dados, constata-se, pois, uma maior concentração de discussões intrínsecas ao Serviço Social. Em outros termos, essas produções apresentam temas que não trazem discussões interligadas a outras áreas de conhecimento, a não ser a do próprio Serviço Social, quais sejam: Ideologias que perpassaram a formação profissional do assistente social; Análises voltadas a formação dos assistentes sociais após a implantação do Currículo "novo" nos anos de 1995, bem como os rebatimentos desse currículo na prática dos assistentes sociais; Perspectivas históricas do Serviço Social conservador e o seu processo de ruptura à emersão dos aportes teóricos do materialismo histórico-dialético.

O processo de construção de uma nova identidade do Serviço Social em meio as transformações societárias oriundas das novas bases que econômicas, ideopolíticas e sociais que direcionam as forças produtivas e as relações de produções firmadas pelo paradigmas da sociedade do consumo, ou sociedade da Tecnologia da Informação.

Os anos de 1990 representaram para o Brasil um período de transformações nas relações estabelecidas entre o Estado e a Sociedade Civil, onde as bases de proteção social, outrora construídas através de lutas de classes antagônicas, iniciaram um processo de modificações representadas pelo desmonte de direitos sociais, desmonte esse que vem apresentado um quadro de crescimento ao passar dos anos.

Com a finalidade de analisar os indicadores autorais, recorreu-se ás referências bibliográficas de 13 Dissertações da área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço

Social, uma vez que, das 22 obras vinculadas a essa área, apenas 13 (treze) se encontravam no acervo do PPGSS/UFPB.

Tabela 02 – Incidência dos principais autores referenciados nas bibliografias das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB na área de concentração Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social. João Pessoa/PB, 2014-2015.

INDICADORES AUTORAIS						
AUTORES	**Temática**					
	Formação Profissional	Movimentos Sociais Urbanos	Prática Profissional	Trabalho	N	%
ALMEIDA, B. L. F.	2	-	15	2	24	28
IAMAMOTO, M. V.	2	-	9	2	13	15,1
NETTO, J. P.	2	-	10	-	12	14
MARX, K.	2	2	2	6	12	14
GRAMSCI, A.	-	-	6	3	9	10,4
LUKACS, G.	1	-	-	8	9	10,4
SPOSATI, A.	2	-	3	2	7	8,1
TOTAL	-	4	2	-	86	100

Fonte: SEPACOPS

Conforme os dados expressos na Tabela 2,verifica-se uma concentração de autores que se manifestam nos referenciais bibliográficos das Dissertações pesquisadas. Constatou-se que entre os autores mais recorridos cita-se Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida, contemplando um universo de 24 (vinte e quatro) indicações. Nesse contexto, essa recorrência fundamenta-se no fato da mesma ter sido orientadora de 5 (cinco) Dissertações, das quais 3 (três) vinculam-se ao eixo temático “Formação Profissional” e 2 (duas) de “Prática Profissional”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão deste Relatório de Pesquisa, é importante colocar alguns aspectos que foram observados a partir dos procedimentos metodológicos empregados na sua produção. Cabe aludir que se teve em todo o processo de investigação a intenção de contribuir com o acervo de aportes teóricos referentes ao debate tema em discussão.

Em razão dos dados analisados, pode-se afirmar que as Dissertações de Mestrado investigadas trouxeram a seu contexto uma rica compreensão dos aspectos conjunturais da década de 1990, e ainda contribuíram para os dias atuais, uma vez que foi necessário

proceder a uma trajetória histórica que pudesse realizar um processo de interlocução do Serviço Social com a realidade posta em cada tempo histórico associado à produção do conhecimento.

Nesse sentido, os dados obtidos caracterizam-se por uma contribuição a outras pesquisas e estudiosos da produção do conhecimento em Serviço Social, uma vez que a partir desta pesquisa o PPGSS/UFPB consubstanciou a organização do seu acesso ao Banco de Dados, o que permite e permitirá outras contribuições relevantes. Por se tratar de construção de conhecimento em nível de Iniciação Científica, banco este que estará disponível tanto ao Programa quanto aos demais interessados em pesquisar esse tema.

É importante pontuar que se averiguou também que, a produção do conhecimento em Serviço Social tem ao longo dos anos, desde a década de 1970 até o contexto atual, desenvolvido nos seus profissionais, a capacidade de articular a postura intelectual à prática profissional, dando uma maior materialidade ao projeto ético-político do Serviço Social, assim como vem juntando esforços para expandir cursos de Pós-Graduação em Universidades que ainda não se encontram contemplados com o nível de Doutorado, nem Mestrado.

Ademais, a propagação do conhecimento próprio do campo da pesquisa acadêmica associa-se a uma maior probabilidade de promoção de conhecimento nas classes subalternas, uma vez que enquanto melhor se concentrar o nível de apreensão crítica da realidade socioeconômica da contemporaneidade, maior será o acesso dessas classes a profissionais com uma visão critica da conjuntura societal para reintegrá-la as bases políticas próprias das estruturais econômicas, políticas e ideológicas culturais que perpassam a realidade em curso.

Nessa conjuntura, apreendeu-se que diversos desafios estão postos aos Assistentes Sociais, os quais se processam nesse contexto de desmonte das Políticas Sociais e dos direitos sociais, e apenas através do legado da teoria social crítica marxista é possível analisar esse contexto sob bases democráticas de inspiração no projeto da Modernidade. Nessa perspectiva, é possível atentar para a realidade societária na conjuntura contemporânea, não em uma visão romântica e ingênua, mas sim, através de uma visão crítica frente às novas expressões da “questão social”. Nesse sentido, é preciso que a produção do conhecimento rompa com os murros da universidade, e que assim, venha a alcançar também outros sujeitos sociais.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **Processo de Produção do Conhecimento no Serviço Social da Década de 1990:** uma análise a partir da hegemonia do legado da Modernidade à emersão da Pós-Modernidade. João Pessoa: UFPB/ CCHLA/ DSS/ PPGSS/ SEPACOPS, 2014. (Projeto de Pesquisa)

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **Processo de Produção Do Conhecimento no PPGSS/UFPB na década de 1990:** uma análise a partir das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço social. João Pessoa: UFPB/ CCHLA/ DSS/ PPGSS/ SEPACOPS, 2014. (Plano de Trabalho)

BRASIL, Presidência da República. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Lei no. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 27/07/2015.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva. A atualidade da pós-graduação na área de serviço social no Brasil. In: **XVIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. La cuestion Social y La formaciónprofesional em trabajo Social en el contexto de lãs nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericano**. San josé, Costa Riva, 2004. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresso/reg/slets/-018-070.pdf> (Acessado em: 10/07/2015).

FILHO, Plínio Martins. Direitos autorais na internet. In: **Ciência da Informação**. [online] ISSN 1518-8385 ci. Inf.v.27 n.2, Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> (Acessado em: 27/07/2015).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo. Cortez. 2008.

IAMAMOTO. M. V.: CARVALHO. R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico- metodológica. 33ºed. São Paulo. Cortez, 2013.

KAMEYAMA, Nobuco. A Trajetória da Produção de Conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências. In: **Cadernos ABESS** (n°8). São Paulo:, Cortez, 1998. pp. 33-76.

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de respostas à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". Lutas Sociais (PUCSP) – São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf>. (Acessado em: 17/08/2015).

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Fernando Siqueira da. Serviço Social e contemporaneidade: afirmação de direitos e emancipação políticas?***In*:**Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (unitau) – Brasil – vol. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <http://revistas.unitau.br/>. Acesso em: 25/08/2015.

SISTEMATIZAÇÃO E HISTORICIDADE: ESTÁGIO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE QUALIDADE

Tamíres da Silva Morais (UERN)
Camila Mesquita Soares (UERN)
Gilclécia Batista de Góis (UERN)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo abordar o Estágio em Serviço Social seguindo um caminho que explicite sua historicidade, em diálogo com o projeto de formação profissional da profissão e os desafios postos a este, até chegarmos à perspectiva de Estágio atualmente defendida pela categoria profissional. Para responder ao nosso objetivo, após resgatar tal historicidade, em um segundo momento, demonstraremos e sintetizaremos mudanças relativas à perspectiva de Estágio em Serviço Social a partir de instrumentos que norteiam tal processo como: Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010 e Resolução 533/2008 do CFESS.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Estágio. Formação profissional.

ABSTRACT

This study aims to address the Stage in Social Work following a path that explains its historicity in dialogue with the vocational training project of the profession and the challenges posed to this, until we reach the stage of perspective we have and currently stand as a category.To meet our goal, after rescuing such historicity, in a second moment, we will show and we summarize changes on the perspective of Stage in Social Work from instruments that guide this process as ABEPSS the Curriculum Guidelines 1996 National Training Policy ABEPSS 2010 and Resolution 533/2008 of CFESS.

KEYWORDS: Social Service. Internship. Professional qualification.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, até chegar ao perfil de profissão claramente comprometida com os interesses das classes populares, que conhecemos atualmente, passou por profundas e até mesmo inesperadas transformações, se olharmos para a essência da profissão em sua gênese. A prática profissional conservadora, dotada de ações que tinham por objetivo ajustar os indivíduos a determinado padrão comportamental, foi ensinada e reproduzida durante anos, seja na dimensão da teoria, em salas de aula, seja nos espaços sócio-ocupacionais, a partir do estágio supervisionado, ou até mesmo através dos profissionais que lá já exerciam a profissão.

Como o fazer profissional não desvincula-se da formação, e, por isso, viemos por meio deste trabalho abordar um elemento de importância substancial nesse processo agregado: o estágio curricular (obrigatório e não obrigatório) em Serviço Social.

Sabe-se que, desde que surgiram as primeiras escolas do referido curso, sempre se fez necessário um momento em que todos aprendessem como agir diante das situações que chegavam até o exercício profissional do Serviço Social. Portanto, a prática do estágio é tão antiga quanto a própria profissão. Porém, acompanhando o curso “turbulento” da história travada pela categoria profissional, este também sofreu reviravoltas em seus contornos e concepções, e é justamente acerca disso que trataremos aqui: como o estágio tem se colocado na formação em Serviço Social e em quais pés andam a educação e a formação profissional hoje no Brasil? Como o processo de estágio coloca-se como instrumento de busca por uma formação profissional de qualidade? O que está posto pelas entidades político-organizativas e político-acadêmica da profissão quanto ao estágio curricular?

Buscamos dar nossa contribuição reafirmando o que se defende enquanto projeto de formação profissional e de estágio, por meio da sistematização dos principais pontos da Política Nacional de Estágio da ABEPSS e de outros instrumentos como as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Regulamentação de número 533/2008 do CFESS, para que possamos nos debruçar neste estudo - e na luta, diga-se de passagem - tão importante para o aperfeiçoamento da formação profissional de qualidade que buscamos.

2 CONTEXTUALIZANDO: MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO

Pensar o atual momento da formação profissional, do Serviço Social e do Estágio requer que pensemos questões que venham a partir da crise que coloca em vigor a

hegemonia neoliberal, pois são nesses tempos em que temos os contextos de contra-reforma do Ensino Superior, de aprofundamento da mercantilização, privatização, aligeiramento da formação e de precarização da universidade e faculdades públicas, colocando diversos desafios para o projeto de formação profissional do Serviço Social e, sendo parte constituinte deste, os coloca também ao Estágio.

Num recorte histórico dos anos de 1973 temos um quadro de “crise do capitalismo com recessão econômica, queda das taxas de lucro, crise do petróleo e de super produção”. (Santos, 2007, p. 72). Assim sendo, buscando sua sobrevivência, o capital é reestruturado, e essa nova estrutura se expressa em, pelo menos, três âmbitos: Primeiro, no mercado, que caminha da produção em massa para a produção flexível, sendo que, este novo modelo de produção vai exigir um profissional também flexível e polivalente, que se adapte as exigências deste mercado. Segundo, no âmbito do Estado, onde haverá a diminuição em gastos sociais e desresponsabilização do governo, privatizando direta ou indiretamente os serviços e transformando direitos sociais também em serviços como, por exemplo, a educação. Para completar o tripé, temos transformação também no aspecto cultural, onde podemos ver uma época de “desvalores”, perdendo-se em muito a dimensão da coletividade e se ressaltando a dimensão individual (contexto onde encontramos o pós-modernismo que desconsidera a sociedade como divida em classes sociais antagônicas). Nas palavras de Santos (2007), que reafirma essas mudanças nos três âmbitos:

> No **âmbito da produção**, esfera do trabalho, tínhamos o modelo fordista/acumulação rígida, voltado para produção e consumo em massa, agora temos, com a reestruturação produtiva, o modelo Taylorista/acumulação flexível, atendendo as necessidades do mercado. No **âmbito da cultura**, tínhamos o legado do pensamento moderno, agora temos a pós-modernidade, negando as teorias macro-estruturantes e aflorando o individualismo. No âmbito do Estado, outrora tínhamos a gestão democráticas com o EBES [Estado de Bem Estar Social], útil ao capital, agora com a reestruturação do capital, o Estado passa a assumir as idéias/políticas neoliberais como resposta às necessidades do capital. [grifos do autor]. (SANTOS, 2007, p. 73).

Enfim, tudo cooperou para que hoje estejamos vivendo um momento de conservadorismo exacerbado e de grave ataque aos direitos sociais e trabalhistas.

Esta totalidade não deixa de incluir a educação, pois, até o atual momento, não houve um rompimento efetivo com as medidas de caráter neoliberal. O que visualizamos é, entretanto, uma situação de cortes (no que se refere à graduação, a pós-graduação, bolsas de mestrado, doutorado e etc). O que acontece e é importante ressaltarmos, é que isto vem ocorrendo tanto em contextos de governos estaduais quanto federal, tendo como resultado más condições de trabalho técnico e docente, com sobrecargas de atividades, deficiência nos planos de carreira, refletido em faltas de concursos e aumento considerável de formas

precarizadas de empregos como os de professores temporários.

Ainda sobre mercantilização e precarização, segundo o ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes da Instituições de Ensino Superior (2014, p.22), o Brasil é o 6° mercado educacional do mundo, com 75% dos seus graduandos em instituições privadas. O que trás diversos desafios para a formação profissional de qualidade tendo em vista que quando se busca lucro em primeiro plano, buscam-se números: cada vez mais pessoas pagando mensalidades.

Dessa forma, outras questões tendem a ficar “de lado”, como é o caso da pesquisa e da extensão. Esse incentivo ao ensino privado dar-se por diversos programas como o Programa Universidade para Todos - PROUNI e Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, que contraditoriamente, beneficiam o estudante da classe trabalhadora e o empresário, levando-se em consideração que, nessa relação, como diz-se popularmente, “a corda tende a partir para o mais fraco”, contribuindo para situações como endividando de discentes por algo que é direito, que é a educação.

Diante de toda essa “jogada do mercado”, é importante atentarmos e destacarmos que não há uma contrapartida equivalente em investimento na universidade pública, assim como não há vagas suficientes para todos, o que é reforçado pela nova Política Nacional de Educação - PNE (2014-2024) que, apesar de garantir 4% do PIB para a educação e 40% para o pagamento da dívida, segundo o ANDES-SN (2014), o texto prevê 10% (que é luta de movimentos e sindicatos da área da educação), mas não garante sua direção para a educação pública, deixando brechas para o avanço da privatização e mercantilização do ensino.

Outro aspecto que deve ser levado para as mesas de discussão refere-se ao boom das EAD’s, modalidade a qual exclui o componente do contato, da presença, por não ser presencial. Sendo este o contato que permite que discentes (e também docentes), possam divergir, convergir, desconstruir-se e construírem um pensamento crítico. Além disso, pesquisas reproduzidas pelo CFESS (disponível em publicação do CFESS, do ano de 2014, intitulada de “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” e em publicação anterior, do ano de 2011, intitulado de “Educação não é fast food”) demonstram o não cumprimento do estágio supervisionado de acordo com as indicações da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social – ABEPSS, além de projetos pedagógicos de cursos e matrizes curriculares desalinhados com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, assim como referências bibliográficas das mais diversas e também desalinhadas.

> Ou seja, a partir da análise realizada, apreende-se que a modalidade de EaD não atende às necessidades reais da maior parte da população brasileira - inserida no mundo do trabalho na condição de classe trabalhadora -, tanto de ter acesso ao ensino superior de qualidade, público e gratuito, quanto de ser atendida, no âmbito dos serviços sociais públicos e privados, por profissionais de serviço social, formados/as de forma solidamente qualificada nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Ao contrário, a modalidade de EaD - pela lógica da qual faz parte e que não pode ser descontextualizada de um país periférico capitalista, desigual, cujo Estado historicamente não concebe a Educação como direito social e dever estatal – indica a tendência crescente de desqualificação do processo formativo e concomitante desvalorização profissional, com consequente reconfiguração do perfil profissional. Desqualificação do processo formativo, confirmada pelas condições nas quais são realizados os estágios supervisionados, amplamente documentadas e retratadas no texto ora exposto, mas também pela própria forma como a formação é realizada nessa modalidade de ensino: sem a necessária vivência acadêmica, convivência com diferentes docentes e discentes, além do primordial contato com o movimento docente e discente. A formação restringe-se ao contato esparso com tutores/as, não permite a interlocução efetiva com movimentos sociais históricos no âmbito acadêmico e, ainda, encontra-se restrita obviamente à dimensão do ensino. (CFESS, 2014, p. 34)

3 A BUSCA PELA FORMAÇÃO DE QUALIDADE EM MEIO A UM CONTEXTO ADVERSO

Conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, uma formação de qualidade é aquela capaz de formar um profissional com um perfil específico:

> As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas. Esta concepção implica que o processo de trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, consequentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social. (ABEPSS/Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, 1996, p. 7-8)

Portanto, o perfil buscado é de um profissional crítico para analisar a realidade social e institucional e nela intervir (por isso também se pressupõe a necessidade de um profissional interventivo); que seja criativo nas suas intervenções, tendo em vista que diversos são os desafios e que tais, demandam a criação de estratégias para superá-los ou respondê-los na direção que preza o projeto ético político profissional; E, por fim, mas não menos importante, competente e compromissado, buscando com afinco atender os interesses das classes populares, tendo em vista que estas muitas vezes não usufruem daquilo que lhes é (ou deveria lhe ser) garantido, seja por falta de conhecimento ou qualquer outro motivo.

E esse perfil buscado é expressão da direção ético-político da profissão, de um, como supracitado, projeto ético político profissional, moldado há mais de três décadas num

movimento de renovação da profissão que vai se definir pela aproximação com a herança marxista e os ideais de esquerda, resultando na luta pela ruptura com conservadorismo no Serviço Social e na busca incessante pelos direitos e deveres dos trabalhadores, feito que teve início através da a aproximação dos atores sociais envolvidos – estudantes e profissionais - com movimentos sociais.

Sobre esse movimento de renovação e "maturação" do Serviço Social no Brasil, devemos destacar alguns marcos: na década de 1980, há o Congresso da Virada que trata-se de um momento histórico quanto a efetivação de um acúmulo construído a partir da aproximação com sujeitos coletivos (como sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais) que ascendem no período de redemocratização do Brasil. Um segundo fato é a criação do Currículo Mínimo de 1982 e do Código de Ética Profissional de 1986, os quais já apresentam rupturas com antigos paradigmas e vão delineando um alinhamento da atuação e formação profissional com um projeto ético político profissional compromissado com uma classe específica.

Os anos seguintes, mais especificamente a década de 1990, tratam-se de anos marcantes para a história do Serviço Social nos dois pólos: tanto no que se refere às conquistas como aos desafios. No ano de 1993 temos a provação do Código de Ética Profissional que avança no conteúdo ético ao mesmo tempo em que conserva os progressos conquistados no anterior, de 1986. Em 1996, há a criação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS que vem para somar com os demais documentos normativos da profissão, atuando no sentido de buscar garantir maior qualidade a formação e do exercício profissional. Porém, como falado inicialmente, esse período também apresentou adversidades. É na década de 90 em que a ofensiva neoliberal adentra com mais força no Brasil. Como já nos foi colocado no início do presente estudo, até hoje vivemos tempos de ofensiva neoliberal onde se esbarram muitas das conquistas de sujeitos sociais organizados, de desmonte das políticas sociais e de Contra Reforma do Ensino Superior.

Voltando nossos olhares especificamente para o pólo positivo da década acima retratada, é essencial destacarmos que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS são um marco legal no sentido de orientar os projetos pedagógicos dos Cursos e que esta deve ser vista "como meio garantidor da direção e qualidade da formação profissional dos assistentes sociais." (ABEPSS, 2011, p.72). Esta foi elaborada pela ABEPSS e sofreu algumas restrições quando enviada para o Ministério da Educação – MEC. Mas, conforme Rodrigues e Carmo (2010),

> [...] muito embora a elaboração das Diretrizes consolide um projeto de formação novo nos anos 90, ela se inscreve como parte das ações de fortalecimento do

> projeto ético, político e profissional que, desde a década de 80, vem sendo coletivamente construída pela categoria dos assistentes sociais". (RODRIGUES; CARMO, 2010, p. 186)

Um dos temas centrais para se consolidar as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e um dos ganchos estratégicos para se pensar uma formação de qualidade para um exercício profissional também de qualidade (crítico e comprometido) é o estágio supervisionado. As Diretrizes Curriculares vão indicar o estágio como um "momento ímpar do processo ensino-aprendizagem, elemento síntese da relação teoria-prática." (2008, CFESS). Então compreende-se este como espaço de troca, que permite vivência da experiência profissional, de desafios postos ao fazer do/da assistente social e de uma aproximação com a realidade da instituição e da sociedade.

4. ESTÁGIO: HISTORICIDADE E SISTEMATIZAÇÃO

Até chegar à concepção de estágio hoje posta, ocorreram muitos processos. Tal assertiva não indica que a experiência do estágio trata-se de uma experiência nova. Ao contrário disso, Lewgoy (2010) afirma que esta estava presente já nos primeiros cursos de Serviço Social no Brasil, remetendo-se aos anos de 1930/1940. Inicialmente tratando-se de um "como fazer" e de uma "disciplina vinculada a prática profissional com o mesmo Status das demais disciplinas do currículo" (RODRIGUES e CARMO, 2010, p. 179).Hoje, ressalta-se a importância dessa, o que pode ser confirmado pela carga horária mínima indicada pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS, o que trataremos adiante. Além disso, hoje a experiência do estágio se revela enquanto um processo de ensino-aprendizagem, de troca, que aproxima o estudante de questões como "Como fazer? Por quê fazer? Para quê fazer? Para quem fazer?" fazendo desabrochar a dimensão crítica, essencial em todos os momentos da formação em Serviço Social .

A PNE é um dos marcos legais e institucionais e que devem orientar as políticas de estágio das Unidades de Formação Acadêmicas - UFAS. Outros dois são a Lei de Estágio 11.788/2008, que vai colocar as atribuições e responsabilidades das instituições de trabalho e ensino, dentre outras disposições gerais e a Regulamentação do CFESS 533/2008 que Regulamenta a Supervisão direta de estágio em Serviço Social (afirma a supervisão direta de estágio em Serviço Social como atividade privativa do(a) assistente social, define número de estagiários de acordo com a carga horária do supervisor de campo, sendo um estagiário a cada 10 horas semanais). Além disso, a Política Nacional de Estágio coloca, indica e propõe outras questões que serão sintetizadas a nos próximos pontos:

- Questão do estágio obrigatório e não-obrigatório

Durante algum tempo muito era falando em estágio curricular e não curricular. Como se uma modalidade fosse componente curricular do processo formativo e outra fosse "extra curricular". A PNE avança no sentido de reconhecer as duas modalidades de estágio enquanto estágios curriculares, um sendo obrigatório e outro não obrigatório, os dois demandando supervisão direta, acadêmica e de campo. As Diretrizes Curriculares não trazem orientações sobre o estágio não obrigatório, mas trazem uma amplitude de atividades no sentido de manter as "disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas, incluindo seminários, oficinas e atividades complementares" (POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ABEPSS, 2010). Além disso, a PNE coloca que o estágio não obrigatório pode ser uma atividade complementar caso tenha supervisão direta, acadêmica e de campo.

E, nesse sentido, temos grandes desafios que se incluem num contexto muito maior de contra reforma do Estado e mercantilização da educação... Além dos desafios no sentido de se avançar na PNE no estágio obrigatório, o não obrigatório tem uma particularidade. É uma demanda do mercado e o que vemos muitas vezes é uma realidade de redução da atividade como processo formativo, passando a ser uma forma de atender ao mercado, ao tempo que se paga menospor uma mão de obra, semi-especializada, que é a de um estagiário e nós, tendo em vista as poucas garantias da assistência estudantil, também temos vemos inúmeras vezes esse estágio como fonte de renda, como forma de até nos garantirmos na universidade. Outra questão é o desafio de se efetivar a supervisão direta nessa forma de estágio, um incômodo recorrente é ainda que essa modalidade fica a cargo das diretorias de assuntos estudantis e afastada dos outros processos.

- Pré-requisitos

A inserção de estagiários tanto em estágio obrigatório quanto não obrigatório deve ocorrer somente após os discentes terem pago as disciplinas de FHTM I e II e Ética Profissional, já que o processo de estágio exige conhecimentos básicos em Serviço Social.

- Carga horária

Ao estágio não obrigatório, a carga horária é estabelecida pela instituição, pelo campo. Já no que se refere à carga horária do estágio obrigatório, esta tem que ser uma quantidade considerável, pelo menos 15% de 3 mil horas, que é a carga horária permitida para o curso, respaldada por resolução do CNE. Sendo que, destas, devem ser feitas pelo menos 3 horas semanais de supervisão acadêmica. São permitidos diferentes níveis de tempo do processo de estágio, porém, sempre delimitados entre dois a quatro semestres, e, no máximo 30 horas semanais em campo. Para estudantes trabalhadores as regras são as mesmas e

cabe as UFA's a responsabilidade de solucionar isso levando em consideração inclusive as possibilidades de se ofertarem disciplinas especiais.

- Disciplinas de "Processo de supervisão de estágio"

Estas disciplinas, partem do princípio de que, assistentes sociais em formação são também futuros supervisores, sejam de campo, sejam acadêmicos. Então esta se materializa enquanto uma estratégia para se fortalecer a supervisão de estágio.

- Regra de quantidade para orientação

A Supervisão acadêmica não deve ultrapassar um máximo de 15 estudantes por turma. E nela, se indica a subdivisão das áreas de atuação, tendo em vista a possibilidade de se trabalhar as especificidades de cada uma. Se tratando da orientação feita pelo profissional de campo, a quantidade de estagiários não deve exceder 1 a cada 10 horas semanais de trabalho, conforme coloca a Resolução do CFESS 533/2008.

- Posição contrária a preceptoria

Uma polêmica que vem se estabelecendo atualmente nos debates sobre estágio, referem-se às preceptorias, que se traduzem por serem as práticas de se contratar profissionais assistentes sociais, com carga horária reduzida, para exercer o papel de supervisores acadêmicos. Nessas situações constata-se uma fragmentação do processo.

- Fóruns de supervisores

Atualmente apontam-se esses fóruns enquanto uma forma de fortalecer a PNE, tendo em vista que estes podem possibilitar o intercambio entre os diversos estudantes e supervisores, e facilitar a socialização de experiências, auxiliando e enriquecendo a busca de estratégias para as questões mais recorrentes.

- Estágio na Pesquisa e na Extensão

Antes de qualquer coisa vale frisarmos que, conforme a PNE da ABEPSS, as pesquisas não podem ser caracterizadas como campos de estágio. Projetos e núcleos de extensão sim, mas com algumas ressalvas: somente quando a supervisão direta puder ser realizada por um assistente social, já que esta é atribuição privativa dessa categoria. Vale salientar que quando um docente que esteja envolvido na extensão aceitar ser um supervisor de campo quando não houver outro assistente social, este não pode exercer ao mesmo tempo a função de supervisor acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode pensar o Estágio em Serviço Social de forma isolada. Esse, como componente da formação ética, profissional e também curricular, inclui-se necessariamente,

no contexto da formação profissional em Serviço Social, a qual lida e se delineia a partir do atual momento da política educacional, sofrendo diretamente os rebatimentos das mudanças ocorridas no âmbito do ensino superior brasileiro e também no mundo do trabalho.

Além disso, seria uma incoerência com o nosso projeto ético político profissional, pensar o estágio apenas como "ensino da prática" na realidade dada, fechado e preso aos seus limites. Nesse sentido, é importante lembrar sempre que o processo de estágio curricular é também processo de experiência, de troca, potencializador de valores éticos e que, no contexto do Serviço Social Brasileiro, esses valores estão no horizonte das transformações, mudanças, do comprometimento com a busca de estratégias para responder aos desafios colocados no dia a dia, de forma que estas respostas sigam a direção da defesa de nossos usuários que são, em grande parte, as classes populares.

Assim, pensar um processo de estágio de qualidade (como nos colocam e defendem as entidades político-organizativas e político-acadêmicas do Serviço Social, das quais se tratam o CFESS, a ENESSO e, por ultimo, a ABEPSS), é pensar também um exercício profissional de qualidade. Dessa forma, o estágio é instrumento de defesa da formação profissional de assistentes sociais em um contexto adverso, que é o atual, em tempos de aligeiramento da formação, de massificação do ensino superior, de precarização do ensino público em tantas dimensões: seja na falta de condições de permanência nas universidades, seja nas condições de trabalho de professores que rebate diretamente na formação, seja na falta e, ainda, diminuição de investimentos em programas e projetos nas universidades públicas ou nas formas precarizadas em que estes se dão. Enfim, por esses e vários outros motivos, torna-se evidente o quão é essencial e urgente pensarmos em um estágio curricular de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Política Nacional de Estágio da ABEPSS. 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social,** 1996. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf>

ANDES. Cartilha **"Em defesa da educação pública, gratuita e dos 10% do PIB para a educação pública já".** Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-395401220.pdf>

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>

CFESS. **Meia formação não garante um direito.** Brasília/DF: 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf>

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social.** Brasília/DF: 2014. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf>

RODIGUES, Janaína dos Santos; CARMO, Perla Cristina da Costa do. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios e limites para o supervisor e o discente no processo de formação profissional. In: **Revista UNIABEU** Belford Roxo V.3 Nº 5 setembro/dezembro 2010.

SANTOS, Tiago Barbosa dos. **A participação política dos estudantes de serviço social na defesa e na consolidação da direção social da profissão:** a práxis política dos estudantes e a relação com a formação profissional. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/a-participao-poltica-dos-estudantes-de-servio-social-na-defesa-e-na-consolidao-da-direo-social-da-formao-a-prxis-poltica-dos-estudantes-e-a-relao-com-a-forma.pdf>

ISSN: 0000-0000 De 10 a 13 de Novembro de 2015

LIMITES PARA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: as aldeias infantis como espaço de garantia dos direitos sociais

Elza Costa Morais (UNP)
Marianna Camila Aquino e Silva (UNP)
Marwyla Gomes de Lima

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o Serviço Social no Terceiro Setor, compreender como se dá a inserção do assistente social nesse de atuação. E avaliar a contribuição do assistente social nas Aldeias Infantis SOS Brasil-Mossoró. Para tanto realizamos uma pesquisa qualitativa de campo, buscando identificar qual a proposta de trabalho do assistente social, quais as principais demandas da ONG, de que forma o profissional desenvolve seu trabalho, as limitações encontradas. Para uma maior fundamentação e utilizamos a pesquisa bibliográfica, onde dialogamos com alguns autores como: Lúcia Freire, (2010), Iamamoto, (2012), Montaño, (2007), dentre outros.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Aldeias Infantis. Assistente Social.

ABSTRACT

This work aims to analyze social work in the third sector, to understand how is the insertion of the social worker that of action. And evaluate the contribution of the social worker in the SOS Children's Villages Brazil, Mossoro. To this end we conducted a qualitative field research in order to identify which job offer social worker, what are the main demands of the NGO, how the professional carries out its work, the limitations found. For greater foundation and use the literature where we dialogue with some authors as: Lucia Freire (2010), Iamamoto, (2012), Montaño, (2007), among others.

Keywords: Third Sector. Children's Villages. Social worker.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar a inserção do Serviço Social no Terceiro Setor, a fim de desmistificar alguns debates em torno desse espaço sócio ocupacional, apontando dados relevantes que expressem uma noção clara do conceito “terceiro setor”. Os espaços sócios ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado, nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria e organizações de movimentos sociais.

Diante das novas configurações da ordem do sistema Capitalista e das constantes ofensivas neoliberais. Vivencia-se a reestruturação produtiva, a contra reforma e os mais variados ataques à classe trabalhadora, nesse trabalho nos propusemos desmistificar os fenômenos ocultos em torno do “terceiro setor”, e das estratégias neoliberais e suas funções ideológicas. O Estado, reduzido ao mínimo, se tornaria mais eficiente propiciando a expansão e o fortalecimento da sociedade civil e do mercado. (DARCY, 2000).

De acordo com Montaño (2007, p.53), “Essa perspectiva hegemônica, tem clara inspiração pluralista, estruturalista ou neopositivista, isola os supostos setores um dos outros e concentra-se em estudar de forma desarticulada da totalidade social”. O autor ainda afirma que o terceiro setor surge em um contexto de desmonte dos direitos sociais e abrangem as ONGs, as fundações, as associações comunitárias os movimentos sociais. Porém desconsideram alguns processos como a reestruturação produtiva, as transformações no mundo trabalho e os postulados neoliberais (MONTAÑO, 2007).

> O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, caracterizando-se por sua dimensão essencialmente propositiva e interventiva, atendendo a demandas que mudam historicamente, e determinando-lhe novas competências. (IAMAMOTO, 2012, p.24).

De acordo com Iamamoto (2012), esse processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário, faz com que o Serviço Social ingresse no universo da “mercantilização”. Os desafios enfrentados pelo assistente social a partir das transformações no mundo trabalho se dão, através do impacto causado pela reestruturação produtiva no cotidiano desses profissionais.

Com a desregulamentação das leis trabalhistas, propiciada pela chamada acumulação flexível, acarretou instabilidade profissional, intensificação do trabalho, gerando

trabalho temporário e subcontratação de mão de obra, assim como o retrocesso nas políticas públicas.

Nesse contexto surgem as chamadas Aldeias infantis SOS Brasil-Mossoró, como espaço sócio ocupacional também ocupado pelo assistente social. As Aldeias Infantis são uma Organização sem fins lucrativos, de promoção ao desenvolvimento social que trabalha desde 1949, na defesa, garantia e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. O trabalho conta com o apoio financeiro de pessoas físicas, por parcerias com empresas, que financiam projetos e convênios com o Poder Público e principalmente com a sociedade civil.

Para tal, utilizamos como metodologia de investigação a pesquisa qualitativa de campo e a pesquisa bibliográfica. A metodologia adotada nos possibilitou a apreensão do cotidiano institucional das Aldeias Infantis SOS Brasil, de forma que através do roteiro de entrevista semiestruturada, nos permitiu analisar as condições de funcionamento da ONG, e conhecer um pouco da história das Aldeias Infantis SOS Brasil.

Através desta buscamos apreender o fazer profissional do Assistente Social nesse espaço sócio ocupacional, nos possibilitando a construção de um diálogo buscando compreender como se dá a prática desse profissional, dentro das Aldeias Infantis SOS Brasil, visando identificar os limites e possibilidades desse espaço sócio ocupacional.

Nesse processo foi entrevistada a Assistente Social, que nos possibilitou o acesso a casa lar, onde tivemos um pequeno dialogamos com a Mãe Social e com uma adolescente (Interna), a visita e entrevista foram realizadas no período de março de 2014.

A partir da análise do conteúdo coletado na entrevista, buscamos compreender criticamente o sentido que foi demonstrado ou ocultado no discurso da entrevistada, buscando descortinar o que se esconde por trás do discurso apresentado pela profissional assim como sua compreensão sobre o “terceiro setor”.

2. TERCEIRO SETOR COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

De acordo com Montaño “O termo Terceiro Setor, de origem norte-americana, surge como conceito cunhado, nos Estados Unidos em 1978, tendo como idealizador John D. Rockfeller III” (2007, p. 53). E ainda de acordo com Montaño, no Brasil chega por intermédio de um funcionário da fundação Roberto Marinho. Entende-se que o chamado “terceiro Setor”, são as ONGs, as fundações, as associações comunitárias, os movimentos sociais, dentre outros.

Ou seja, o terceiro setor está ligado diretamente a intelectuais aliados à burguesia, o que nos faz refletir no empenho dessas instituições voltadas para refilantropização. Para Simões (2009). O desenvolvimento do *terceiro setor propicia* ao Estado a desconsideração da lei de licitações, ou seja, a obtenção da mão de obra e a ausência de concursos públicos, acarretando "terceirização da rede pública de serviços, tradicionalmente prestados à população, especialmente na área de saúde e educação" (SIMÕES, p.452, 2009).

Considerando essas práticas como neopositivista, estruturalistas, funcionalistas ou liberais, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um dos setores, desistoriciza a realidade da sociedade, como se o político pertencesse à esfera estatal, o econômico ao âmbito do mercado, e o social remete-se apenas a sociedade civil. Segundo Freire (2010). Na década de 1970 o mundo vivenciou a crise do capitalismo, esse fenômeno acarretou na transformação do sistema econômico Fordista/Toyotista, fim da fabricação em série, para um novo modelo econômico de produção que passou a produzir de acordo com as demandas e de acordo com necessidade humana, refletindo diretamente na vida da classe trabalhadora.

> Para encobrir a desregulação dos" direitos trabalhistas: A "terceirização" e a "flexibilização" do contrato de trabalho eliminam sem desmascarar os direitos conquistados pelo trabalhador assalariado; paralelamente, o desenvolvimento dos direitos do consumidor opera ideologicamente como desenvolvimento de uma nova cidadania (MONTAÑO, 2007, p.225).

Com a Reestruturação Produtiva ou acumulação flexível, houve uma desregulamentação das leis trabalhistas causando retrocesso em direitos já conquistados pelos trabalhadores ao longo da história, com a flexibilização do trabalho e enxugamento do estado e da iniciativa privada o trabalhador passa por um processo de desvalorização da mão de obra, acarretando instabilidade profissional, subcontratação, intensificação do trabalho gerando informalidade profissional.

O Estado divide suas responsabilidades com a iniciativa privada e a sociedade civil, caracterizando-se como práticas neoliberais diminuição da participação estatal nas políticas públicas responsabilizando a sociedade civil. Criando o *terceiro setor* para dar respostas a sociedade no enfrentamento das questões sociais e das políticas públicas.

Com as transformações no mundo do trabalho, a classe trabalhadora passa a ser uma classe polarizada, com uma pequena parcela de profissionais com empregos estáveis com acesso a direitos trabalhistas, porém uma larga parcela da população continuar a viver em trabalhos precários, temporários e informais. Nesse contexto surge o trabalhador polivalente aquele profissional que é chamado a exercer múltiplas funções, com a mesma carga horária e o mesmo salário, como consequência do enxugamento da iniciativa privada.

> Algumas empresas como Bradesco, Parmalat, Ronald Mc Donald, Albino Souza Cruz, dentre outras, tem claro fim lucrativo, ainda que indireto. No caso das ONGs, pesquisas mostram como grande parte dos recursos repassados do Estado para algumas organizações, por meio das parcerias, ou seja, parte da mais-valia recolhida pelo Estado em forma de impostos, e supostamente dirigida a atividades assistenciais, não chega aos seus destinatários finais, ficando para custear os gastos operacionais dessas organizações. (MONTAÑO, 2010, p.58).

As instituições do "terceiro setor" da qual faz parte as Aldeias Infantis, se coloca também como espaço de atuação profissional do Serviço Social, assim como os outros espaços sócios ocupacionais, são permeados de contradições e interesses de classe. Sendo o profissional chamado a responder as demandas desses espaços, que se colocam na maioria das vezes com muitas limitações, mas que também pode ser enxergado pelo profissional como um espaço de possibilidades para desempenhar uma boa atuação.

Para tal, utilizamos como metodologia de investigação a pesquisa qualitativa de campo e a pesquisa bibliográfica. A metodologia adotada nos possibilitou a apreensão do cotidiano institucional das Aldeias Infantis SOS Brasil, de forma que através do roteiro de entrevista semiestruturada, nos permitiu analisar as condições de funcionamento da ONG, e conhecer um pouco da história das Aldeias Infantis SOS Brasil. Através desta buscamos apreender o fazer profissional do Assistente Social nesse espaço sócio ocupacional, nos possibilitando a construção de um diálogo buscando compreender como se dá a prática desse profissional, dentro das Aldeias Infantis SOS Brasil, visando identificar os limites e possibilidades desse espaço sócio ocupacional.

Nesse processo foi entrevistada a Assistente Social, que nos possibilitou o acesso a casa lar, onde tivemos um pequeno dialogamos com a Mãe Social e com uma adolescente (Interna), a visita e entrevista foram realizadas no período de março de 2014. A partir da análise do conteúdo coletado na entrevista, buscamos compreender criticamente o sentido que foi demonstrado ou ocultado no discurso da entrevistada, buscando descortinar o que se esconde por trás do discurso apresentado pela profissional assim como sua compreensão sobre o "terceiro setor,

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira instituição Aldeias Infantis SOS, foi fundada por Hermann Gmeiner, em Imst, Áustria, em 1949. O objetivo inicial foi de acolher crianças órfãs, vítimas da II Guerra Mundial. Com o passar do tempo o campo de atuação foi ampliado, com programas para

famílias, comunidades, defesa de direitos e ações voltadas à saúde e nutrição, centros educacionais e promoção de direitos das mulheres, além do auxílio em emergências. Atualmente, atua em 133 países e territórios, são crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que perderam ou estão prestes a perder os cuidados de suas famílias (ALDEIAS, 2014).

No Brasil, os serviços são desenvolvidos em 22 programas presentes em 12 estados Brasileiros e no Distrito Federal. No Estado de São Paulo há 6 unidades em Poá, São Bernardo do Campo, Rio Bonito (Interlagos), Campinas, Rio Claro e Pirassununga. No acolhimento institucional, cada núcleo familiar é composto por até nove crianças, irmãos biológicos ou não, de diferentes idades e de ambos os sexos que ficam sob o cuidado de uma mãe social.

Cada núcleo familiar possui suas próprias características, ritmo e rotina. No núcleo familiar estimula-se a convivência na comunidade, compartilhando responsabilidades, trabalhando conflitos e limites da vida cotidiana, na perspectiva de um desenvolvimento integral. Os núcleos familiares estão inseridos no meio comunitário, onde crianças, adolescentes e jovens têm a oportunidade de participar ativamente da realidade local (ALDEIAS, 2014).

As crianças são encaminhadas pelas autoridades da Infância e os irmãos biológicos não são separados. A Organização detém a guarda provisória e excepcional das crianças adolescentes e jovens a ela confiada. Sempre com a garantia de seus direitos básicos como: alimentação, educação, saúde, lazer e o direito à convivência familiar e comunitária. A idade varia de 0 a 18 anos e o tempo para permanência é analisado individualmente. Para os jovens, em processo de emancipação, a Organização oferece apoio, orientação e acompanhamento, por um período específico, até que esteja garantida sua autonomia.

Em Mossoró, as Aldeias Infantis SOS Brasil é composta pelo Gestor, Assistente Social, Psicólogo e duas Cuidadoras residentes. A estrutura é composta por um escritório, (uma casa), sala de reunião, computador acesso a internet, impressora e scanner, transporte fretado pela ONG. Segundo entrevista com a Assistente Social, a proposta de trabalho do assistente social nas aldeias infantis é promover a formação política das famílias, fortalecerem os vínculos com as crianças e adolescentes e estabelecer aliança com a organização.

Segundo informações colhidas durante a visita, a assistente social apoia às questões que necessitarem de encaminhamentos e suporte para melhorias dos entes familiares, orienta e fortalece o trabalho das Cuidadoras residentes. Delineia planos de desenvolvimento levando em consideração as Áreas de Resultados para arquivo e

elaboração dos Relatórios para a Vara da Infância e Juventude - VIJ e Ministério Público – MP. Acompanha as ações planejadas e reprograma, quando necessário e/ou determinação judicial (Dentro do Plano Individual de Desenvolvimento – PID).

Trabalha na elaboração de projetos juntamente com a equipe de apoio a gestão, mantém documentação e o registro da vida das crianças, adolescentes e jovens atualizada. Garante o histórico das crianças e adolescentes para monitoramento e outras necessidades futuras, busca a fidelização e o bom relacionamento de crianças, adolescentes e a organização com os padrinhos (afetivos ou financeiros), mantêm o Poder judiciário informados, a fim de viabilizar as ações, garante a participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas; gera informações verdadeiras para análises e tomadas de decisões, realiza Visitas Familiares, e participa dos Conselhos de Garantia de Direitos.

Segundo a Assistente Social, a mesma consegue desenvolver seu trabalho de forma satisfatória já que a ONG não enfrenta muitos problemas financeiros, e a mesma dispõe de certa autonomia, facilitando seu trabalho junto aos órgãos públicos responsáveis pelas crianças e adolescentes.

Quando foi questionada sobre o “terceiro setor” a profissional faz comparações com instituições que também trabalham com crianças em situações de vulnerabilidade social, mas que tem somente o Estado à frente dessas instituições, e por existir essa articulação entre a Assistente Social e os profissionais da rede de proteção social básica e especial do município de Mossoró, ela afirma existir muitas limitações na esfera pública, principalmente no que diz respeito aos *usuários* e *internos*, eles tem grande dificuldade de acessar as políticas sociais, tantos os da *Proteção Social Básica* quantos os da *Proteção Social Especial*. Já os internos das Aldeias Infantis têm uma maior facilidade de acessar esses serviços junto à saúde à educação, ao esporte ao lazer, a instituição não tem problemas financeiros, e dispões de verbas para realizar essas ações de forma satisfatória.

Ou seja, as políticas públicas não chegam a todos os usuários e quando chegam não são satisfatórias devido à precarização dessas políticas. O Estado transfere suas responsabilidades sociais ficando a cargo da iniciativa privada, e da sociedade civil.

A profissional afirma dispor de relativa autonomia dentro do seu espaço sócio ocupacional, assim como alega gostar da função que desempenha na instituição, apesar disso a profissional afirma se preocupar com a instabilidade no seu campo de trabalho, e apesar de reconhecer o *Terceiro Setor*, como espaço de atuação do Assistente Social, reconhece a falta de interesse por parte do Estado em realizar concursos públicos, podendo ficar a qualquer momento desempregada, ou continuar submetendo-se a subcontratações

de mão-de-obra, ou ainda na pior das hipóteses enfrentar o exército industrial de reserva, como muitas outras profissionais do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Terceiro Setor conforme analisamos nesse trabalho é um espaço de atuação do assistente social, desse modo nas Aldeias Infantis, é desenvolvido um trabalho de acolhimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Onde a sociedade civil é chamada a dar respostas à sociedade no enfrentamento das questões sociais. Dessa forma o Estado com práticas neoliberais, em parceria com empresas da iniciativa privada e a participação da sociedade civil desenvolve um trabalho junto à população através das ONGs Organizações não Governamentais, na tentativa de viabilizar acesso às políticas públicas, diminuindo sua responsabilidade frente às políticas sociais, da mesma forma se dá com Empresas da iniciativa privada, que investe uma parcela mínima dos lucros nas políticas sociais, a fim de diminuir a carga tributária e demonstrar sua responsabilidade social.

Com a Reestruturação Produtiva e a flexibilização do trabalho e terceirização, as leis trabalhistas aos poucos foram sendo desregulamentadas, e a classe trabalhadora sofre retrocessos diante das conquistas trabalhistas já alcançadas, e precarização nas políticas públicas. É preciso ressaltar que o assistente social enfrenta grandes desafios nos espaços sócios ocupacionais, na busca constante por inserção no mercado de trabalho, o profissional se depara com as mais variadas expressões da questão social, e na tentativa de viabilizar acessos à classe trabalhadora e garantir os mínimos sociais, requer dos assistentes sociais inúmeras estratégias e planejamento para execução do trabalho dentro desses espaços.

A aproximação com a realidade através da pesquisa de campo foi de extrema importância para o conhecimento dos possíveis espaços sócios ocupacionais o qual estaremos inseridas, e compreensão das limitações enfrentadas pelo assistente social para desenvolver seu projeto societário através de sua base teórica- metodológica ético-politica, e técnico-operativa.

REFERÊNCIAS

Aldeias Infantis SOS Brasil. Disponível em: <http://www.aldeiasinfantis.org.br>

CFESS. Manifesta**. Fundos de Solidariedade e Refilantropização da Política de Assistência Social.** Brasília, 1 de setembro de 2009.

DARCY, Miguel. **O novo papel da sociedade civil no combate a pobreza e exclusão social.** Brasília, Ministério das Relações Exteriores. 2000.

FREIRE, Lúcia M.de B.**O Serviço Social na Reestruturação Produtiva:** espaços programas, direções e processos do trabalho profissional. 3.ed.São Paulo: Cortez,2010.

IAMAMOTO, Marilda. Vilela**. Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** Ensaios críticos**.** São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro Setor e Questão Social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K, e ENGELS, F.A Ideologia Alemã (Feuerbeach). São Paulo, Grijalbo, 1977.

SIMÕES, Carlos, **Curso de Direito do Serviço Social.** 3. ed.rev. atual.- São Paulo:Cortez,2009.

ESTÁGIO CURRICULAR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: os desafios para o serviço social na contemporaneidade.

Ana Paula de Assis França (UERN)
Larissa Jessica Ferreira de Souza (UERN)

RESUMO

O estágio curricular se constitui num momento ímpar para o processo de formação de qualquer estudante, pois é através do estágio obrigatório que os estudantes poderão vivenciar a parte prática do serviço social, possibilitando o primeiro contato destes com o exercício profissional. Assim, o presente trabalho objetiva discutir e problematizar os desafios contemporâneos que perpassa o processo de formação dos assistentes sociais, uma vez que, os rebatimentos do capital e do ideário neoliberal vêm impactando os campos de estágios, no tocante que muitos sofrem com a dura realidade das condições precárias de trabalho dos profissionais.

Palavras-chave: Estágio curricular. Serviço Social. Formação Profissional.

ABSTRACT

The internship constitutes a unique moment for the formation of any student process because it is through the compulsory internship that students can experience the practical part of social work, enabling these first contact with professional practice. Thus, the present study aims to discuss and question the contemporary challenges that permeates the process of training for social workers, since the repercussions of capital and neoliberal ideas come impacting stages courts, concerning that many suffer from the harsh reality the poor working conditions of professionals.

Keywords: Internship. Social work. Vocational training.

INTRODUÇÃO

A cena contemporânea se apresenta de forma dinâmica, com transformações societárias no modo de produção e reprodução do capital e da vida social. Essas novas

transformações engendradas na sociedade vai requerer que o Serviço Social repense novas estratégias para suas intervenções nas múltiplas expressões da questão social.

Diante dessa realidade, se faz necessário ressaltar a importância do estágio para a formação dos profissionais do serviço social, uma vez que, os campos de estágios perpassa as transformações da vida material e espiritual dos homens. Sendo que, o estágio encontra hoje inúmeros desafios para a sua execução, como por exemplo, as condições precárias de trabalho dos assistentes sociais, a dicotomia entre a teoria e prática, a mercantilização do ensino superior, o boom da EaD de Serviço Social, dentre outros fatores.

Posto isto, vale frisar que o presente trabalho tem como objetivo problematizar os desafios conjunturais que estão postos a formação dos profissionais do Serviço Social, mais especificadamente, olharemos aqui para o estágio curricular e os dilemas que o mesmo vive nos diferentes espaços sócio-ocupacionais de atuação dos assistentes sociais.

A presente pesquisa é de caráter bibliográfica e compreensiva, no que concerne a finalidade de apreendermos os desafios que se sobrepõe a formação do profissional do serviço social. Diante dos entraves que a profissão encontra para a efetivação do seu projeto ético-político, vale destacar que a mesma conta com possibilidades reais para a construção de um novo projeto de sociedade, em que não exista qualquer forma de exploração e dominação sobre os homens e as mulheres.

Para a realização desse estudo, utilizamos um suporte teórico calcado em alguns autores: Iamamoto (1998) que traz contribuições sobre a formação e o trabalho do assistente social na contemporaneidade; Pinto (1997), Lewgoy (2009) e Burriolla (2001) que vão caracterizar o estágio e tecer comentários sobre os seus desafios atuais. Por último, vale inferir que a discussão da temática dessa pesquisa é muito relevante, assim como necessária para o meio acadêmico, pois vivemos num momento histórico de retrocessos dos direitos sociais e de avesso da vida social, em que o projeto ético-político do serviço social encontra condições hostis para a sua materialização.

2 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA O PROCESSO DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

A história do Serviço Social compreende transformações em todas as suas dimensões, técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político, mudanças que culminaram na constituição do Serviço Social enquanto profissão durante as décadas de 1930 possibilitando um novo olhar acerca dos aspectos econômicos, políticos e sociais das sociedades e novas práticas interventivas e metodológicas.

Assim, vale ressaltar que durante muitas décadas, mas especificadamente, no início da história do Serviço Social, este "apresentava-se como alternativa de caridade e justiça, como instrumento de re-cristianização do mundo" (SILVA, 2008, p.112). Portanto em sua fase embrionária o Serviço Social é caracterizado pelo assistencialismo, filantropia e práticas paliativas isentas de criticidade e de uma perspectiva emancipatória ou de universalização dos direitos sociais.

Diante disso, vale frisar que, um dos principais desafios contemporâneos para o processo da formação da identidade profissional do Serviço Social está atrelado às raízes do seu surgimento, ou seja, se constitui em romper com algumas práticas de caráter filantrópico e assistencialista que ainda se fazem presente em algumas intervenções realizadas por alguns profissionais da categoria, assim:

> O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO; 1998; p. 52).

Ademais, vale salientar que a associação de forma crítica de todo conhecimento produzido e adquirido durante a história do Serviço Social compreendendo todas as suas fases à dimensão técnico-operativa se constitui em um dos principais desafios para o Serviço Social (IAMAMOTO, 1998), desafio esse que os estudantes e estagiários em Serviço Social já vivenciam nos espaços sócio-ocupacionais de estágio. Portanto, é necessário haver essa associação entre a teoria, o conhecimento e a dimensão técnico-interventiva com o objetivo de se visualizar as mudanças ocorridas no seio da profissão, percebendo que o Serviço Social possui uma nova base teórico-metodológica e ético-política, tendo em vista que, a própria realidade é dinâmica carecendo de novos instrumentais interventivos.

Outro desafio inerente a categoria do Serviço Social e que perpassa o campo de estágio dos estudantes em Serviço Social está direcionada à forma como a dimensão ético-política do Serviço Social é apreendida pelos sujeitos envolvidos, sejam eles profissionais ou estudantes, assim, segundo Barroco (2010) há uma dificuldade durante a apreensão da ética do Serviço Social enquanto uma grandeza filosófica, ou seja, em muitos casos a ética do Serviço Social passa a ser vista como um mero código que precisa ser seguido e que os Assistentes sociais precisam cumprir o que está estabelecido, culminando, simplesmente, na formalização da ética do Serviço Social.

Desta forma, o desafio se constitui em romper com a mera formalização da ética do Serviço Social, ou seja, são necessário que se perceba que no Código de Ética do Serviço Social são estabelecidos princípios e valores que representam o posicionamento da categoria voltado para emancipação, coletividade, liberdade, equidade, justiça social etc., em síntese, o desafio está no rompimento da perspectiva de que no Código de ética é estabelecido, estritamente, regras e parâmetros a serem seguidos pelo Serviço Social, pois essa mera formalização da ética do Serviço Social culmina em uma grande disparidade entre aparência e essência do Código de Ética.

Os diferentes espaços sócio-ocupacionais nos quais o Serviço Social está inserido não estão isentos de contradições, limites, desafios e possibilidades, pois estão inseridos em uma sociedade reflexo da luta de classes, assim, requer do Serviço Social observações e intervenções críticas que, por sua vez se constituem produtos de um contínuo processo de formação profissional que dentre as fases principais está o estágio curricular obrigatório, este se constitui em um "[...] momento em que se oportuniza ao aluno aprender, identificar-se e apropriar-se de sua profissão futura [...]" (PINTO, 1997, p.86).

O estágio supervisionado se constitui em um processo que deve ser realizado coletivamente e com dinamicidade carecendo da participação de três sujeitos envolvidos: supervisor acadêmico, supervisor de campo e o estagiário, logo, é necessário uma articulação entre as instituições de ensino e de campo.

A supervisão de campo e acadêmica é importantíssima para todos os agentes dos processos, pois "ela possibilita a elaboração e reelaboração do objeto de intervenção e a criação de estratégias comprometidas com a dimensão ético-política do projeto profissional em suas particularidades socioinstitucionais" (LEWGOY, 2009, p.167) e contribui para um processo de desconstrução e construção de saberes, conhecimentos e paradigmas para todos os sujeitos envolvidos.

O estágio supervisionado em Serviço Social se constitui em uma das etapas fundamentais para o processo de formação profissional e para materialização do Projeto Ético Político da profissão, pois é nesse momento em que os estudantes observam, vivenciam e analisam, pela primeira vez, as atividades desempenhadas pelos Assistentes Sociais em um determinado espaço sócio-ocupacioanal e as contradições que perpassam as instituições de trabalho, ou seja, vivenciam as diferentes formas de intervir nas diversas expressões da *Questão social* que se apresentam nesses espaços buscando não se distanciar da materialização do Projeto Ético Político e sem aderir ao fatalismo e messianismo.

Assim, “O estágio é o *lócus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente” (BURRIOLLA, 2001, p.13).

O Estágio curricular obrigatório é um componente que interfere e contribui diretamente na concretização do Projeto Ético Político do Serviço Social, no tocante que, ao se constituir uma etapa da formação profissional também deve ser norteado pelos valores e princípios que fundamentam a profissão: coletividade, transformação da ordem societária vigente, liberdade, igualdade, garantia de direitos etc., logo o estágio supervisionado deve compor atividades que objetivem a materialização de tais princípios e intervenções que não se restrinjam ao tecnicismo, mas que sejam carregadas de criticidade.

Portanto, um dos principais desafios do estágio supervisionado “é romper com o paradigma de uma atividade direcionada majoritariamente para a informação teórica e a prestação de serviços por meio do exercício profissional” (OLIVEIRA, 2009, p.103).

Em síntese, para que o estágio supervisionado assim como as outras etapas do processo de formação, ocorra em conformidade e de acordo com os princípios do projeto profissional é necessário a priori que todos os sujeitos envolvidos possuam o conhecimento acerca dos mecanismos legais que fundamentam o estágio supervisionado em Serviço Social, como a Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/93; o Código de Ética da Profissão de 1993; a Política Nacional de Estágio (PNE), está última criada pela ABPESS em 2010 e a resolução do CFESS/CREES de nº 533 que dispõe sobre a supervisão direta do estágio em Serviço Social.

O estágio supervisionado se constitui em um processo que pode contribui permanentemente para a significação social da profissão, pois é uma etapa que possibilita a desmitificação do mito da dicotomia existente entre a prática e teoria, entretanto, para que o estágio contribua:

> terá de responder, entre outros desafios, às contradições presentes na política educacional, na ideologia capitalista impressa nas universidades brasileiras, na efetivação das Diretrizes Curriculares pelas Unidades de Formação Acadêmica – UFAS, nos espaços institucionais em que se efetiva o trabalho dos assistentes sociais e dos estagiários, nas transformações e exigências do mercado de trabalho [...] (LEWGOY, 2009, p. 45).

Em consonância com as observações expostas, vale salientar que a articulação das três dimensões: técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político é fundamental e essencial para o processo de formação dos Assistentes Sociais e para a visualização e viabilização das possíveis ações, atos políticos e atividades que possam contribuir e

concretizar o Projeto Ético Político da profissão, ressaltando a importância da atuação de todos os sujeito envolvidos: supervisores de campo e acadêmico, os estagiários e os usuários que, por sua vez também são sujeitos da sociedade e agentes de mudança.

Ademais, o estágio curricular em serviço social encontra desafios e possibilidades, pois a sociabilidade regida pelo capital tende a mercantilizar todos os aspectos da vida social, como por exemplo, a educação que vem sendo tratada como uma mercadoria, no tocante que vai ocorrer um boom nas instituições de ensino privadas em serviço social, em que a modalidade da educação a distância chamará atenção por se tratar de um processo de formação rápida, visto que, o estágio curricular obrigatório é aí banalizado, pois algumas instituições da EaD não proporcionam um estágio supervisionado de qualidade como estabelece as resoluções do CFESS.

Em frente ao desafio de mercantilização da educação o estágio se constitui num "instrumento de resistência à lógica da precarização do ensino e do trabalho, afirmando-o na direção da defesa de qualidade do estágio e da formação profissional" (RAMOS, 2009, p.35). Sendo assim, a garantia do estágio curricular em serviço social se faz de suma importância para a materialização do projeto ético-político, pois os estudantes enquanto estagiários já podem ir se apropriado das formas de práxis da sua futura profissão, desenvolvendo os seus instrumentais para que mais tarde possam dá respostas às expressões da questão social, como também possam ajudar na construção de uma nova forma de sociabilidade sem que haja exploração de classe, gênero, raça ou orientação sexual.

Outrora, vale inferir a relação indissociável entre o estágio curricular em serviço social e o projeto ético-político, no tocante que o estágio se constitui num processo de ensino-aprendizagem que oportuniza para os estudantes em processo formativo a aproximação com os princípios éticos e políticos da profissão. Desta forma, podemos dizer que é necessário que os estudantes/estagiários detenham de uma forma política, não ficando presos só nos espaços acadêmicos e de atuação do serviço social, pois é de extrema importância que tantos os assistentes sociais como os estudantes militem para a defesa e materialização do projeto profissional em frente à barbárie do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Serviço Social é um reflexo das inúmeras transformações e contradições inerentes a sociedade capitalista e que, por conseguinte possui práticas interventivas contraditórias. O Serviço social se constitui em uma profissão que em seu

surgimento esteve atrelada às doutrinas da Igreja Católica, ao assistencialismo e a caridade, entretanto, conforme as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo o Serviço Social assumiu uma nova dimensão teórica-metodológica, ético-política e técnico-interventivo.

Todos os momentos da história do Serviço Social foram marcados por desafios e possibilidades que sempre estiveram presentes no cotidiano dos estudantes ou profissionais do Serviço Social. No decorrer do tempo foram surgindo novos desafios ou reaparecendo antigos que não foram superados. Assim, vale enfatizar que o estágio curricular se faz de suma importância para o processo de formação profissional dos Assistentes Sociais, uma vez que, em primeira instância, possibilita a desmitificação do mito da dicotomia entre a teoria e a prática e, por que permite que os estagiários(as) vivenciam e se deparem, pela primeira vez, na prática profissional com os desafios que perpassam a profissão. Assim, instigando os estagiários a pensar e visualizar as possíveis possibilidades e quais os instrumentais mais coerentes para determinada situação.

Os principais desafios que perpassam a profissão se constitui na ruptura com o conservadorismo ainda vigente em algumas instituições e defendido por alguns profissionais, o combate da mera formalização do código de ética, as péssimas condições de trabalhos dos assistentes sociais, a efetivação e materialização do Código de Ética, a garantia dos direitos dos usuários que chegam aos espaços sócio ocupacionais, a desmistificação do mito da dicotomia entre a teoria e a prática, a precarização do trabalho dos Assistentes Sociais etc., todos esses desafios perpassam o cotidiano dos estudantes em Serviço Social quanto o dos profissionais que estão atuando a inúmeros anos.

Apesar de haver inúmeros obstáculos é importante salientar que a própria realidade se configura em um espaço, ambiente e território repleto de possibilidades que, por sua vez precisam ser visualizadas e alcançadas, assim, para que se possa alcançar as possibilidade é necessário, primeiramente, que haja uma articulação entre as três dimensões do Serviço Social, técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político possibilitando uma abordagem da sociedade pelo viés marxista.

Ademais, vale inferir que o estágio curricular se constitui em uma etapa importantíssima para o processo da identidade profissional do estudante, tendo em vista que se constitui no momento em que o estudante se conhece e se reconhece enquanto um profissional na área de Serviço Social ou a etapa em que o estagiário(a) percebe que está em uma profissão em que não é coerente com os seus desejos e anseios.

Em suma, vale salientar que a transformação da ordem societária vigente não é sinônimo da inexistência dos desafios que perpassam a profissão, entretanto não se pode negar que essa mesma ordem societária requer mudanças nas quais carecem da

participação de todos os sujeitos e que os desafios e as possibilidades presentes no cotidiano profissional dos Assistentes sociais e de seus usuários fundamentam a necessidade dessa mudança e a percepção que essa transformação é possível.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M.L.S. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e serviço social. In: BONETTI, D. A.(Org.) et. al. **Serviço Social e ética**: Convite a uma nova práxis. 11ª ed.; São Paulo: Cortez, 2010.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social:** desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da S. Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para reflexão. In: **Revista da ABEPSS** nº17, Ano IX – Janeiro, 2009.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Estágio e Supervisão:** um desafio teórico-prático do Serviço Social. PUC-SP- NEMESS, Agosto de 1997.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **Limites e possibilidades históricas do Projeto Ético-Político.** Revista Inscrita. Brasília, ano 8, n. 12, 2009.

SILVA, Lídia Maria M. da.Odária Battini. Notas para a reconstrução da História do ServiçoSocial na Região Sul. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 95. São Paulo: Cortez, 2008. p.112.

GT 2: Movimentos Sociais e Serviço Social

UMA BUSCA OUSADA POR LIBERDADE: trajetória e lutas do Movimento LGBT no Brasil

Iago Moura (UERN)

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade problematizar a trajetória histórica e as lutas do movimento LGBT no Brasil. Realizamos uma pesquisa bibliográfica onde constatamos que o movimento, surgido no final dos anos 1970 no contexto da ditadura militar, luta pelo reconhecimento da homossexualidade e o combate ao preconceito e à discriminação. O movimento, desde os anos 1980 estabelece uma relação com o Estado, via financiamento principalmente nas ações de combate à Aids. A luta por autonomia, por políticas públicas, pela criminalização da homofobia e a necessidade de politizar de forma mais qualificada a própria visibilidade política são seus atuais desafios.

Palavras-chave: Organização política. Movimentos sociais. Movimento LGBT.

ABSTRACT

This article aims to discuss the historical background and the struggles of the LGBT movement in Brazil. We conducted a literature review which found that the movement emerged in the late 1970s in the context of the military dictatorship, the struggle for recognition of homosexuality and the fight against prejudice and discrimination. The move, since the 1980 establishes a relationship with the State, via financing mainly in AIDS combat actions. The struggle for autonomy for public policy for the criminalization of homophobia and the need to politicize more qualified form their own political visibility are your current challenges.

Keywords: Political organization. Social movements.LGBT movement.

INTRODUÇÃO

A luta pelo direito à livre expressão da orientação sexual e identidade de gênero no Brasil possui uma trajetória marcada pela repressão e negação de direitos diante de uma sociabilidade regida pelo heterossexismo que nega as diversas expressões afetivo-sexuais. Pensar o movimento LGBT no Brasil significa compreender a insatisfação de inúmeros sujeitos com os valores tradicionais que assentam o preconceito e a discriminação que esses sujeitos sofrem nas diversas dimensões da vida social.

Neste artigo, faremos uma breve discussão sobre os movimentos sociais, enquanto ações sociais organizadas por sujeitos que se indignam com as injustiças e desigualdades, se organizando em torno de objetivos que visem resultados imediatos ou que estes também sejam articulados a um outro projeto de sociedade. A sociabilidade capitalista, assentada na exploração da classe trabalhadora, é o terreno que emerge forças que buscam romper com essa situação de desigualdade, organizando-se politicamente em ações sistemáticas. Problematizaremos como os movimentos sociais foram se delineando especialmente no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, tendo significativo recuo de suas lutas nos anos 1990, no contexto neoliberal de regressão de direitos e ofensivas à organização da classe trabalhadora, além da conformação de Organizações Não-Governamentais (ONG's) no enfrentamento às desigualdades sociais, revelando uma desresponsabilização do Estado com a questão social e um dos fatores de arrefecimento das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais.

No terceiro item exporemos a trajetória do movimento LGBT no Brasil, que inicia suas lutas no final dos anos 1970 no contexto de ditadura militar em seu processo de crise, em que o reaparecimento dos movimentos sociais e a crítica a todo o tradicionalismo e conservadorismo, protagonizado principalmente pela juventude, serão as bases para a organização política dos sujeitos homossexuais. Nos anos 1980 ocorre um decréscimo na quantidade de grupos organizados devido à epidemia de AIDS, reorientando, assim, os grupos existentes no enfrentamento a essa questão por meio de parcerias com o Estado via financiamento, característica marcante nos anos 1990, com implicações para a autonomia do movimento. Não significa, porém, que o movimento não tenha pautado e se articulado na luta por direitos e na busca por visibilidade, prova disso são as Paradas LGBT nos anos 2000 que procuram utilizar a visibilidade como estratégia política contra o preconceito e discriminação.

Por fim, mas sem intenção de esgotar a discussão, traremos uma síntese dos apontamentos desse artigo, tendo por objetivo elucidar a trajetória do movimento LGBT no Brasil com suas lutas que chocam diretamente o fundamentalismo religioso e o preconceito que negam ferozmente a diversidade humana.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS: O QUE SÃO? O QUE QUEREM?

Compreender a organização política da classe trabalhadora significa situá-la na sociedade capitalista, marcada pelo antagonismo de duas classes fundamentais: burguesia e proletariado. Este último possui apenas sua força de trabalho para vender à classe burguesa, sendo esta a detentora dos meios de produção e exploradora da força de trabalho alheia, fonte de riqueza dessa classe. Como nos diz Marx e Engels (2011): “Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital” (p. 92).

A contradição dessa sociedade, pois, reside no fato da riqueza ser socialmente produzida, contudo, a mesma é apropriada de forma privada, revelando que “[...] as relações sociais, são, antes de mais nada, instrumentos para o enriquecimento pessoal” (LESSA, s/d, p. 26). Nessa sociabilidade, as relações sociais são mediadas por mercadorias, e nessa esteira o “[...] o caráter essencialmente humano da força de trabalho [...] é negado pelo capitalismo ao reduzi-la a simples mercadoria” (LESSA, s/d, p. 27).

A busca incessante de lucro pela burguesia é seu objetivo maior, portanto, as necessidades humanas são desconsideradas e a lógica está em apenas manter o trabalhador vivo para atender às necessidades de acumulação dessa classe, prova disso é que o salário pago ao trabalhador corresponde ao mínimo que esse sujeito necessita para se manter e se reproduzir.

No capitalismo, as ideias são hegemonicamente produzidas, de acordo com Marx e Engels (2011) pelas relações burguesas de produção e de propriedade. Decorre desse fato que a classe dominante utiliza instituições sociais (Estado, Igreja, escola, família, dentre outras) para disseminarem sua ideologia com a finalidade de sustentar esse modo de produção e promover à adequação dos sujeitos à ordem estabelecida.

A compreensão da lógica exploradora dessa sociedade capitalista é o fundamento para que a classe trabalhadora buscasse formas de organização com o intuito de se opor à exploração crescente do regime burguês de produção.

A organização política da classe trabalhadora é essencial para se engendrar transformações estruturais, para além de reivindicações pontuais, que necessitam estar articuladas com um horizonte transformador tendo como finalidade a emancipação humana. Para Marx e Engels (2011) a classe trabalhadora se constitui na construtora em potencial da revolução, que implica na supressão dos antagonismos de classe, a destruição da propriedade privada e do Estado.

Diante da realidade imposta pelo capital, Bogo (2011) aborda que o proletariado e suas entidades sindicais promoviam lutas contra o capital através do uso de greves, sabotagens, mobilizações e enfrentamentos armados, nas fábricas e locais de trabalho urbanos. Assim, a história nos mostra que desde o surgimento do capitalismo a classe trabalhadora buscou se organizar para fazer frente à realidade de exploração perpetrada pelo capital, uma dessas formas organizativas foi a aglutinação de sujeitos na constituição dos movimentos sociais.

De acordo com Scherer-Warren (1987) na Sociologia Acadêmica o termo “movimentos sociais” surgiu por volta de 1840, a partir da necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como o movimento proletário francês, do comunismo e socialismo emergentes. Na década de 1950 tal Sociologia passa a incorporar as contribuições do marxismo para se analisar os movimentos sociais, saindo de uma abordagem mais tipológica ou sistemática para compreender as contribuições que tais movimentos têm na transformação social.

Para Gohn (2007), os movimentos sociais são “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (p. 13). As estratégias de ação dos movimentos variam desde a simples denúncia, pela pressão direta (mobilizações, marchas, passeatas, etc.) até as pressões indiretas.

Scherer-Warren, de forma bastante clara, afirma que “[...] quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social” (1987, p. 9). Alguns elementos, de acordo com essa autora, são imprescindíveis para a compreensão dos movimentos sociais, quais sejam: a sua ação para transformação, sua dinâmica (práxis); sua proposta de transformação (projeto); os princípios que orientam esta proposta (ideologia) e os condutores do movimento (sua direção ou organização).

No Brasil e em vários países da América Latina, o final dos anos 1970 e parte dos anos 1980, apresenta diversos movimentos sociais populares articulados por grupos de

oposição ao regime militar (GOHN, 2007). Organizações estudantis, populares e operárias promoveram inúmeras ações de contestação e protesto na segunda metade dos anos 1970, no Brasil. No decorrer da década de 1980, "[...] surgem movimentos, organizações e espaços de articulação das reivindicações de diversos movimentos [...]" (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 274), imprescindíveis para a conquista de vários direitos sociais, civis e políticos inscritos na Constituição Federal de 1988.

A partir dos anos 1990, década marcada pelo avanço do neoliberalismo no Brasil com várias implicações desastrosas para a classe trabalhadora, a exemplo da redução e supressão de direitos, observa-se o surgimento de formas de organização popular mais institucionalizadas, a exemplo dos fóruns de defesa de direitos, além de emergirem várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, havendo o deslocamento de visibilidade para as ONGs (GOHN, 2007).

Importante ressaltar a diferença entre movimento social e ONG, pois, de acordo com Duriguetto e Montaño (2011), enquanto aquele é formado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/pertencimento de classe, que se mobilizam para enfrentar ou responder determinadas questões, esta outra é constituída por agentes remunerados ou voluntários que se mobilizam por respostas a necessidades em geral alheias.

A transformação de alguns movimentos sociais em ONGs implicou na redução de autonomia daqueles, pois a lógica de financiamento das ações pelo poder público ou por organismos do grande capital busca despolitizar as bandeiras de lutas desses movimentos e aprovar ações e projetos que estejam sintonizados com a perspectiva ideológica dos mantenedores. Assim, as ONGs com suas ações focalizadas e paliativas não tem perspectiva de mudanças estruturais dessa sociabilidade.

3. A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL: SUJEITOS, LUTAS E REIVINDICAÇÕES

O Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) precisa ser compreendido na dinâmica processual da história e não a partir de um caráter evolucionista, tendo em vista que a organização desses segmentos possui avanços e recuos de acordo com o contexto sócio-histórico com diversas determinações advindas da totalidade social, esta mesma densa de mediações e contradições.

A década de 1970 pode ser entendida como o momento histórico de organização política, no Brasil, dos sujeitos homossexuais. De acordo com Simões e Facchini (2009) nos

anos 1950, por exemplo, já existiam espaços nas grandes cidades dedicadas à sociabilidade do público homossexual, aglutinando, principalmente, homens. Esses eventos estavam relacionados a concursos de miss, shows de travestis e desfiles de fantasias. De certa forma, o projeto de politização realizado pelo movimento homossexual buscou se contrapor a essas associações, interpretadas pelos primeiros militantes como despolitizada e eram alvos de preconceito que atingiam a homossexualidade.

A busca por uma organização política dos homossexuais deve ser compreendida dentro de um histórico de repressão e violência que marcou a trajetória desse segmento. Elucidativo dessa afirmação pode ser constatada nas palavras de Simões e Facchini (2009) acerca da repressão aos sujeitos com vivências afetivo-sexuais divergentes do padrão heteronormativo pautado pela sociedade, quando relata que no Rio de Janeiro dos anos 1950 e 1960 existiam campanhas de prisão de homossexuais destinadas a “limpar” o Centro da cidade e a Zona Sul.

O movimento homossexual no Brasil, surgido no final dos anos 1970, deve ser compreendido no contexto da ditadura militar, período marcado pela repressão, censura e retirada das liberdades democráticas. Apesar desse momento, artistas, grupos musicais e teatrais buscavam trazer à cena o mundo homossexual, dentro do movimento de contracultura que denunciava o tradicionalismo e conservadorismo da sociedade e que colaborou na mobilização dos sujeitos para a organização de um movimento homossexual.

Okita (2007) aponta que esse questionamento dos valores tradicionais da sociedade burguesa foi protagonizado pelos movimentos de juventude a partir dos anos 1960 e que tais movimentos impulsionaram o movimento homossexual em nível mundial e especificamente no Brasil. Contudo, de acordo com esse autor, enquanto nos outros países o movimento homossexual surge na década de 1960, no Brasil este só surge em fins de 1970, devido a ditadura militar instalada no nosso país em 1964, sendo “[...] um dos fatores que impediu e reprimiu o aparecimento, há mais tempo, dos movimentos de reivindicação dos homossexuais por mais de uma década” (p. 99).

O final dos anos 1970 representou um momento de “abertura” do regime ditatorial, que possibilitou o reaparecimento dos movimentos sociais e de outras vozes políticas, sendo uma delas os “[...] homossexuais que se apresentavam como uma ‘minoria oprimida’ [que] juntavam-se, à sua maneira, ao coro de oposição à ditadura” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 81).

Simões e Facchini (2009) explicitam que o surgimento do jornal Lampião e do grupo Somos, de São Paulo, são referências da primeira onda de mobilização política em defesa da homossexualidade no país, tratando, a partir de então, a homossexualidade como

questão social e política. O Lampião, lançado em abril de 1978, reunia em seu conselho editorial um conjunto de jornalistas, escritores e intelectuais de peso da cultura brasileira e alguns de seus editores tinham um histórico diversificado de engajamento político. De acordo com os autores supracitados o jornal Lampião abordava a homossexualidade de forma diferente, pois

> O jornal procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa do seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade. Mas não fazia isso de modo a concentrar-se exclusivamente nos homossexuais e, sim, apresentando-os como uma entre as várias minorias oprimidas que tinham direito a voz. [...] Isso foi posto em prática com a publicação de matérias sobre movimento feminista, movimento negro, transexualidade, sodomasoquismo, populações indígenas, prisioneiros, ecologia e até mesmo uso de maconha. Também se preocupava com as condições dos que se dedicavam à prostituição masculina e feminina [...] (p. 86).

Como em qualquer espaço coletivo, existia divergência de opiniões e perspectivas para o nascente movimento homossexual. Existiam os defensores da ideia de construção de um movimento que reivindicasse direitos civis para os homossexuais, como nos moldes norte-americano, e outros que defendiam um jornal que adotasse uma linha editorial voltada para a informação e prestação de serviços aos homossexuais que pudesse abarcar os sujeitos que viviam fora dos centros urbanos. O confronto de ideias existia também com relação à defesa das lutas mais específicas dos segmentos em oposição ao engajamento e mesmo compreensão da luta dos homossexuais no interior da luta de classes.

Sobre esse conflito de compreensão do alcance do movimento homossexual nascente, Santos (2015) ao analisar os limites e necessidade dos direitos humanos na sociabilidade capitalista, esclarece que é imprescindível garanti-los, porém deve-se ir além deles, pois:

> O horizonte teórico-ético-político que orienta a luta de resistência é o da conquista da igualdade substantiva na vida real. O ordenamento jurídico-político, não tendo condições de garantir a igualdade substantiva, entra em contradição com a universalização e efetivação dos direitos na vida concreta da sociedade. (p.100).

A compreensão de totalidade do direito nessa sociedade proporciona o abandono à ingenuidade de que este é a solução da desigualdade ou mesmo que este é capaz de solucionar os conflitos sociais. Isso porque, o direito, enraizado nessa sociedade de classes, possui determinações contraditórias na sua existência, assim, encarar o direito como solução para a exploração e as diversas formas de opressão acaba por autonomizar a política e o direito das determinações societárias. Contudo, “qualquer tentativa de atribuir, a

priori, ao direito a função exclusiva de atendimento dos interesses das classes dominantes redundará numa visão economicista e determinista" (SANTOS, 2015, p. 86).

Além dos embates no interior do próprio movimento homossexual, existia um tensionamento entre a pauta da diversidade sexual com a esquerda. De acordo com Santos (2009) o debate em torno da diversidade e da "política de identidade" se constituíram em reivindicações políticas em nível mundial, a partir da década de 1960 e no Brasil, de 1970 em diante, por meio de movimentos sociais e de suas lutas por reconhecimento e por regulação no âmbito do direito. Assim, tais movimentos possibilitaram que as desigualdades nas relações de gênero, o preconceito, a discriminação étnico-racial e a heteronormatividade fossem visibilizadas enquanto questão política.

Contudo, a relação da esquerda com essas questões socioculturais expressava uma tensão, pois alguns autores marxistas e a militância de esquerda compreendiam que a pauta da diversidade era algo sem relevância social e teórico-política. Nessa esteira, a pauta da diversidade afetivo-sexual e de gênero enfrentou conflitos com a esquerda também porque, segundo Hocquenghem (2009, p. 115): "A tradição revolucionária mantém como evidente a divisão do público e do privado. A intervenção homossexual possui esta característica própria de fazer intervir no privado, no secreto vergonhoso da sexualidade, no público, na organização social" (tradução nossa).

Assim, tais questões foram tratadas, de acordo com Santos (2009), com certo "[...] silêncio no âmbito do pensamento crítico ou de análises que reduziram a abordagem dessas questões ao campo econômico-corporativo, com brutal simplificação da dimensão de classe e das complexas e contraditórias relações entre classe, indivíduo e gênero humano" (p. 69).

Dessa forma, havia uma tensão entre a esquerda e o nascente movimento homossexual, este último "[...] prensado, por um lado, pela esquerda ortodoxa [...] que ridicularizava o movimento e, por outro, pelos grupos de homossexuais que ignoravam qualquer discussão sobre uma possível combinação da luta homossexual no contexto da luta de todos os explorados e oprimidos" (OKITA, 2007, p. 18). Essas divergências, dificuldades financeiras e perseguições aos seus organizadores possibilitaram a extinção do jornal Lampião que "[...] tinha sido importante para a mobilização homossexual do período, assim como para o debate de muitos temas relacionados à politização da sexualidade e ao reconhecimento social das chamadas 'minorias'"(SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 110).

O grupo Somos, de São Paulo, criado em 1978 tinha como proposta a politização da homossexualidade. Inicialmente composto exclusivamente por homens, houve posteriormente a entrada de mulheres e também promoveu o surgimento de novos grupos. A polarização entre a "esquerda" e a "autonomia das lutas das monorias" também marcava

o grupo, o que acabou por gerar conflitos, pois alguns militantes defendiam a pauta de transformação social que passava por uma articulação com outras minorias, movimento de trabalhadores grupos de esquerda (FACCHINI, 2005). Ressalte-se que diversos grupos surgiram a partir do desmembramento de alguns militantes do grupo Somos, a exemplo do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) e o grupo Outra Coisa, que apesar das dificuldades, contribuíram de forma decisiva para o movimento homossexual, a exemplo deste último, que foi o primeiro grupo paulistano a divulgar, em julho de 1983, informações a respeito da Aids.

Diferentemente do final dos anos 1970, “antes do final da primeira metade dos anos 1980, houve uma drástica redução na quantidade de grupos presentes no movimento” (FACCHINI, 2005, p. 102) devido ao surgimento da epidemia de Aids, que foi tratada pela imprensa sensacionalista como “peste gay” e foi encarada com desinformação somada à homofobia (GREEN, 2000). A epidemia provocou uma desmobilização dos grupos homossexuais e muitas lideranças do movimento se voltaram para a luta contra a Aids. Facchini (2005) argumenta que nos anos de 1980, apesar de uma diminuição acentuada no número de grupos, houve a intensificação da atividade de uma nova geração de militantes, com outras formas de atuação proporcionadas pelo contexto social da redemocratização e pela eclosão da epidemia de Aids.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) e o grupo Triângulo Rosa se destacaram nessa década por sua atuação política em defesa da diversidade, encampando uma importante campanha junto à Assembleia Constituinte, pela inclusão da proibição de discriminação por “opção sexual”, renomeada depois de “orientação sexual”. O GGB, por exemplo, “[...] foi o primeiro grupo a pôr em prática, em 1981, a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) [...]” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 121).

Essa “segunda onda” do movimento buscou construir uma imagem pública positiva da homossexualidade. Nos quatro encontros nacionais de grupos homossexuais realizados entre 1984 e 1991, segundo Simões e Facchini (2009), a legalização do “casamento gay”, um tratamento positivo da homossexualidade, a denúncia contra a violência a homossexuais e contra a discriminação religiosa, além da luta contra a Aids, foram novas bandeiras de luta.

Como respostas à Aids, o governo brasileiro, diante de enormes pressões do movimento homossexual, consolida em 1988 um Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids). A sociedade civil também formula estratégias

diante da epidemia, exemplos são a criação de diversas Organizações Não-Governamentais (ONG's) e grupos homossexuais focados especificamente no enfrentamento à Aids.

De acordo com Facchini (2005) os anos 1990 representam a retomada do ativismo pelos direitos dos homossexuais, quando os encontros nacionais do movimento passam a ocorrer com peridiocidade mais frequente, bem como se observa o aumento considerável de grupos nesses eventos.

Nessa década, observa-se um formato mais institucional do movimento, passando a preponderar quase definitivamente o modelo de ONGs, financiadas por programas governamentais de combate a DST e Aids, que alimentou projetos nessa área e patrocinaram os encontros nacionais. A intensificação das relações dos grupos e associações com o Estado foi uma questão polêmica dentro do movimento que gerou diversos embates entre grupos organizados. De acordo com Simões e Facchini (2009) a diversificação de formatos institucionais e ampliação da rede do movimento podem ser constatados pela articulação dos ativistas LGBT[8] com partidos políticos, inclusive com a criação de setoriais LGBT em alguns partidos, como no Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Nos últimos anos, as Paradas do Orgulho LGBT[9], enquanto manifestações de visibilidade de massa marcam a expressão social e política do movimento LGBT, eventos em que se tornam perceptíveis as relações com o Estado e o mercado (SIMÕES; FACCHINI, 2009), marcado por tensões, conflitos e combinação de interesses.

Atualmente, o movimento LGBT luta pelo reconhecimento de diversos direitos negados, estabelecendo um campo de reivindicação de suas pautas para que sejam atendidas pelo Estado, utilizando como estratégias mobilização por projetos de lei que possam garantir aos sujeitos com livre orientação sexual e identidade de gênero, direitos e políticas públicas, bem como algo essencial, o direito à vida, sendo o Projeto de Lei Constitucional (PLC) nº 22/2006, que criminaliza a homofobia, uma das bandeiras de luta primordiais do movimento. Assim, os coletivos LGBT

[8]De acordo com Simões e Facchini (2009) "em 2005, realizou-se o XII Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, em Brasília, no qual foi lançado o coletivo de transexuais e se deu a incorporação dos bissexuais ao movimento, adotando-se a sigla LGBT e convencionando-se que o "T" deve contemplar travestis, transexuais e transgêneros" (p. 146). Atualmente a sigla LBGT contém as iniciais dos seguintes nomes: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

[9] A primeira Parada do Orgulho LGBT celebrada no Brasil aconteceu durante a 17ª Conferência Internacional da International Lesbian and Gay Association (ILGA), em 1995, no Rio de Janeiro. Desde então as Paradas do Orgulho LGBT reúnem cada vez mais sujeitos.

> [...] se formam em diferentes tribunas da vida cotidiana e explicitam sua agenda política de forma ampla na vida social, no âmbito do trabalho, da família e do Estado, exigindo, também, dos espaços de poder formalmente constituídos (Legislativo, Executivo e Judiciário), iniciativas para a garantia da livre expressão da orientação sexual[10] (CISNE; SANTOS, 2014, p. 163).

É importante frisar que os movimentos sociais e entidades que atuam na defesa dos direitos LGBT, além de buscarem romper com toda a subalternidade, conservadorismo e criminalização que estão expostos todos os movimentos sociais, ainda tem que lutar contra o preconceito e discriminação por não se submeterem ao modelo padrão pautado na heterossexualidade compulsória, o que gera "[...] a negação por segmentos conservadores quanto à possibilidade histórica de serem reconhecidos em todas as dimensões da vida social e nos marcos legais que institucionalizam direitos" (CISNE; SANTOS, 2014, p. 164).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o movimento LGBT no Brasil exige que compreendamos as reivindicações dos sujeitos que o compõe em confronto com uma lógica conservadora, machista e patriarcal que estrutura a sociedade, e especificamente, a brasileira. A luta pelo livre exercício das mais diversas formas de expressão afetivo-sexual e de gênero é a bandeira defendida pelo movimento LGBT, que tem uma trajetória histórica de combate ao preconceito e discriminação dos sujeitos que não se enquandram no modelo heteronormativo de sociedade. A recusa à opressão sexual marcou desde o início a identidade do movimento LGBT, que inicia sua organização política no Brasil no final dos anos 1970, ainda no contexto da ditadura militar.

Desde o início o tensionamento do movimento com a esquerda foi evidente, pois a dimensão da sexualidade era encarada como reivindicação de segundo plano dentro da dinâmica da luta de classes. A politização da sexualidade, portanto, foi marcada por embates dentro do movimento LGBT quanto a sua aliança com a esquerda ou por uma luta mais corporativa. Esse período foi marcado pelo surgimento de vários coletivos homossexuais e no protagonismo do Jornal Lampião como canalizador das discussões relativas à homossexualidade, bem como formador político da militância nascente.

Com a epidemia de Aids nos anos 1980, observa-se uma diminuição dos grupos e uma preocupação dos existentes na prevenção e combate à Aids, estabelecendo parcerias

[10] Acrescentamos a luta pela garantia da livre expressãoda identidade de gênero.

com o Estado, sem deixar, contudo, de reivindicar outras demandas, como o fim do preconceito, da violência e a exigência de direitos civis e sociais para os homossexuais.

Nessa linha, nos anos 1990 se aprofunda a relação do movimento com o Estado por meio das ONG's, passando o movimento a ter uma atuação mais institucionalizada. Contudo, nessa década houve um retorno do potencial de mobilização dos grupos, o que pode ser comprovado pela periodicidade frequente de encontros nacionais.

O movimento ainda amplia sua rede de atuação, a partir de sua relação com partidos políticos, atestado pela criação de setoriais LGBT em alguns deles, além da aposta da importância da visibilidade política para o rompimento do preconceito, anseio esse sintetizado nas Paradas LGBT, que são importantes, contudo, necessitam ser melhor politizadas e problematizadas no sentido da autonomia do movimento frente ao Estado, pressionando este na normatização e implementação de políticas públicas para sujeitos que, apesar de toda a discriminação e negação de direitos, teimam cotidianamente, diante de uma sociedade conservadora e nesse avanço do fundamentalismo, lutar, de forma ousada, por liberdade.

REFERÊNCIAS

BOGO, Ademar. **Organização Política e Política de quadros.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Morais. Movimentos feministas e pela liberdade de orientação e expressão sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimentos Sociais.** São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.5).

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?:** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GREEN, James Naylor. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 15, p. 271- 295, jan./jun. 2000.

HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homosexual.** Espanha: Editorial Melusina, 2009.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/>. Acesso em: 04 fev. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade:** da opressão à libertação. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

SANTOS, Silvana Mara de Morais. Direitos humanos: necessidade e limite na sociabilidade do capital. In: ARAÚJO, Annamaria; PAIVA, Ilana Lemos de; SOUZA, Candida de; VALENÇA, Daniel Araújo. **Direitos humanos e práxis:** experiências do CRDH-RN. Natal, RN: EDUFRN, 2015.

_____. Direitos, desigualdade e diversidade. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Morais; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Política Social no capitalismo:** tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais.**2.ed. revista. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

ISSN: 0000-0000 De 10 a 13 de Novembro de 2015

RELAÇÃO DIALÉTICA: SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

Karina Karla de Souza Bastos (UFPB)
Aline Maria Batista Machado (UFPB)

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de apresentar o cruzamento do balanço das dissertações e teses dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Sergipe e Alagoas nas áreas de Serviço Social e Educação (2000-2010). O qual surge a partir do projeto de pesquisa Pibic, intitulado O ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR NA PÓS-GRADUAÇÃO DO NORDESTE: Serviço Social e Educação (1980- 2010). Ao fazer isto, buscamos, a partir de uma pesquisa bibliográfica, compreender o desenvolvimento dos principais aspectos que envolvem a relação dialética entre educação popular e movimentos sociais.

Palavras-Chave: Educação Popular. Serviço Social. Movimentos Sociais. Pós-Graduações.

ABSTRACT

This work aims to present the crossing of the stock of dissertations and theses states of Paraiba, Pernambuco, Rio Grande do Norte , Maranhão, Sergipe and Alagoas in the areas of Social Work and Education (2000-2010) . Which arises from the Pibic research project entitled The STATE OF THE ART ON POPULAR EDUCATION IN NORTHEAST OF GRADUATE : Social Services and Education (1980- 2010). In doing so , we seek from a literature search , to understand the development of the main aspects involving the dialectical relationship between popular education and social movements.

Keywords: Popular education. Social Service. Social Movements. Postgraduate.

INTRODUÇÃO

A principio gostaria de ressaltar que este trabalho foi desenvolvido através da aproximação com o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPS), cujo qual encontra-se articulado ao Departamento de Serviço Social com a Pós Graduação em Educação, ambos da Universidade Federal da Paraíba, o qual tem como objetivos, principalmente, ampliar o debate acerca da importância da educação popular para o trabalho e a formação profissional do assistente social; contribuir com a produção acadêmica e a preparação de futuros pesquisadores a partir de um referencial teórico-crítico, no sentido de colaborar com a prática profissional. Por esta razão,

> a produção do conhecimento, qualquer que seja o campo do saber, não pode prescindir do esforço sistemático de inventariar e fazer balanço sobre aquilo que foi produzido em determinado período de tempo e área de abrangência. Isso é o que se convencionou chamar de “estado de conhecimento” ou “estado da arte”. (SPOSITO, 2009, p.07).

Posteriormente, em decorrência do projeto O ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR NA PÓS-GRADUAÇÃO DO NORDESTE: Serviço Social e Educação (1980- 2010), que apresenta o seguinte plano de trabalho: Cruzamento do balanço das dissertações e teses dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Sergipe e Alagoas nas áreas de Serviço Social e Educação nos anos (2000-2010). É importante frisar que esta pesquisa é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Nossa intenção é conhecer as temáticas e abordagens dominantes e emergentes na área da educação popular; identificar e analisar os objetivos, o referencial teórico, a metodologia e conclusões dessas pesquisas; assim como o perfil dos discentes que assumem tal temática; analisar se nesses estudos a educação popular é o objeto de estudo ou temática secundária; identificar se a produção nessa área vem se reduzindo na pós-graduação desses estados.

Nosso principal objetivo, neste artigo, é expor os dados analisados das produções referente a educação popular, pesquisada nos programas de pós-graduação nos campos de Serviço Social e Educação à nível de mestrado e doutorado, considerando o vínculo da educação popular com os movimentos sociais.

A educação popular consiste numa educação humanizadora, sobremaneira aos subalternizados e excluídos pelo sistema vigente, o capitalismo. Destacamos, aqui, a

relevância da educação popular para com os movimentos sociais, numa perspectiva de mudança em vista de vir a ocorrer a transformação social, um meio alternativo de organização da vida social, mas não apenas na imediaticidade. Ressaltamos a necessidade de uma luta comprometida com o ser mais, com os interesses da classe oprimida, visto que, segundo Freire (2014, p; 126), "hoje ainda e possivelmente por muito tempo, não é possível entender a história sem as classes sociais, sem seus interesses em choque". Uma luta esperançosa, "em que as classes trabalhadoras continuem aprendendo na própria prática de sua luta a estabelecer os limites para suas concessões" (Ibidem), mas, sobretudo, crítica, problematizadora na construção do inédito viável.

Atentamos, ainda, para a ocorrência de que somos sujeitos sociais, e, portanto construtores de nossa história, "virando seres de inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo" (Ibidem). Desse modo, nos remetemos à dimensão política da educação popular, que não se restringe a relação Estado e sociedade, mas inclui, também, os conflitos entre as classes antagônicas, a cidadania do cotidiano, as práticas do trabalho e entre outros aspectos da vida humana. Faz-se necessário, dessa maneira, uma formação política, para todos aqueles que acreditam na transformação, para que haja uma luta consciente, para obtermos a sociedade que almejamos, visto que vivemos em uma sociedade em que todas as coisas são passíveis de mercadorização.

Talvez seja esta, a razão pela qual evidenciamos hoje, um retrocesso político, uma verdadeira despolitização da população. Devido a ênfase em uma educação, a qual tem o poder de disseminar os interesses do capital, fazendo com que a sociedade os defenda como se fossem seus próprios interesses, levando-nos a viver um momento em nosso pais, onde forças de direita, forças conservadoras saem as ruas, cooptando parte da população a defender suas bandeiras, enquanto há forças progressistas desmobilizadas. É nessa perspectiva que defendemos uma educação crítica, que venha a contribuir com o processo de conscientização e luta pelos interesses das classes subalternas.

2. PERCURSO DA PESQUISA

Metodologicamente é uma pesquisa documental e bibliográfica, cuja forma de abordagem é quali-quantitativa. Os resultados foram tabulados em um quadro geral definindo o título do estudo, o tipo (dissertação ou tese), a área (serviço social ou educação), o tema articulado a educação popular, o local e o ano, dentro das condições encontradas na pesquisa. Usando como fonte de pesquisa o relatório final Pibic de Souza (2014) e Santos (2014), como também a monografia de conclusão de curso do Serviço

Social de Kiss (2013). Pois nos mesmos se encontram respectivamente os resultados das dissertações e teses produzidas nos três estados citados anteriormente (PB/PE/AL/SE/RN) do ano de 2000 a 2010 que se refere à educação popular.

Para alcançarmos os objetivos aqui apontados, seguimos a metodologia crítica proposta no projeto de pesquisa. Em vista disso, na pré-análise dos dados nos baseamos na técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), onde as diferentes fases dessa técnica organizam-se em torno de três pólos cronológicos: 1) a pré-análise, em que fizemos uma leitura flutuante dos resumos das produções; 2) a exploração do material, no qual fizemos a caracterização dos sujeitos da pesquisa e das dissertações e teses bem como a realização da categorização dos conteúdos das mensagens e 3) o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, por meio de discussão e questionamentos é interpretado tais resultados.

Segundo Haddad (2000), os estudos de tipo “estado da arte” permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura. Nessa perspectiva, entendemos que é preciso conhecer o trabalho de mobilização e de educação popular e suas intencionalidades.

3. SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

A sociedade contemporânea encontra-se fundamentada no capitalismo financeiro, cujo os acontecimentos, em sua maioria, são movidos por interesses econômicos. Nesse sentido, destacamos alguns dos principais pontos elencados por Yazbeck (2005), como a globalização, o interesse de grandes corporações, das mídias e o conhecimento planetarizado, momento este em que todas as relações sociais são passiveis de mercadorização. Não diferentemente, o mesmo ocorre com a educação, que se desenvolve em meio a este cenário, passando a ser direcionada também para a lógica mercadológica**.** A este respeito, salienta Paludo (2001, p.70 apud BRANDÃO, 1995, 32º ed. p.93).

> Dentro de um tipo de ordem social assim dividida, a educação (como tantas outras coisas da vida e do sonho de todos os homens) perde a sua dimensão de um bem de uso e ganha a de um bem de troca. Ela não vale mais pelo que é ou pelo que representa para as pessoas. Não é mais um dom do fazer que existe no ensinar, o saber é um outro dom de todos e que a todos serve. A educação vale como um bem de mercado, e por isso é paga e as vezes custa caro. (PALUDO, 2001, p.70 apud BRANDÃO, 1995, 32º ed. p.93).

A medida que esta perspectiva se desenvolve no meio social, a educação adquire nova dimensão, adequando-a as necessidades do mercado, preocupando-se em preparar força de trabalho qualificado, sem considerar a necessidade de termos sujeitos conscientes e pensantes. Vale ressaltar que a educação é um campo que exerce influência sobre a vida social, uma vez que tem a responsabilidade de reproduzir o contexto social, de compreender a realidade, as formas de produção e reprodução do conhecimento, as quais não há dúvidas de que perpassam pela desigualdade e contradição resultantes do Modo de produção vigente.

Desse modo, é permitido afirmar que a educação constitui uma esfera necessária à reprodução da ideologia dominante e continuidade do modo de ser de uma determinada sociedade. Segundo Iamamoto "a ideologia dominante é um meio de obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os a ordem vigente" (Montaño, Durigueto, 2010, p. 107 apud Lefebvre, in Iamamoto e Carvalho, 1995, p. 110). Para que a classe oprimida assume os valores da classe dominante como sendo seus, é necessário utilizar algumas estratégias. Conforme (Montaño, Dorigueto, 2010, p. 107)

> Para tornar [...] os valores burgueses em valores socialmente aceitos, a burguesia precisa de alguns artifícios, como a naturalização e o ocultamento da realidade social (tornando os processos sociais como coisas naturais e incompreensíveis aos sujeitos), a fetichização (que atribui às coisas, à mercadoria, fundamentalmente, propriedades supostamente "naturais", como se não fossem produtos dos sujeitos históricos, da história) e a reificação (como um aspecto da alienação, que "coisifica" os sujeitos e as relações sócias, ou seja, os transforma em coisas, mercadorias, dominadas pelas leis "naturais" do mercado).

É nesse aspecto que destacamos a importância da educação popular que;

> constitui-se um paradigma educativo sistematizado por Paulo Freire que visa contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada para a transformação social. (MACHADO, 2012, p. 52).

A educação popular é contrária a uma educação aligeirada propagada pela sociedade contemporânea, ela se preocupa em atender as necessidades da população, considerando a realidade e os saberes que os envolvem. Para tal, saliento a necessidade de compreendermos como emerge a educação popular. Assim, se faz necessário como aponta Paludo (2001), entender o processo de consolidação de Modernidade Brasileira, o qual perpassa por três fases, sendo que,

> a primeira fase representa o período de transição de uma sociedade a grário-exportadora para uma sociedade urbano-industrial. A segunda, representa o período de afirmação da sociedade urbano-industrial. [...] A terceira fase representa o

> período de consolidação do projeto de modernidade brasileiro e inicia com o golpe militar e a ditadura de 1964. (PALUDO, 2001, p. 77).

É importante destacar que nesse momento a sociedade desenvolve-se em face o ideário liberal, pautado nos princípios de propriedade, de igualdade, individualismo e novo princípio de justiça. Nesse sentido, é depositada na educação a responsabilidade de resolucionar os problemas sociais e de "construir um novo cidadão", "sendo uma emergência social notificada por meio das campanhas, dos movimentos e bandeiras de lutas existentes no período" (MACIEL, 2011, p. 331). Assim,

> As raízes da educação popular são genuinamente brasileiras. Elas emergem no Brasil no contexto histórico do Nacional Desenvolvimentismo (1930-64), sobretudo no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61), visto que nesse período de transição do capitalismo competitivo para o monopolista surge "um movimento de expressão popular em cujo interior se inscreveram as mais diversas iniciativas de cunho educativo" (BEZERRA, 1984, p. 17).

Segundo a perspectiva de Bezerra (1984) ao passo que este modelo político colocava a necessidade de movimentos educativos para alfabetizar a população com ênfase apenas na adequação ao padrão de sociedade adotado, surge também, o debate sobre identidade cultural e democratização, o que confere espaço para o desenvolvimento de um movimento que posteriormente possibilitou a gênese das expressões de cultura e de educação popular. É importante ressaltar que neste momento, houve a ampliação da participação popular no cenário político, como salienta Maciel (2011), a Igreja Católica, a União Nacional dos Estudantes e os Movimentos Sociais foram importantes para o desenvolvimento da Educação Popular, e consequentemente colaborou para o surgimento do Movimento de Cultura Popular, o Movimento de Educação de Base, o Centro Popular de Cultura, entre outros.

"Os movimentos sociais de diversas naturezas surgidos em torno de temas como etnia, gênero, ambiente, entre outros, passam a incorporar, de algum modo, o ideário popular" (MACIEL, 2011, p.332). Deste modo, as experiências de Educação popular adquire um nível maior de organização política contribuindo para o processo de conscientização e organização popular. Este se configurou como um período "de articulação dos compromissos políticos assumidos com movimentos sociais populares, os quais, consideramos como movimentos de classe que tem por objetivo a condução da transformação da sociedade a partir do lugar político popular" (idem ibidem).

> Uma das tarefas da educação popular progressista, ontem como hoje, é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. (FREIRE, 2014, p. 174).

Como já salientamos, a educação popular estimula a luta pela emancipação humana, a qual para Freire

> A superação da contradição opressor-oprimido, tanto do opressor que se descobre opressor, quanto pelo oprimido que se descobre oprimido, não pode ser superada idealisticamente (no nível da consciência somente). [...] É importante explicitar que, para Freire, a opressão não se reduz a dimensão da exploração econômica, abrange também a dominação cultural e política, as discriminações étnicas, de gênero, religiosas e de orientação sexual, bem como as relações predatórias de natureza. (PALUDO, 2001, p. 79).

Estas são expressões da questão social, com as quais o assistente social trabalha cotidianamente durante seu exercício profissional, assim, é importante destacar que esse profissional pode estimular a organização de movimento popular, contribuir com o processo de conscientização dos sujeitos, pautados em uma visão crítica, realizar sua intervenção na realidade social por meio do diálogo com a população. Esses são elementos que configuram uma prática em consonância com os princípios da educação popular.

Dessa maneira, é necessário ressaltar, sobretudo, que a aproximação do Serviço Social com a Educação Popular ocorreu décadas atrás, com maior precisão, no Movimento de Reconceituação, através do diálogo com as ideias de Paulo Freire. De acordo com Faleiros (2005, p. 25) devemos considerar “a influência, na formulação de um paradigma crítico, da pedagogia da conscientização elaborada por Paulo Freire”. Ele destaca que “na perspectiva freireana é fundamental levar em conta a cultura do povo em qualquer processo de mudança, estabelecendo com ele um diálogo problematizador” (Ibidem). Embora durante a década de 1990, segundo Netto, apud Machado (2012), este debate tenha adormecido devido ao ecletismo teórico na profissão, ressaltamos que este vem sendo retomado mas sem o ecletismo. Em 2013 o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS lançou uma brochura intitulada “Subsídios para a atuação na Política de Educação”, a qual visa contribuir para que a atuação profissional do assistente social na Política de Educação se efetive em consonância com o fortalecimento tanto do projeto ético-político do serviço social como da luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade.

Diante disso, o documento destaca alguns desafios apontados pelo GT Nacional para a consolidação do serviço social na Política de Educação, dentre os quais um nos chamou atenção, qual seja: “Problematizar junto aos/às assistentes sociais que atuam na área da educação acerca das particularidades da educação popular, na perspectiva do aprofundamento teórico político e da sistematização das experiências” (CFESS, 2013, p. 61). Nessa perspectiva, destacamos a importância e a necessidade de retomarmos o debate sobre educação popular, considerando o papel e influência que desempenha junto aos movimentos sociais, práticas educativas, processo de conscientização e na luta pela transformação da sociedade e consequentemente pela superação da opressão.

4. CRUZAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Neste momento, temos por finalidade apresentar os resultados obtidos a partir do cruzamento do balanço das dissertações e teses dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Sergipe e Alagoas nas áreas de Serviço Social e Educação no recorte temporal de 2000 a 2010. Para melhor visualização elaboramos06tabelas, vejamos:

Tabela 01 - Produções pesquisadas conforme os Estados

Estado	Quantidade (n°)	Percentual (%)
Paraíba	44	55%
Pernambuco	09	11%
Rio Grande do Norte	08	10%
Maranhão	03	4%
Sergipe	10	12,5%
Alagoas	06	7,5%
TOTAL	80	100%

Fonte: Dados organizados pelos autores, com base nos anais do evento.

É importante destacar nesta tabela nº 1, que embora na região nordeste tenha emergido a Educação Popular, é perceptível que há uma disparidade muito grande em relação à quantidade das produções pesquisadas. Enquanto na Paraíba tem 55% das produções, Sergipe apresenta 12,5%, Pernambuco tem 11%, Rio Grande do Norte 10%, Alagoas com 7,5% e em minoria está o Maranhão com 4%. Em virtude de que o Maranhão foi o único estado pesquisado que não tem pós-graduação na área de Serviço Social, logo não foi possível pesquisar resultados referente á produções teórica da educação popular nessa área.

Tabela 02 - Distribuição das produções pesquisadas conforme área das Pós-Graduações

Área	Quantidade (n°)	Percentual (%)
Educação	80	100%
Serviço Social	0	0
TOTAL	80	100%

Fonte: Dados organizados pelos autores, com base nos anais do evento.

Esta Tabela nº 2 demonstra as distribuições pesquisadas referentes às áreas das pós-graduações. Visto que os dados apresentam que 100% das produções pesquisadas são da área de Educação e nenhuma da área do Serviço Social. O que revela uma

diferençasignificativa entre as duas áreas estudadas. Sendo importante destacar que desde o final da década de 1980 a profissão de Serviço Social se afastou da Educação Popular, particularmente porque, de acordo com Netto apud Machado (2012, p. 153), no período de conceituação da profissão houve um ecletismo teórico em uma série de elaborações reconceptualizadas da América Latina. Inclusive naquelas que se fundamentavam no livro "Pedagogia do Oprimido", de Paulo Freire. Mas apesar dos equívocos teóricos, o autor reconhece que só "a partir de então criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxista" (p.149).

É importante ressaltar ainda que, embora no espaço temporal que nossa pesquisa abarca não encontramos produções na área do Serviço Social, nos relatórios de pesquisas que compreendem décadas anteriores foram localizados.

Tabela 03 - Gênero dos (as) pesquisadores (as) das produções investigadas

Sexo	Quantidade (n°)	Percentual (%)
Feminino	58	72,5%
Masculino	22	27,5%
TOTAL	80	100%

Fonte: Dados organizados pelos autores, com base nos anais do evento.

Esta Tabela nº 3 refere-se ao gênero dos pesquisadores das produções que envolvem este tema. Nesse sentido, o percentual nos mostra que 72,5% das produções que envolvem a Educação Popular advêm de mulheres, enquanto que, apenas 27,5% advêm de homens. Atribuímos este resultado ao quadro histórico no qual se desenvolvem os cursos de Pedagogia e Serviço Social, uma vez que, ambos trazem arraigados em si, a tradição de cursos majoritariamente femininos, o qual permanece nos dias contemporâneos.

De acordo com Iamamoto (1998), com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a ela impostas no mercado de trabalho. A preocupação com a desigualdade de sexo e gênero e, especialmente com a desvalorização das representações do feminino, implica, segundo Carvalho e Pereira (2003), considerar múltiplos aspectos, por um lado, as condições de desvantagem social, econômica e política, bem como as situações de opressão específica de gênero que ainda se abatem sobre as mulheres; por outro lado, as repercussões da mudança dos papéis e das identidades femininas nas próprias relações de gênero, expressas igualmente em problemáticas masculinas e de homens. As autoras ressaltam também, que as relações de gênero são relações de poder em que o pólo feminino é subjugado e desvalorizado.

Tabela 04 - Distribuição das produções pesquisadas conforme os anos

Décadas	Quantidade (n°)	Percentual (%)
2000	06	8%
2001	05	6%
2002	05	6%
2003	10	13%
2004	01	1%
2005	04	5%
2006	13	16%
2007	11	14%
2008	11	14%
2009	09	11%
2010	05	6%
TOTAL	80	100%

Fonte: Dados organizados pelos autores, com base nos anais do evento.

Esta Tabela nº 4 tem o intuito de apresentar o percentual a respeito das produções realizadas neste espaço temporal. Assim, temos 16% em 2006, 14% nos anos de 2007 e 2008, 13% em 2003, 11% em 2009, 8% em 2000, 6% nos respectivos anos, 2001, 2002 e 2010, 5% em 2005, e por fim 1% 2004. Desse modo, ao passo que somamos as produções dos cinco primeiros anos obtemos um percentual de 39%, o que corresponde aos anos de 2000 a 2005, por sua vez, à medida que somamos as produções dos anos subsequentes, alcançamos 61%, isto nos mostra que no período de 2006 a 2010, houve um avanço nas produções dessa temática.

Tabela 05 - Distribuição das produções pesquisadas no que se refere ao tema da Educação Popular

Área	Quantidade (n°)	Percentual (%)
Educação Popular como objeto central	27	34%
Educação Popular como tema secundário	53	66%
TOTAL	80	100%

Fonte: Dados organizados pelos autores, com base nos anais do evento.

Esta Tabela nº 5 tem por finalidade apresentar os resultados quanto a abordagem do tema, enquanto objeto de estudo central ou secundário. Desse modo, as produções pesquisadas nos revelam um dado de 34% como sendo uma temática central, enquanto 66% é abordada como tema secundário. Isso nos mostra que, na maioria das produções a educação popular não é tida como objeto central. Mas é preciso salientar que, o simples fato dela ser encontrada em discussão neste espaço é importante, uma vez que a educação popular proporciona um olhar crítico frente a realidade social, a medida que esta atrela-se aos movimentos sociais, para ampliar o movimento de luta e resistência contra o sistema capitalista. Segundo Freire (2014, p; 137), é preciso que “mantenha-se vivo o sonho pela

humanização, cuja concretização é sempre processo, é sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica, etc., que nos estão condenando a desumanização".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este artigo que teve por finalidade expor o cruzamento de dados das produções acadêmicas que abordam a Educação Popular, acreditamos ter instigado o debate sobre a discussão aqui proposta, com o intuito de contribuir com o "estado da arte" dessa temática na região Nordeste.

Desse modo, os resultados mostraram que o estado da Paraíba se destaca 55% das produções que apresenta a temática da Educação Popular, em último lugar temos o Maranhão com 4%. Os resultados parciais também demonstram que 100% das produções pesquisadas são da área de Educação e nenhuma da área de Serviço Social. Este disparado percentual deve-se ao fato que, de acordo com Kiss (2013, p.58) a pós-graduação da área da Educação na UFPB há uma linha especifica de educação popular diferentemente da área de Serviço Social. Podemos observar que o fato de não termos identificado produções na área de Serviço Social conforme Kiss (2013) não nos permite afirmar que não existam profissionais da área de Serviço Social trabalhando com a metodologia Freireana ou se utilizando de suas categorias no seu cotidiano.

Conforme Iamamoto (2002, p. 33), é muito importante ocupar outros espaços coletivos, especialmente a partir da conjuntura neoliberal, quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sob sua direção. Sobretudo porque a perspectiva da luta por direitos, estimulada tanto pela educação popular como pelo Serviço Social, passa a ser substituída pela perspectiva da refilantropização da questão social.

Diante disso, a autora afirma que faz-se necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos massivos de organização sindical, mas não do trabalho de campo. Nesse sentido, é oportuna a provocação da autora, de que "re-pensar o trabalho de mobilização e educação popular (...) não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social". (IAMAMOTO, 2002, p. 33). Por fim, vale salientar que, um estudo do tipo Estado da Arte nunca se esgota, uma vez que, há sempre novas produções nascendo ou que, simplesmente, nos escaparam na ocasião da coleta de dados.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEZERRA, Aída. **As atividades em educação popular**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **A questão política da educação popular.** 4 ed. São Paulo: brasiliense, 1984.

CARVALHO, M. E. P. de; PEREIRA, M. Z. da C. (Orgs.) **Gênero e educação: múltiplas faces.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. 2013. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em 16 de dezembro de 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?**Serviço social e sociedade n° 84**. p. 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21 ed-São Paulo. Paz & Terra, 2014.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 44° Ed. Rio de Janeiro. Paz & Terra, 2013.

HADDAD, Sérgio. **O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil:** A produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 – 1998. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/ejaea.pdf> Acesso em: 15/02/2015.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Brasília, 2002.

KISS, Aline Vieira. **O estado da Arte sobre Educação Popular na Pós-graduação do Rio Grande do Norte:** Serviço Social e Educação (1990 – 2010). Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba, 2013.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. In: **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. **Educação em Perspectiva**. Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/196/70>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2015.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez. 2010. (Biblioteca básica do Serviço Social; v. 5).

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas**. Uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

SANTOS, Ana Carla dos. **Balanço das dissertações e teses sergipanas nas áreas de Serviço Social e Educação (1980-2010).** Relatório de Pibic/Vigência 2013-2014. Universidade Federal da Paraíba, 2014.

SILVA, Susane Carlene Cardoso da.**O Estado da Arte sobre a Educação Popular na Pós-Graduação de Serviço Social e Educação no Nordeste:** um estudo comparativo entre os estados da PB, PE, RN e MA (2000- 2010). Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba, 2014.

SOUSA, Daniela Ninfa de Lima. **Balanço das dissertações e teses do estado de Alagoas nas áreas de Serviço Social e Educação (1980-2010)**. Relatório de Pibic/Vigência 2013-2014. Universidade Federal da Paraíba, 2014.

SPOSITO, Marília Pontes. **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira:** Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Vol.1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 147-159, jan./jun. 2005.

GT 3: Política Social e Serviço Social

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Alex Andrade (Faculdade Católica Nossa Senhora das Vitórias)
Aline Macêdo Câmara Gracindo (UERN)
Bruna Cristina de Oliveira (UERN)
Tainá Freitas (UERN)

RESUMO
Objetivamos analisar a situação da política de assistência social no Brasil frente às investidas neoliberais. Tal temática desdobrou- se nos seguintes pontos: contextualização da origem das políticas sociais no Brasil; breve análise sobre os principais aspectos do neoliberalismo; e a materialização da política de assistência social no Brasil. Para tanto, nos utilizamos da pesquisa bibliográfica, mediante leituras sistemáticas e críticas de obras relacionadas ao referido tema. Concluímos que, a política de assistência social vem sendo descaracterizada pelo ideário neoliberal, encontre-se precarizada, fragmentada e desuniversalizada, mas pode configurar-se, junto às demais políticas, num mecanismo eficaz na concretização dos direitos sociais.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Neoliberalismo. Brasil.

ABSTRACT
We aimed to assess the situation of social assistance policy in Brazil in the face of neoliberal assaults. Such thematic desdobrou- us seguintes Pontos: I contextualização origem policy gives no Brasil das sociais; análise short on aspects do you principais neoliberalism; and materialização assistência social policy gives in Brasil. For that, we use gives bibliographical research, through systematic reviews leituras and works related to or referred subject.We conclude that social assistance policy has been uncharacteristic for neoliberal ideas, meet precarious, fragmented and desuniversalizada but can Settings- if, along with the other policies, an effective mechanism in achieving social rights.

Keywords: Social Assistance Policy. Neoliberalism. Brazil.

INTRODUÇÃO

O capitalismo enquanto sistema econômico está fadado a crises cíclicas que são inerentes a sua essência e existência e que o obrigam a reestruturara- se econômica e politicamente, e as medidas tomadas, para tanto, incidem diretamente na configuração da proteção social. No caso do Brasil esta última encontra- se fragmentada e desuniversalizada, especificamente a política de assistência social que frente às investidas neoliberais passa a assumir características como a seletividade, a focalização e o assistencialismo.

Partindo dessa compreensão, o presente estudo pretende analisar os rebatimentos da atual fase do capitalismo para a materialização da política de assistência social no Brasil, realizando primeiramente uma breve analise acerca do neoliberalismo.

Para tanto, realizamos uma pesquisa de cunho bibliográfico, através de leituras criticas e sistemáticas de obras concernentes ao tema em questão.

Ao final deste trabalho compreendemos que o neoliberalismo promove o desfinanciamento da assistência social, e lhe atribui a missão de sozinha eliminar a pobreza, revestindo- a da ideologia do favor, não obstante esta não perdeu sua capacidade de promover a universalização dos direitos sociais, quando prestada de forma integrada as demais políticas sociais.

2. CONTEXTUALIZANDO O SURGIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Mencionar as políticas sociais, e especificamente a política de assistência social, no Brasil, pressupõe reconhecer que “a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista voltada para a construção de um desenvolvimento capitalista interno autônomo” (IAMAMOTO, 2008, p.131). Ao contrário, foi marcada pela concentração dos direitos sociais nas mãos de uma minoria, detentora dos meios de produção e da força de trabalho. Evitou-se “qualquer ruptura radical com o passado conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional” (IAMAMOTO, 2008, p.132), o que acarretou consequências

desastrosas que refletem na forma como a proteção social no Brasil é concebida e executada.

De um período de colonização de exploração intenso e duradouro, o Brasil passa a assumir as características de um país capitalista e antidemocrático. Este sistema produtivo, na medida em que se desenvolve economicamente, promove pobreza, miséria, desemprego, fome, etc.; o que por sua vez provoca a insatisfação popular e consequente revoltas; justificando, portanto, a criação da proteção social. As protoformas desta última no Brasil emergem com a aprovação de algumas leis sociais.

Percorrendo a história da proteção social no Brasil, cabe- nos aqui remetermos a algumas dessas leis como as conquistas sociais e trabalhistas, a Lei Eloy Chaves, criada em 1923, que viria a proporcionar a pensão e aposentadoria dos trabalhadores, mais precisamente algumas categorias estratégicas de trabalhadores (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Essa lei nasce com pretensões políticas, pois “Eloy Chaves tinha interesses eleitoreiros ao apresentar seu projeto, visto que, a maioria dos funcionários da Companhia Paulista residiam em seu reduto eleitoral [...]. O próprio Eloy, declara que se trata de um projeto ‘liberal’, sem intervenção do Estado, [...]” (FALEIROS, 2009, p. 147).

Nesse sentido, os primeiros passos da política social já começam impregnados porinteresses privados em detrimento de uma real transformação da realidade dos trabalhadores. Ainda na área da proteção social aos trabalhadores, temos alguns supostos avanços como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em pleno populismo da era Vargas que garantia sistematicamente vários direitos trabalhistas. Aqui mais uma vez as demandas sociais são permeadas pelo forte apelo político em que são geradas. Sobre isso temos a fala de Behring; Boschetti:

> [...] Vargas enfrentou também com a polícia os componentes mais radicalizados do movimento operário nascente, em especial em após 1935, ele soube combinar essa atitude com uma forte iniciativa política: a regulamentação das relações de trabalho no país, buscando transformar a luta de classes em coloração de classes [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 106).

Tratando especificamente sobre a assistência social, não se sabe exatamente quando ela nasce. Behring; Boschetti (2007) citando Draibe e Aureliano (1989) diz que elas “[...] consideram difícil estabelecer com precisão o âmbito especifico dessa política no Brasil devido ao seu caráter fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e instável das suas configurações. [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 106).

3. ASSISTÊNCIA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL: UMA UNIÃO DESASTROSA

3.1 A ascensão do neoliberalismo

A ascensão da teoria econômica e política neoliberal dita suas raízes nas ideias do filósofo Friedrich Hayek, em seu texto O caminho da servidão de 1944, e esta teoria alcança uma variedade de campos políticos e se consolida como nova ortodoxia econômica nos Estados Unidos e na Grã Bretanha no final dos anos 1970. Behring e Boschetti (2007) destacam que o período de recessão entre 1969-1973 deu abertura para os avanços do ideário neoliberal, onde os principais argumentos deste era de que os sindicatos tinham poder excessivo, e que o Estado não deveria intervir nas relações de trabalho, o que representa impedimento para o crescimento econômico, e nem nas transações comerciais de e no mercado financeiro. Outro aspecto era que "[...] Para os neoliberais, a proteção social garantida pelo Estado social, por meio de políticas redistributivas, era perniciosa ao desenvolvimento econômico [...]" (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 126).

Netto e Braz (2012) colocam que houve uma vulgarização das formulações de Hayek através dos meios de comunicação social que "[...] conformou uma espécie de *senso comum* entre os serviçais do capital [...] e mesmo entre setores significativos da população dos países centrais e periféricos." (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238). Observa-se queo capital burguês se apropria de um novo discurso ideológico – neoliberalismo – para justificar a reestruturação produtiva como forma de enfrentamento da crise (que é estrutural) e a manutenção da taxa de lucros elevados.

Essa ofensiva neoliberal se expandiu aos demais países que detinham a concentração da produção econômica, principalmente na Europa, depois na América Latina, em especial no Brasil no governo Collor em 1989, (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011).

Essa nova configuração global da economia agora ditada pela cartilha dos neoliberais muda completamente as organizações políticos-institucionais e principalmente as relações sociais. Netto e Braz (2012) revelam que não houve diminuição do Estado, mas um "[...] **Estado mínimo para o trabalho e Máximo para o capital**." (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238, grifos dos autores). Pontua- se basicamente que ocorreu uma (contra) reforma do Estado na supressão e redução dos direitos sociais; ofensiva contra a classe trabalhadora e, principalmente a intensificação da

dominação e da exploração da ordem burguesa sobre a periferia, agora mundial, da classe trabalhadora.

3.2 Política Social, Assistência Social e neoliberalismo no Brasil

Após anos de lutas, reconhecem-se alguns avanços na conquista de direitos nos campos: civil, político e social, porém sempre permeados por interesses hegemônicos. Dentre estes direitos encontra-se a seguridade social, composta pela Saúde, Previdência Social e Assistência Social, que devem ser prestadas de forma integrada e universal. Outra conquista foi: a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social- - LOAS, aprovada em 07 de dezembro de 1993, que prevê em seu Art. 1º, que:

> A assistência social direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o debate sobre políticas sociais, bem como os direitos sociais foram ampliados, e o Estado passou a ter primazia na garantia dos direitos. No entanto, o neoliberalismo, força mundial frente à crise, de 1973, do Estado de Bem-Estar Social, com o projeto de reconstruir a economia global –inclusive nos países periféricos, entre eles o Brasil– dificultou a materialização dos direitos garantidos constitucionalmente. Montaño e Durigueto contribuem para a assertiva:

> Desta forma, o **"projeto/processo neoliberal"** constitui a **atual estratégia hegemônica de reestruturação do capital – em***face da crise, do avanço técnico cientifico e das lutas de classes que se desenvolveram no pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes*: **a ofensiva contra o trabalho** [...] **e as chamadas reestruturação produtiva e (contra) reforma do Estado** (Grifos dos autores) (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 193).

Especificamente no ano de 1990 com a ascensão do neoliberalismo no Brasil, todos os direitos garantidos na Carta Magna foram desmontados, haja vista que, a ideologia neoliberal prega um Estado máximo para o econômico e mínimo para o social. Ao passo que, a real efetivação dos direitos causa prejuízos para o lucro e a acumulação capitalista.

> A onda neoliberal que assolou o país a partir da década de 1990 foi determinante para o desenvolvimento de uma política econômica voltada

> para a rentabilidade econômica em detrimento dos avanços sociais. [...] os direitos conquistados pela classe trabalhadora e inseridos na carta constitucional foram submetidos ao ajuste fiscal, provocando um quadro de retrocesso social [...] (BOSCHETTI, 2009, p. 09).

Sendo assim, os direitos alcançados e implementados, nos países centrais, no período fordista-keynesiano, nunca foram concretizados nos países periféricos, onde "a proposta de ajuste visa à retirada total do Estado no que se refere à sua intervenção no social, pois tradicionalmente esses países nunca possuíram um Estado de Bem-Estar Social nos moldes daquele vivenciado pelos países centrais" (OLIVEIRA, 2005, p. 29). Deste modo, o Brasil saia de um regime ditatorial, caracterizado pela expansão das políticas sociais, e pela negação da participação das pessoas nas decisões políticas do país; para ser tomado pelo espectro neoliberal que já assolava os demais países. Por isso, os direitos sociais prescritos constitucionalmente e nas leis decretadas posteriormente como, a LOAS não encontraram um campo favorável a sua concretização, limitando-se ao plano abstrato; e ainda permeados pela lógica do favor que se configura em relações clientelistas e filantrópicas.

Portanto, para entendermos a política de assistência social no Brasil é necessário considerarmos que as particularidades históricas deste contribuíram para que muitos usuários desta política continuem pensando como colonizados, o que dificulta a materialização dos direitos sociais, mediante a efetivação das políticas sociais. Por exemplo, o fato dos brasileiros terem seus direitos historicamente negados, sendo estes afirmados constitucionalmente apenas no final dos anos 80, faz com que os serviços socioassistenciais sejam tidos pela maioria da população brasileira como favores ou concessões governamentais, reduzindo assim a política de assistência social ao assistencialismo e clientelismo. É necessário ter em mente que:

> Os direitos, porém, não são uma dádiva, nem uma concessão. Foram 'arrancados' por lutas e operações políticas complexas. (...) não são uma doação dos poderosos, mas um recurso com o qual os poderosos se adaptam às novas circunstâncias histórico-sociais, dobrando-se com isso, contraditoriamente, às exigências e pressões em favor de mais vida civilizada (NOGUEIRA, 2004, p. 02).

Essa "dadivização" dos direitos pôde ser percebida mais fortemente no Governo Vargas, o qual enfrentava as refrações da questão social utilizando-se de medidas repressivas e ao mesmo tempo assistencialistas mediante as ações sociais desenvolvidas pela Legião Brasileira de Assistência (1942) coordenada pela primeira dama Darcy Vargas. Dessa forma, colaborou para o fortalecimento da ideologia do favor entre os brasileiros, convertendo o direito à assistência social conquistado popularmente, em "presente estatal".

Para atestar de tais práticas, o Governo Lula e o atual Governo, Dilma Rousself também nos servem de ilustrações paradigmáticas do assistencialismo clientelista, onde o Programa Bolsa Família é disseminado sob a ótica de política de governo (vale salientar destes determinados governos) e funciona basicamente como mecanismo para garantir os votos daqueles que são beneficiados pelo mesmo. Sustenta- se, assim, "a percepção do direito como benefício, campo fértil, como todos, sabemos, para o uso clientelista dos recursos assistenciais" (SANTOS, 2012, p. 242), o que contradiz diretamente o artigo 1° da LOAS que prevê a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado.

Outro aspecto neoliberal que rebate fortemente na assistência social é o desfinanciamento dos projetos e programas sociais de enfrentamento a pobreza em nome do desenvolvimento econômico do país, pois de acordo com o Art. 25 da Lei Orgânica da Assistência Social (1993),

> Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Este artigo previsto na LOAS, assim como a maior parte dos outros artigos, não é efetivado, em virtude do investimento no social não ser prioridade para o Estado neoliberal. Com isso a política de assistência social acaba sendo aquela a quem menos são destinados os recursos da União, dos Estados e municípios. Uma vez que, como é sabido, os projetos e programas que tem a "missão" de combater a pobreza no Brasil, são frágeis em muitos aspectos, dentre eles se encontra a baixa capacidade de estes capacitarem os sujeitos para ingressar no mercado de trabalho ao ponto de elevarem efetivamente seu padrão da qualidade de vida.

A falta de recursos para os projetos de enfrentamento à pobreza se pensada de forma articulada com a conjuntura macrossocial é fruto da ideologia neoliberal que se instalou no mundo, a qual visa a "[...] diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais" (NETTO; BRAZ, 2010, p. 227), se propondo assim a cortar ao máximo os "gastos sociais", em nome do equilíbrio econômico do país.

No entanto, devemos compreender que o direito à assistência social, previsto na Constituição Federal de 1988 e especificado na Lei Orgânica da Assistência Social, não é o direito apenas dos cidadãos pobres dos mais pobres (considerando que na forma de sociabilidade especifica em que vivemos, não são apenas os extremamente

miseráveis que necessitam do direito á assistência social); não substitui o direito ao trabalho e não é capaz de combater sozinho, a pobreza, pois "a centralidade da Assistência Social é anunciada como uma das principais ações que comporiam o novo modelo de governo, cujo fundamento é a inédita articulação do binômio do *crescimentoeconômico* com a *redução da pobreza"* (SILVA, 2013, p. 95). Essa centralidade atribuída à Assistência Social, oculta a essência do conflito capital/trabalho, transferindo- o da esfera produtiva para a esfera de consumo, como uma suposta luta entre ricos e pobres, entre consumidores e não- consumidores, onde,

> [...] a Assistência Social assume o papel de convencer homens e mulheres, saudáveis, aptos e ávidos por trabalho que, por um lado, o trabalho estável e protegido é um privilégio inatingível e, por outro, que, não integrando eles a classe dos produtores de riqueza, devem, então, eximirem-se do conflito pela sua devida repartição. Para tanto, essa política social pública descaracteriza seus usuários da condição de trabalhadores e os caracteriza, apenas, como *extremamente pobres*" (SILVA, 2013, p. 102).

No entanto, o Art. 2º da Lei Orgânica da Assistência Social, em seu parágrafo único, dispõe que: "Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais".

Dessa forma, fica cediço que a política de assistência social não pode e não deve estar desarticulada das demais políticas setoriais (saúde, educação, habitação, etc.), na medida em que precisa se desenvolver de forma integrada a estas para que a pobreza seja enfrentada, os mínimos sociais sejam garantidos e os direitos sociais sejam universalizados. A trajetória isolacionista da política da assistência social, que por longos anos veio assumindo sozinha, o dever de arcar com problemas como: a fome, a miséria e o desemprego, faz com que hoje as instituições que ofertam serviços socioassistenciais encontrem dificuldades de articularem- se com os demais serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na forma de sociabilidade vigente a política de assistência social migra do campo dos direitos sociais para o campo do favor, da ajuda; é extremamente seletiva e focalizada; bem como sofre com o desmonte, desfinanciamento, e desregulamentação que atinge as demais políticas públicas, o que longe de representar o fim do Estado de Direito se inscreve como barreiras a serem superadas por meio da luta dos profissionais de Serviço Social e da população usuária, que vise não só a execução e elaboração de políticas públicas sociais universais voltadas e comprometidas efetivamente com as demandas da classe trabalhadora; mas, sobretudo, a superação da ordem do capital, mediante a conquista da emancipação humana.

Nesse sentido, é preciso afirmar e reafirmar cotidianamente que a assistência social é direito e não favor ou uma dadiva estatal; é direito do cidadão, e não exclusivamente do cidadão pobre; que deve ser financiada pelos recursos públicos e não prestada primacialmente por Organizações Não Governamentais (ONGs); e não deve ser a única política a enfrentar a pobreza de forma isolada das demais políticas.

Portanto, sem desconsiderar as investidas neoliberais sobre a proteção social brasileira, especialmente sobre a assistência social que se expande sob o signo da focalização, seletivização e dadivização, acreditamos na construção coletiva de uma nova forma de sociedade em que a centralidade atribuída à assistência social passa a ser dada ao trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei n. 8. 742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 97 de dezembro de 1993.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social**: fundamentos e história. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. 12 ed. São Paulo. Cortez 2009.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8° ed. São Paulo. Cortez

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOGUEIRA, M.A. Os direitos de cidadania como causa cívica: o desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. In: **XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade. Fortaleza, 2004.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. Ed Cortez, São Paulo 2011.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. **O atual estágio de acumulação capitalista**: destruição criativa ou criação destrutiva? São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social"**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradições da Assistência Social no governo "neodesenvolvimentista" e suas funcionalidades ao capital. In**: Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan./mar. 2013.

“PROIBIR E TRANCAR NÃO RESOLVE”: política proibicionista e projeto ético-político profissional do Serviço Social

Aline Macêdo Câmara Gracindo (UERN)

RESUMO

O referido estudo visa analisar alguns aspectos da política proibicionista, contrapondo- a á lógica de reduzir danos; bem como seu embate com os princípios ético – políticos defendidos pelo Serviço social. Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica mediante leituras críticas e sistemáticas de obras concernentes ao tema em questão. Constatamos que, tratar o fenômeno da drogadição por vias repressivas, autoritárias e violentas só tem produzido resultados desastrosos para a humanidade e neste prisma a redução de danos e a luta por uma nova forma de sociabilidade que respeite os direitos humanos são contrapontos ao proibicionismo.

PALAVRAS-CHAVE: Proibicionismo. Redução de danos. Projeto profissional.

ABSTRACT

The study aims to analyze some aspects of the prohibitionist policy, contrapondo- the logic will reduce damage; and his clash with the ethical principles - political defended by social service. Therefore, we use the literature through critical and systematic readings of works concerning the issue at hand. We found that treating the drug addiction phenomenon by repressive, authoritarian and violent way has only produced disastrous results for mankind and this prism harm reduction and the fight for a new form of sociability that respects human rights are counterpoints to the prohibition.

KEYWORDS: Prohibitionism. Harm reduction. Professional design.

INTRODUÇÃO

O uso de drogas pela humanidade não é algo novo, não surgiu recentemente, mas se faz presente desde os primórdios da civilização, inclusive em passagens bíblicas, onde o vinho aparece como principal substância psicoativa consumida. Entretanto, o ato de proibir alguns dessas drogas emerge mundialmente a partir do se século XX. Desde então atos de violência, mortes, encarceramentos, doenças e sofrimentos tem sido causados aos seres humanos, em nome do "bem comum".

Partindo deste entendimento, este trabalho propõe- se a analisar alguns aspectos violadores de direitos da política proibicionista em contraste com a redução de danos; e as contradições entre tal política e o projeto ético- político do Serviço Social que fundamentalmente preza e luta pelos direitos humanos.

Para alcançarmos os objetivos aqui propostos, recorremos à pesquisa bibliográfica, realizada através de leituras sistemáticas e críticas de obras relacionadas á temática em questão.

Ao final desta pesquisa constatamos que, frente às consequências desastrosas provocadas pelo proibicionismo, que rebatem diretamente nos direitos humanos daqueles que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas a estratégia de reduzir danos e a defesa de um projeto societário que visa superar toda forma de opressão, preconceito, controle e dominação se inscrevem como caminhos alternativos e respeitadores do humano.

2. A VIOLADORA POLÍTICA PROIBICIONISTA *VERSUS* REDUÇÃO DE DANOS

O fenômeno da drogadição continua fortemente presente nas sociedades contemporâneas, a violência e o número de mortos na guerra as drogas aumenta, atestando assim que as políticas de combate às drogas que se fundamentaram na ideologia do medo social e da insegurança não conseguiram obter êxito.

Partindo desta compreensão iremos analisar agora alguns aspectos da política proibicionista que são extremamente violadores de direitos. Primeiro faz- se necessário caracterizarmos tal política que teve suas primeiras leis expressas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, selecionando

determinadas drogas como a maconha, o crack e a cocaína a fim de, as tornar ilícitas contando para tanto com o apoio do sistema penal.

Por esta razão a política proibicionista promove a expansão das instituições jurídicas que sustentam o poder punitivo, e consequentemente do Estado Penal e Autoritário em detrimento do Estado Democrático de Direito, na medida em que retira dos usuários de drogas ilícitas a autonomia e o direito de escolha, mesmo que esta escolha culmine em alguma perda para este usuário; e ao passo em que restringi os direitos previstos na Constituição de 88 aos "cidadãos da ordem", isto é, àqueles que não matam, não roubam e não usam ou vendem drogas ilícitas, os direitos constitucionais são passíveis de serem assegurados, desde que, andem de acordo com as regras do padrão produtivo vigente. Já aos sujeitos que fazem uso de drogas as únicas opções que lhes são colocadas são: cadeia ou morte.

> A dimensão coercitiva do Estado, marca dessas instituições, constrói estruturas e culturas organizacionais fortemente hierarquizadas, e que encerram práticas com significativo cunho autoritário 'Arbitrariedades' fazem parte da dimensão do 'árbitro', de quem dispõe de poder legitimado para exercê-lo 'em nome de 'bens maiores': a ordem e a justiça. O poder de interferir e decidir sobre a vida das pessoas, de outras instituições, de populações ou até mesmo de países, a partir do uso da força física ou da lei, confere a tais instituições características extremamente violadoras de direitos – mesmo quando o discurso que as legitima é o da garantia dos direitos (CEFSS, 2014, p.16).

Neste sentido processa- se a desuniversalização dos direitos sociais, os quais não devem ser garantidos aos taxados de "criminosos", "drogados" e "marginais", mas as classes detentoras dos meios de produção e ao trabalhador, pai de família que acorda cedo para ser explorado no trabalho e produzir mais- valia, colaborando assim para a manutenção do sistema capitalista. "A perspectiva da universalidade dos direitos é, portanto, incompatível com a busca de culpados/as, de criminosos/as, de indivíduos com condutas moralmente reprováveis, e que, por isso, são menos credores de direitos; ou pior, objeto de violações de seus direitos" (CFESS, 2014, p. 22).

Desta forma, ao apontar culpados pelo fenômeno da drogadição, nega- se todos os direitos a tais culpados, pois são vistos pela sociedade como não- humanos, como monstros que devem ser mortos ou isolados do convívio social. E aqui cabe destacar a fervorosa participação dos meios midiáticos na propagação de posturas irracionais e acríticas, porque discriminatórias, preconceituosas, moralistas e do medo social. "Ao mesmo tempo em que a moral serve ideologicamente para dar identidade ao objeto do medo ela passa a justificar uma inversão na moralidade do sujeito: na luta contra o 'mal' toda moral é suspensa, tudo é válido: o 'mal' acaba justificando o próprio

'mal' [...]" (BARROCO, 2011, p. 210). Tal ideologia do medo justifica a "militarização da vida cotidiana" (BARROCO, 2011, p.209), onde os policiais militares são chamados a atuar sobre as expressões da questão social (violência, pobreza, drogas etc.) ocupando espaços públicos e privados para assumir o controle desses espaços com a desculpa de não deixa - lós nas mãos dos "traficantes", utilizando- se para tanto, de medidas repressivas e extremamente autoritárias que expressam- se nas revistas indiscriminadas dos moradores das periferias submetendo – os a constrangimentos e humilhações diárias; nas invasões residenciais de possíveis suspeitos de envolvimento com drogas, etc.

> O mais recente e tão incensado novo modelo de policiamento no Brasil – as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) – deixa bem clara a funcionalidade da "guerra às drogas" na efetivação do controle penal sobre os pobres, os marginalizados, os desprovidos de poder. Sob o pretexto de "libertar" as favelas do Rio de Janeiro dos "traficantes" de drogas, esse novo modelo de policiamento consiste na ocupação militarizada dessas comunidades pobres, como se fossem territórios "inimigos" conquistados ou a serem conquistados. A ocupação fortalece o estigma e a idéia do gueto. A ocupação sujeita as pessoas que vivem nas favelas a uma permanente vigilância e monitoramento, com freqüentes revistas pessoais até mesmo de crianças, com revistas domiciliares sem mandado (ou com algum vazio e igualmente ilegítimo mandado genérico), em uma espécie de "educação" para a submissão (CFP, 2013, p. 44- 45).

Atualmente o objeto do medo social identifica- se pela cor da pela, pela condição social e pela função social que o individuo desempenha na sociedade, assim o perfil criado do "inimigo" possui as seguintes características: negro, pobre, e vendedor ou comprador de drogas ilícitas. Em virtude desse tipo padrão de inimigo estabelecido pela ideologia neoliberal a sociedade precisa viver em alerta, atenta aos perigos causados por este sujeito. É nítido aqui o recorte classista que a política proibicionista carrega consigo, na medida em que atribui- se o perfil de drogado e traficante aos sujeitos pertencentes às classes sociais que sofrem com os processos de pauperização absoluta e relativa.

Os resultados políticos deste cenário manifestam- se na exclusão dessas classes da vida política, na desmobilização e despolitização destas que são estigmatizadas e vitimas de atitudes evitativas, o que contribui para despertar o "autoestigma (preconceito internalizado) e discriminação antecipatória (medo de virem a sofrer discriminação)" (CHIAVERINI; *et al,* 2011, p. 162). Este sentimento promove o isolacionismo e ocultamento no âmbito privado dos sujeitos estigmatizados, o que dificulta tanto a participação destes nos processos decisórios globais e locais resultando em posturas conformistas; como a procura por serviços de saúde e a adesão aos tratamentos quando ofertados.

> Sempre cabe esclarecer que o sistema penal não serve para proteger nada nem ninguém. Leis penais longe estão de evitar a realização de condutas que, por elas criminalizadas, são chamadas de crimes. O sistema penal, na realidade, serve tão somente para exercitar o enganoso, danoso e doloroso poder punitivo. No âmbito da criminalização das ações relacionadas às drogas tornadas ilícitas, o engano é ainda maior: mais do que não proteger a saúde, a intervenção do sistema penal causa sim danos e perigo de danos a essa mesma saúde que enganosamente anuncia pretender proteger (CEP, 2013, p. 49).

Dessa forma, a proibição agride fortemente o direito à saúde dos consumidores de drogas ilícitas, pois estes não buscam os serviços de saúde por medo e vergonha de admitir que, praticam atos ilegais, com isso ocorre o aumento dos casos de overdose e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, que decorrem respectivamente pela adulteração inadequada das drogas, e pelo mau uso destas (como através do compartilhamento de seringas). O que é proibido não pode ser tratado; e o que não pode ser tratado: adoeci ou morre.

Neste prisma, as extremas violações de direitos decorrentes da política proibicionista, expressam- se no aumento das doenças relacionadas ao uso de drogas, da violência policial, no extermínio da juventude negra, no encarceramento em massa, na criminalização da pobreza e dos movimentos sociais em especial daqueles movimentos que lutam pela legalização das drogas.

Em contraposição a esta realidade violadora de direitos podemos citar aqui a lógica da redução de danos que não tem como finalidade primordial e única a abstinência, antes visa, sobretudo, garantir o direito a vida, orientando os usuários acerca de formas de uso mais adequadas e menos prejudiciais a saúde. Nesta estratégia a abstinência pode vir a ser atingida, mas de forma lenta, gradual e respeitando a autonomia do usuário, o qual precisa reconhecer as suas próprias necessidades e os danos que causa a si mesmo fazendo uso abusivo de álcool e outras drogas.

> Na estratégia de reduzir os danos, a saúde vai aprendendo a medida da satisfação com cada sujeito, oferecendo a cada um recursos parciais, pequenas estratégias que convidam a outro modo de cuidado de si. Deixando a droga à margem, cria chances para o sujeito, distraída, disfarçada ou decididamente, fazer perguntas, pedir ajuda, aceitar o laço com o Outro e se deixar acompanhar (CEP, 2013, p.69).

Considerando que, não objetiva- se o combate às drogas, mas aos danos causados por estas na vida dos seus usuários, a possibilidade da política de redução de danos, ser exitosa reside, sobretudo, na capacidade de construir laços sociais, de estabelecer vínculos entre usuário- familiar- profissional de saúde e comunidade. “Todo o trabalho diante necessidade de atenção para questões decorrentes do uso abusivo de drogas deve ser encaminhado sob a égide de que seu enfrentamento se

dá por meio da potencialização de laços sociais" (CEP, 2011, p.26). O usuário precisa participar ativamente do tratamento expondo suas concepções e posicionamentos em relação a sua experiência com as drogas, passando da condição de submisso e receptor inativo, que só recebe ordens e prescrições médicas; para a condição de protagonista do seu próprio tratamento.

Já o papel do familiar, do profissional de saúde e da comunidade na construção do vínculo para o cuidado integral, é abrir- se, libertar- se do hábito de estigmatizar o "outro", abandonando para tanto, visões maniqueístas que classifica os sujeitos em heróis e vilões, deixando de lado os julgamentos moralistas e conservadores, buscando aproximar- se do usuário com a consciência de que ele também é humano, e, deve, portanto, ter direito a voz, a ser ouvido e respeitado.

> Reconhecer o consumidor, suas características e necessidades, assim como as vias de administração de drogas, exige a busca de novas estratégias de contato e de vínculo com ele e seus familiares, para que se possa desenhar e implantar múltiplos programas de prevenção, educação, tratamento e promoção adaptados às diferentes necessidades. Para que uma política de saúde seja coerente, eficaz e efetiva, deve ter em conta que as distintas estratégias são complementares e não concorrentes, e que, portanto, o retardo do consumo de drogas, a redução dos danos associada ao consumo e a superação do consumo são elementos fundamentais para sua construção (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p.08).

As pessoas precisam compreender que o fenômeno da drogadição não é algo em si mesmo; e que por traz dele existem diferentes sujeitos, com histórias de vida singulares, vivendo em condições sociais distintas, carregando valores e concepções de mundo diversas. "A dependência das drogas é transtorno onde predomina a heterogeneidade, já que afeta as pessoas de diferentes maneiras, por diferentes razões, em diferentes contextos e circunstâncias" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p.08).

Assim sendo, em contraposição ao proibicionismo, à política da redução de danos traz um leque de estratégias para o enfrentamento das consequências nocivas provocadas pelo uso abusivo de álcool de outras drogas, demonstrando assim a sua capacidade em reconhecer e respeitar as singularidades de cada caso, em envolver usuários, profissionais de diferentes áreas, familiares e comunidade no tratamento, estruturando redes de apoio ao dependente químico, que para além de um atendimento emergencial, fragmentado e repressor pretende assegurar a integralidade no cuidado.

> Aqui a abordagem da redução de danos nos oferece um caminho promissor. E por que? Porque reconhece cada usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida. Vemos aqui que a redução de danos oferece-se como um método (no sentido de methodos, caminho) e,

> portanto, não excludente de outros. Mas, vemos também, que o método está vinculado à direção do tratamento e, aqui, tratar significa aumentar o grau de liberdade, de co-responsabilidade daquele que está se tratando. Implica, por outro lado, no estabelecimento de vínculo com os profissionais, que também passam a ser corresponsáveis pelos caminhos a serem construídos pela vida daquele usuário, pelas muitas vidas que a ele se ligam e pelas que nele se expressam (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p.10).

É mister ressaltar que, a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a usuários de álcool e outras drogas, é baseada no uso de tecnologias leves centradas na escuta qualificada, "[...] no acolhimento empático, no vínculo e na confiança como dispositivos favorecedores da adesão da pessoa, [...]" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p.58), o que pressupõe um investimento bem menor do que o despendido com o sistema penal, que desmonta o Estado de Direito.

> Além disto, a legalização pode alterar profundamente o impacto da segurança no orçamento público, pois promoverá a criação de novos tributos ao mesmo tempo em que reduzirá os gastos com armamentos e prisões. Assim, os recursos economizados e criados poderiam ser mais bem empregados em políticas públicas de prevenção e de redução de danos (CINCO, 2013, p.55).

Entretanto, na realidade atual, as políticas públicas e os serviços de saúde de base comunitária como as Residências Terapêuticas, os Consultórios de Rua e os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS- AD), vivem processos de subfinanciamento, assim como o próprio sistema penal que encontra- se precarizado, oferecendo condições sub- humanas aos apenados, devido aos preceitos neoliberais que pregam a ideia da redução ou corte dos recursos investidos no social, em nome do equilíbrio econômico do país.

Na reversão deste cenário o Estado ocupa um papel fundamental: assumir a responsabilidade com o fenômeno da drogadição, o que significa reconhecer e respeitar a autonomia e a liberdade de escolha do drogadicto; e investir em caminhos alternativos, à ação policialesca e autoritária.

3. PROIBIR É NEGAR DIREITOS: O POSICIONAMENTO DO PROJETO PROFISSONAL FRENTE À LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS

Quando decidimos pensar o Projeto Ético-Político do Serviço Social é necessário que levemos em conta, principalmente, dois fatores. O primeiro é que ele é um projeto que rompe claramente com o conservadorismo e, portanto, tem em sua essência uma perspectiva extremamente transformadora, ao apresentar como valores

centrais a liberdade, a democracia e a cidadania, propondo a construção de uma nova sociabilidade onde os sujeitos sejam plenamente emancipados. E o segundo é que sempre temos que compreendê-lo mediante sua indissociabilidade com o projeto societário da classe trabalhadora, isto é, as ações da categoria profissional sempre devem se direcionar aos interesses da classe trabalhadora, pois, "[...] os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político" (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.05).

Baseado, então, na explicação acima e, compreendendo a política proibicionista como ações de cunho autoritário, repressivo, violento, conservador e moralista podemos, afirmar, que a legalização das drogas é nitidamente compatível com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e, por isso, se faz necessário que a categoria profissional se coloque favorável nesse luta. Dessa forma, longe de esgotar as discussões sobre a referida temática, vamos trazer aqui algumas ideias que justificam a necessidade de legalizar as drogas em consonância com o projeto ético-político da profissão.

A primeira delas é a violência e a repressão, pois, perpassada pela ideologia dominante, o caráter ilícito de algumas drogas e a criminalização do seu uso, faz com que os usuários destas sejam considerados sujeitos de alta periculosidade e, por conseguinte, excluídos das relações sociais. Gerando assim sentimento de medo na sociedade e, consequentemente, o consentimento por parte desta de práticas violentas e repressivas sobre os usuários de drogas, por parte em especial da categoria policial. O que nos leva a afirmar que a conivência ou a omissão com e sobre essas práticas derivadas da defesa da política proibicionistapor parte dos profissionais do Serviço Social, fere o segundo princípio do código de ética da profissão, onde se pauta que todo assistente social deve defender intransigentemente os direitos humanos e recusar todo e qualquer arbítrio e autoritarismo.

A segunda ideia que justifica a necessidade de nos posicionarmos a favor da legalização das drogas se refere à criminalização da pobreza. Apesar do consumo de drogas, perpassar, todas as classes sociais, a repressão de destina a uma específica, a classe subalterna, em especial sobre negros, pobres e moradores de ruas. O que nos faz pensar que o posicionamento contra a legalização das drogas é defendido pela classe dominante não porque essa está preocupada com a saúde dos sujeitos, mas porque ela mascara e justifica a violência sobre aqueles que são marginalizados pelo sistema e que por não contribuírem diretamente com o aumento das taxas de lucro do capital, suas vidas são desnecessárias.

> A ilegalidade de algumas drogas em nosso meio tem servido ao controle de práticas e comportamentos de segmentos sociais historicamente discriminados e que são cotidianamente impelidos à marginalidade pela fragilidade de nossa democracia, pela reprodução ampliada da desigualdade, pelo caráter conservador das respostas operadas no âmbito do Estado, em face do consumo de drogas e de outras práticas que confrontam a moralidade dominante. (BRITES, 2014, p.34).

O que por vez, leva a violação tanto do segundo princípio que se refere, a defesa intransigente dos direitos humanos, como do sexto princípio do Código de Ética da profissão que propõe a busca pela eliminação de todas as formas de preconceito e o incentivo ao respeito. Além disso, podemos também afirmar que a não legalização das drogas leva a uma fragmentação da classe trabalhadora, tendo em vista que, a política proibicionista incentiva a culpabilização do sujeito, não o compreendendo dentro das relações sociais nas quais está inserido. E, então, há uma inversão da "[...] luta de classes em luta do bem contra o mal, da ordem contra a desordem, da democracia contra o terror, da lei contra o crime" (CINCO, 2013, p.62). Dificultando assim, a viabilidade do oitavo princípio do Código de Ética do assistente social que incentiva a luta pela construção de uma nova sociabilidade sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.

Um quarto ponto que podemos abordar se refere ao fortalecimento, que a política proibicionista confere a desresponsabilização do Estado, pois, mediante a ideia falaciosa, propagada pelos meios midiáticos, de que o Estado não possui condições suficientes para controlar a questão das drogas, são incentivadas as ações privatistas e filantrópicas por parte da sociedade. O que, por vez, atrofia a ampliação da rede de saúde mental, ao passo em que, instituições, em sua maioria de cunho religioso, passam a assumirem a responsabilidade pela situação das drogas no país. Acarretando, assim, a violação do terceiro princípio do Código de Ética da profissão que se refere a luta pela ampliação e consolidação da cidadania.

Quando discutimos sobre a importância da legalização das drogas, não podemos também esquecer a importância da ampliação do debate e mobilização em torno desse tema, pois, "[...] o debate público favorece, a nosso ver, a transparência e o caráter democrático necessários à construção de respostas no campo da saúde pública para a realidade de consumo de drogas em nossa sociedade" (BRITES, 2014, p.35). No entanto, o que acontece na realidade brasileira é o inverso, pois, os setores dominantes e conservadores que, por vez, são os defensores da política proibicionista, estão sempre impedindo a ampliação e divulgação de ideias que se mostram favoráveis a legalização das drogas. Situação essa que contrapõe- se ao quarto

princípio ético defendido pelo Serviço Social que luta pelo aprofundamento da democracia e, portanto, a liberdade de expressão, de manifestação e de pensamento.

É, então, importante destacar que a legalização das drogas de forma alguma significa incentivar o consumo e uso de tais, mas pelo contrário significa "[...] criar regras transparentes e democráticas que assegurem o controle público sobre a produção, o comércio e o consumo" (BRITES, 2014, p.35). Bem como respeitar a liberdade de cada indivíduo, ao passo em que, como brilhantemente coloca o Conselho Federal de Serviço Social- CFESS (2013) o consumo de drogas é um ato pessoal, o que vai ao encontro do primeiro princípio defendido pela profissão que estabelece o reconhecimento da liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Por fim, como sujeitos comprometidos com os princípios que fundamentam e regem o Projeto Profissional do Serviço Social, podemos sem sombra de dúvidas, afirmar que, a questão das drogas não será solucionada, se continuar sendo tratada com base na violência, no conservadorismo e na repressão, haja vista que, entendida como "questão social", ela só será passível de controle mediante a ampliação das políticas públicas e, consequentemente, melhoria da vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de romper com a lógica proibicionista, baseada no modelo padrão de tratamento, caracterizado pelo isolacionismo, encarceramento e repressão, estão lançadas e precisam ser discutidas e apoiadas pelo estado e pela sociedade civil, o que exige dialogo aberto, onde as decisões acerca do fenômeno da drogadição sejam tomadas de baixo para cima, rumo a horizontalização das ações de saúde.

O projeto profissional do Serviço Social em consonância com o projeto societário transformador defende novas alternativas no trato com as drogas, como a redução de danos que visa acima de tudo proteger a vida dos dependentes químicos e mante- lós inseridos na sociedade, sem priva- lós do ato de humanizar- se, ou seja, de estabelecer o vinculo e o laço com o outro, de criar e recriar formas de externalizar seus sentimentos e concepções de mundo; bem como uma nova forma de sociedade em que as pessoas sejam vistas e tratadas como pessoas, detentoras de direitos.

O problema das drogas é também um problema social, que carrega em seu cerne múltiplas determinações, exigindo, portanto, ações intersetoriais e interministeriais que mediante políticas públicas integradas e articuladas promovam a universalização dos direitos sociais.

Portanto, proibir é privar o usuário de drogas de sua própria essência, do que ele tem de melhor: sua humanicidade, a qual expressa- se no contato com o outro, como o meio, com o mundo.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, 2011.

BRITES, Cristina. O debate contemporâneo sobre os usos de drogas. In*:* **Coletânea CFESS manifesta.** Gestão tempo de luta e resistência (2011-2014). Brasília, 2014. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLuta-Site.pdf>. Acesso em 27 de Março de 2015.

_____.Violência e autoritarismo do Estado não resolvem. In*:* **Coletânea CFESS manifesta.** Gestão tempo de luta e resistência (2011-2014). Brasília, 2014. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLuta-Site.pdf>. Acesso em 27 de Março de 2015.

CINCO, Renato. O debate sobre a legalização das drogas: a falência da política proibicionista. In: **Inscrita nº 14.** Brasília: CFESS, 2012.

CEFESS. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico:** subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2014.

CFESS. **Dia internacional contra o abuso e tráfico ilícito de drogas**. Brasília, 26 de junho de 2013. Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/985>. Acesso em 27 de Março de 2015.

CEP. **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social**. 1 ed. Brasília: CEP, 2013.

CEP. **Contribuições do Conselho Federal de Psicologia para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde a partir do Decreto 7.508/2011**. 1 ed. Brasília: Liberdade de Expressão, 2011.

CHIAVERINI, Dulce Helena. (Organizadora) [et al.]. **Guia prático de matriciamento em saúde mental** / [Brasília, DF]: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **A POLÍTICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA A ATENÇÃO INTEGRAL A USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.** Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos de Atenção Básica: Saúde Mental – 2013. Disponívelem:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf>

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. Projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL NOS GOVERNOS DE FHC E LULA

Ana Raquel Dantas de Azevedo (CREAS/Patos)
Karina Faustino de Carvalho Tetéo (UFRN)
Taliana Rocha Nascimento D'oliveira (UFRN)
Djailma Maria Lemos Taveira (CREAS/Patos)

RESUMO

A política de assistência social sempre esteve em segundo plano nos governos que já passaram pelo Palácio do Planalto, sejam eles de orientação política de esquerda ou de direita. Considerada a "irmã pobre" da seguridade social, a assistência enfrenta avanços e desafios. Este artigo apresenta brevemente a gênese da assistência social e suas especificidades no Brasil. Traz ainda, como ocorre o financiamento e apresenta dados sobre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento. Assistência Social. Seguridade Social.

ABSTRACT:

The social assistance policy was always as a background during the governments that passed by the Planalto Palace, whether they have right or left political direction. The social assistance is considered the "poor sister" of the social security and has been through developments and challenges. This current article, shortly presents the genesis of the social assistance and its particularities in Brazil. Also brings forward how the funding happens and presents data about Fernando Henrique Cardoso's and Luiz Inácio da Silva's government.

KEYWORDS: Funding. Social Assistance. Social Security.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os principais fatores do financiamento da política de Assistência Social no período correspondente aos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010). O tema é dividido em três sessões. Na primeira, apresenta-se um resgate histórico sobre a constituição da Política de

Assistência, desde a Legião Brasileira de Assistência (LBA) até a aprovação do Sistema único de Assistência Social (Suas) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A segunda sessão aborda as fontes do financiamento da política em questão, e a terceira**,** apresenta um panorama de como foram realizadas as aplicações dos recursos na Política de Assistência Social nos governos supracitados.

O objetivo deste artigo é levantar aspectos que possibilitem a comparação do tratamento dado a esta política pelos governos em questão, tendo em vista o caráter secundário que possuía a política de Assistência Social no governo FHC em relação às demais políticas e da Seguridade Social, e o aumento de investimento na Assistência pelo governo Lula, uma vez que ela irá abarcar os programas sociais e de transferência de renda que fizeram parte deste governo.

2. BREVE RESGATE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A política de assistência social no Brasil tem início no berço do assistencialismo, da religiosidade e da filantropia, baseada na Lei dos pobres[11] da Inglaterra com iniciativas de cunho políticos e econômicos. Inicialmente, era dirigida aos pobres e inválidos para o trabalho. Na década de 1940, surge no Brasil a LBA - Legião Brasileira de Assistência- que, inicialmente, tinha o objetivo de auxiliar as famílias dos soldados enviados à II Guerra Mundial, e posteriormente passou a auxiliar apenas as famílias carentes. Com um caráter benemerente, populista e assistencialista, esta instituição teve vigor até o governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo extinta devido aos escândalos de corrupção do governo anterior e ainda dentro da própria instituição. Sobre isto, Sposati afirma que “a Família Collor detonou a LBA com seus escândalos”. (SPOSATI, 2007, Pag. 21).

Dessa forma, desde sua gênese, a Assistência Social no Brasil é marcada por características de clientelismo, do favor, do paternalismo e da filantropia. Durante muito tempo, caracterizou-se como uma “não-política”, já que era secundarista e marginal em comparação as outras políticas sociais (Couto *et al.* 2011).

Segundo Yazbek (1996), debruçada na concepção de assistência social à luz da Constituição Federal de 1988, a assistência social constitui-se por

[11] Lei dos Pobres: foi um sistema de ajuda social aos pobres na Inglaterra em por volta de 1601, que consistia em fazer um fundo monetário a todos que não tinham trabalho ou condição de sustentar seus filhos, mas tinha força o suficiente para trabalhar.

> um conjunto de práticas que o Estado desenvolve, de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, com o sentido aparentemente compensatório à exclusão [...]. A Assistência cumpre uma função ideológica na busca do consenso a fim de garantir a relação domínio- subalternidade". (YAZBEK, 1996)

No entanto, podemos dizer que a assistência social provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas na proteção à família, à infância, à pessoa idosa, aos portadores de deficiência, independente de contribuição à Seguridade Social.

A nova configuração que a Constituição Federal de 1988 criou para a assistência social foi de caracteriza-la como um direito de todos e dever do Estado, além de provê-la sem necessitar de contribuição para usufruir de suas ações. Na Constituição, nos artigos 203 e 204 do Capítulo II da Seguridade Social, apresentam as noções sobre as competências que são atribuídas à assistência social, mas ainda não tiram o caráter filantrópico que esta política adquiriu ao longo dos anos. No governo de Itamar Franco, em 1993, é sancionada, com a ajuda da força dos Movimentos Sociais que emergiam na época, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

A LOAS propõe romper com o tradicionalismo presente no modo de fazer a assistência, trazendo inovação no campo das políticas sociais pelo fato de apresentar a assistência como direito não contributivo. O Estado centra-se na universalização dos direitos e dos serviços sociais e na participação mais efetiva da sociedade civil nas decisões sobre a assistência, com a presença de Conferências e Conselhos deliberativos e com maior comprometimento com a cidadania. Contudo, o desmonte neoliberal vai tomando forma e força, e no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) este desmonte irá ficar mais fortalecido, e com isso, as políticas sociais irão sofrer desmandos e ajustes.

Neste governo de FCH, de dois mandatos, foram instituídas ações e programas assistenciais focalizadas e de promoção social, dentre eles o programa "Comunidade Solidária", criado no início da gestão. Houve ainda a implementação da Bolsa-escola, da Bolsa- alimentação e do Vale-gás, destinados à população mais pobre do país, custeados com financiamentos advindos da assistência social, e cujo discurso era que iriam trazer "melhoria na vida da população" (PEREIRA pag.7, 2006).

Além disso, também houve o fortalecimento de convênios com entidades filantrópicas. Assim, podemos dizer que no Governo de FHC houve pequenos avanços na Política de Assistência Social, mas também atrasos, pois as Conferências de Assistência Social, realizadas até então de quatro em quatro anos, em seu último mandato foram adiadas e só retomadas no governo Lula.

No Governo Lula (2003 a 2010), o cenário mostrou-se um pouco diferente, visto que muitos cidadãos que anteriormente não tinham acesso às políticas sociais puderam fazê-lo.

Apesar disso, esperava-se que este governo tomasse um direcionamento diferente do anterior, pelo fato de suas raízes políticas terem solo nas lutas sindicais e nas reivindicações dos trabalhadores. O Governo Lula unificou as Bolsas do governo FHC, criando assim, o Programa Bolsa-Família[12], que pode ser talvez considerado o pilar das políticas sociais do seu governo, além de criar a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), leis que regem, organiza e delibera os objetivos e rumos da política pública de assistência social no país.

A primeira Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada e efetivada no ano de 2004. Com o objetivo de regular e organizar os serviços sócio-assistenciais permanentes ou eventuais no território nacional, é instituída também a Norma Operacional Básica – Suas (NOB-SUAS), que disciplina e operacionaliza a gestão da PNAS, além de trazer prerrogativas para estruturar o Sistema Único de Assistência Social. Além desta NOB, há também a NOB-RH/SUAS, que seu objetivo é de delinear os principais elementos da gestão de trabalho e estabelecer as equipes de referência para os serviços socioassistenciais, ainda prevendo a educação permanente no SUAS.

O SUAS é institucionalizado em 2005, sendo um sistema descentralizado e participativo, no qual organiza a proteção social oferecida em dois grupos: a Proteção Social Básica que compete à prevenção de riscos sociais e pessoais por meios de implementação de programas e a Proteção Social Especial, que é destinada a famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade.

A PNAS e o SUAS pauta a família a centralidade das ações e nas suas necessidades individuais e coletivas, pois se entende que é nela que se encontram todos os segmentos, comportando um atendimento na totalidade, prima à ação do Estado na realização de serviços, programas, ações e benefícios para garantir que seus direitos sejam efetivados. Este conjunto visa melhorar e ampliar os serviços assistenciais, padronizando e respeitando as diferenças regionais. O SUAS irá materializar o objetivo da LOAS para que assim, a assistência ganhe a configuração de política pública. O PNAS-2004 irá clarear as diretrizes de efetivação da assistência social, tendo apoio em um modelo de gestão compartilhada, ampliando os usuários da política de assistência.

Uma crítica que pode ser feita ao PNAS é a existência do nepotismo e do primeiro-damismo na constituição da política de assistência social. Sobres isto, Couto *et al* (Pág. 101,

[12]O Programa Bolsa-Família "é destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades e tem como público as famílias com renda per capita de até R$ 140,00. Este programa foi criado pela junção do Bolsa-Escola, Bolsa alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação e ocupa a posição de maior programa de transferência de renda da América Latina. Seu objetivo é "promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza". (SILVA, 2012)

2011) evidencia que ainda há “um traço que permanece no contexto da PNAS, sendo que as primeiras-damas procuram se qualificar para o exercício da função administrativa” e a raiz desse vício está calcada na implementação da LBA, tendo início com Darcy Vargas até Roseane Collor, todas primeiras-damas.

Com isto, o questionamento a se fazer é: como podemos nos desfazer desse clientelismo e assistencialismo se a política ainda guarda esta gênese tão forte? Isto reforça o patriarcado estatal que o Estado está firmado, uma vez que a PNAS juntamente som o SUAS vem para dar um direcionamento legal de como a política de Assistência Social deve se firmar, mas ao mesmo tempo traz brechas para o clientelismo tomar corpo, onde o direito conquistado constitucionalmente fica revestido de caridade e benemerência, podendo dar vazão a práticas conversadoras dentro da execução dos programas da Assistência Social.

2.1 Financiamentos da Política de Assistência Social nos governos de FHC e Lula

Para que uma política social seja efetivada é necessário que suas bases orçamentárias estejam bem consolidadas, ou seja, as formas como os recursos para essa política serão administradas e aplicadas devem ser bem planejadas e definidas. Behring e Boschetti (2007) afirmam que a consolidação das políticas sociais depende ainda da reestruturação do modelo econômico, com investimentos que visem o crescimento da economia.

No caso específico da política de assistência social, seus parâmetros e diretrizes estão dispostos na Constituição Federal (Brasil, 1988) entre os artigos 194 e 204 que balizam a seguridade social como um todo. Esta, por sua vez, é composta por três pilares: 1) previdência social; 2) assistência social; 3) saúde. Essas três políticas devem ser financiadas através da participação de toda a sociedade. Suas principais fontes são o orçamento da União, Estados e do Distrito Federal, as contribuições sociais, receitas de concursos prognósticos (Behring e Boschetti, 2007), eventuais doações de pessoas físicas ou jurídicas, contribuição social dos empregadores, receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, receitas provenientes da alienação de bens móveis da União, no âmbito da assistência social e transferência de outros fundos.

A diversificação das fontes de financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi necessária para que o movimento de expansão dos direitos sociais e de instituição de um sistema amplo de seguridade fosse correspondido. A conquista de novos

direitos requisitou a ampliação da base financeira até então existente, representada pela contribuição direta de trabalhadores e empregadores sobre as folhas de salários. (Behring e Boschetti, 2007)

A parcela de participação de cada ente federado na execução dessa política é trazida em seus respectivos orçamentos. Para a esfera federal, os recursos são alocados no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Os recursos do Distrito Federal, dos estados e dos municípios são, alocados nos Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAZ/DF) e nos Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social. O controle geral dos Fundos está a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nas esferas estaduais e municipais, há ainda a orientação e fiscalização dos respectivos conselhos de assistência social. Os conselhos representam o acompanhamento e a avaliação da sociedade civil, buscando a legitimação do controle social em prol de um modelo de gestão transparente no tocante às estratégias e à execução da política.

A contabilidade dos Fundos é de fundamental importância deve ser realizada por meio de contas específicas. A prestação de contas deve ocorrer em separado do órgão ao qual ele está vinculado.

Os recursos financeiros da PNAS são destinados à execução de serviços, programas e projetos. A transferência dos recursos federais aos estados e municípios tem como objetivos a oferta de apoio técnico e o co-financiamento das despesas relativas aos serviços de proteção social. Apesar disso, os recursos permanecem altamente concentrados e centralizados, o que contraria os preceitos constitucionais de descentralização, conforme afirmativas de Behring e Boschetti (2007). Há também, ainda, uma expressiva concentração na alocação de recursos nos serviços da dívida pública com destinação quase sempre maior que todo o recurso da seguridade social.

Para garantir a correta gestão e execução da PNAS, seu controle acontece através do Sistema Único de Assistência Social (Suas), não obstante, por meio da sua Norma Operacional Básica (NOB) correspondente, define suas condições gerais e quais os critérios para que o ocorra de fato transferência de recursos para os estados e municípios, além do Distrito Federal. A NOB reforça e reafirma o papel e a centralidade dos Fundos como as principais instâncias para o financiamento da Política Nacional de Assistência Social. É por meio desta que a regularidade do repasse automático de Fundo a Fundo para os serviços de ação continuada se torna possível, garantindo assim a continuidade na prestação dos serviços e a agilidade nos fluxos de transferência.

Os entes federados para participarem do co-financiamento dos recursos federais devem cumprir algumas condições pré-estabelecidas. São exemplos a instituição e o

funcionamento dos fundos públicos, a constituição de conselhos, a elaboração do Plano de Assistência, a comprovação de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados nos fundos, entre outras. Os recursos são repassados por meio de convênios e contratos de repasse que tem como agente financeiro a Caixa Econômica Federal.

2.2 Aplicação dos recursos públicos na Política de Assistência Social nos governos FHC e Lula

Os programas sociais propostos nos primeiros anos do governo FHC seguiam a tradição internacional com o foco em políticas de bem-estar e promoção social que abrangiam as áreas de educação, saúde, previdência social, trabalho, habitação e saneamento. Porém, é importante destacar que o investimento em algumas dessas áreas foi praticamente nulo e outras se encontravam totalmente precarizadas pelo pouco investimento.

No que se refere à Assistência Social, o governo FHC reserva a esta política um papel secundário, dando a ela um baixo investimento em relação ao orçamento total da Seguridade Social, seguindo uma variação percentual de 0,72% em 1996 para 4,20% em 2002 (tabela 1). Apesar disso os recursos destinados a Assistência Social sofrem elevações significativas, tendo um crescimento de R$ 8.788.000 entre os anos de 1995 e 2002 (tabela 2), passando a receber, posteriormente, maior ênfase. Isso acontece no primeiro momento (1995 -1998) devido ao crescimento de pagamentos do Benefício de Prestação Continuada e no segundo (1999 – 2002) a partir da criação dos Programas de Transferência Direta de Renda por meio de programas como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás que beneficiaram milhões de famílias.

Tabela 1 - Participação em percentuais dos recursos à Assistência Social em relação ao Orçamento total da Seguridade Social.

Anos	(%) Orçamento da Seguridade Social
1996	0,72
1997	1,29
1998	1,67
1999	1,84
2000	2,06
2001	2,47
2002	4,20

Fonte: IPEA, Políticas Sociais – acompanhamento e análise n.6 fevereiro de 2003 apud Levy e Fellows (2012)

Tabela 2 - Gasto Federal para área de Assistência Social (em R$ milhões)

Assistência Social	**1995**	**1996**	**1997**	**1998**
	1.248	1.586	3.076	4.244
	1999	**2000**	**2001**	**2002**
	5.859,1	6.431,2	8.034,1	10.036

Fonte: SIAFI/SIDOR. Elaboração própria

De acordo com Garschagen (2011), entre 1995 e 2005[13] os gastos sociais federais cresceram de R$ 179,8 bilhões para R$ 312,4 bilhões, agregando valores da ordem de R$ 11 bilhões ao ano, em média, às políticas sociais. No que se refere à Política de Assistência Social os gastos aumentaram de R$ 1,3 bilhão em 1995 para R$ 18,8 bilhões em 2005, superando inclusive as despesas com a Educação.

Porém, foi no governo Lula que o orçamento da Política de Assistência Social aumentou significativamente. De acordo com o MDS (2011), os anos de 2004 e 2006 representam os momentos de maior elevação nos recursos destinados à assistência social (tabela 3). Isso ocorreu devido à implementação do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Sobre isso Levy e Fellows (2012) explicam que:

> O PBF recebeu cerca de R$5,0 bilhões o que gerou aumento de atendimento de 1,2 milhões de famílias beneficiárias em 2003 para 6,5 milhões de famílias em 2004. Em 2006, houve ampliação na cobertura do programa que passou de 8,7 milhões de famílias em 2005 para 11,2 milhões de famílias em 2006". (LEVY E FELLOWS, 2012, p. 7)

Já o aumento dos recursos destinados ao BPC pode ser entendido a partir da ampliação do número de beneficiários com a diminuição da idade de concessão do benefício de 67 para 65 anos, garantido pelo Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Com isso, percebe-se que, basicamente, grande parte dos recursos destinados a Assistência Social no Orçamento da União e do Fundo Nacional de Assistência Social, nos períodos supracitados, esteve vinculado ao BPC, e mais ainda ao Programa Bolsa Família.

[13] Período que abrange os dois mandatos do governo FHC e três anos do primeiro mandato do governo Lula.

Tabela 3 - Evolução financeira dos recursos da União para as ações de transferência de renda da Assistência Social, 2002-2012 (R$ Bilhões)

ANO	Valores nominais	Valores corrigidos pelo IPCA-IBGE até 30.06.11
2002	6,5	11,9
2003	8,4	13,7
2004	13,9	20,7
2005	15,8	21,9
2006	21,6	28,3
2007	24,7	31,5
2008	28,8	35,1
2009	33,3	38,4
2010	38,9	42,9
2011	42,7	44,5
2012	54,1	54,1

FONTE: SIAFI. Elaboração própria.

A Tabela 4 apresenta o desempenho da execução dos recursos financeiros na Assistência Social não contabilizando as ações de transferência de renda, dentre eles a Proteção Social Básica às famílias desenvolvida nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), as ações sócio-educativas e de convivência para crianças e adolescentes em situação de trabalho, o atendimento nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e do Programa de Acesso à Alimentação. A expansão desses serviços foi responsável pelo aumento de R$ 2,1 bilhões em 2004 para R$ 3,2 bilhões em 20102 (BRASIL, 2011)

Tabela 4 - Evolução financeira dos recursos da União para serviços, programas e projetos de Assistência Social, 2002-2012 (R$ Bilhões)

ANO	Valores nominais	Valores corrigidos pelo IPCA-IBGE até 30.06.11
2002	1,7	0,9
2003	2,7	1,6
2004	2,1	1,4
2005	2,5	1,8
2006	2,9	2,2
2007	3,0	2,3
2008	3,2	2,6
2009	2,9	2,5
2010	3,2	2,9
2011	2,8	2,7
2012	5,8	5,8

FONTE: SIAFI. Elaboração própria.

A partir da análise destes dados verifica-se que ao longo dos dois mandatos de FHC e de Lula, houve um significativo aumento da participação da Assistência Social em relação ao orçamento total da Seguridade Social (tabela 5). De acordo com o Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 1996, o percentual era de 0,72 aumentando para 4,20 no final do mandato de Fernando Henrique, porém, no governo Lula, no mesmo período de mandato, ou seja, no segundo ano, 2004, percebe-se uma alta de 6,53 e encerra o governo com 9,14(BRASIL, 2011).

Tabela 5 - Participação em percentuais dos recursos à Assistência Social em relação ao Orçamento total da Seguridade Social

Anos	(%) Orçamento da Seguridade Social
2003	4,65
2004	6,53
2005	6,56
2006	7,84
2007	8,11
2008	8,54
2009	8,71
2010	9,14

Fonte: MDS,Caderno SUAS: Financiamento da Assistência Social no Brasil n.05 apud Levy e Fellows (2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Assistência Social no Brasil sofreu significativas mudanças ao longo de sua trajetória e ao longo do período analisado que compreende os 16 anos entre os governos de FHC e Lula. Como podemos observar, seus avanços são resultados de um conjunto de fatores que envolvem a configuração e às opções políticas de cada governo. Outro fator importante de ser destacado é que comparados com outros programas e projetos de Assistência Social, os programas de transferência de renda ganham cada vez mais atenção no decorrer desse período, tendo maior ênfase nos governos de Lula.

No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Assistência Social encontrou uma intensa resistência quanto a sua estruturação, pois além de ter seu reconhecimento como politica pública de direito tardio, este governo procurou estabelecer esta política a partir de características que negavam os princípios e diretrizes definidos na Constituição e na LOAS. Desta forma, tem-se que as contribuições sociais sofreram uma forte queda no final dos governos de FHC, enquanto que apresentou um vigoroso crescimento no ano de 2010, último de Lula.

Por fim, observa-se no campo da Assistência Social, a grande necessidade de políticas que reafirmem os princípios da Seguridade Social de forma a construir políticas sociais universais que atinjam a necessidade daqueles que dela precisam. Para isto, faz-se

necessário a ampliação dos recursos para a assistência social, assim como o acirramento do debate da sua participação no orçamento da Seguridade Social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno SUAS V: financiamento da assistência social no Brasil.-** Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. B. **Política Social:** fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2007.

COUTO, Berenice Rojas *et all*. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: Uma realidade em movimento. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GARSCHAGEN, Sérgio. Programas sociais - A trajetória dos gastos governamentais. In: **Revista Desafios do Desenvolvimento. Portal IPEA. Brasília, 2011.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2221:catid=28&Itemid=23> Acesso em 01 de maio de 2013.

LEVRY, Ariel. FELLOWS, Carla. **O Percurso do Financiamento da Política de Assistência Social no Brasil:** Uma Análise da Última Década. Encontro de administração pública e governo. Salvador, 2012. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG124.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2013.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Políticas Públicas de Assistência Social brasileira:** avanços, limites e desafios. 2006. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/Larissa%20Dahmer%20Pereira.pdf> Acesso em 01 de maio de 2013.

Portal do Ministério de Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social, PNAS**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>. Acesso em 01 de maio de 2013.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Condições para universalização da previdência social no contexto da (des) estruturação do trabalho e da seguridade social no Brasil. In:_____. **Previdência Social no Brasil:** (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS:** Um processo de construção da assistência social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CONCEPÇÕES ACERCA DO ENVELHECIMENTO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: Um estudo realizado com o Grupo de Idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV de Ipaumirim - CE

Vanusa Nunes de Oliveira (CRAS)
Lidiane Rodrigues da Nobrega (CRAS)
Laiane Elias Dantas (CRAS)

RESUMO

O presente artigo tece concepções sobre o envelhecimento no âmbito da Proteção Social Básica, especificamente com o grupo de idosos do SCFV de Ipaumirim- CE. Trás contribuições no sentido de compreender e a fim de minimizar os problemas inerentes à Terceira Idade, promovendo momentos de prazer e descontração para que essa realidade seja plena, saudável e com melhores condições de vida. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa, cuja fundamentação teórico-metodologica foi orientada pelo materialismo histórico-dialético. Os sujeitos da pesquisa foram vinte idosos que fazem parte do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. A análise de seus discursos revelou o quanto participar do grupo modificou sua qualidade de vida. Concluiu-se que as atividades socioeducativas proporcionaram momentos de bem estar, uma vez, que os idosos ali presentes tiveram uma participação ativa nas atividades propostas, no início apresentavam-se pacatos e no decorrer das propostas houve uma maior adesão por parte dos participantes deste modo reativando capacidades adormecidas e a auto-estima como ponto fundamental de valorização a subjetividade humana.

PALAVRAS-CHAVE**:** Envelhecimento. Proteção Social Básica. Autoestima

ABSTRACT

This article presents views on aging within the Basic Social Protection, specifically with the scFv of the elderly group Ipaumirim-EC. Back contributions towards understanding and to minimize the problems inherent in the Third Age, promoting moments of pleasure and relaxation to this reality is full, healthy and better living conditions. It is a descriptive exploratory study of qualitative approach, whose theoretical and methodological foundation was guided by historical and dialectical materialism. The subjects were twenty elderly who are part of the group Living Services and Strengthening Linkages - scFv. The analysis of speeches revealed as part of the group changed their quality of life. It was concluded that socio-educational activities

provided moments of well-being, once again, that those present seniors took an active part in the activities proposed at the beginning had become peaceful, in the course of the proposals was greater adherence by the participants in this way reactivating dormant skills and self-esteem as a fundamental valuation point of human subjectivity.

KEYWORDS: Social Envelhecimento. Proteção Basic Self-Esteem

INTRODUÇÃO

Este estudo é produto de uma pesquisa: "CONCEPÇÕES ACERCA DO ENVELHECIMENTO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: Um estudo junto ao Grupo de Idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –SCFV deIpaumirim-CE". Neste contexto, procurou-se retomar o entendimento acerca da velhice, relacionando-a á Proteção Social direcionada ao idoso na área da Assistência Social. Tem por objetivo promover atividades informativas e de sensibilização sobre os direitos, dirigidos a esse público.

Trata-se de um estudo qualitativo, tendo no materialismo histórico-dialético o caminho teórico-metodológico. Dessa forma, buscando contribuir para uma significativa avaliação da promoção social prestada aos idosos nos padrões comportamentais sob a compreensão que temos acerca de nossa subjetividade, e que a racionalidade reflete decisivamente no nosso meio de analisar essa assistência.

A opção teórico-metodológica foi assumida na crença e no ato consciente de que a pesquisa no campo da Assistência Social, sob o enfoque dialético, não depende apenas do conhecimento técnico. Definiu-se, assim, uma postura intelectual, uma visão social da realidade e uma prática capaz de ir além dos fatos e das verdades contidas nos esquemas abstratos de determinações gerais exigindo o rompimento com a ideologia dominante. O pensamento dialético é aquele que leva ao questionamento e a transformação do social. Com base nesta compreensão, foram avaliadas nos padrões comportamentais a avaliação na participação do grupo de idosos frente à concepção da velhice.

Os sujeitos desta pesquisa constituíram-se de vinte idosos, selecionados aleatoriamente em serviço de referência em Assistência Social, durante o acompanhamento do grupo de idosos. Esse estudo foi realizado junto aoServiço deConvivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV da cidade de Ipaumirim-CE.Após orientação sobre objetivos, finalidades e sigilo na condução do trabalho, em

cumprimento à Resolução 466/2012 sobre pesquisa envolvendo seres humanos, os idosos consentiram livremente serem entrevistados.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi à observação participante que segundo TRIVIÑOES (1987), afirma que além de seconstituir em um dispositivo para se obterem informações detalhadas junto aos informantes, também é um conjunto de comportamentos no qual o observador é envolvido, como a entrevista semi-estruturada, gravada e transcrita. Considerou-se suficiente o número de questionamentos,quando percebeu-se a saturação das informações.

Realizou-se o contato com a realidade pesquisada, através da observação participante, da aplicação de formulários e de entrevistas semi-estruturadas, com os idosos do grupo, que foram tratadas neste estudo como entrevistadas 1,2- E1; E2 e assim sucessivamente. Procurou-se registrar suas falas da forma como foram verbalizadas, sem fazer alterações gramaticais. Foram realizados ao todo 20 (vinte) entrevistas, dentro de uma amostragem qualitativa e quantitativa.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 ENVELHECIMENTO: aspectos histórico-conceituais

Na antiguidade, a velhice era comparada ao inverno sombrio, frio e improdutivo, traduzindo uma desvalorização desse tempo de vida. Em algumas sociedades, os velhos eram abandonados ou se deixavam abandonar nos desertos, nas geleiras, para apressarem sua morte (SINÉSIO, 1999).

O primeiro trabalho científico sobre envelhecimento foi escrito pelo médico francês Jean Marie Charcot, em 1867, no século XIX, com o nome de “Estudo Clínico sobre a sensibilidade e Doenças Crônicas”. Este autor não se preocupou com a imortalidade, e sim procurou destacar a importância de se estudar as consequências da senilidade sobre o organismo.

A eterna juventude foi sempre relacionada com a felicidade plena. A procura da fonte da juventude é assunto nos mais antigos escritos. A mitologia está repleta de seres imortais e a religião cita seres de grande longevidade.

A maioria dos povos sempre apelou para a fantasia, quando procurava a fonte da juventude. Alguns acreditavam que iriam encontrar a juventude em ilhas distantes, outros em rios caudalosos, em extratos especiais de testículos de cães e até em ser a longevidade dependente de uma vida reta e disciplinada.

Já no Brasil, o reconhecimento do idoso enquanto cidadão é resultado de muitas batalhas e conquistas. Durante muito tempo, a sociedade brasileira ignorou a existência de um número considerável de pessoas com mais de 65 anos e a imagem do país esteve associada à predominância da juventude (SIQUEIRA, 2001).

Na época atual, em que o homem é valorizado pela capacidade produtiva de sua força física na geração de lucros para o capital, a importância social do idoso e as funções a ele atribuídas tornaram-se inexpressivas, reforçando a desvalorização historicamente construída. A fase "idosa" da vida tornou-se incômoda na sociedade burguesa, sendo às vezes, rejeitada pelos próprios familiares que a vêem como um fardo, dispensando para tanto, um tratamento desrespeitoso, agressivo, que desconsidera o homem como sujeito social, independente de sua idade (SINÉSIO, 1999).

Recentemente, a expressão "terceira idade" popularizou-se com muita rapidez no vocabulário brasileiro. Mais do que referência a uma idade cronológica é uma forma de tratamento das pessoas mais velhas, que juntamente com a terminologia "melhor idade", visa superar o estigma tradicionalmente associado à esse período da vida humana. A intenção é dar a ideia de independência e de plenitude do prazer para quem passa dos 60 anos.

2.2 A Política de Proteção ao Idoso no Brasil Pós-Constituição Federal de 1988. A particularidade da Assistência Social na Proteção Social Básica

A constituição Federal do Brasil de 1988 assume um caráter liberal-democrático, expressando as contradições da sociedade brasileira ao instituir aconvivência entre Políticas estatais e Políticas de mercado nas áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, reforçando uma incerteza que combina favor e cidadania, responsabilidade estatal e responsabilidade social.

Apesar desse dúbio caráter, é a partir desse instrumento legal que se institucionaliza o reconhecimento das políticas sociais como direito social, com organização administrativo-financeira descentralizada, incluindo mecanismos de participação popular através da criação de espaços de controle social.

No tocante à Assistência Social, após a Constituição Federal de 1988 ,no final de 1993, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), passa a ser considerada

como um direito (não contributivo), e um dever do Estado. Em seguida, em 2004 com a formulação da nova Política de Assistência Social e criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Assistência Social passa por um processo de reorganização nos Serviços, Programas e Projetos e passa a ser vista sob a as formas de Proteção , que se configura em Básica e Especial.

A Proteção Social Básica previne situações de riscoe fortalece os vínculos familiares e comunitários, destina-se à populações em situações de vulnerabilidade social decorrentes de pobreza, privação, e , ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento (Brasil, 2004).

Em contrapartida, a Assistência Social, do ponto de vista da sua estrutura e dinamicidadeé, em si mesma, universal, já que não se limita aos segmentos excluídos ou suscetíveis de exclusão, visto que situações de vulnerabilidade social não atingem apenas as camadas subalternas, a exemplo da dependência química, do abandono familiar, etc. Realiza, pois, uma ação universalizadora, na medida em que se articula com as demais políticas públicas para incluir e manter incluídos todos os que estão fora do mercado de trabalho, das relações de sociabilidade ou do campo das políticas governamentais (SPOSATI, 1997).

Os serviços de apoio à pessoa idosa, de caráter preventivo, curativo e promocional, objetivam o atendimento de suas necessidades básicas, a defesa e garantia de seus direitos e sua integração na família e na comunidade. A política nacional do idoso e o plano integrado de ação governamental priorizam o atendimento asilar, respeitando a autonomia daqueles que procuram este tipo de serviço e o seu direito de cidadania (BRASIL, 1998).

A visibilidade que o idoso conquistou reforçada pela sistematização de uma política a ele direcionada, não necessariamente tem correspondido à concretização de sua cidadania. Convive-se ainda, na sociedade brasileira com situações de violência, maus tratos, abandono, etc, que, insistem em discriminar os mais velhos.

Portanto, o desafio de transformar os pressupostos legais em algo concreto, com repercussão na vida cotidiana dos destinatários da assistência social, particularmente os idosos, é tarefa de todos aqueles comprometidos com a defesa dos direitos sociais.

2.3 Envelhecimento: Concepções construídas pelo grupo de idosos no Serviço e Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Responsável pela oferta de serviços continuados de Proteção Social Básica, de Assistência Social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, funciona dentro do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS e a ele está referenciado. Atua dentro do contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e coletivo de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais, Resolução 109 de 11 de Novembro de 2009. Nesse sentido,o serviço é realizado em grupos e organizados em percursos e de acordo com o seu ciclo de vida (BRASIL, 2009).

No que diz respeito as ações desenvolvidas com os idosos cadastrados no SCFV tem-se atividade que contribuam no desenvolvimento no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento de autonomia e sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. Dentre as atividades executadas, destacam-se: reuniões quinzenais, palestras sócio-educativas, dinâmicas de grupo, relaxamento psíquico-físico, dança, coral, momentos de lazer e diversos cursos profissionalizantes.

Dos participantes do grupo, percebe-se que são pessoas marcadas por extrema carência pessoal e financeira, pela violência doméstica, e muitos outros aspectos que comprometem a qualidade de vida dos mesmos.

A partir de pesquisas com idosos pode-se inferir que estes são os principais atores com os quais devem-se estabelecer aliança para consolidar uma relação de valores com a sociedade.

Os resultados do presente estudo permitiram o desvelamento de uma realidade que, dentre outras, evidenciou reflexos sobrea recuperação e promoção no contexto de saúde mental,a partir da concepção dos idosos entrevistados.

Um recorte da história e do viver cotidiano do grupo psicoterápico de idosos, revelou a dimensão singular acerca da qualidade de vida.

Na dinâmica das percepções os reflexos percebidos durante o envelhecimento, práticas e convivências, entre o grupo de idosos.

Enfocaremos nesse momento, os depoimentos dos idosos acerca do processo de envelhecimento:

> Eu vejo a velhice muito boa..Porque depois que eu fiquei velha as coisas melhoraram mais! Pra mim, velhice é não trabalhar mais, mais eu ainda trabalho muito...eu acho que não esta tão mal.Se eu fosse mais nova,gostaria de mudar alguma coisa!Como eu não posso,eu vou ficar brincando e levando a vida como Deus quer!(E1, 2011)

A ideia de descanso está associada à compreensão de uma trajetória de vida certamente marcada por muita luta pela sobrevivência e a chegada da velhice, enquanto uma fase com características bem peculiares, que combinam perdas e ganhos, corresponde ao descanso que aparece como reconhecimento do quanto já foi feito para a construção dessa vida.

Ao se referirem as dificuldades enfrentadas em relação ao processo de envelhecimento constatou-se as consequências do mesmo.

> As dificuldades [que vivo nessa fase] assim,muitas vezes,até para ir numa farmácia,numa feira,tem muitas dificuldades.Porque tem muitas pessoas que não querem da ajuda. A gente não ter mais condições, [não ter uma]adaptação melhor a essa dificuldades.(E2,2011)

É perceptível a presença de dificuldades na velhice, embora haja uma tentativa, simultânea, de afirmá-las e negá-las. A doença destaca-se como uma das principais dificuldades. Com ela, situações que têm um potencial de aprofundamento destas dificuldades, a exemplo da perda de espaço no mercado de trabalho, da solidão e da dependência dos medicamentos. Tudo isso vivido numa realidade marcada pela pobreza e pela precariedade/ineficiência das políticas públicas.

Quanto ás práticas de convivência com a velhice,os idosos assim se colocaram.

> Sempre faço [algo pra conviver com a velhice]Graças a Deus[tenho um bom relacionamento com minha família],pratico [atividade física]!Eu gosto de umas caminhadas!ás vezes sinto[só].Costumo [frequentar a casa de amigos]Gosto de conversar com eles.(E3, 2011)

Podemos perceber, que nessa fase da velhice algo tem se tornado melhor para essa convivência. Muitos procuram passear, ir a Igreja, frequentar a casa de amigos, praticar atividade física e viver, com certa tranquilidade, junto aos familiares, amigos e vizinhos. Acreditamos, que nesse convívio com a velhice, a atenção para não esquecer de si, procurar fazer o que gosta e enfrentar a tendência ao isolamento são posturas interessantes. Nossas reações aos acontecimentos cotidianos são determinadas por quem e pelo que pensamos que somos. O exercício contínuo de coerência pessoal é determinante para construirmos uma visão positiva sobre o que somos e aprendermos a nos respeitar e ser respeitados.

O desempenho do grupo de idosos frente ás ações desenvolvidas.

> [Eu frequento o grupo]há um ano e meio,porque eu acho que a gente velho tem que ter divertimento!Não ficar [só] em casa sem fazer nada,[ir]andar,passear,brincar,conversar,palestrar um pouco!Há muita vantagem[em frequentar o grupo]:eu me sinto mais nova [ouço],as moças fazer palestra,elas conversam[com]nós a gente conversa com elas.Eu acho que a gente não está ficando velha!Que nós estamos ouvindo muita coisa boa!(E4,2011)).

Os idosos revelam que participam do grupo há algum tempo atrás, e que para eles há vantagens em frequentá-lo o grupo. Essas vantagens se referem às atividades desenvolvidas que vão, desde palestras sócio-educativas, até momentos de lazer. A maioria dos idosos relata que a participação no grupo traz maiores informações acerca dos seus direitos. As pessoas idosas contribuíram e continuam a contribuir com a sociedade onde vivem. A este segmento deve ser preservado o direito de cidadania em todos os aspectos da vida.

É perceptível que essa participação no grupo está relacionada, principalmente ao sentir-se bem, pois o mesmo dá condições para que esses idosos busquem a socialização comunitária.

A importância das atividades grupais deve incidir tanto sobre a individualidade das pessoas, como sobre a sua condição de sujeito social, que constrói e reconstrói a sociedade, objetivando uma formação sem desigualdades sociais.

Pensar em qualidade de vida para a pessoa idosa consiste, pois, nessa construção e reconstrução, que amplie direitos de cidadania e combata a discriminação e o preconceito contra os mais velhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu perceber que a velhiceé um fenômeno que percorre toda a história da humanidade, mas que apresenta características diferenciadas de acordo com a cultura e com as condições geo-políticas. O grande desafio posto a esse fenômeno constitui-se na necessária adoção de políticas que fortaleçam os idosos na sua condição de cidadã, estimulando-os a participar ativa e criticamente dos rumos da sociedade.

A partir do período que procede a Constituição Federal de 1988,referente a Política de proteção ao idoso no Brasil,demarcamos a particularidade da política de assistência social tratada através das questões inerentes ao idoso.

Abordamos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV,sendo este o responsável pelo desenvolvimento do grupo de idosos,contextualizamos as ações e serviços do referido Serviço.

Constatamos que a questão do envelhecimento é vista como algo natural, único, parte do processo natural da vida, que tem características peculiares. Uma fase que deve equivaler ao descanso do trabalho, correspondendo esse descanso, a um reconhecimento da sociedade, acerca da contribuição já dada pelo idoso para a construção e reconstrução da vida. Um descanso, que não significa ou reforça a visão preconceituosa e estigmatizadora da velhice, como “fase improdutiva”.

Por fim, percebemos que a participação em grupos de idosos, ou em qualquer atividade grupal, deve perpassar sobre a individualidade dos participantes, mas também sobre a sua construção social, enquanto sujeito histórico.

Concluímos este trabalho, sem ter a pretensão de encerrar as discussões aqui levantadas, mas esperando ter cumprido com nossos objetivos, contribuindo com o debate acerca do envelhecimento. Esperamos que novos estudos possam ser estimulados, avançando na análise da temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Programa de Atenção Integral à Família - PAIF.** Brasília, ago. 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome. Secretaria de Assistência Social. **Guia de Orientação Técnica – SUAS, nº 1.** Proteção Social Básica de Assistência Social. Brasília, out. 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional da Assistência Social. **Política Nacional da Assistência Social / 2004.** – reimp. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Departamento de Proteção Social Básica. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos / 2010.** Brasília: MDS, 2010.

BRUNO, M. R. P. **Autonomia e Cidadania.** Caminhos e possibilidades para ser idoso. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997.

COSTA, N. E. da.; et al. Políticas de Assistência ao Idoso:a construção da política nacional de atenção à pessoa idosa no Brasil. IN: FREITAS, E. V. de; et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 1077-1081, 2002.

CARVALHO, M. do C. B. de. A política de assistência social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. In: **Revista Quadrimestral de Serviço Social,** São Paulo: Cortez, ano XX, nº 62, p. 145-155, mar. 2000.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira:** uma equação possível? São Paulo: Cortez, 198 p. 2004.

DEBERT, G.G. **A Reinvenção da Velhice.** São Paulo: editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 266 p. 1999

HADDAD, M. G. E. **O Direito à Velhice:** os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, p. 155, 2001.

KUNRATH, I. S. A. A situação dos vperpassarelhos no Brasil. **A Terceiraidade,** São Paulo: SESC, ano 12, n. 21, p. 43-48, fev. 2001.

LIMA, M. P. Reformas paradigmáticas na velhice do século XXI. IN: KACHAR, V. **Longevidade:** um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, p. 15-26, 2001.

NERI, A. L. Envelhecer bem no trabalho: possibilidades individuais, organizacionais e sociais. **A Terceiraidade,** São Paulo: SESC, v. 13, n. 24, p. 7-27, abr. 2002.

RIO, M. C. D. Trabalho Voluntário como Promoção de Integração Social do Idoso. **A Terceiraidade,** São Paulo: SESC, v. 13, n. 24, p. 57-72, abr. 2002.

SINÉSIO, N. B. O. **Universidade da melhor idade**: uma proposta salesiana para o idoso. Campo Grande: UCDB, 70 p. 1999.

SIQUEIRA, L. M. As condições de vida do Idoso Brasileiro. **A Terceiraidade.** São Paulo: SESC, ano 12, n. 21, p. 33-42, fev. 2001.

SPOSATI, A. Comentários sobre a Política Nacional de Assistência Social. In: BRASIL. **Discutindo a proposta preliminar da Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: CNAS, p. 45-58, 1997.

TRIVIÑOES,A.N.S. **Introdução á pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação.São Paulo:1987.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: DESVENDANDO A REALIDADE DA UFCG CAMPUS SOUSA E CAJAZEIRAS

Flávia L. V Gomes (UFCG)
Francisca Cibele de Brito Lira (UFCG)

RESUMO

O presente trabalho busca trazer discussões acerca do processo educacional inclusivo no ensino superior, especificamente na Universidade Federal de Campina Grande – Campus Sousa e Cajazeiras-, por ser uma temática que tem resultado em grandes debates e estudos. Objetiva identificar o papel das universidades na construção de um sistema educacional inclusivo, ao passo que apresenta minimamente a trajetória histórica da educação brasileira e seus rebatimentos para construção de um ensino que atende aos interesses do capital. O método utilizado é o histórico dialético. O caminho metodológico será de cunho bibliográfico, revisando diversas obras, também de caráter documental analisando alguns documentos basilares.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Diversidade. Ensino Superir.

ABSTRACT

This paper seeks to bring discussions about inclusive education process in higher education, specifically in the Federal University of Campina Grande - Campus Sousa and Cajazeiras- because it is a theme that has resulted in major debates and studies. Aims to identify the role of universities in building an inclusive education system, while minimally presents the historical trajectory of Brazilian education and their repercussions for the construction of an education that meets the interests of capital. The method used is the historical dialectic. The methodological approach will be bibliographic nature, reviewing several works, also of documentary character analyzing some basic documents.

KEY-WORDS: Inclusive Education. Diversity.Superir education.

INTRODUÇÃO

A inclusão simboliza a necessidade de respostas educativas mais eficazes das escolas e universidades, estando embasadas na defesa dos direitos humanos de ingresso e permanência com sucesso nestes espaços de ensino. Afinal, não basta apenas à inserção nas turmas de ensino regular sem a mínima cautela, deve haver o máximo de entendimento e comprometimento com a proposta, caso contrário corre-se o risco de construir mecanismos artificiais e meros assistencialistas. E são inúmeros os fatores que dificultam a redefinição do papel das instituições: as condições sociais e econômicas, a desvalorização dos professores, ausência de formação, as péssimas condições de trabalho do corpo docente e a inexistência de espaços que ajudem na construção do conhecimento e na efetivação do aprendizado.

O interesse em discutir a Educação Inclusiva no ensino superior surgiu primordialmente por ser uma temática que tem resultado em grandes discussões e estudos, por teóricos, profissionais e organizações de todo o mundo, uma vez que propõe a efetivação de um sistema educacional menos excludente e segregacionista, estabelecendo assim uma educação sem qualquer distinção e que preze o respeito à diversidade. Não obstante, a necessidade de conhecer mais profundamente os programas e políticas relacionados à perspectiva da inclusão educacional e como estes tem sido efetivados nas universidades do nosso país, com enfoque na realidade da Universidade Federal de Campina Grande.

As instituições que segue os parâmetros inclusivos deve se adaptar as necessidades do estudante, possibilitando que aqueles que apresentam alguma deficiência ou que são acometidos por alguma forma de exclusão, tenham acesso às mesmas oportunidades e direitos que os outros estudantes, o mesmo ocorre para o ensino superior. Desta forma, o presente trabalho propõe analisar como ocorre o processo educacional inclusivo na Universidade Federal de Campina Grande, especificamente nos campus de Cajazeiras e Sousa, apreendendo as principais barreiras para operacionalização dos programas e projetos na UFCG.

É recorrente ressaltar, que segundo o Censo escolar realizado em 2012, apenas 1,7% das pessoas com deficiência estão frequentando escolas no Brasil. Já no ensino superior, observa-se que as matrículas passaram de 5.078 em 2003 para 23.250 em 2012, indicando crescimento de 358%. Vale sublinhar que 72% das matrículas desses estudantes estão em Instituições Privadas de Educação Superior.

Todavia o fato de tal temática estar sendo muito explorada, não erradica o caráter problemático dos debates daqueles que dela tratam. resumindo-a apenas a matrícula dos discentes, ou até mesmo compreendendo a inclusão como algo específico para estudantes com deficiência (física, sensorial, motora, mental, etc) negligenciando outros segmentos igualmente discriminados como é o caso dos estudantes com altas habilidades (superdotados), ou que possuem dificuldades de aprendizado não acometidas por alguma deficiência, ou seja, "[...] a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de suas capacidades ou de suas dificuldades de aprendizagem." (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994). Isso aponta para a problemática do ensino da rede pública e privada, por não possibilitarem o acesso pleno à educação ou quando esse acesso é garantido o é de forma precarizada e desqualificada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tratar da efetivação da política de educação inclusiva implica diretamente na discussão acerca do processo educacional no cenário mundial e mais especificamente no contexto brasileiro, e das inúmeras concepções de Universidade que foram construídas ao longo da história, para responder as demandas das constantes transformações sociais, afinal, nessa conjuntura contemporânea "excessivamente materialista e mutável" (CARVALHO, 2010, p.30), a educação deve ser pensada para dar significado à sociedade, permitindo que todos os homens possam desenvolver suas capacidades reflexivas e críticas e possibilite desbravar os caminhos para sua independência e emancipação, para que possam tornar-se sujeitos da sua própria história e não um mero objeto dela. Como bem coloca Gramci

> Gramci acreditava que a Educação deveria ser conduzida, além do conhecimento das ciências e das técnicas produtivas, com o intuito de fornecer meios para a reflexão crítica do indivíduo a respeito das forças sociais que o envolvem. Vista desta forma, a educação atingiria o seu ápice no sentido em que sua função seria instrumentalizar o individuo para o exercício de sua cidadania, capacitando-o para entender-se, não como espectador ou objeto de manipulação, mas como partícipe dos fenômenos sociais e com o poder de deliberar sobre eles (MARTINS, 2007, p. 71).

Analisar a política de educação no Brasil é igualmente tratar da fragilidade no gerenciamento desta política, especialmente quando se aponta para a questão do sistema educacional inclusivo. A educação no terreno brasileiro foi constituída

segundo os interesses da classe dominante, compondo um ensino exacerbadamente fragmentário e burguês, encontrando nas escolas um espaço propício para reproduzir sua lógica de dominação. Desta forma, para reafirmar a presente concepção, nada mais pertinente para compreender as contradições inerentes a sociedade capitalista que permeiam a educação, do que traçar um breve percurso histórico do cenário constituinte do sistema educacional brasileiro, para assim observar os reflexos no universo do ensino superior por sua vez os impactos no acesso e permanência de todos os estudantes nesse espaço.

A criação de escolas e universidades no Brasil inicia-se após o período de Independência, contudo com vagas reduzidas, inclusive para a elite. Durante a primeira república (de 1889 a 1930), algumas iniciativas foram tomadas que repercutiu no aumento de escolas, porém não melhorou o ensino nem o acesso. Uma vez que, eram presentes critérios de seletividade, que beneficiava a elite e deixava a classe operária sem oportunidades de acesso a educação, com uma nítida separação de classes.

A década de 1930 foi marcada por importantes mudanças nos aspectos econômicos, políticos e sociais, oriundos do processo de industrialização e urbanização que emergia no Brasil, período este conhecido como “Revolução de 30”. Que por sua vez, trouxe impactos para a educação nacional, que passou a ser voltada para o mercado de trabalho oriundo do intenso processo de industrialização e, por conseguinte da nova burguesia industrial, que passou a exigir determinadas especialidades em consequência da expansão do capital. Ora, como tão bem sinaliza Barbosa (ano) esta expansão evidencia desde aquele momento uma luta de classes que se reflete na forma como as escolas expandiram.

Em 1946 foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), na qual minimamente a educação passou a ser tratada como direito de todos e de competência do Estado a sua garantia, todavia também abria espaço para as iniciativas privadas. Na década de 1950 cursar uma Universidade, como aponta Ferrari e Sekkel (2007) significa ter um status para grande parte da classe média. Já o ano de 1962 foi marcado pela criação do Plano Nacional de Educação, pelo então presidente João Goulart, que buscava majoritariamente maiores investimentos nessa área. Não muito distante, em 1964, os militares assumem o poder e a responsabilidade da educação, mas com interesse de instaurar cada vez mais a dominação, intensificando as desigualdades presentes nela sobre as bases econômicas e sociais e afetando diretamente a estrutura da política educacional existente. Afinal, foi um regime

marcado pela censura, opressão, extremamente controlador e de postura autoritária. Sobre tal, Netto traz significativas contribuições

> O desfecho de abril foi a solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contra-revolucionário e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como "um padrão compósito e articulado de dominação burguesa". Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares: o que o golpe derrotou foiuma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira [...]. Nesse sentido, o movimento cívico-militar de abril foi inequivocamente reacionário – resgatou precisamente as piores tradições da sociedade brasileira (NETTO, 2011, p.25).

No cenário sinalizado "[...] com a implantação na Ditadura Militar no país, a educação passou a ser um dos principais alvos – e armas – do regime" (BARBOSA, 2012, p. 6). Não obstante as iniciativas privadas intensificaram suas ações, sobretudo com acordos selados com agências internacionais para reorganização do sistema educacional brasileiro – do primário ao ensino superior. Contudo, em meio às lutas sindicais, dos estudantes e alguns partidos políticos e devido à crise econômica que aumentava expressivamente e da Reforma Universitária foi instaurado um período de grande insatisfação da população.

A reforma pretendia reorganizar as universidades sobre uma lógica empresarial, contribuindo para a expansão do ensino privado com um víeis funcional tecnocrática ao sistema capitalista. Destarte, despolitizando a formação dos estudantes e desvalidando o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, aumentando cada vez mais o número de instituições descomprometidas com uma a formação profissional crítica e de qualidade.

Na década de 1970 houve um aumento significativo das universidades privadas, porém com contenções do regime militar, com intuito apenas de associar ao produtivismo e a pesquisa cientifica, como aponta Mészaros

> Quanto mais "avançada" a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesmo e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias, até as universidades – também na forma da "privatização" promovida com suposto zelo ideológico pelo Estado – para a perpetuação da sociedade de mercadorias (MÉSZAROS, 2008, p.80).

A Constituição Federal de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 reconhecem a educação como um direito social a ser garantido pelo Estado com a colaboração da sociedade civil e da família, a todos os indivíduos.

Todavia, a educação brasileira não se materializa como uma política pública universal, sobretudo no tocante as questões referentes à educação inclusiva a aplicabilidade da lei é cada vez mais incipiente. Como afirma Sousa: “A responsabilidade não é da sociedade civil ou do cidadão, independente de sua condição, é do Estado. Este deve oferecer o ensino público a todos, inclusive para as pessoas com deficiência” (SOUSA, 2013, p.28).

Não se pode deixar de sublinhar que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela ascensão do projeto neoliberal, utilizando o discurso de supremacia do mercado, houve a redução das políticas públicas, mercantilização dos direitos sociais e trabalhistas e afastamento do Estado da responsabilidade dos provimentos sociais, bem como de arcar com o ensino superior. Tem-se, portanto o Estado e a sociedade materializando suas ações em direção a racionalidade do capital.

Ocorre, portanto, dentro dessa perspectiva, analisar a trajetória do atendimento as pessoas com deficiência no Brasil, que ocorre ainda na época imperial em 1854 com a criação do Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro – atual Benjamin Constant - com iniciativas segregacionistas em que visava atender apenas um tipo de deficiência. Assim, podemos notar que a Educação Especial, por muito tempo se constituiu segundo um modelo médico ou clínico, na verdade nem havia um trabalho educacional propriamente dito, a deficiência era compreendida como uma doença crônica e todo atendimento seguia um víeis terapêutico e era organizado por diversas áreas da medicina: Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, dentre outras. A educação sequer era considerada possível, pois não havia expectativas de desenvolvimento destes indivíduos e quando se buscava, o faziam de maneira segregacionista.

No decorrer da história da humanidade e com as constantes transformações sociais, as concepções acerca das deficiências foram avançando e muitas discussões foram sendo pautadas, ocasionando em mudanças conceituais, mas, sobretudo, no ingresso desta temática na luta contra a discriminação, segregação, exclusão e na valorização das pessoas com necessidades especiais. A partir do século XX iniciam as criticas a estrutura de ensino, refletindo em significativos questionamentos ao sistema excludente das escolas.

Nos anos 1970, é possível visualizar uma maior preocupação do Brasil com a institucionalização da Educação Especial, sendo criado em 1973 pelo Ministério da Educação, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP-, atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Nesse ínterim

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.364/96- é considerada um grande avanço, pois estabelece no Brasil a Educação Especial como uma modalidade da educação escolar devendo ser oferecida pelas escolas regulares. Deste modo, traz esclarecimentos sobre a então desconhecida pela sociedade brasileira: a Educação Especial. E dá os primeiros passos para mais tarde concretizar a política da Educação Inclusiva.

A educação Inclusiva nos últimos anos tem sido alvo de grandes discussões de pais, educadores, teóricos e da sociedade em geral, porque o modelo de não excluir e ampliar a participação de todos no ensino regular implica na maior conscientização desta prática como direito humano, como afirma Carvalho: “A proposta da Educação Inclusiva precisa ser, definitivamente, entendida como um dever, a ser assumido e concretizado pelo Estado, contando com a parceria da sociedade [...]” (CARVALHO, 2010, p.99).

E na luta por essa educação menos excludente e mais igualitária e inclusiva, não podemos deixar de destacar a importância das ações da Assistência Estudantil no âmbito do ensino superior que priorizam viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para o desempenho acadêmico dos estudantes. Contudo, o que se expressa é que a educação brasileira sempre esteve atrelada aos interesses das classes dominantes e que com a Constituição Federal 1988 e a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases e o plano Nacional de Educação, pode-se afirmar que houve um avanço no sentido de compreender a educação como um direito social e que a implantação da PNAE representou um marco histórico na área da Assistência Estudantil, pois foram anos de reivindicações dos diversos movimentos sociais para que essa temática tivesse uma atenção especial, já que os estudantes em situação de vulnerabilidade social abandonavam seus respectivos cursos por falta de recursos financeiros, submetendo-se, então, a subempregos com baixos salários para conseguirem sobreviver. Tendo o Estado que viabilizar a permanência de todos os estudantes na graduação pública, foram criados diversos dispositivos que ao mesmo tempo em que atendem essa lógica democratizadora, atendem também a lógica neoliberal que permeia o Estado.

A assistência estudantil é representada nos Instituições Federais de Educação Superior em diversas esferas como moradia estudantil, restaurante universitário, distribuição de passes de transporte, melhorias na assistência à saúde dos discentes e no que diz respeito a atividades de esporte e lazer, inclusão digital e diversas bolsas tais como: Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte, Bolsa permanência, e

que se diferem das Bolsas acadêmicas por suas características inteiramente assistenciais. A política de assistência estudantil, conta com o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAE – não se pode negar que tal regulamentação é um grande avanço na luta por maiores e melhores direitos para os discentes, no entanto, a lógica de incentivo à privatização da Educação, está fortemente presente. Ao passo, em que PNAE oferece possibilidades de permanência nas instituições federais, ela restringe uma parcela significativa de estudantes, visto que ainda que se encaixem no perfil dos programas, existe uma seletividade no que diz respeito aos critérios colocados.

Algumas iniciativas buscam subsidiar a ação dos professores e incentivar e permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais nos cursos superiores. Tais ações podem visualizar, sendo mais bem efetivadas na UFCG – CFP, haja vista a existência nesse campus do Programa de Acessibilidade na Educação Superior – INCLUIR.

> propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (DOCUMENTO ORIENTADOR DO PROGRAMA INCLUIR: ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR).

Tradicionalmente, o que vemos é um espaço acadêmico destinado aos “privilegiados”, e o ingresso de estudantes com necessidades educacionais especiais, na grande maioria das vezes não se dá de maneira explícita. A inclusão simboliza, portanto, a necessidade de respostas educativas mais eficazes das escolas e universidades, estando embasadas na defesa dos direitos humanos de ingresso e permanência dos cursos. Afinal, não basta apenas à inserção nas turmas de ensino regular sem a mínima cautela, deve haver o máximo de entendimento e comprometimento com a proposta, caso contrário corre-se o risco de construir mecanismos artificiais e meros assistencialistas. E são inúmeros os fatores que dificultam a redefinição do papel das instituições de ensino: as condições sociais e econômicas, a desvalorização dos professores, ausência de formação e as péssimas condições de trabalho do corpo docente e a inexistência de espaços que ajudem na construção do conhecimento e na efetuação do aprendizado.

Em face da expansão do ensino dentro da perspectiva inclusiva, é necessário que o nosso discurso de democratização do acesso, não seja apenas uma falácia em

defesa de direitos aliado a lógica neoliberal, mas compreender que apesar dos muros que a Universidade impõe, ela deve está comprometido com o atendimento as demandas sociais, de modo a compreender que este sistema inclusivo não se limita somente as medidas no âmbito educacional, como também não apenas dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas, mas, sobretudo da interação e cooperação da sociedade em sua totalidade e de outros setores.

CONSIDERAÇÕE FINAIS

A educação inclusiva pressupõe a inclusão de pessoas com deficiência, distúrbios de aprendizagem ou que são acometidos por algum tipo de exclusão social no acesso ao ensino regular, todavia, o que cabe refletir aqui não é a existência da exclusão no sentido oposto ao que se coloca como inclusão e sim identificar que há na verdade uma "inclusão marginal", como destaca MARTINS (1997,p.32, *apud* CARVALHO,2010,p.47): "Na medida em que a sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão". O que existe são vitimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes e quando não interpretados como expressão da contradição do desenvolvimento da sociedade capitalista, não se busca por transformações sociais, deixando por vezes de discutir as inúmeras tentativas incipientes e problemáticas de inclusão, para discutir a exclusão, sem analisar que na realidade estes indivíduos não estão "fora" da sociedade e sim, incluídos precariamente.

Ora, analisar a educação inclusiva, para além de documentos, planos e leis, enxergando-a numa perspectiva real num cenário contemporâneo marcado por expressiva precarização e sucateamento da educação pública, é sem dúvida um grande desafio, haja vista que a mesma se configura como um espaço de interesse do capital e não de direitos dos cidadãos.

Entendendo a Universidade como espaço de produção de conhecimento e de formação humana, e compreendendo que a efetivação plena de um sistema educacional inclusivo na UFCG- campus Sousa e Cajazeiras-, dependerá de um esforço coletivo e da revisão das práticas da instituição, dos profissionais – de diversas áreas- e dos próprios estudantes, é nesse ínterim que se encontra a relevância da presente pesquisa.

Ainda que esta seja uma temática, que tem ganhado espaço nas discussões acadêmicas, ainda ocorre de maneira incipiente, portanto torna-se necessário avançar nessas discussões, não apenas no intuito de ser mais um trabalho acadêmico, mas contribuindo também no campo social. Tendo em vista que é preciso erradicar toda e qualquer forma de discriminação, preconceito e segregação existente na sociedade. A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino superior se constitui um grande desafio a ser enfrentado por toda a sociedade, pois são inúmeras barreiras enfrentadas por estes para permanecerem nas universidades e não somente; o cotidiano em si não se mostra favorável a essas pessoas, visto que as barreiras, sejam físicas ou sociais, são presentes nos mais diversos espaços.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação./Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/ **Declaração de Salamanca**. Brasília,1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 24. jul. 2015

BARBOSA, C.D. L. **Assistência Estudantil: compromisso do Serviço Social com o ensino superior**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_emdebate.php?strSecao=OUTPUT&fas=202&NrSecao=11> Acesso em: 24. jul.2015

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is**". 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.176 p.

CHAUI, Marilena. **A Universidade Pública sob Nova Perspectiva**. 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf> Acesso em: 29. set. 2015

DOCUMENTO ORIENTADOR DO INCLUIR. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/documento_orientador_programa_incluir.pdf> Acesso em: 10. ago. 2015

FERRARI, M.A.L.D; SEKKEL, M.C. **Educação Inclusiva no ensino superior: um novo desafio.** Psicologia, Ciência e Profissão. Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a06.pdf> Acesso em: 29. set. 2015

GLAT, R.(Org.).**Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7letras, 2010. 210p.

MARGAREZI, A.L. **Educação Inclusiva e as possibilidades de intervenção para o Assistente Social**. 2010. Trabalho Monográfico- Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.agapasm.com.br/Artigos/Educa%C3%A7%C3%A3o-Inclusiva-e-as-Possibilidades-de-Interven%C3%A7%C3%A3o-para-o-Assistente-Social.pdf> Acesso em: 22 de ago.2014

MARTINS, E.B.C. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania.** 2007. 267f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC, São Paulo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital;** [tradução Isa Tavares]. -2.ed – São Paulo: Boitempo, 2008, -(Mundo do trabalho)

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma analise do serviço social no Brasil pós-64.** 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SÁNCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. Inclusão- *Revista da Educação Especial*, outubro, 2005. Disponível em: <https://institutoconsciencia.websiteseguro.com/pdf/aee/revistainclusao1.pdf#page=7> Acesso em: 24.jul.2014.

SOUSA, I. P. **A Prestação Estatal da Educação Inclusiva como Obrigação Político-Jurídica.** 105p. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas. João Pessoa. 2013

VIEIRA. G. M. **Educação Inclusiva no Brasil: do contexto histórico à contemporaneidade**. 2012. Disponível em: <http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/24042013TCC%20-%20Givanilda%20Marcia%20Vieira.pdf> Acesso em: 25. ago.2014

O TRABALHO MULTIFUNCIONAL E O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR

Jéssica Pereira Cosmo da Silva (UFPB)
Lucicleide Candido dos Santos (UFPB)
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida (UFPB)

RESUMO

As atuais transformações no mundo do trabalho, advindas da reestruturação produtiva, impactaram não somente nas condições de trabalho, mas, sobretudo, nas frágeis condições de vida do trabalhador, incidindo sobre a saúde, que passa a ter sua capacidade laboral comprometida ao se inserir em condições precárias e polivalentes de trabalho. Nesse sentido, objetiva investigar a multifuncionalidade do trabalho a partir das categorias trabalho – saúde - doença junto aos trabalhadores usuários do Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST) na cidade de João Pessoa/PB. Metodologicamente adotam-se processos qualitativos predominantemente, complementados dos processos quantitativos.
Palavras-chaves: Trabalho. Saúde do Trabalhador. Multifuncionalidade. Adoecimento.

ABSTRACT

The current changes in the world of work, stemming from the productive restructuring, impacted not only working conditions, but especially in fragile workers' living conditions, focusing on health, which is replaced by your work capacity committed when insert in precarious and multipurpose working conditions. In this sense, aims to investigate the multifunctionality of work from work categories - health - disease with workers users of the Regional Reference Center in Occupational Health (CEREST) in the city of João Pessoa / PB. Methodologically adopt is predominantly qualitative processes, complemented quantitative processes.

Keywords: Work. Worker's health. Multifunctionality. Illness.

INTRODUÇÃO

O presente estudo decorre do desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “A multifuncionalidade do trabalho e o adoecimento do trabalhador: sob o signo da precarização”. O referido projeto de pesquisa deriva das atividades desenvolvidas durante as disciplinas de Estagio Supervisionado I e II, realizados no Centro de Referencia Regional em Saúde do Trabalhador – CEREST/ João Pessoa, junto ao Núcleo de Acolhimento e Assistência.

A partir das observações empíricas levantadas durante os acompanhamentos supervisionados dos atendimentos realizados pelo Núcleo de Acolhimento e Assistência, surgiu o interesse em proceder um estudo investigativo sobre as condições precárias de trabalho provocadas pelas atuais transformações no mundo do trabalho na perspectiva da multifuncionalidade e a relação com o processo de adoecimento do trabalhador.

Quanto aos sujeitos da pesquisa realizou-se uma delimitação da amostra da pesquisa a partir da adoção de critérios de inclusão e exclusão, ficando assim definido um total de 50 (cinquenta) prontuários dos trabalhadores urbanos e rurais atendidos no CEREST/JP.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, com adoção de procedimentos quanti-qualitativos. O foco analítico desta pesquisa finca-se na perspectiva histórico-critica marxista que possibilita analisar criticamente a sociedade regida pelo acumulo do capital e as diversas formas de exploração de trabalho com impactos na saúde do trabalhador, bem como os processos sociais em sua totalidade.

Conforme aludido anteriormente, o foco analítico da pesquisa embasa-se na discussão sobre a Política de Saúde do Trabalhador inserida nas contradições atuais da sociedade capitalista forjada pelo acúmulo privado do capital e pelas diversas formas de exploração de trabalho que impactam na saúde do trabalhador.

Ressalta-se ainda que a proposta investigativa objetiva analisar criticamente as atuais condições de trabalho a partir da multifuncionalidade e o consequente processo de adoecimento dos trabalhadores atendidos no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador de João Pessoa/ PB.

2. AS ATUAIS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A SAÚDE DO TRABALHADOR: SOB O SIGNO DA PRECARIZAÇÃO

As atuais transformações no mundo do trabalho compreendem um processo de restauração do capital que alguns autores denominam de “reestruturação produtiva”. Conforme Alves (2007, p. 156) “[...] tratade inovações sociais e interiores e inovações exteriores à produção capitalista”. Configura-se como um conjunto de respostas para a crise do capital vivenciada desde a década de 1970, se estendendo aos dias atuais.

Segundo Netto (2011), as recentes respostas engendradas pelo Capital estão articuladas sobre um tripé, a saber: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal. Desse modo, as transformações no mundo do trabalho, cujas transformações caracterizam-se pela precarização do processo de trabalho e o desmonte das conquistas políticas e sociais da classe trabalhadora são mudanças advindas do processo de globalização financeira, inovações tecnológicas, bem como das novas formas de gestão e do processo de reestruturação produtiva.

A implantação dos ajustes neoliberais no Brasil, a partir dos anos de 1990, impactou não somente na esfera estatal e nas políticas sociais, mas, sobretudo, nas condições de trabalho, tornando-as precárias quando aliadas à intensificação do trabalho, ao aumento da jornada de trabalho, ao rebaixamento salarial, à multifuncionalidade ao trabalhador, além de incorporar o processo de terceirização e instabilidade no emprego com adoção de contratos de trabalhos temporários. Assim, compreende-se que “[...] todas as transformações implementadas pelo capital no mundo do trabalho tem como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho.” (NETTO, 2011, p. 228)

Decerto, trata-se de uma realidade preocupante tendo em vista que as estratégias implementadas pelo capitalismo contemporâneo para solucionar as suas crises cíclicas rebatem diretamente não só nas condições de trabalho, mas, sobretudo, nas condições de vida do trabalhador, especificamente na saúde do trabalhador que passa a ter sua capacidade laboral comprometida ao inserir-se em condições precárias e polivalentes de trabalho. Ao adoecerem, esses trabalhadores tornam-se disfuncionais ao mercado de trabalho, tendo seus direitos trabalhistas na maioria das vezes negados, comprometendo assim, a aquisição dos meios de subsistência pessoal e familiar, uma vez que passa a fazer parte do “exército industrial de reserva” (o rol dos desempregados).

2.1 O trabalho multifuncionale o adoecimento dos trabalhadores atendido no Cerest/ João Pessoa

É a partir do contexto da reestruturação do capital decorrente desde a década de 1970 que surge a inquietação de investigar as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos na saúde do trabalhador, ou seja, analisar criticamente o processo trabalho – saúde – doença, pois conforme sublinham Abramides e Cabral (2003, p.07) "A força de trabalho, considerada mercadoria básica no processo de produção capitalista, é requerida pelo mercado, mas lhe é exigido ter a saúde necessária para executar um processo de trabalho", sendo consumida até o seu desgaste, ou seja, o consequente processo de adoecimento.

O contexto das crises capitalistas e suas respectivas respostas incidem em transformações que ao adotarem um modelo de acumulação flexível e neoliberal, precarizam, flexibilizam e terceirizam o processo de trabalho, sendo este subordinado ao capital sob a nova organização do trabalho do modelo japonês, o toyotismo.

> A acumulação flexível, com o toyotismo, torna-se para o capital tanto uma forma de maior exploração quanto demaior controle sobre a força de trabalho. A reestruturação produtiva está baseada em aumento de produtividade, eficiência, qualidade, novas formas de tecnologia e de gestão,efetivando-se por intermédio das inovações tecnológicas. (ABRAMIDES; CABRAL, 2003, p.4 - 5)

A reestruturação do capital promove ainda "[...] o surgimento do operário polivalente, o aumento da produtividade, a redução do operariado fabril, e o atrelamento da mercadoria à demanda determinada [...]" (ABRAMIDES; CABRAL, 2003, p.5)

Mas, cabe ressaltar que esse estudo intenta investigar/analisar criticamente uma das categorias que corroboram para o processo de adoecimento do trabalhador, a saber, a multifuncionalidade conferida ao trabalhador.

Nos dias atuais, dada às transformações mencionadas a cima, as empresas passaram a valorizar o trabalhador multifuncional. Mas o que é um trabalhador multifuncional? É aquele que desempenha múltiplas funções relativas à sua área de trabalho, o trabalhador multifuncional não fica alocado em um posto de trabalho específico, já que o seu método de trabalho está baseado na polivalência e na rotação de tarefas (CORECE, 2011). O trabalhador multifuncional garante a empresa não só o

aumento da produtividade, mas a eficiência da mesma, além de diminuir o numero de trabalhadores contratados formalmente. Em contrapartida, reflete ao trabalhador um ritmo de trabalho mais intenso, com a pressão mental e física do trabalhador, acarretando grandes riscos e danos a sua saúde; além da instabilidade da garantia de direitos, tendo em vista os desvios de funções, sem aparatos legais que subsidiem o trabalhador na busca da garantia dos direitos trabalhistas.

Segue-se a análise dos dados]a partir de três dimensões investigações investigativas: o Perfil dos Trabalhadores Atendidos no CERES/ JP; as Condições de Trabalho e o Adoecimento dos Trabalhadores Atendidos no CEREST/JP

2.1.1Perfil dos trabalhadores atendidos no CEREST/JOÃO PESSOA

A discussão analítica do perfil dos 50 (cinquenta) trabalhadores atendidos no CEREST envolveu um conjunto de variáveis que versam sobre os dados sociodemográficos e sócio-ocupacionais.

Com relação ao sexo dos trabalhadores a leitura dos dados revelam que 56% dos trabalhadores são do sexo feminino e 44% são do sexo masculino. Essa significativa diferença percentual pode ser explicada pela crescente inserção atual da figura feminina no mercado de trabalho.

De acordo com o Censo 2010 (IBGE) o nível de ocupação da população brasileira cresceu 11,3%, e o ingresso no mercado de trabalho foi maior entre as mulheres, as brasileiras ocupadas passaram de 35,4% (2000) para 43,9% (2010). Embora a maioria (63,3%) da força do trabalho seja representada pelo sexo masculino, este aumento é significativo, tendo em vista que a inserção dos homens no mercado de trabalho aumentou apenas 3,5% segundo dados do IBGE (Censo 2010). Outro fator a ser considerado é a ocorrência do processo de adoecimento ser maiores entre as mulheres, considerando a dupla jornada de trabalho, ou seja, as mulheres exercem atividades dentro e fora do lar.

Na análise dos dados referente à faixa etária dos trabalhadores evidencia-se que 34% dos trabalhadores têm entre 31 e 40 anos de idade e que 42% dos trabalhadores atendidos no CEREST possuem idades superiores a 40 anos.O que impacta na leitura desses dados que indicaram a predominância (76%) da faixa etária superior a 30 anos é que o processo de adoecimento acontece quando estão em plena capacidade laborativa. Esses dados revelam também que na inserção do mercado de trabalho valoriza-se o requisito da experiência profissional.

Quanto a etnia dos trabalhadores atendidos no CEREST apresentada no gráfico abaixo que indica a prevalência (63%) da cor parda, revela ainda que 16% são brancos, 10% são negros, 2% amarelos e a incidência de 10% dos trabalhadores que não declararam sua cor.

No que se refere a relação no mercado de trabalho dos trabalhadores atendidos no CEREST. Os dados revelam que 80% dos trabalhadores estão empregados com vínculos, ou seja, com carteira assinada.

Os resultados a seguir tratam-se da carga horária semanal. Os dados apontam que a maioria (88%) dos trabalhadores atendidos o CEREST trabalham mais de 40 horas semanais.

Embora os resultados abalizem que a carga horária semanal desempenhada pelos trabalhadores atendidos no CEREST esteja regulamentada na Constituição Federal de 1988 que fixou a jornada de trabalho legal em, no máximo, oito horas diárias ou 44 horas semanais, o ritmo de trabalho é bastante intenso ao considerar os dados da tabela 08 que trata da ocupação dos trabalhadores, em que são funções que participam diretamente do ciclo da produtividade e criação de valor.

Quanto à Renda Mensal dos trabalhadores atendidos no CEREST os dados evidenciam que 70% dos trabalhadores recebem 1 salário mínimo por mês. Ao proceder a relação desse resultado com os dados que versam sobre a carga horária, verifica-se que os salários recebidos pelos trabalhadores são significativamente baixos tendo em vista a dedicação integral (40 horas semanais) dos trabalhadores ás ocupações nas Instituições empregadoras

2.1.2 Condições de trabalho dos trabalhadores atendidos no CEREST/JP

Dentre as variáveis que tratam sobre as condições de trabalho a qual estão submetidos os trabalhadores atendidos no CEREST indagou-se sobre a utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) no trabalho,averiguou-se assim, que 54% dos trabalhadores afirmaram utilizar EPIs no trabalho.

No tocante aos tipos de esforços físicos desenvolvidos pelos trabalhadores atendidos no CEREST, os dados atestam que 40% dos trabalhadores afirmaram exercer sua função de forma pesada, 38% responderam exercer as atividades laborais de forma moderada e 18% de forma leve.

O dado a seguir refere-se ao ritmo de trabalho desenvolvido pelos trabalhadores atendidos no CEREST em suas atividades laborais.

Verifica-se a predominância de um ritmo de trabalho intenso (82%) a qual estão submetidos os trabalhadores atendidos no CEREST.

O ritmo de trabalho intenso é um dos principais motivos causadores da LER/DORT, devido a alta produtividade do trabalhador demandado pela empresa/empregador. Sobre a LER:

> É uma síndrome constituída por um grupo de doenças – tendinite, tenossinovite, bursite, epicondilite, síndrome do túnel do carpo, dedo em gatilho, síndrome do desfiladeiro torácico, síndrome do pronador redondo, mialgias -, que afeta músculos, nervos e tendões dos membros superiores principalmente, e sobrecarrega o sistema musculoesquelético. Esse distúrbio provoca dor e inflamação e pode alterar a capacidade funcional da região comprometida. A prevalência é maior no sexo feminino. (VARELLA, 2013, p.01)

Outro agente causador dessas síndromes é o trabalho repetitivo, e no tocante a essa questão 84% dos trabalhadores atendidos no CEREST alegaram realizar trabalho repetitivo, conforme dados da Tabela 17.

Tabela 01 – Execução de trabalho repetitivo segundo os trabalhadores atendidos no CEREST. João Pessoa/PB, 2014.

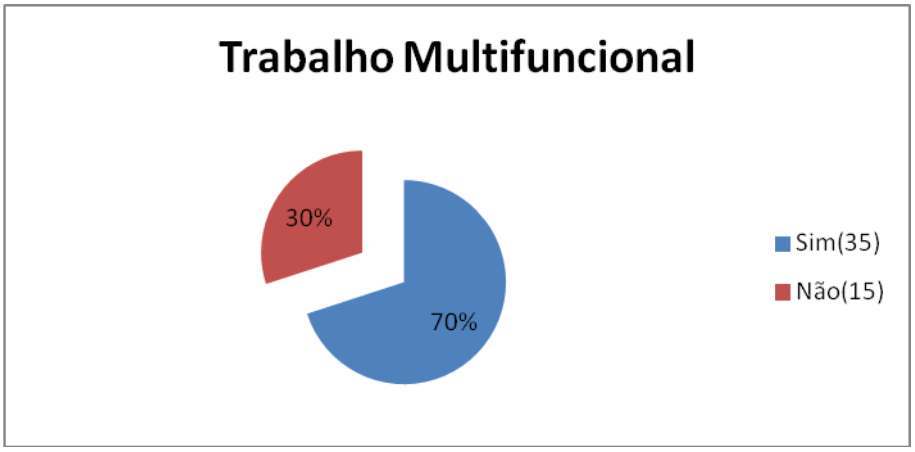
TRABALHO REPETITIVO	N	%
Sim	42	84,0
Não	05	10,0
Não declararam	03	6,0
Total	**50**	**100,0**

Fonte: CEREST/SMSJP

O índice de trabalhadores com LER/DORT vem aumentando consideravelmente. Fatores como mudanças na organização do trabalho, tais como a alta intensidade no ritmo de trabalho, a execução de movimentos repetitivos em grande velocidade, a execução de trabalhos multifuncionais, a ausência de pausas, a exigência pelo aumento da produtividade em menor tempo de trabalho são responsáveis por esse aumento. Sobre isso:

> É necessário considerar, ainda, que os tempos sociais do trabalho (ritmos, intensidade, regimes de turnos, hora extra, banco de horas) encontram-se em contradição com os biorritmos dos indivíduos, gerando acidentes e adoecimentos, destacando-se internacionalmente, o crescimento de dois grupos de patologias – o das LER/DORT e o dos transtornos mentais.(FRANCO; DRUCK; SILVA, 2010, 232)

Com relaçãoà realização de trabalho multifuncional, os dados do gráfico abaixo revelam que 70% dos trabalhadores atendidos no CEREST realizam outras funções para alem daquela pelo qual foi designado.



Fonte: CEREST/SMSJP

Gráfico 01 - Realização de outras funções pelos trabalhadores atendidos no CEREST. João Pessoa/PB, 2014.

Compreende-se o trabalho multifuncional como uma estratégia contemporânea capitalista para intensificação da exploração do trabalho, o incorporando na organização do trabalho como um requisito de qualificação do trabalhador ao realizar várias operações, contudo, trata-se de desapropriação do controle da produção por parte do trabalhador, ou seja, as atividades multifuncionais e fragmentadas significam para o empregador a valorização da produtividade com o controle continuo estabelecendo “metas” para o mesmo trabalhador em diferentes atividades da cadeia produtiva.

As características presentes na nova organização do trabalho aludidas anteriormente potencializam a precarização da saúde dos trabalhadores, ou seja, consistem no desencadeamento do processo de adoecimentos, que acarretam o comprometimento e/ou a perda da capacidade laborativa que refletem não, apenas, no processo de trabalho, mas também nas condições de vida dos trabalhadores, que são reproduzidas pelo próprio processo de trabalho.

Sobre processo de adoecimento dos trabalhadores atendidos no CEREST, apresenta-se a seguir um quadro com os tipos de agravos á saúde mais frequentes entre os trabalhadores atendidos no CEREST. Os dados a seguir derivam dos CIDs – 10 declarados pelos trabalhadores ao relatarem no instrumento de coleta de dados durante os atendimentos o processo do adoecimento.

Quadro 01 – Tipos de agravos/doenças dos trabalhadores atendidos no CEREST. João Pessoa, 2014.

AGRAVOS Á SAÚDE	CID-10
Transtorno do disco cervical com radiculopatia	M50.1
Síndrome do túnel do carpo	G56.0
Síndrome do manguito rotador	M75.1
Sinovitee tenossinovite	M65.9
Lesões de ombro	M75.0
Dor lombar baixa	M54.5
Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebraiscom radiculopat	M51.1
Outros transtornos de discos intevertebrais	M51

Fonte: CEREST/SMSJP

Como vislumbra-se no Quadro acima, os agravos á saúde mais frequentes entre os trabalhadores atendidos no CEREST são as dorsopatias e osteomusculares (M50.1; M51.0; M51.1; M54.5) e LER/DORT (G56.0; M75; M75.1; M65.0).

Conforme aludido anteriormente a LER/DORT entre seus agentes causadores o trabalho repetitivo, ritmo intenso, esforços excessivos ao exercerem mais de uma função, com longas jornadas de trabalho, cujas causas são inerentes ao processo de trabalho contemporâneo. Assim, constata-se que o processo de adoecimento da maioria dos trabalhadores estárelacionado ao trabalho, ou seja, os agravos a saúde apresentados pelos trabalhadores atendidos no CEREST tem como agentes causadores as condições precárias de trabalho. Cabe ressaltar, que dentre esses agravos a suas decorrências também derivam de acidentes de trabalho, que decorrem, principalmente pelas condições desfavoráveis de trabalho, como a falta de segurança no trabalho, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as análises apresentadas constatou-se a prevalência do sexo feminino, com idade entre 41 - 50 anos, com faixa salarial entre 1 a 2 salários mínimos, embora empreguem esforços excessivos com uma carga horária entre 40 e 44 horas semanais.

Os dados também revelaram que os trabalhadores atendidos no CEREST encontram-se submetidos a precárias condições de trabalho (derivadas das transformações no mundo do trabalho advindas reestruturação produtiva), com ritmos de trabalhos intensos, esforços físicos pesados e repetitivos, além de realizarem trabalhos multifuncionais (70%). Verificou-se ainda que, 70% dos trabalhadores afirmaram realizar outras funções, para além daquelas designadas nos contratos de trabalho. a multifuncionalidade do trabalho configura-se como uma categoria da exploração do trabalho inerente ao modo de produção capitalista, em que há um aumento do ritmo do trabalho, o consequente aumento da produtividade e o rebaixamento salarial.

Assim, a multifuncionalidade do trabalho pode ser compreendida como um fator determinante não só na aquisição da doença, mas também o agravo das doenças relacionadas ao trabalho, além dos acidentes típicos no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **Regime de Acumulação Flexível e Saúde do Trabalhador.** São Paulo, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

FRANCO, Tania; DRUCK, Graça; SILVA, Edith Seligman. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador os transtornos mentais no trabalho precarizado**.** In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. Dossiê: o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental.vol 35 nº 122 jul/dez 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – Brasil 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

SILVA, Jéssica Pereira Cosmo. **A multifuncionalidade do trabalho e o adoecimento do trabalhador:** sob o signo da precarização. UFPB/CCHLA. 2014 (Projeto de Pesquisa)

VARELLA, Dráuzio. **Lesões por esforços repetitivos**. Disponível em: http://drauziovarella.com.br/letras/l/lesoes-por-esforcos-repetitivos-l-e-r-d-o-r-t/ Acesso em 22 de Janeiro de 2015.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO NA SAÚDE: Determinações para a força de trabalho

Vitória de Araújo Santos (UFPB)
Lucilene de Oliveira Souza (UFPB)

RESUMO

Este trabalho corresponde a uma análise dos impactos à força de trabalho, ocasionados pela implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Este modelo de gestão resulta do desmonte neoliberal e do conjunto de alternativas moldadas em função da reestruturação produtiva do capital, recorre a estratégias diversas no contexto de reprodução da vida social, afetando, sobremaneira, as relações de trabalho e o processo de intervenção do Estado no enfrentamento às expressões da “questão social”. A estratégia neoliberal de gestão na política de saúde brasileira põe em risco o modelo Sanitarista que orienta este padrão de saúde pública.

Palavras-chave: Parceria público-privado. Precarização do trabalho. Reestruturação produtiva. Trabalho.

ABSTRACT

This paper represents an analysis of the impacts to the workforce, caused by the implementation of the Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). This management model resulting from neoliberal dismantling and assembly of molded alternatives on the basis of productive capital restructuring, will use different strategies in play context of social life, affecting greatly, labor relations and the state intervention process in coping with expressions of "social question". The neoliberal strategy management in Brazilian health policy endangers the Sanitary model that drives this pattern of public health.

Keywords: Public-Private Partnership. Precarious work.Productive restructuring.Work.

INTRODUÇÃO

O material contido neste trabalho objetiva apontar os desdobramentos ocasionados pelos novos processos de gestão de saúde pública - no qual daremos ênfase à EBSERH -, utilizando como parâmetro de análise o processo de adesão contratual e implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW).

Tal proposta é oriunda da pesquisa que parte da necessidade de contribuições teóricas e práticas ao atual modelo de saúde pública vigente e segue a direção do resgate do modelo sanitarista defendido pela Constituição Federal de 1988 observada no decorrer da trajetória de militância da autora principal[14]. Considerando que a sociedade vem sendo furtada do seu direito ao acesso a uma das mais básicas atribuições da Constituição Federal, que por sinal, foi resultado de muita luta, organização social e pressão popular.

No que se refere aos objetivos específicos da pesquisa, tentou-se: identificar os desdobramentos da EBSERH no HULW para os trabalhadores em seu cotidiano, considerando como parâmetro de análise os princípios da Administração Pública; verificar a conformação do novo perfil de trabalhadores exigidos a partir da EBSERH; e observar se os princípios e diretrizes garantidos pelo SUS via Constituição Federal de 1988 estão sendo preservados com a implementação da EBSERH no HULW.

Partimos da hipótese de que os trabalhadores do HULW têm seu desempenho profissional afetado negativamente pelo novo processo de gestão - EBSERH - implementado na instituição. Esse modelo de gestão é resultado do desmonte neoliberal e do conjunto de alternativas moldadas em função da reestruturação produtiva do capital, que na tentativa de recuperar suas elevadas taxas de acumulação de riqueza, recorre a estratégias diversas no contexto de reprodução da vida social, afetando, sobremaneira, as relações de trabalho e o processo de intervenção do Estado no enfrentamento às expressões da “questão social”.

Diante disso, podemos afirmar que as investidas neoliberais nessa área, a exemplo da EBSERH, podem afetar desde as normas que regem a administração das instituições públicas, até o regime de trabalho que incide diretamente nas condições objetivas e subjetivas de vida e de trabalho da classe trabalhadora do HULW.

[14] A concepção da temática central deste trabalho foi inspirada no acúmulo teórico-prático da militância da autora principal, que resultou na pesquisa desenvolvida de acordo com a exigência acadêmica da Disciplina Metodologia do Trabalho Social II, orientada pela professora Geniely Ribeiro da Assunção.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo constatar os possíveis limites e desdobramentos ocasionados por essa forma de gestão à força de trabalho que se apresenta na referida instituição, bem como verificar o perfil de trabalhadores exigidos no contexto desse novo modelo de gestão do SUS de cunho privatista. Além disso, buscaremos neste trabalho observar se os princípios e diretrizes garantidos pelo SUS via Constituição Federal de 1988 estão sendo preservados com a implementação da EBSERH no HULW.

Para tanto, optamos neste trabalho em desenvolver a pesquisa bibliográfica, no sentido de realizar um estudo teórico em torno de questões centrais que envolvem o objeto de estudo em questão, tais como: política de saúde, reestruturação produtiva do capital, transformações no mundo do trabalho e novas formas de gestão no SUS. Além da pesquisa bibliográfica recorremos à pesquisa documental a fim de nos debruçarmos em torno dos documentos oficiais que regulamentam a EBSERH e outros documentos relativos a tal empresa no HULW.

O referencial teórico que será abordado aqui é a perspectiva marxiana/marxista no que se refera às condições sociais necessárias à reprodução da força de trabalho e a defesa do Estado enquanto gestor das políticas de bens e serviços essenciais. O estudo parte do pressuposto de análise histórico-crítico em torno das relações sociais e da totalidade da vida social. Portanto, neste trabalho situaremos a abordagem acerca dos chamados novos modelos de gestão de saúde - com ênfase aqui para a EBSERH -, de modo a considerar as múltiplas mediações que o configuram, seja no campo macrossocial como nas determinações de ordem microssocial.

E é nessa perspectiva de analisar em como estão se dando as condições e relações de trabalho inseridas no bojo das faces da reestruturação produtiva que este trabalho se debruça.

2. DESENVOLVIMENTO

Presenciamos uma fase em que o sistema capitalista nos impõe condições nas quais tudo se transforma em objeto de compra e venda; mercadoria. Trata-se da reificação, fenômeno no qual as ações humanas passam a ser consideradas coisas, e por conseguinte, as coisas ganham um valor elevado em detrimento das primeiras.

Inseridos - não espontaneamente - no bojo dessa fase monopolista do capital, as formas nas quais as condições de vida e de trabalho são moldadas, vão recebendo

um trato peculiar à agressividade com que se é ditado o ritmo dos processos de produção e reprodução da vida social. Um dos fatores basilares para a obtenção e manutenção dessa produção e reprodução, é a garantia da saúde, seja ela física ou mental – não sendo considerada em sua amplitude esta segunda - do sujeito. Este é um dos pré-requisitos básicos para a aptidão ao mundo do trabalho.

É na etapa dos monopólios que o sistema capitalista passa a ditar as mudanças nas formas como se organiza a sociedade num ritmo mais acelerado, refletindo suas consequências nas formas de trabalho.

> Aponta-se para a constituição de um novo mundo do trabalho, caracterizado por: subcontratação, terceirização, desemprego estrutural, fragmentação de classe, debilitação do setor sindical e precarização do trabalho. Essas mudanças passaram a exigir uma nova postura do trabalhador, a qual se baseia na maior capacitação, visando a polivalência, criatividade e autonomia e sindicalismo da empresa (participação nos projetos empresariais). (FIGUEIREDO, s/a, p.2).

A atual forma como se expressa o padrão de dominação está inserida no seio do neoliberalismo e suas reformas estruturais, que teve sua gênese na tentativa de resposta à crise dos anos 1970. Essas reformas vão ao encontro do que propõe a reforma sanitária brasileira.

> [...] o chamado movimento sanitário tinha proposições concretas. A primeira delas, a saúde como direito de todo o cidadão, independente de ter contribuído, ser trabalhador rural ou não trabalhador. Não se poderia excluir ou discriminar qualquer cidadão brasileiro do acesso à assistência pública de saúde. A segunda delas é a de que as ações de saúde deveriam garantir o acesso da população às ações de cunho preventivo e/ou curativo e, para tal, deveriam estar integradas em um único sistema. A terceira, a descentralização da gestão, tanto administrativa, como financeira, de forma que se estivesse mais próximo da quarta proposição que era a do controle social das ações de saúde. (FIOCRUZ, 2009, p.1)

Em linhas gerais, tratam-se dos três princípios nucleares que deram origem e regem o atual sistema de saúde brasileiro, o SUS. São eles: a gratuidade; a integralidade e a descentralidade. Tais princípios vão de encontro às propostas do processo de reformas neoliberais.

O Neoliberalismo tem como uma de suas propostas centrais, a “redução” do Estado em detrimento do incentivo aos grandes oligopólios, que são reflexos do processo de mundialização do capital. Esse processo refere-se à necessidade do capital expandir-se através do lucro, e o conjunto de maneiras e caminhos os quais serão percorridos na busca dessa expansão. (ANTUNES; ALVES, 2004)

Um terceiro fenômeno que aliado ao neoliberalismo e à mundialização do capital, contribui com a precarização da força de trabalho é a reestruturação produtiva. Este último se configura nas diversas formas de responder às crises estruturais do sistema capitalista, em especial, à última, que se arrasta desde o início

dos anos 1970. (ANDRADE, 2006). As consequências desses processos ilustram-se nas limitações impelidas à reprodução da força de trabalho.

Evidenciado que, as condições impostas pela fase na qual se encontra o sistema capitalista são um tanto perversas, e submete o indivíduo à necessidade de estar com a saúde adequada a um determinado padrão, para então ter condições de seguir o ritmo que lhe é exigido e poder reproduzir sua força de trabalho, e só assim ser "incluído" neste sistema, resta saber se o mesmo garante a manutenção de tais condições.

Sabido que o neoliberalismo é sinônimo de redução do Estado, faz-se entender que, com isso, a garantia de direitos também é reduzida, e consequentemente as Políticas Sociais, inclusive a Política de Saúde, da qual versa este trabalho. (FILGUEIRAS, 2006). Quer dizer, se antes as Políticas Públicas foram inseridas na ordem do dia em detrimento da necessidade de manutenção do Capital, agora, com a diminuição da intervenção estatal, o trabalhador, no que diz respeito à sua reprodução da força de trabalho, passa a ser atingido diretamente, em seus diversos aspectos.

> A proposta de Política de Saúde construída na década de 1980 tem sido desconstruída. A Saúde fica vinculada ao mercado, enfatizando-se as parcerias com a sociedade civil, responsabilizando a mesma para assumir os custos da crise. A refilantropização é uma de suas manifestações com a utilização de agentes comunitários e cuidadores para realizarem atividades profissionais, com o objetivo de reduzir os custos. (BRAVO, 2001, p.14).

O Estado, que deveria cumprir o papel de responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, agora tem suas funções redirecionadas pela lógica neoliberal. A função reguladora ganha um novo protagonista: o setor privado. (BRAVO, 2001). Até aqui já se pode notar o princípio da gratuidade sendo ferido. O Estado "vende" suas funções, no qual o público passa a ser privado, e o que era universal, é cada vez mais limitado.

Um dos reflexos mais devastadores da negação de direitos e reificação, como consequência dos fenômenos da reestruturação produtiva, que se inserem na agenda neoliberal, é a mercantilização das relações sociais, e suas diversas formas de reprodução. A saúde agora passa a ser vista como mercadoria, objeto de obtenção de lucro, e não mais, prioritariamente, instrumento de manutenção da força de trabalho. Não obstante, o trabalhador ser submetido à condição de sujeito-objeto e ter que se enquadrar num padrão determinado para alcançar a condição de apto a vender sua força de trabalho - leia-se: ser explorado -, agora ele tem mais um percalço, terá que "comprar" a sua própria manutenção da força de trabalho. (CARDOSO; CAMPOS, 2013).

Com essa onda de desresponsabilização do Estado, somada ao conjunto de negação de direitos e ao valioso setor para se investir – na ótica capitalista -, a saúde passa a ser um alvo muito cobiçado pelo setor privado. Ainda mais com a abertura por parte do Estado. (FIGUEIREDO, s/a.)

Uma das formas nas quais o setor privado vai se manifestar na corrida pelo lucro através da Política de Saúde é a criação dos novos processos de gestão para gerir os espaços públicos de Saúde. Esses processos se caracterizam, principalmente, pela precarização da força de trabalho e pelo sucateamento dos serviços.

> É nesse contexto que surge no Brasil o processo de criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) que favorece a lógica de mercado dentro de um espaço que deveria está (sic) voltado para garantir as demandas dos usuários do sistema. O que acaba afetando diretamente os Hospitais Universitários (HU's) que se caracterizam como o principal cenário de prática dos cursos da saúde nas Universidades Brasileiras. Entretanto a característica de hospital voltado para a formação de profissionais da saúde, nesse cenário passa a ser ignorada. (SILVA, 2013, p.3).

Serão elencados a seguir, algumas análises de documentos que regem a EBSERH, levando em consideração a avaliação assistemática empírica de situações constatadas em campo durante o período das disciplinas Estágio Supervisionado I e II, realizado no Hospital Universitário Lauro Wanderley pelas autoras, e o acúmulo teórico acerca da temática abordada. Com ressalvas ao fato de nos detido a analisar apenas os trechos considerados mais relevantes nos documentos que constituem a bibliografia utilizada na pesquisa.

A EBSERH é uma empresa dita pública de personalidade jurídica de direito privado que foi criada pelo Governo Federal através do decreto nº 7.661 no dia 28 de dezembro de 2011, com o objetivo de gerir os Hospitais Universitários. A começar do regime contratual estabelecido pela EBSERH, que vai de encontro ao pré-existente no Hospital Universitário, já se estabelece um conflito entre as condições trabalhistas. Ela surge num cenário de crise dos Hospitais Universitários Federais que se arrasta desde 1990, e que dá sustentação para legitimar os argumentos em defesa do desmonte dos mesmos, abrindo espaço para parceria público-privada. O discurso utilizado pelos idealizadores da EBSERH, que camufla a estratégia neoliberal parte do pressuposto do Estado Mínimo, baseia-se na suposta garantia de autonomia e descentralização.

Apesar de sua personalidade jurídica de direito privado, a EBSERH, por se tratar de uma empresa instituída pelo poder público, dispõe do direito de não seguir o regime pré-estabelecido ao ente público do qual ela passa a fazer parte. Ou seja, constata-se a real possibilidade de haver mais de um regime trabalhista num mesmo local. O que foi possível observar no HULW. Aqui nos referimos ao Regime Estatutário

e ao Regime Celetista, o primeiro aplica-se aos trabalhadores que já se encontravam no HULW antes da adesão à EBSERH, e o segundo aplicado aos trabalhadores que tiveram seu ingresso após a adesão à mesma. Ambos com particularidades legalmente estabelecidas no que se refere ao seu regime de trabalho.

> A opção pelo regime de direito privado dá algumas prerrogativas que distancia bastante a EBSERH dos princípios da Administração Pública, o que por sinal poderá trazer graves problemas para as contas públicas, como, por exemplo, o aumento dos gastos em compra de medicamentos e materiais. (GOMES, 2012, p. 51)

Situados num mesmo cenário, porém divididos por regimes trabalhistas diferenciados, é gerado um clima de tensão sobre os trabalhadores do HULW. Onde antes havia apenas um tipo de vínculo, o RJU, que garantia uma autonomia e estabilidade, agora existem dois. Os trabalhadores que passam a integrar o quadro do HULW após a gestão da EBSERH são regidos pelo regime CLT.

Evidencia-se com isto, uma medida de flexibilização na relação contratual de trabalho, que é um dos reflexos do desmonte neoliberal na perspectiva de reestruturação produtiva e reforma do Estado. Essa dualidade gera uma instabilidade nos trabalhadores e estimula a competitividade.

Há diversas diferenças entre o empregado público e o servidor estatutário (RJU), referidas aos aspectos de estabilidade, processo seletivo, previdência social, remuneração e oportunidades de carreira, que não serão mencionadas aqui. (NOGUEIRA, 2006, p. 9)

Compreendendo que os regimes, por se diferenciarem, sendo que o qual está inserido o “quadro antigo” de trabalhadores do HULW – Regime Jurídico Único -, apresenta claramente mais vantagens no que tange ao vínculo empregatício, gerando uma maior estabilidade, objetiva e subjetiva no ambiente de trabalho, em detrimento do grupo de trabalhadores ingressados através da seleção pública da EBSERH, pode-se perceber a acentuação do aspecto competitivo entre os sujeitos. Com isso, é posto em xeque, não só as relações sociais entre essa classe trabalhadora, mas o princípio da humanização, extremamente necessário à efetivação dos serviços prestados – principalmente - aos usuários da saúde.

De acordo com observações assistemáticas no campo do qual se origina a pesquisa, foi possível constatar que há irregularidade quanto à compatibilidade técnica entre o cargo e quem exerce. Fato que pode vir a configurar desvio de função, prejudicar o desempenho das mesmas, podendo até afetar os serviços, bem como, atingir os direitos trabalhistas dos sujeitos que as exercem.

> DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
> Artigo 4º. Os órgãos de administração da EBSERH serão integrados por brasileiros, residentes no País, dotados de notório saber, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo.
> Parágrafo Único. Os membros da Diretoria Executiva deverão ter experiência profissional mínima de 10 anos em suas respectivas áreas de atuação, comprovada por meio de documentação pertinente. (EBSERH, 2014, p**.** 4)
> Do Conselho de Administração
> § 2º O representante dos empregados, de que trata o inciso V deste artigo, e seu respectivo suplente serão escolhidos dentre os empregados ativos da Ebserh, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, na forma da Lei nº 12.353/10 e sua regulamentação. (EBSERH, 2014, p. 4)

Passa-se a questionar este artigo, a partir do momento em que se coloca a negação das entidades sindicais à empresa, e também a não garantia de haver empregados ativos na EBSERH filiados a estas entidades, o que pode vir a violar o direito de participação das mesmas neste processo. Nesse sentido, Behring (2003, p. 214) afirma que se expressa "[...] a implementação de medidas de natureza claramente regressiva para os trabalhadores, imprimindo derrotas políticas ao seu movimento organizado".

> § 3º O representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive assistenciais ou de previdência complementar, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesses, sendo estes assuntos deliberados em reunião separada e exclusiva para tais fins. (EBSERH, 2014, p.5)

Pode-se observar claramente a violação do direito à livre manifestação e o envolvimento nas discussões aos principais sujeitos envolvidos e afetados pelas deliberações destes espaços que fere o direito à participação da comunidade na tomada de decisões, diretriz do SUS garantida via Constituição Federal de 1988.

> Do Conselho Fiscal
> Artigo 16. O Conselho Fiscal, como órgão permanente da Ebserh (sic), é composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados pelo Ministro de Estado da Educação, sendo: I – um membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação, que exercerá a presidência; II – um membro indicado pelo Ministro de Estado da Saúde; e III – um membro indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional. § 1º A investidura dos membros do Conselho Fiscal far-se-á mediante registro na ata da primeira reunião de que participarem. (EBSERH, 2014, p.9)

É notoriamente antidemocrático e engessado o órgão de fiscalização que o Regimento estabelece, ferindo o princípio da Lei 8.080/90, que prevê a participação da comunidade nas tomadas de decisões. O controle social, previsto na Lei 8.142/90 inexiste neste modelo de gestão, dando lugar aos conselhos administrativos internos da EBSERH. Além disso, não tem aspecto deliberativo. Ou seja, é um conselho que

funciona a nível nacional, representado por indicações, infringindo os princípios da participação da comunidade e da descentralização político-administrativa. (BRASIL, 1988).

> Artigo 44. Compete à Diretoria de Gestão de Pessoas:
> IV – articular, desenvolver e implementar, em conjunto com outras entidades públicas ou privadas, projetos e ações, bem como quaisquer outras contribuições que possibilitem melhoria dos processos de gestão de pessoas na Ebserh;
> V – identificar, sistematizar e padronizar os processos de trabalho relacionados à gestão de pessoas, no âmbito do funcionamento da Ebserh, em articulação com a DGPTI [...] (EBSERH, 2014, p. 21)

Nos parágrafos supramencionados, é possível observar, mesmo através dos termos utilizados, o fenômeno da reificação, que caracteriza uma das principais expressões da estratégia neoliberal. A tentativa de fazer com que o trabalhador já não se reconheça enquanto sujeito, padronizando suas relações e desconstruindo o princípio da humanização.

Observa-se neste aspecto nefasto de reestruturação do capital,

> a operação de captura da subjetividade operária pela lógica do capital é algo posto – e reposto – pelo modo de produção capitalista. Ela é intrínseca à própria subsunção do trabalho ao capital. Só que é sob o toyotismo que a captura da subjetividade operária adquire o seu pleno desenvolvimento, um desenvolvimento real e não apenas formal. (ANTUNES; ALVES, 2014, p. 347)

Para garantir a padronização, são criadas várias ferramentas para controlar a dinâmica dos trabalhadores na sua jornada de trabalho. Desde a pressão do “corte de ponto”, às metas a serem atingidas num período estabelecido pela empresa. O trabalhador é submetido a um processo cada vez mais regrado e desumano. Agora, o espectro do medo de perder seu emprego e de não cumprir as metas no final do mês se sobrepõe à realização do serviço com qualidade e autonomia. Também a identidade do trabalhador na totalidade de suas relações sociais articulados à sua força de trabalho sofre fragilidade. É possível afirmar que:

> A alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário, e precarizado. Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. (ANTUNES; ALVES, 2014, p. 348)

O fenômeno da alienação/estranhamento revela um aspecto central da precarização das relações de trabalho, que configura um novo perfil de trabalhador exigido pela lógica produtivista e mecanizada do Capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da atual fase em que o sistema capitalista se encontra, dos monopólios e sua corrida desenfreada pelo lucro, em conjunto com as investidas para reestabelecer suas relações de produção, são deixadas em segundo plano as relações sociais, elemento essencial para a garantia desses processos de reprodução da força de trabalho e extração do lucro pela mais valia.

O fenômeno da reestruturação produtiva, através da lógica neoliberal, se expressa de diversas formas, uma delas é a mercantilização de bens e serviços básicos à sobrevivência da população, como a saúde. Por se tratar de um serviço que garante não só a reprodução da força de trabalho, mas está diretamente ligado à garantia da própria vida, a Política de Saúde é vislumbrada como um dos serviços mais lucrativos para o capital.

Os trabalhadores inseridos direta e indiretamente na política de saúde sofrerão seus impactos duplamente: primeiro, por serem também usuários desta política e necessitarem da mesma para reproduzir sua força de trabalho; segundo, por terem suas relações de trabalho afetadas pelas condições impostas por esse novo processo de gestão no qual se enquadra a EBSERH. Podem-se ilustrar esses desdobramentos levando em conta a própria estrutura organizacional, que já de início irá modificar o vínculo de trabalho dos profissionais e sua autonomia.

A interlocução entre a análise bibliográfica exploratória e documental, e as avaliações assistemáticas do campo foi, na verdade, uma tentativa de compreender como tem se dado as relações de trabalho no HULW pós implementação desse novo processo de gestão de caráter jurídico privado, neste espaço representado pela EBSERH.

Apesar de tratar-se de uma análise limitada, já se pode observar mudanças claras na forma em que os trabalhadores do HULW têm se relacionado entre si, com os usuários e com o próprio hospital. É perceptível que as relações sociais de trabalho já estão sendo tensionadas e correm o risco de sofrer restrições e retrocessos com relação às perdas de direitos.

Outro ponto relevante que pudemos observar na análise, foi o novo perfil profissional que vem se configurando. O do trabalhador preocupado com a quantidade de atendimentos que fez na semana, ou com quantos plantões fez no mês. O que está sofrendo pressão camuflada de estímulo ao “espírito propositivo” baseado na lógica

produtivista, deixando o princípio fundamental da humanização às margens de suas relações. Forçado a ter sua subjetividade anulada na totalidade de suas relações de trabalho, o trabalhador passa por um processo de estranhamento.

A participação da comunidade que deveria ser garantida através do Controle Social é ceifada. A sociedade é privada de participar da tomada de decisões no que diz respeito às suas próprias necessidades, que engendram de particularidades subjetivas extremamente necessárias ao processo da garantia dos serviços de que compreendem as políticas públicas voltadas à saúde.

Por hora, fica aqui exposta a real necessidade de aprofundamento da temática, tendo em vista que os direitos sociais, as relações de trabalho, e uma série de questões que se remetem ao cenário no qual os trabalhadores do HULW estão inseridos, vêm sendo fragilizados e precarizados, expressando que esse modelo de gestão requer sim, uma atenção especial, e uma análise crítica mais severa em busca de comprovar que essa estratégia não é uma solução para os HUF's. E, em torno disso, tentar contribuir com uma nova proposta que ofereça um modelo de gestão que respeite o padrão estabelecido pelo SUS e reivindique o cumprimento do papel do Estado como mediador dessas relações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fabrício Fontes de. "Reestruturação Produtiva: dos novos padrões de acumulação capitalista ao novo parâmetro de políticas sociais". In: **Revista Urutágua**, Nº 10, Ago./Set./Out./Nov./. – Maringá – Paraná – Brasil, 2006. Disponível em: <www.urutagua.uem.br/010/10andrade.htm>. Acesso em 15 de Agosto de 2015;

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As Mutações do Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. In: **Educ. Soc.,** Campinas, vol. 25, n. 87. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf> Acesso em 6 de Agosto de 2015;

BRASIL. Constituição, 1988, p. 81;

BRAVO, Maria Inês de Souza. Política de Saúde no Brasil.2001. Disponível em: <http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/Politica_de_Saude_no_Brasil_Ines_Bravo.pdf> Acesso em 2 de Agosto de 2014;

CARDOSO, Felipe Monte; CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reformas Neoliberais, Reforma Sanitária Brasileira e Fundações Estatais de Direito Privado: análise de documento da Fundação Estatal de Saúde da Família (FESF). In: **Saúde em Debate.** Bahia**.**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 97, p. 219-232, abr./jun. 2013.

EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 2014. Disponível em:

<http://ebserh.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/regimento_interno_dou_02_04_2014_aprovado_ca_26_03_2014.pdf> Acesso em 6 de Julho de 2015;

FIGUEIREDO, Maria Clara de Oliveira. **A Política de Saúde no Cenário Contemporâneo**: O Poder Nefasto do Capital Mundializado em Solos Brasileiro. [Data desconhecida].

FILGUEIRAS, Luiz A. M. **Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo**: capitalismo e exclusão social neste final de século. São Paulo**,** 2006. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/neoglobliberalismo.pdf> Acesso em 8 de Agosto de 2015;

GOMES, Hebert de Oliveira. **A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e os Hospitais Universitários Federais.** Rio de Janeiro, 2012;

NOGUEIRA, Roberto Passos. **Problemas de Gestão e Regulação no SUS**. Brasília, 2006;

FIOCRUZ. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Ministério da Saúde. Rio de Janeiro, 2009;

SILVA, Elizângela Samara da;et al. Novos Modelos de Gestão da Saúde Pública no Brasil: a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em Debate.In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas.** UFMA, São Luís, 2013.

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL

Taynara Pereira Alves de Lima (UFPB)
Andressa Moura Gouveia (UFPB)
Elisângela de Oliveira Inácio (UFPB)
Matiele Karulayne Salviano Rodrigues (UFPB)

RESUMO

O presente artigo propõe o debate bibliográfico e crítico acerca dos desafios postos para a atuação e intervenção profissional do(a) assistente social no campo da saúde mental, através de um breve levantamento histórico e de análise sobre o tema. Esse estudo visa uma maior compreensão sobre o Serviço Social diante da efetivação dos ideais do Movimento de Reforma Psiquiátrica e a importância do(a) assistente social na construção de uma rede de cuidados dirigida para a integralidade do atendimento para o usuário da Política de Saúde Mental no Brasil.

Palavras-chave: Serviço Social. Reforma Psiquiátrica. Saúde Mental.

ABSTRACT

This article proposesabibliographical andcritical debateabout thechallenges posedtothe workandprofessional intervention of(a) social workerinthe mental health field, througha briefhistorical surveyandanalysison the topic.This studyaims ata better understanding ofsocial workontherealizationof the idealsof thePsychiatric ReformMovementandthe importance of(a) social workerin building anetwork of caredirectedto integralserviceto the userof the Mental HealthPolicyin Brazil.

Keywords: Social Work. Psychiatricreform. Mental health.

INTRODUÇÃO

A história da Política de Saúde no Brasil passou por diversas modificações relacionadas às condições econômicas e sociais que historicamente subscrevem a trajetória do sistema de proteção social.

A precariedade na atenção à saúde no País também resultam das diversas expressões da 'questão social', das desigualdades sociais, das fragilidades do poder estatal público e, sobretudo, das crises crescentes do capital gerada na realidade brasileira desde o período do regime militar quando assistimos às inúmeras epidemias, a exemplo da meningite, o aumento da taxa de mortalidade infantil, as condições insalubres de vida das populações urbanas e rurais, o crescimento da pobreza, uma concentração populacional desorganizada nas cidades, a falta de profissionais qualificados e de um projeto de saúde mais democrático, resultando numa densa crise sanitária.

A Reforma Sanitária brasileira propôs uma mudança de projeto no campo da atenção à saúde e exigiu uma ação política do Estado mais participativa e a oferta de serviços com qualidade. Na verdade, compreendeu um processo de luta dos trabalhadores da saúde, dos usuários e de diversos movimentos sociais, fortalecido em meados dos anos de 1970 e que avançou junto ao processo de redemocratização do País. Em 1986 na VIII Conferência Nacional da Saúde, os técnicos do setor de saúde, gestores e uma parcela da sociedade civil apontaram a importância da construção de um modelo de proteção social e de direito à saúde integral e de uma forma mais universalizada. Os estudos analisados, entre eles autores (as) como Madel Luz, Mendes, Bravo, etc., destacam que houve três propostas: a primeira, que garante a saúde como direito de todo cidadão; a segunda, que afirma que as ações de saúde garantam o acesso da população, sejam elas de cunho preventivo e/ou curativo; e a terceira, que confere a descentralização da gestão para que seja efetivada de modo participativo.

A partir dos anos 1990 o Brasil enfrenta o processo de "contra-reforma" imposto pelos ditames neoliberais, reformula as funções do Estado sob a lógica de um Estado mínimo, com significativos retrocessos para a Política Nacional de Saúde e a plena efetivação do SUS.

É fundamental garantir a saúde como um direito de todos e dever do Estado, e assegurar que os princípios e objetivos do SUS sejam amplamente efetivados. A

universalidade do acesso à saúde representa uma conquista para a população brasileira, sobretudo, por assegurar um dos direitos de dignidade humana que é o direito à saúde, independente de classe, cor, raça, religião, sexualidade, posição social e econômica.

2. A PSIQUIATRIA NO BRASIL

Até o Século XVIII a chamada loucura era “tratada” de acordo com a classe social, se o indivíduo fosse rico o acesso ao tratamento ocorreria naEuropa ou seria enviado para uma casa distante do convívio das outras pessoas; e quando pobres, eram “jogados” nas ruas, viravam mendigos, moradores de rua, ou eram colocados em instituições de caridade, a exemplo das Santas Casas de Misericórdia onde recebiam fundadas assistência médica, mas viviam em condições sub humanas e recebiam tratamentos clínico à base de choques, ou ainda, eram encaminhados para as prisões e se deparavam com maus tratos, violência e descaso.

> Na década de 1970 surgem críticas à ineficiência da assistência pública em saúde e ao caráter privatista da política de saúde. Denúncias e críticas feitas por profissionais que atuavam em hospitais da Divisão Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúdeno Rio de Janeiro. Esse movimento de denúncias, teve grande repercussão nacional e o movimento de denúncias foi um marco para o surgimento do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental. - O Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental é o primeiro movimento em saúde com a participação popular, passando a ser identificado como um movimento de luta popular no campo da saúde mental. Esse movimento tinha como objetivo representar um espaço de luta não institucional, um local de debate e encaminhamento de propostas comprometidas com as mudanças do modelo de assistência psiquiátrica vigente no país (LIMA, 2010, p. 29).

A Reforma Sanitária e a luta pela reforma na saúde mental (que ganhou fôlego na década de 1980) ocorreram de forma concomitante. A partir da VIII CNS e da I Conferência Nacional de Saúde Mental e do II Encontro Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, esse Movimento se fortaleceu e propôs ao Estado e a sociedade romper com todo o descaso existente contra os usuários da política de saúde mental e o estigma preconceituoso da ‘loucura’.

A Reforma Psiquiátrica brasileira apresenta como diretriz a desinstitucionalização que não significa apenas ‘desospitalização’, mas a desconstrução e superação de um modelo centrado no tratamento da doença, buscando criar possibilidades para que os sujeitos ‘em’ sofrimento psíquico possam

enfrentar os desafios na superação da exclusão em que vivem (Nogueira, 2007; Amarante, 1995b *apud* LIMA, 2010).

No dia 06 de abril de 2001 foi aprovada a Lei 10.216 que trata da Reforma Psiquiátrica no País, e defende o direito das pessoas com 'transtornos' mentais reforçando a inclusão social, cuja diretriz se opõe ao asilamento do indivíduo em um espaço público (hospital psiquiátrico) e apresenta um reordenamento jurídico da assistência psiquiátrica brasileira.

> É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais (Cf. Artigo 3º da Lei N. 10.216. BRASIL, 2001)

Em vista a criação da Política Nacional de Promoção de Saúde, pelo Ministério da Saúde, que visa à promoção da qualidade de vida e redução da vulnerabilidade social e riscos à saúde. Entende-se então, a concepção de saúde e doença (físicas e mentais) como processos resultantes do modo de vida cotidiana de pessoas e de suas historicidades. Sendo assim, o objetivo terapêutico não é de curar doenças, mas de "fortalecer sujeitos, produzir saúde e defender a vida" (BRASIL, 2006). Assim, os processos que compõem o sofrimento psíquico são produtos da vida em sociedade, incluindo fatores que podem ser sociais, culturais, econômicos, ou até mesmo políticos, e não necessariamente possuem causas físicas e orgânicas.

Nesse contexto de mudanças políticas, jurídicas e operativas na área da saúde mental, os profissionais da saúde, entre eles os (as) assistentes sociais atuam na luta pela saúde pública e na defesa e promoção da efetivação dos princípios pautados no SUS e nalei da Reforma Psiquiátrica, como também melhorar a qualidade no atendimento, criando mecanismos e mais espaços para o tratamento pautado na inclusão e na inserção comunitária, deixando de lado a ideia de que os "loucos" teriam que ser isolados para ter tratamento.

Tabela 1 – Quantidade de hospitais e leitos financiados pelo SUS no Brasil no ano de 2011.

UF	População	Nº hospitais	Leitos SUS	Leitos por 10.000 hab.
AC	15998583	1	53	0,03
AL	3120922	5	880	2,82
AM	41252160	1	126	0,03
BA	10439601	7	832	0,80
CE	8796032	7	928	1,06
DF	6004045	1	85	0,14
ES	3766834	3	620	1,65
GO	3168133	10	1171	3,70
MA	3512672	3	663	1,89
MG	2058031	17	2242	10,84
MS	19595309	2	200	0,10
MT	1388453	2	202	1,46
PA	8448055	1	56	0,07
PB	6249682	5	706	1,13
PE	6569683	13	2028	3,09
PI	2449341	1	160	0,65
PR	10695532	15	2460	2,30
RJ	3083991	33	5819	19,18
RN	14021432	4	572	0,41
RS	3119015	6	801	2,57
SC	732793	4	670	9,14
SE	2562963	2	280	1,09
SP	7588078	54	10570	13,93
TO	3480937	1	160	0,46
Total	**188.052.277**	**198**	**32.284**	**1,717**
Total Brasil	**190.732.694**			**1,693**

3. A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL

A atuação profissional do (a) assistente social, no campo da saúde mental, deu-se inicialmente em 1905, nos Estados Unidos, porém, se consolida como especialidade também desta profissão no ano de 1918. Os primeiros assistentes sociais da área tiveram como referência o trabalho pioneiro de Mary Richmond, divulgado no livro 'Diagnóstico Social', publicado em 1917. No entanto, o aparecimento do Serviço Social psiquiátrico na Europa e nos Estados Unidos também teve forte influência do Movimento de Higiene Mental (MHM), que surgiu na França entre 1910 a 1920 (LIMA, 2004, *apud* GUIMARÃES; PEREIRA, 2013).

A história do Serviço Social psiquiátrico americano revela que os assistentes sociais eram requisitados para realizar estudos e coleta de dados econômicos, sociais, físicos, hereditários, mentais, familiares e emocionais, visando compor a história dos pacientes e das famílias.

Já no Brasil, a década de 1940 foi o marco considerado para a entrada do Serviço Social na área de saúde mental sob a influência da Doutrina Social da Igreja e

pelo Movimento Higienista. Inicialmente, os profissionais trabalhavam na assistência aos usuários nos hospitais psiquiátricos, subordinados aos médicos e em ações de levantamentos de dados sociais e familiares dos pacientes, em contatos com familiares para preparação de alta, na confecção de atestados sociais.

Em 1970 diante do movimento de reforma psiquiátrica e da desinstitucionalização sugere um novo projeto assistencial na área de saúde mental. O serviço social passou a viver um momento histórico na saúde mental ao contestar as metodologias clássicas do modelo de saúde de mental até então vigente.

A partir de 1990, o Serviço Social passou a atuar de maneira mais comprometida na área de saúde mental, de forma a consolidar os ideais da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica. Entretanto, naquele mesmo momento, a Reforma Psiquiátrica passa a sofrer reveses na continuidade de suas propostas devido a hegemonia das políticas neoliberais. O neoliberalismo incentiva a busca da medicalização através da indústria farmacêutica e do tratamento baseado em remédios como saída para o atendimento em massa. Na assistência social, acontece o retorno à caridade, com uma tendência a refilantropização do Serviço Social, assim como o Estado passa a investir cada vez menos no setor saúde mental (BISNETO, 2009 *apud* GUIMARÃES; PEREIRA, 2013).

As perspectivas teórico-metodológicas que marcam a trajetória do serviço social na saúde mental foram se conformando em consonância com as mudanças societárias e com o processo de amadurecimento da profissão, processo esse evidenciado no projeto ético-político adotado nos anos de 1990. (PATRIOTA, CARMO, LIMA, SILVA, 2010) e dentro dos princípios do SUS.

Na saúde mental a integralidade do cuidado é um princípio ético e político (BRASIL, 2005), buscando superar a fragmentação no atendimento. As dificuldades postas pela contradição entre direitos universais e políticas focalizadas, entre elas, a redução do gasto público e a degradação das condições de vida, se revelam como sendo reflexos de um sistema desenvolvido pró-capital, excludente em sua essência lógica.

Cotidianamente, o trabalho profissional do (a) assistente social esbarra nos limites das políticas públicas e na falta de estratégias de articulação do trabalho em rede, além de outros empecilhos como falta de estrutura física e o acesso aos serviços. O profissional de Serviço Social desenvolve um trabalho junto aos usuários e às famílias e, também, a outros setores da sociedade no sentido de desmistificar as

arestas da falta de conhecimento e do preconceito que ainda persiste acerca dessa área.

> O trabalho do assistente social no campo da saúde mental abrangecompreensão das questões sociais imbricadas no processo de saúde/doença e de sua configuração nas relações, familiares, culturais e econômicas dos sujeitos envolvidos, objetivando sua inclusão social, através da atenção integral dispensada a eles (BRAVO, 2007, p. 232).

Uma nova discussão sobre o serviço social e a saúde mental despertada na IV Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2010, fortalece as iniciativas das ações intersetoriais na efetivação do seu atendimento junto com outras políticas sociais, e conta com a participação dos (as) assistentes sociais uma vez que no campo da formação desses profissionais há o acúmulo de debate em torno das diversas políticas de proteção social no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atender às exigências da profissão no cotidiano da sociedade brasileira, o Serviço Social deve ser visto como uma profissão inserida no contexto das relações dinâmicas e cotidianas da sociedade e da realidade social. Nesse sentido, a sua prática não pode ser vista como mero reflexo das relações sociais capitalistas.

O sentido do Serviço Social como profissão é mais amplo, ao se concretizar no bojo das complexas relações sociais e seus processos em permanente contradição e movimento. Deste modo, a prática do assistente social deve ser compreendida como determinada pelas condições históricas e conjunturais da sociedade, ou seja, pela realidade objetiva do espaço sócio-ocupacional onde se encontra inserido, assim como pelas demandas que chegam e pela forma com que são respondidas (LIMA, 2004 *apud* GUIMARÃES; PEREIRA, 2013).

O assistente social precisa estar ciente das dificuldades em promover a cidadania ou de promover a reabilitação psicossocial dos usuários dentro dos limites da ordem burguesa,sem contudo, eximir-se da crítica acerca dos problemas sociais existentes, principalmente, ao que confere a sua atuação quando esbarra nas barreiras da organização institucional. Mas, se seu campo de intervenção dentro dos estabelecimentos é limitado, seu campo de análise deve ser amplo, de forma a abranger a dinâmica da sociedade capitalista em sua totalidade histórica e social (BISNETO, 2009 *apud* GUIMARÃES; PEREIRA, 2013).

Atualmente, a forma como esse profissional se insere nos serviços é ainda alicerçada na política de precarização do trabalho, que se observa nos baixos salários,

contrato por tempo determinado (curto) e, quando existem as contratações, são geralmente vinculadas a negociações políticas. Condições que impedem o investimento na educação permanente e em projetos em longo prazo, prejudicam a formação das equipes, implicando diretamente na qualidade dos serviços.

Assim, o trabalho do (a) assistente social encontra-se diretamente envolvido no processo de formulação, execução e acompanhamento de ações que visam à promoção de saúde, levando em consideração os determinantes envolvidos no processo de saúde/adoecimento, os novos direcionamentos postos para a promoção da saúde da mental e, ainda, a análise do objeto da profissão que é questão social em suas mais diversas expressões apreendidas no cotidiano da prática profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm . Acesso em: 02/10/2015.

_____. Secretaria de Atenção a Saúde. DAPE. Coordenação geral de Saúde Mental. **Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil**. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

_____. **Política Nacional de Promoção de Saúde**. Brasília-DF, 2006.

_____. Ministério da Saúde**.** Secretaria de Promoção a Saúde. 2012. **Hospitais e leitos financiados pelo SUS no Brasil no ano de 2011**. Disponível em: http://www.saude.gov.br/bsv/saudemental . Acesso em: 13/10/2015.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BREDOW, Suleina Gomes; DRAVANZ, Glória Maria. **Atuação do Serviço Social na Saúde Mental:** entre os desafios e perspectivas para a efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva. Porto Alegre, 2010.

GUIMARÃES, Simone de Jesus; Pereira, Laurentino Barbosa. **Serviço Social e Saúde Mental.** UFMA, São Luis/MA, 2013.

LIMA, Jorgina Tomaceli de Sousa. **A Casa do Fonseca: Caminhos Possíveis para a Reabilitação Psicossocial Assistida em Saúde Mental.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). PUC, Rio de Janeiro: 2010.

PATRIOTA, Lucia Maria; EULÁLIO, Maria do Carmo; LIMA, Gerbson da Silva; SILVA, Mayara Duarte. **A Saúde Mental na Formação do Curso de Serviço Social.** Porto Alegre, 2010.

REDE DE PROTEÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: o desafio da efetivação da intersetorialidade

Alânya A Santos (UFPB)
Maria do Socorro de Souza Vieira (UFPB)

RESUMO

As consequências ocasionadas pelo neoliberalismo e a redução das ações do Estado no campo social, vêm dificultando a consolidação da proteção integral da população infanto-juvenil. Diante disso, objetivamos compreender os desafios da rede socioassistencial em se efetivarsegundo os parâmetros do ECA, considerando que as ações governamentais destinadas às crianças e adolescentes exercidas pelos CRAS, CREAS e Conselhos Tutelares são essenciais para contribuir com a viabilização dos seus direitos sociais. O estudo é parte de uma pesquisa bibliográfica de dissertação de mestrado, cuja investigação do objeto de estudo versa sobre os desafios à efetivação da intersetorialidade da Rede de Proteção integral a Criança e ao Adolescente.

Palavras-chave: Intersetorialidade. Proteção Social. Direitos.

ABSTRACT

The consequences caused by neoliberalism and the reduction of State shares in the social field, come making consolidation of the integral protection of the population of children and youth. Given this, we aim to understand the challenges the network give social assistance inaccordance with the effect if parameters of the ECA, whereas the governmental actions aimed at children and adolescents carried out by CRAS, CREAS and Guardianship Councils are essential to contribute to the viability of their social rights. The study is part of a bibliographical research of master's thesis, whose investigation of the object of study focuses on the challenges to the completion of the intersectoral approach full protection network to children and adolescents.

Keywords: Intersectoral approach. Social Protection. Rights.

INTRODUÇÃO

As lutas e mobilizações sociais na década de 1980 direcionadas à defesa de políticas protetivas para crianças e adolescentes proporcionaram grandes mudanças no tratamento aos meninos e meninas em todo o país. Como resultante desta realidade, registra-se a consolidação da Constituição Federal de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90, que provocaram o rompimento com a visão conservadora no enfrentamento das questões infanto-juvenis até aquele momento. Conforme aponta Rizzini (2011), neste sentido, as ações eram baseadas em práticas assistencialistas, moralizadoras e repressivas.

A partir do ECA foram criados os Conselhos Tutelares que têm por atribuição zelar pelos direitos da criança e do adolescente. No contexto, ocorre a institucionalização da Assistência Social como Política da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988, sua efetivação através da Lei Nº 8142/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a promulgação da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) em 2004, formando e ampliando o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e contribuindo para fortalecer a garantia dos direitos dos cidadãos, incluindo desta maneira os direitos das crianças e adolescentes. O surgimento do SUAS proporcionou a emersão da proteção social dos cidadãos através de dois patamares: a proteção social básica e especial. A primeira sendo efetivada por unidades básicas de assistência social a exemplo do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a segunda estando a cargo do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Nessa perspectiva, o CRAS, CREAS e Conselho Tutelar como integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, trabalham de forma articulada com o propósito de concretizar os direitos da população infanto-juvenil, por meio da atenção socioassistencial a esses indivíduos e suas famílias, assegurando-lhes os direitos fundamentais necessários, além do fortalecimento dos vínculos familiares e a sua reinserção na comunidade. Diante do exposto, objetivamos compreender o desafio da rede socioassistencial em efetivar-se segundo os parâmetros do ECA, diante do neoliberalismo e considerando que as ações governamentais destinadas às crianças e adolescentes exercidas pelo CRAS, CREAS e Conselho Tutelar são de extrema validade para contribuir com a viabilização dos seus direitos sociais.

Esse estudo constitui parte de uma pesquisa bibliográfica de dissertação de mestrado, cuja investigação do objeto de estudo versa sobre os desafios à efetivação da intersetorialidade da Rede de Proteção integral a Criança e ao Adolescente. Foram utilizados alguns referenciais teóricos direcionados à temática para fundamentar a análise acerca da problemática, validando as críticas expostas no decorrer do estudo. Dentre os autores mencionados, encontram-se, Torres (2007), Simões (2011), Rizzini (2011), Rossato, Lépore e Cunha (2011), que subsidiaram a construção crítico-reflexiva da investigação.

2. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA): MECANISMOS LEGAIS DIRECIONADOS À PRIORIZAÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS RELACIONADOS À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Diferentemente das ações conservadoras e repressivas pautadas no Código de Menores de 1979, o ECA (2010) estabelece a Doutrina de Proteção Integral à criança e ao adolescente conforme expõe o seu Art. 1º, objetivando garantir a prioridade absoluta a estes cidadãos que estão em condição peculiar de desenvolvimento, possuindo também os mesmos direitos dos adultos.

Definindo o conceito de criança e adolescente nos termos da Lei em seu Art. 2º, considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, enquanto que adolescente o indivíduo entre 12 e 18 anos, sendo que em casos excepcionais abranja pessoas entre 18 e 21 anos. Com isso, o Art. 4º afirma ser dever da família, da sociedade e do poder público garantir a efetivação de todos os direitos fundamentais da criança e do adolescente, como a vida, a saúde e a educação.

Dessa maneira, é necessário que essa parcela da população seja provida desses cuidados especiais, sendo o Estado obrigado a oferecer políticas públicas que promovam o atendimento a estes sujeitos em desenvolvimento. Da mesma forma, cabe à família e à sociedade cumprir suas responsabilidades perante a criança e ao adolescente de tal forma que assegurem seu pleno desenvolvimento biopsicossocial (MICELI, 2010).

No que se refere à Política de Atendimento à criança e ao adolescente, Rossato, Lépore e Cunha (2011, p. 261) conceituam tal política como sendo “o conjunto de ações e programas que, sob a condição de garantir a dignidade da pessoa humana, promovem o bem estar coletivo e atendem as demandas específicas, administrando os recursos disponíveis e buscando outros que possam auxiliar na

busca constante da projeção dos direitos fundamentais". Assim, o Art. 86 do ECA prevê que esta política se constitua por meio de um conjunto de ações governamentais e não governamentais, devendo haver articulações entre a União, o Distrito Federal e os municípios. Algumas das ações podem ser observadas no Art. 87 do ECA (2011) através do inciso I que trata das políticas sociais básicas e do inciso II que versa sobre políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

Estas ações estão pautadas em modalidades de atuação, onde podemos destacar duas delas. A primeira refere-se às políticas sociais básicas de caráter universalista, destinada a toda população infanto-juvenil, como os direitos a saúde, educação e lazer. A segunda modalidade faz referência às políticas de assistência social, na qual o atendimento é direcionado aos que momentaneamente necessitam de algo em virtude da situação de vulnerabilidade. A política de proteção especial é destinada às crianças e adolescentes que, especificamente, encontra-se em situação de risco pessoal e social, a exemplo dos meninos e meninas em situação de rua (ROSSATO, LÉPORE e CUNHA, 2011).

O Art. 88 do ECA apresenta nas diretrizes da política de atendimento, mais precisamente o inciso II, menciona a criação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nas esferas municipais, estaduais e nacional de caráter deliberativo sobre a política e que objetivam promover o controle social sobre as ações destinadas a população infanto-juvenil, com a participação civil através de organizações não-governamentais.

Esses conselhos são criados mediantes leis federal, estaduais e municipais e, conforme sinaliza o Art. 89, são formados por representantes governamentais e membros da sociedade civil, não possuindo remuneração e pautando-se dos princípios de paridade e deliberação. Segundo Rossato, Lépore e Cunha (2011) o primeiro princípio diz respeito ao mesmo número de delegados (membros) tanto da representação governamental como da sociedade civil. Já as deliberações são as decisões tomadas pelos delegados, a partir da discussão das propostas sobre onde serão aplicados os recursos públicos na área da infância e juventude.

Os autores ainda apresentam os conselhos existentes nas três esferas de governo, a saber: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Conselho de Direitos Estadual da Criança e do Adolescente (CONDECA). Além desses existe o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente (CMDCA), que possui as funções supracitadas e é responsável por organizar as eleições que elegerão os membros do Conselho Tutelar.

Quanto ao Conselho Tutelar, o ECA veio instituí-lo de acordo com os Arts. 131 a 140, sendo um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Cada município, conforme seu número de habitantes, deverá ter no mínimo um Conselho Tutelar com cinco membros escolhidos pela comunidade local, com idade igual ou superior a 21 anos, possuindo um mandato de três anos, os profissionais devem aplicar medidas de proteção contra qualquer tipo de violação dos direitos das crianças e adolescentes (ECA, 2010). Dentre as competências do Conselho Tutelar regulamentados pelo ECA, segundo Simões (2011, p. 267), destacam-se:

> - Zelar contra a violação dos direitos das crianças e adolescentes, no caso de ação ou omissão da sociedade ou do Estado; ou no caso de falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; ou em razão da conduta das próprias crianças ou adolescentes (art. 98); ou, ainda, em caso de ato infracional, quando praticado por crianças (art. 105), assegurando-lhes as medidas específicas de proteção, anteriormente expostas (art. 101), com exceção da colocação em família substituta e abrigo, se adolescente em conflito com a lei;

De acordo com o Art. 136 do ECA, ainda são atribuições dos Conselhos Tutelares a requisição de serviços públicos, sejam eles na área de saúde, educação, serviço social, previdência, segurança ou trabalho, atenderem as crianças e adolescentes que cometam atos infracionais, expedir notificações, encaminhar os casos que competem ao poder judiciário e promover a fiscalização nas instituições que executam os programas socioeducativos e de proteção.

Cabe também aos Conselheiros Tutelares representarem junto à autoridade judiciária nos casos em que haja descumprimento injustificado de suas deliberações. Em virtude de suas atribuições, tais representantes podem ou não ser remunerados. É importante argumentar que segundo Simões (2011), apesar de ter sido instituído pelo ECA, o Conselho Tutelar passou a ter os seus parâmetros para estabelecer seu funcionamento delineados pela Resolução n. 75 de 22/10/2001 do CONANDA, que trata sobre o modo de funcionamento desta entidade. Portanto, observa-se que o ECA representa um avanço na legislação brasileira, pois rompe com o conservadorismo e proporcionou a criação de políticas públicas que viabilizam os direitos da criança e do adolescente sob a perspectiva de garantir os direitos fundamentais destes cidadãos.

2.1 O desafio da Rede Socioassistencial se efetivar segundo os parâmetros do ECA e a importância da intersetorialidade nas ações para o atendimento a criança e ao adolescente

De acordo com Saut (2007) as políticas públicas são fundamentais para a rede de garantias dos direitos sociais por constituírem o primeiro requisito de procedimentos para solucionar problemáticas como a exclusão social, possibilitando que os indivíduos excluídos tenham seus direitos de cidadãos resguardados.

No que se refere à Política de Assistência Social, esta busca de se consolidar, contribuindo para a ampliação e materialização dos direitos sociais. Esse processo de efetivação tem início com a promulgação da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Nesse aspecto o Artigo 1º da LOAS (2010, p. 6) afirma que a assistência social "[...] é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas".

Monnerat e Souza (2011) expõem que, com a implantação da nova Lei, emergiram novos debates de caráter político-institucional no campo da assistência social, "propondo mudanças estruturais e conceituais e novas relações intergovernamentais, confirmando-se enquanto possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos seus usuários" (p. 45), passando a tratar a população vulnerável como beneficiária e não mais como favorecida, devido sua condição de pobreza. Isso pode ser visualizado nos objetivos dispostos no Art. 2º da LOAS que visam proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, além de amparar crianças e adolescentes carentes. As três esferas de governo são os órgãos competentes e responsáveis por sua implementação.

A partir da aprovação da LOAS foram delineados "os princípios, as diretrizes, as competências, a gestão e o financiamento da política de Assistência Social" (MOTA, 2008, p. 186), Mesmo diante das controvérsias em torno de sua configuração, ela constituiu-se um grande avanço para a política de Assistência Social. Entretanto, perante os ditames neoliberais a sua implementação veio a comprometer seus princípios iniciais uma vez que se materializa, é promulgada sob uma ótica neoliberal seletiva, focalizada e fragmentada. O financiamento da Assistência Social tem ocorrido através de recursos carimbados o que acarreta prejuízos já que retira autonomia dos

gestores de encaminhar os recursos às diversas prioridades existentes nos programas sociais (MOTA, 2010).

Entretanto, conforme salienta Monnerat e Souza (2011), é necessário assinalar que a LOAS manteve-se por mais de dez anos sem que verdadeiramente suas ações fossem colocadas em práticas a fim de servir como instrumento para organizar a execução de serviços assistenciais que promovessem a transformação da realidade. Apenas em 2003 a Assistência Social terá um maior destaque, quando a temática pobreza passa a ser discutida com maior veemência na agenda pública do governo frente a enorme desigualdade social que o país vivenciava.

Ainda utilizando-se da discussão de Monnerat e Souza (2011), somente com a realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social ocorrida em Brasília, em dezembro de 2003, são traçadas novas diretrizes que passaram a nortear a Política de Assistência Social. A intersetorialidade passa a ser debatida como forma de articular os programas e as políticas para que a intervenção pública seja melhor efetivada.

Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que preservou os princípios e diretrizes existentes na LOAS, entretanto, deu "ênfase na centralidade da família nas ações socioassistenciais" (MOTA, 2010, p. 191) diferenciando-se da dimensão preconizada pela LOAS. Nesses ditames Torres explicita que:

> [...] entre os vários objetivos da PNAS (2004), observamos que a preocupação principal diz respeito à definitiva regulamentação do Parágrafo Único do artigo 2º, e artigos 3º e 6º da LOAS (que tratam sobretudo da integração da assistência social às políticas setoriais, da garantia dos mínimos sociais, o atendimento a contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, dentro de um princípio de descentralização e participação) (TORRES, 2007, p. 50-51).

Através da PNAS deliberou-se a formação, implementação e ampliação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), requisito da LOAS que veio dar maior ênfase a assistência social, consolidando-a ainda mais enquanto política social. O SUAS é caracterizado por uma gestão descentralizada, participativa, que trabalha mediante articulação das três esferas de governo, sendo União, Estado e municípios e possibilita o controle social para garantir a efetivação das ações, sendo um sistema não-contributivo. Esse sistema possui como um dos seus requisitos a presença da intersetorialidade[15] sendo de fundamental importância a conexão com outras políticas públicas para a sua operacionalização, objetivando proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população. Sua aprovação se constituiu por meio do

[15]Segundo Inoja (2001) citado por Nascimento (2010), p. 101) a intersetorialidade é a "[...] articulação de saberes e experiências para o planejamento, a realização de avaliação de políticas, programas e projetos, cujo fim é alcançar resultados cooperativos em situações complexas [...]".

Conselho Nacional de Assistência Social, resultando na Norma Operacional Básica do SUAS em 2005, onde de fato ter-se-ia a consagração da LOAS (TORRES, 2007).

Parte dos princípios da matricialidade sociofamiliar, territorialização, proteção proativa, integração à seguridade social e integração às políticas sociais e econômicas (NOB/SUAS, 2005). Isso será objetivado por meio de dois patamares de proteção: a proteção social básica e especial.

A proteção social básica se efetivará através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), além de outras unidades básicas de assistência social. Objetiva a prevenção de situações de riscos, "por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários" (NOB/SUAS, 2005, p. 88). Essas ações estão voltadas para a parte da população que se encontra em vulnerabilidade social, devido à extrema situação de pobreza, não possuindo renda familiar, ausentes aos acessos dos diversos serviços públicos e que possuam (ou não) vínculos afetivos fragilizados.

Já a proteção social especial, está direcionada a promover ações às pessoas que se encontrem com seus direitos violados, estando dessa maneira em situação de risco (abandono, violência sexual, situação de rua, trabalho infantil, entre outras). Os seus níveis de proteção estão divididos em média e alta complexidade, sendo os Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), responsáveis por exercer funções nesse direcionamento.

Diante desse pressuposto, evidencia-se a necessidade de existir um trabalho intersetorial entre a proteção social básica e especial, que promova atenção prioritária direcionada às crianças e adolescentes, conforme dispõe o Art. 227 da CF/88 e Art. 4º do ECA, a partir de um plano de ação diferenciado que contemple as mais variadas demandas acerca das problemáticas que as envolvem, como o atendimento diversificado para crianças e adolescentes em situação de rua ou que foram vítimas de violência. Nesse sentido, Digiácomo explica que:

> [...] cabe ao CRAS/CREAS disponibilizar um atendimento *diferenciado* e *prioritário* para crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, de modo que os exames, perícias e avaliações e que se fizerem necessárias sejam realizados com o *máximo de celeridade*, por intermédio de uma *equipe interprofissional habilitada*, e que o tratamento recomendado seja iniciado *de imediato*, com o acompanhamento devido, até a *efetiva* (e *definitiva*) *solução do problema a* respectivo (que, desnecessário dizer, é o *objetivo precípuo* da intervenção realizada) (DIGIÁCOMO, 2010, p. 103).

O autor considera, portanto, que o CRAS e o CREAS formam um dos nós que constituem a rede de proteção da criança e do adolescente. O trabalho em rede destes órgãos é imprescindível para a contribuição da viabilização dos direitos infanto-

juvenis a partir do atendimento aos meninos e meninas que se encontram em situação de de vulnerabilidade e risco pessoal e social e suas famílias.

Digiácomo (2010) afirma que para isso ocorrer é necessário que exista uma equipe profissional qualificada que atue em conjunto com outros programas e serviços, além de promoverem articulação com outros órgãos municipais a exemplo do Conselho Tutelar, procurando executar ações que resolvam o problema o mais rápido possível para que este não se agrave, não devendo haver omissão do Estado perante sua responsabilidade. Promove ainda atividades em grupos de convivências que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários, em especial das famílias que possuem em seus lares crianças ou adolescentes em situação de rua, além de ter como responsabilidade desenvolver ações que previnam a violação dos direitos sociais a partir do Programa de Atenção Integral às Famílias[16] (PAIF) (PNAS, 2004).

Sob orientação do gestor municipal de Assistência Social, os profissionais realizam o mapeamento e organiza a rede socioassistencial de proteção social básica, inserindo as famílias nos serviços de assistência social, além de encaminhar para as demais políticas setoriais, tendo em vista a busca de ações intersetoriais como forma de evitar a negação dos direitos da população usuária (op cit, 2004). Sua equipe técnica deve ser qualificada para trabalhar com os cidadãos que formam a população de sua área de abrangência, além de articular-se com a rede socioassistencial na perspectiva de referência e contrarreferência na busca pela garantia de direitos sociais, procurando manter ações de vigilância que reduzam a exclusão social. Nesse sentido, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome afirma que:

> A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS (municipal, do DF ou regional) ou para o responsável pela proteção social especial do município (onde não houver CREAS). A contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica.(MDS, 2009, p. 12).

Para tanto, é necessário que exista uma articulação com o CREAS para que haja comunicação no trabalho das instituições em prol da defesa dos direitos sociais

[16] De acordo com o Brasil (2005, p.15) o PAIF "é o principal programa de Proteção Social Básica, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS [...]tem por perspectivas o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência do CRAS".

dos seus usuários. Nesse aspecto, cabe ao CREAS como uma unidade pública do Estado prestar atendimento aos indivíduos e suas famílias que tiveram seus direitos violados, a exemplo das crianças e adolescentes em situação de rua e seus familiares, a partir de prestações de serviços especializados que promovam o acompanhamento dos casos na busca de reverter à problemática de situação de risco pessoal aos quais os usuários da proteção social especial estão vivenciando. Para isso, deve-se haver uma articulação com a rede socioassistencial e com as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos que trabalham com a proteção integral (BRASIL, 2011).

O CREAS presta atendimento às pessoas expostas a diversas situações de riscos, sejam estes devido à negligência, abandono, violências domésticas, ameaças, entre outros, sendo as crianças e adolescentes e suas famílias alvos de prioridade. A exemplo disso, temos os casos de “crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica (violência física, psicológica, sexual, negligência); crianças e adolescentes em situação de mendicância” (BRASIL, 2011, p. 9).

Para os casos em que se tenha necessidade do apoio da rede de proteção social básica é importante que as famílias sejam encaminhadas para o CRAS para que tenham um maior acompanhamento e sejam inseridas nos serviços ofertados por esta instituição até o momento em que a situação de risco e vulnerabilidade social seja superada. Quanto aos casos que necessitem de medidas protetivas é imprescindível que haja uma articulação com o Conselho Tutelar e a Vara da Infância (BRASIL, 2011).

Visualiza-se que a intervenção do Conselho Tutelar inserido no trabalho em rede remete-se a uma construção diária, onde é necessária a existência de reuniões que arquitetem práticas conjuntas que venham enfrentar os conflitos sociais e materializar a proteção às crianças e adolescentes. Neste sentido, Tejadas (2009, p. 4) afirma que o Sistema de Garantia de Direitos “[...] só se efetivará com a implementação de políticas públicas articuladas e transversais, superando a fragmentação, para assim, favorecer o acesso a serviços e atenção às necessidades das crianças e adolescentes”.

É importante salientar, conforme dispõe Tejadas (2009), que a Política Pública de Assistência Social conseguiu obter muitos avanços, sendo sua consolidação um processo diário, ao passo de cada execução das suas ações, efetivando a proteção social por meio de serviços, programas, projetos e benefícios (de prestação continuada, eventuais ou de transferência de renda). Todos esses avanços legais

vieram a promover um novo olhar direcionado à população infanto-juvenil que sofre inúmeras violações dos seus direitos, uma vez que se executam ações sob a perspectiva de direitos, devendo proteger e viabilizar benefícios que promovam a proteção integral, conforme prescrito constitucionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a prevalência do Código de Menores, as ações ofertadas pelo Estado brasileiro perante os "menores" eram mínimas, baseadas em ações de ajustamento/desajustamento do indivíduo nos padrões da sociedade e serviços assistencialistas e caritativos, além de possuírem caráter repressivo e punitivo, que em nada promoviam a superação da situação de vulnerabilidade social desta parcela da população.

Apenas com a Constituição Federal de 1988, e o ECA, a partir da doutrina da proteção integral e o conjunto de Políticas Públicas norteadas à população infanto-juvenil, é que verdadeiramente a criança e o adolescente passaram a serem vistos como sujeitos de direitos, devendo a família, o Estado e a sociedade em conjunto promoverem a proteção social destes seres em situação peculiar de desenvolvimento. Entretanto, a ascensão do neoliberalismo no Brasil, a partir dos anos 1990, provocou a minimização da responsabilidade do Estado perante o social, causando a fragilização da efetivação desses mecanismos legais, precarizando a oferta de serviços, dificultando e desarticulando o trabalho em rede, prejudicando, assim, o atendimento pautado na proteção integral aos meninos e meninas.

Diversos são os fatores que dificultam as açõesasseguradas em lei às crianças e adolescentes, entre eles podemos exemplificar: as condições de trabalho desfavoráveis para que as equipes técnicas possam efetuar atividades junto aos meninos e meninas, assim como sua família. Identificamos que uma das causas que provocam a fragilidade na intersetorialidade entre as instituições encontra-se no fato de que muitas vezes estas não promovem a contra-referência dos casos atendidos com os demais órgãos, dificultando um trabalho integrado que objetiva a superação da situação de vulnerabilidade social dessa parcela da população infanto-juvenil.

Além disso, evidenciamos que existe a necessidade de aperfeiçoamento destes trabalhadores, a necessidade de se obter um conhecimento mais aprofundado acerca das atribuições dos profissionais das referidas instituições para compreenderem melhor o contexto social em que estão inseridas as crianças e os

adolescentes em situação de vulnerabilidade sócia e risco pessoal, buscando promover um atendimento mais qualificado, procurando evitar o discurso que incorpora a família como a principal causadora dessa problemática. Destarte, são inúmeros os desafios a serem enfrentados para que ocorra a plena articulação da rede socioassistencial e a efetivação dos mecanismos legais prescritos em lei que priorizam o atendimento a crianças e adolescentes na perspectiva da proteção integral, sendo as equipes técnicas chamadas diariamente a intervir buscando colaborar para as viabilizações de tais direitos sociais.

Assim sendo, é necessário enfatizar que tais profissionais procuram contribuir para minimização das expressões da questão social, mesmo diante das limitações impostas aqueles que atuam profissionalmente na Assistência Social, dentro de um Estado que não investe com mais eficiência em políticas públicas de qualidade, ausentando-se cada vez mais das suas obrigações perante os cidadãos brasileiros, principalmente aqueles que se encontram em vulnerabilidade e risco pessoal e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. **Estatuto da criança e do Adolescente**: Lei Federal. 8.069 de 13 de julho de 1990. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. Paraíba: julho/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Guia de Orientação Técnica** – SUAS nº 1 Proteção Social Básica de Assistência Social. Brasília: MDS, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **LOAS Anotada:** Lei Orgânica de Assistência Social. 2ª ed. Brasília, Março/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de assistência social – PNAS/2004**. Norma operacional básica – NOB/SUAS. Brasília, Senado Federal, novembro/2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: MDS, 2011.

IAMAMOTO, M. V. Trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche. In: **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche** – capital financeiro trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIGIÁCOMO, M. J. ; Thin, Daniel ; BOURDIEU, P. ; VARELA, J. ; SAMPAIO, M. M. F; MORAES, P. R. B. . **Os CRAS/CREAS e o atendimento de adolescentes acusados da prática de atos infracionais e outras demandas na área da infância e juventude**. - A Desigualdade Educacional por dentro da Escola, Curitiba/PR, p. 102 - 107, 10 jul. 2010.

MICELI. M. S. **Por uma visão crítica do direito da criança e do adolescente**. Revista Estudos Jurídicos UNESP, Franca, A. 14 n. 20, p. 01-348, 2010. Disponível em: <www.periodicos.franca.unesp.br/index.php>. Acesso em 22 mai. 2013.

MONNERAT, G.; SOUZA, R. G.Da Seguridade social à Intersetorialidade: Desafios à integração das políticas sociais brasileiras. In: **Revista Katálysis** (Impresso), v. 61, p. 75-92, 2011. Disponível em: < www.scielo.br/pdf >. Acesso em 20 mai. 2013.

MOTA, A. E. (Org.). As tendências da Política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional In: **O mito da assistência social**: ensaios sobre estado, política e sociedade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as Políticas Públicas. In: **Serviço Social & Sociedade**, v. 101, p. 95-120, 2010.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. E.; CUNHA, R. S. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado.** 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SAUT, R. D. O direito da criança e do adolescente e sua proteção pela Rede de Garantias. In: **Revista Jurídica,** vol. 11,nov. 21 (2007). Disponível em: < www.proxy.furb.br>. Acesso em 30 abr. 2013.

SIMÕES, C. A Seguridade Social. In: **Curso de direito do Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TORRES, J. C. **O SUAS e a universalização de renda social mínima no Brasil**. Serviço Social & Sociedade. Política social desafios para o serviço social. São Paulo, v. 28, n. 92, p. 43-57, Nov., 2007.

REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL, ESTADO E DEMOCRACIA: caminhos e descaminhos das políticas públicas no Brasil

Leonardo Honorato de Sousa lhs Sousa (FIP)
Joyce Dayanne Henriques Araújo (FIP)
Maria de Fátima Leandro Ferreira (FIP)
Yanna Karla de Sousa Alves (FIP)

RESUMO

O presente artigo busca apresentar uma análise das relações entre a divergência do neoliberalismo e os rebatimentos nas Políticas Públicas, especificamenteno Brasil, abarcando a democracia ante a desestruturação dos direitos sociais no regime Neoliberal, bem como a incompatibilidade entre eles. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com recurso a estudo bibliográfico, construída a partir de estudos provenientes do projeto de extensão “Curso de Realidade Brasileira”, realizado nas Faculdades Integradas de Patos. Pudemos observar as discrepâncias na relação entre a democracia e a reestruturação neoliberal, e, por conseguinte a implicação da mesma na perda de diversos direitos sociais.

Palavras–chave: Neoliberalismo. Políticas Públicas. Democracia.

ABSTRACT

Article search Gift present An Analysis of the Relationship Between a difference to neoliberalism and repercussions in Public Policy, specifically in Brazil, covering a democracy before a disruption Social rights any neoliberal regime, Well As a mismatch between eels. This consists of an exploratory research, qualitative approach, using bibliographic study, built the Study Starting from the Extension Project "Brazilian Reality Course", Held in the International College of ducks. We have observed how discrepancies in the relationship between democracy and neoliberal restructuring, and therefore implication on the same loss Several Social Rights.

Keywords: Neoliberalism. Public Policy. Democracy

INTRODUÇÃO

O campo que ilumina o presente trabalho centra-se na reflexão sobre as transformações societárias ocorridas no cenário econômico, político e social que estruturaram o capitalismo ao longo do seu desenvolvimento, campo este perfilado de conflitos e tensões por projetos societários antagônicos, salientando a ofensiva neoliberal no Brasil a partir década de 90, o redimensionamento das políticas sociais e a condução política adotada pelos governos que se seguiram, perfilados em meio a uma retração das instituições típicas de capitalismo democrático.

O debate em torno dessas discussões advém da inserção no projeto de extensão "Curso de Realidade Brasileira" – CRB[17] e dos estudos desenvolvidos nas disciplinas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III e de Política Social II. Considera-se que esses processos dentro e fora de sala aula contribuem para o amadurecimento do debate, que vem a refletir a incompatibilidade entre capitalismo e democracia como também oferece elementos sobre a formação do povo brasileiro e as particularidades de "uma sociedade e economia que se organizavam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos" (IANNI, 1989 *apud* BEHRING, 2011, p. 72).

Salienta-se em meio a esse processo os rebatimentos na conquista de diretos e políticas sociais, como consequência de desenvolvimento desigual e combinado entre as nações em meio à mundialização da economia, expresso no Brasil pela abertura para do capital estrangeiro.

De acordo com Hirata (2009, p. 86):

> A mundialização é definida por economistas críticos como A. Lipietz (1996), pela interdependência crescente de todos os mercados nacionais em direção a um mercado mundial unificado, o que ilustra a tendência histórica para internacionalização do capital. Mas o que é novo nesse processo é a intensidade dos fluxos, a variedade dos produtos e o número dos agentes econômicos implicados nesse movimento (PETIT, 2000).

Outrossim, reafirma-se a ilustra vocação do capital em internacionalizar a produção, o que não significa um desenvolvimento homogeneizado da economia, mas sim o aprofundamento do desenvolvimento desigual e combinado entre as nações, e no interior destas entre as classes e grupos sociais, com consequências precisas

[17] O Curso de Realidade Brasileira vêm sendo realizados desde 2001, ano em que se iniciou a primeira turma, com cem alunos, de diversos movimentos sociais de todo o Brasil. A abordagem destas temáticas, contribuem para uma melhoria dos movimentos sociais, por tornarem os agentes sociais mais capacitados no desenvolvimento das lutas sociais, ao mesmo tempo, que permite o entendimento das causas dos problemas da realidade do Brasil. O Curso de Realidade Brasileira (CRB) é uma verdadeira escola itinerante de formação que resgata os valores, a identidade e a estima do povo brasileiro.

sobre a força de trabalho feminina e negra, em meio às relações dialéticas entre imperialismo e dependência.

Desse modo, a aproximação com a temática desperta grande interesse pela possibilidade, através dessa discussão, de analisar estratégias que vislumbram saídas para o embate que se estabeleceu entre o avanço da política neoliberal e afirmação dos princípios democráticos, como destacaremos no desenvolvimento do presente trabalho.

2. TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS: ALGUNS APONTAMENTOS NAS RELAÇÕES ENTRE CAPITAL, TRABALHO E ESTADO

A tese do liberalismo, no século XIX, no qual cada indivíduo agindo em seu próprio interesse maximizaria o bem estar coletivo, e por conseguinte, o desenvolvimento harmônico da sociedade foi incorporado no início do desenvolvimento do capitalismo, contudo, houveram transformações orientadas pelas lutas de classes que deram uma ressignificação a intervenção do Estado na socialdemocracia. O desenvolvimento das forças produtivas pelo capital necessita de uma abertura para sua regulação, nesse sentido o Estado assume o papel de desenvolver as condições necessárias para maximização dos lucros pelo capital e atuar minimamente para garantir as condições de reprodução da classe trabalhadora.

Segundo Behring (2011) a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX. Esse processo evidencia o campo de disputas que se estabeleceu com a configuração do Estado capitalista e os avanços nas conquistas sociais através das políticas sociais que impulsionaram mudanças nessa relação do Estado com os indivíduos, que passa a ser de preocupação em atender as necessidades e não apenas para manutenção da ordem, ou seja, há um comprometimento na esfera pública com a qualidade de vida dos sujeitos, o que abre espaço para sua inserção na participação política e reordena o sentido das políticas sociais, agora muito mais próxima do exercício da cidadania.

Um fato decisivo que levantou questionamento sobre os limites e direcionamentos “naturais” do capital ocorreu entre 1929-1932, o período da grande depressão, que se estabeleceu no sistema financeiro americano ocasionando uma forte queda nos lucros, aumento do desemprego e a crise no sistema capitalista. As

saídas para enfrentar a crise estavam ligadas a atuação do Estado no enfrentamento dos níveis de desemprego e através das políticas Keynesianas.

A combinação do padrão de acumulação fordista, que tinha como centro a produção em massa, com os ideais do keynesianismo de pleno emprego, através dos investimentos públicos, promoveram o Estado de bem estar social (Welfare State) transformando as políticas sociais em direitos de cidadania.

Nesta perspectiva, corroboramos com a ideia de Pereira (2006 p. 06), ao afirmar que:

> É importante salientar que, como em qualquer tema vinculado a aspectos sociais, no aspecto das concepções teórico-metodológicas acerca da Política Social, do Estado de Bem-Estar Social e das demais categorias analíticas que norteiam este estudo, destaca-se o fato de existirem diferentes formas de interpretar e analisar tais fenômenos. Partindo da idéia dessa relação conflituosa, as Políticas Sociais não poderiam ser pensadas como meras concessões do capital (abordagem economicista, considerada fatalista e reducionista) ou como mera vitória dos trabalhadores (abordagem ”simplista”, considerada ingênua), mas sim, devem ser compreendidas como produtos dessas relações contraditórias entre estas diferentes esferas da produção e reprodução social.

É nesse espaço de lutas e relações contraditórias que as experiências do Estado de Bem Estar Social se desenvolveram nos países, dependendo do grau de organização da classe trabalhadora, de aspectos econômicos a disputas entre projetos societários distintos.

No fim dos anos 1960, a fase expansiva do capital começa a dar sinais de esgotamento e é registrada uma grande crise do capitalismo monopolista, as medidas do fordismo e Keynesianismo já não conseguiam equilibrar o desenvolvimento econômico observando-se a queda na taxa de lucro e no nível de acumulação do capital com fortes rebatimentos para nas condições de vida e trabalho das maiorias. Como resposta a essa crise do capital monopolista foi desenvolvido uma série de estratégias que visavam reajustar e reordenar o papel do Estado e do mercado para retomada da taxa de lucro, o que gerou uma nova reconfiguração e transformação das sociedades, em nível societário.

Nesse âmbito, cabe destacar que o processo de formação do capitalismo no Brasil é permeado de particularidades advindas da sua colonização e dos processos internos da crise economia que tiveram sua produção voltada para fora em uma clara relação de subordinação e dependência.

No Brasil houve avanço em algumas garantias e legitimidade de políticas sociais básicas, sem contudo, materializar-se a experiência do Estado de Bem Estar

Social. Enquanto se vivenciava o estado social democrático nos países centrais, fruto da luta e organização dos trabalhadores, com garantias trabalhistas, acesso amplo aos direitos sociais, os países periféricos viviam o desenvolvimentismo, que tinha no Brasil um caráter corporativo fragmentado e que distanciava as políticas econômicas a garantias de políticas universais. As consequências do embate que se travava contra os regimes ditatoriais em favor da liberdade, garantia de direitos, participação política e garantias constitucionais, elucida o que de fato o país vivenciou; as consequências da crise do modelo de bem estar social, e não sua efervescência.

Conforme (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 72. *apud* IANNI, 1922), um conceito orientador da análise do Brasil é o de *desenvolvimento desigual e combinado*, segundo o qual este se configura como “uma formação social na qual sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios”, numa espécie de caleidoscópio de muitas épocas. O progresso e o conservadorismo sempre estiveram entrelaçados na formação capitalista do país, resultado da forma como o mesmo foi implantando, na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, e na sua dependência externa do mercado mundial, persistindo mesmo com o projeto modernizador com seu viés conservador.

Tais características vêm adensar o processo de reorganização do capital do seu sistema ideológico e político de dominação. Que segundo Antunes (2000), coloca como principais alternativas: a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a financeirização do capital, que implica na privatização do Estado, na desregulamentação das relações de trabalho e na desmontagem do setor produtivo, tudo isso com maior intensidade nos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil.

Nesse caso, Druck (2009, p. 2) destaca que:

> Considera-se que [...], a precarização do trabalho se constitui como um novo fenômeno, cujas principais características, modalidades e dimensões sugerem um processo de precarização social inédito no país nas últimas duas décadas, revelando mudanças na forma de organização/gestão do trabalho, [...]. O caráter desta nova precarização esta sustentado na idéia de que é um fenômeno que instala – econômico, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização modernas do trabalho no Brasil, agora justificadas – na visão hegemonizada pelo capital -, pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...].

Esta lógica vem a se evidenciar, a partir da instabilidade econômica intensificada através da mundialização da economia sob o domínio do capital financeiro, levando a diversas crises, que rebatem diretamente no mundo do trabalho, o que traz maiores consequências para os grupos mais marginalizados, como

exemplo: as mulheres, os negros, o segmento LGBT, e os jovens, seguido de “novas” formas de precarização das relações de trabalho[18].

É nesse cenário de complexas mudanças que encontramos as respostas as novas configurações do trabalho, no capitalismo contemporâneo, na medida em que a interpenetração de capitais e de mercados redefine os campos de atuação do capital e do trabalho, trata-se de uma reciprocidade dialética em que o rearranjo de um implica na realocação do outro, nos remetendo ao caráter de subsunção real do trabalho ao capital (MÉSZÁROS, 2006).

Nesse sentido, Vasapollo (2006, p. 45), destaca que:

> É o mal-estar do trabalho, o medo de perder o próprio posto, de não poder mais ter uma vida social e viver apenas do trabalho e para o trabalho, com a angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico que não resolve as necessidades sociais. É o processo que precariza a totalidade do viver social.

Diante dessa análise, há que se afirmar que a “nova” organização capitalista do trabalho é caracterizada, cada vez mais pela precarização e desregulamentação, que promove grandes prejuízos à própria sobrevivência da classe trabalhadora e ao seu processo de organização, tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo, a partir das novas relações estabelecidas entre mercado, estado e sociedade (TIBURTINO, 2014). Apontando para uma linha de pensamento que reflete a incompatibilidade entre capitalismo neoliberal e regime democrático.

2.1 A incompatibilidade entre neoliberalismo e democracia e a potencialidade da mesma na estruturação de politicas publicas de bem – estar social

Muitos estudiosos destacam a democracia como um termo burguês, porém cabe referirmos a ele um antagonismo, uma vez que o mesmo se estrutura em sociedade permeada por tensões sócio políticas. A não simplicidade desse debate, principalmente quando nos referimos a períodos ditatoriais e a momentos de efervescência política das camadas populares na luta pela constituição de direitos, como exemplo podemos citar o processo da constituinte no Brasil que foi marcado por várias contradições imanentes a essa sociabilidade.

[18] Constata-se aqui o “emprego atípico”, na forma de contratos temporários, por tempo determinado, trabalho informal, sem registro, sem direitos sociais e trabalhistas, com salários mais baixos e condições de trabalho mais precárias.

Nesse sentido, Durigueto (2007, p. 132) destaca que:

> Na nossa formação social, o processo de desenvolvimento capitalista pode, assim, ser compreendido e caracterizado pela presença de dois traços típicos: nossa modernização não eliminou de forma "revolucionária" as relações sociais herdadas do passado. O que ocorreu foi o redimensionamento e a readequação dessas relações, enquanto fator de acumulação e desenvolvimento. O outro traço expressou-se no plano imediatamente político, por meio da recorrente exclusão da participação popular nos processos de decisão política. Tomando, então a convergência desses dois traços, podendo evidenciar que os mesmos caracterizam a nossa modernização capitalista como conservadora.

Na colocação de Durigueto cabe destacar a contradição em que se gesta o processo de modernização capitalista no Brasil, salientando a dialética o arcaico e o moderno que se dá nos países de economia periférica, pois trava-se uma luta de ideais contraditórios que defendem a abertura de mercado e limita de forma excludente os anseios da sociedade. O que delineia a ausência da estruturação de ordem democrática, própria da revolução burguesa na construção do capitalismo, nesses países.

Desse modo, a compreensão dos direitos sociais e consequentemente das políticas públicas na sociabilidade capitalista, nos remete a uma perspectiva sócio-histórica submetida às tensões sócio-políticas da disputa de projetos societários distintos, onde a sociedade burguesa não chega a se consolidar ideologicamente dentro do processo democrático, atentando para a constituição de uma ordem plenamente democrática que se faz imprescindível para a dar corpo aos ideais burgueses.

Referencia-se ainda a democracia de espírito liberal incompatível com o desenvolvimento de políticas sociais universais, por se tratar de uma "democracia enviesada", cujo contexto sócio histórico apresenta uma regulação direta dos mercados nas economias de países que adotam a democracia como sistema vigente de garantia de direitos e liberdades, porém tais direitos que são regidos pela lógica e controle do capital. Segundo afirma Durigueto (2007, p. 133) "Essa lógica se voltava tanto para economia quanto para a política: a burguesia reagiu de maneira predominantemente reacionária e conservadora, ao impedir que os setores populares conquistassem espaços políticos".

Mesmo diante da conquista da democracia as velhas práticas concebidas no sistema oligárquico permanecem entranhadas na cultura da burguesia que controla o estado, como podemos perceber na fala de Nogueira:

> [...] O velho sistema oligárquico de dominação acabará derrotado mas não será substituído pelo regime democrático, e sim por uma articulação elitista administrada por um Estado que submeterá a sociedade a si, dedicando-se à montagem de um complexo mecanismo de controle político e social das massas emergentes [...] (1998: 37).

Diante disso, cabe-nos fazer referência às contradições que preexistem na constituição de ordem democrática e os preceitos do capitalismo. Primeiramente destacamos que a democracia, conforme Boron (2001, p. 181) "é impulsionada por um afã de justiça". O autor afirma que "se na democracia a participação de um exige e potencializa a participação dos demais, no mercado o consumo de um significa o não-consumo do outro".

Assim, destacamos a importância dessa categoria, na tentativa de ressaltar que em dadas condições há uma incompatibilidade entre o funcionamento dos mercados e uma ordem plenamente democrática, tendo em vista, a busca desenfreada pela recuperação das taxas de lucro no mercado, dadas a qualquer preço e qualquer circunstância, a exemplo: a desestruturação do Estado-nação e, por conseguinte, a perda de direitos, seguida da regulamentação de medidas favorecedoras do capital, o que expressa uma clara assimetria na relação entre mercados, Estado e sociedade, tendo em vista a sobreposição do primeiro em relação aos demais (TIBURTINO, FERNANDES, 2015).

Portanto, "é nesse movimento dialético e contraditório, que se dá o desenvolvimento e estruturação das políticas públicas nas sociedades capitalistas ocidentais, resultando em uma regressão do legado dos direitos conquistados ao longo da história pela classe subalterna" (TIBURTINO, FERNANDES, 2015, p. 7).

A requisição da lógica internacional por países democráticos configura um rol de interesses ligados a órgãos internacionais de regulação, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU), sendo que existe um anseio pelo implante da democracia nos países ainda dominados por ditaduras totalitárias, buscando derrubá-las a qualquer custo, pois só através do implante desta democracia mercadológica que o capital pode se reproduzir numa lógica de direitos e acumulação de lucros, onde a sociedade desses países fica condicionada a um duplo sentido democrático que ora levanta a bandeira de direitos e ora se curva ao capitalismo dominado pela classe política dominante que sucumbe os direitos das classes majoritariamente subalternas.

Conforme Netto (1991, p.42):

> [...] A acelerada modernização capitalista do período ditatorial transformou o Brasil num país urbano-industrial complexo e diferenciado, o que criou os

> pressupostos objetivos para a promoção da dinamização da organização de interesses em uma numerosa e diversificada vida associativa [...].

O sentido dessa democracia disfarçada de sistema universal de garantia de direitos na verdade atrela-se de mãos dadas à arquitetura neoliberal, como ocorreu no Brasil ao fim da Ditadura Militar que começou a gestar a lógica neoliberal no país. Com sua derrocada, vê-se abrir as portas do país para a iniciativa Neoliberal que seria implementada de forma contundente e avassaladora nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso na década de 1990. A esta época é associada à destruição e desolação das políticas sociais como direitos assegurados pelo Estado, repassando esta responsabilidade ao terceiro setor.

A estrutura econômica que refere-se à disseminação da democracia favorecendo a economia neoliberal contempla a pontuação de Husson (1999) *apud* Iamamoto (2009, p. 59):

> O processo de financeirização indica um modo de estruturação da economia mundial, apoiada nos grupos industriais transnacionais fruto de fusões de aquisições de empresas num contexto de desregulamentação e liberalização econômica associados às instituições financeiras (bancos, companhias de seguro, fundos de pensão), que passam a comandar o conjunto da acumulação.

Este processo de intervenção de economia capitalista através de uma onda financeira onde a principal objetivação é o acúmulo dos lucros, desemboca no desmonte das políticas sociais e nos espaços de decisão política das massas, dificultando a implementação de novas demandas sociais que emanam da classe trabalhadora.

É nesse meio de tensão que se pauta a necessidade de efetivação da democracia e criação de políticas sociais voltadas para as classes subalternas no intuito de garantir direitos para a dignidade humana. Porém a idealização e implementação dessas políticas configura uma correlação de forças, onde as elites buscam escamotear direitos e garantias mínimas concedidas às classes proletárias.

Percebe-se uma assimetria na relação entre mercado, Estado e sociedade fazendo consolidar um arquétipo democrático, que favorece a lógica do mercado em detrimento da sociedade e das políticas sociais como um todo, provocando o seu desmonte e fragilização, onde há um processo contínuo da ideologia burguesa nos processos de decisão política, que condiciona às classes subalternas à posição de miserabilidade e exclusão dos processos decisórios, que expressam as correlações de

força entre capital e trabalho, e, delineiam as políticas públicas que se estruturam e reestruturam no curso dessas relações como veremos a seguir.

2.2 O legado histórico da constituição dos direitos sociais no Brasil a partir do período de redemocratização até o governo Lula

As políticas sociais no Brasil estão submetidas a um contexto sócio-histórico permeado por tensões sócio-políticas e disputa de projetos societários distintos, como bem expressamos no tópico anterior, sendo as mesmas expressões tanto do protagonismo do capital em sua dada ordem social como também das classes subalternas.

No início da década de 1990 chega ao Brasil os ideais neoliberais que já eram disseminados no países centrais, com a defesa do desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento de políticas sociais. Nesse sentido, a orientação do consenso de Washington apontava quais medidas deveriam ser adotadas no direcionamento econômico, o que trouxe inúmeras transformações nas relações produtivas e consequentemente no mercado de trabalho.

Com a crescente e progressiva desregulação dos processos de trabalho há um rebatimento sobre os direitos conquistados pela classe trabalhadora na constituição de 1988, dessa forma, o capital utilizar-se da mediação do Estado para restringir as políticas sociais, captando os recursos financeiros do Estado para subsidiar o financiamento acumulativo do capital.

Ao empreender tais mudanças, o capital promove a adaptação passiva do trabalho, produzindo padrões de comportamento compatíveis com as necessidades do modo de produção capitalista. Seja em termos de ajustes políticos-ideológicos ou no campo da reestruturação industrial, implicando tanto no campo da produção, como no da reprodução social. Nesta perspectiva “a direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe, para empreender mudanças, transformam-se nos novos baluartes da ação das classes dominantes, na atual conjuntura” (MOTA, 2006, p. 29).

Tais modificações encontram amparo na trajetória da proposta de reforma do Estado, instituída no Brasil nos anos 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), partindo das orientações neoliberais que pregam como ponto principal a defesa de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital. Esta tem como um de seus pilares, a redução nos gastos públicos e um redirecionamento do Estado, no que

compete a formulação de padrões de proteção social e novas formas de gerenciamento da sua força de trabalho.

Essas orientações se materializam no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE-MARE), numa tentativa de adaptabilidade do país a lógica do capital mundializado, visando a recuperação das taxas de lucro, através da exploração desenfreada do trabalho pelo capital, o que traz para o mundo do trabalho um conjunto de inseguranças, através do processo de flexibilização das relações de trabalho.

Nesta perspectiva, o PDRE conjuga dois elementos que expressam o compromisso do Estado com o mercadopromovendo o desmonte dos direitos sociais e o beneficiamento do setor privado: trata-se de uma estratégia de "refilantropização" da proteção social, apoiado na desresponsabilização do Estado e responsabilização da sociedade civil, sob a denominação de publicização, através das parcerias publico-privado na organização, gestão e execução das políticas sociais. Desta maneira, passamos a vivenciar a privatização do público com a criação de organizações sociais e regulamentação do terceiro setor, para formulação e execução das políticas sociais.

Nesse contexto, a seguridade social, bem como as demais políticas sociais, vem sendo submetida essencialmente às requisições do capital. A saúde e previdência seguem a lógica da privatização, vistas ao discurso gerencial da reforma que coloca o Estado apenas como promotor e regulador, abrindo espaço para mercantilização das políticas sociais, enquanto a Assistência Social, vem se expandindo com base na tendência centralizadora, seletiva, focalizada e fragmentada.

Dessa forma, a contrarreforma do Estado, em detrimento da seguridade social pública, aponta um padrão de proteção social centrado nos mais pobres, focais e seletivos com enfoque em programas como Comunidade Solidária, carro chefe da política de FHC e Programas de Transferências de Renda como o Programa Fome Zero, no governo de Lula e o Bolsa Família atualmente em curso no governo Dilma, acrescido do plano Brasil sem Miséria.

Assim, esse processo de desmantelamento do trabalho e da seguridade social, que expressa a referida assimetria do mercado, Estado e sociedade, resultada de processos e opções políticas orientadas pelo favorecimento do capital e pela subordinação aos ajustes exigidos pelas agências internacionais, de enxugamento do aparelho do Estado, via processo de contrarreforma do Estado brasileiro, que coloca estratégias como a privatização das empresas estatais, bem como a apropriação de espaços até então destinados as políticas sociais, convertidos eles mesmos em mercadoria. Dessa forma, "as necessidades de acumulação capitalista encontram

espaços de valorização para “resolver”, ainda que momentaneamente sua crise, e tem nas contrareformas do Estado a sua expressão atual”. (GRANEMANN, 2007, p. 60).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nos tópicos do presente artigo, contemplamos os desdobramentos da incompatibilidade entre Democracia e Neoliberalismo, onde há um implante de um sistema democrático cujo sentido é contraditório diante da lógica de mercado regida pelo Estado que abre as portas do país para o Neoliberalismo em detrimento ao desenvolvimento de políticas públicas de cunho social.

A democracia se instala no Brasil sobre duas vertentes, alimentando o desejo de liberdade pelas massas que até então viviam sob sistema ditatorial, e, promovendo a abertura de mercado para a lógica neoliberal provinda de países centrais já democráticos e com capitalismo avançado.Essa lógica democrática apresenta antagonismos e tensões sociopolíticas entre a classe dominante que tem poder de decisão política e a classe trabalhadora que fica excluída dos espaços de decisão. Esse entrave ideológico entre a classe burguesa e a classe trabalhadora vai dar corpo a incompatibilidade entre a democracia e a lógica neoliberal, onde se tem um Estado mínimo para as políticas sociais, doravante sustentadas pela democracia, e, um Estado máximo para o capital que interfere diretamente na regulação de mercado agudizando este processo antagônico.

Com base nestas perspectivas podemos avaliar a sequência de fatos elencados pela ideologia neoliberal, acaba por desembocar no desmonte e fragilização da seguridade socialevidenciados por governos de iniciativa neoliberal no início da década de 1990 a citar Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, cujos governos favoreceram a economia capitalista em nome da democracia, ocasionando um enorme retrocesso das políticas sociais, até então deixadas em último plano, onde apenas desenvolveu-se políticas focalistas e celetistas que não contemplavam o todo social.Ao passo desse desmonte ocorre um processo de desresponsabilização do Estado para com a sociedade civil, transferindo ao terceiro setor a incumbência de chamar para si a responsabilidade social quanto a promoção de serviços e direitos sociais que devem ser promovidos pelo Estado.

Com a chegada do governo Lula há uma mudança no enfoque social, onde as políticas sociais de transferência de renda são o carro chefe de seu governo. Há uma grande mudança no sentido de emancipação de classes sociais subalternas que

viviam em extrema miserabilidade até então. Vale salientar que este governo também serve a lógica neoliberal embora que de maneira menos agressiva que os anteriores.

Com base no que foi apresentado esperamos ter contemplado a compreensão acerca dos desdobramentos incompatíveis entre o sistema democrático e a logica neoliberal que se reproduzem de maneira contraditória do roteiro histórico do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo: Cortez, 2011.

BORON, A. **A coruja de Minerva**: mercado contra democracia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia:** um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

DRUCK, M. G. Principais indicadores da precarização social do trabalho no Brasil (versão preliminar). In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. GRUPO DE TRABALHO SINDICATO, TRABALHO E AÇÕES COLETIVAS**, 14, 2009, Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro, 2009.

GRANEMANN, S. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho.In: **Revista em Pauta,** n. 20. Rio de Janeiro, 2007.

HIRATA. Helena; KERGOAT. Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOTA. A. E. (Org.) **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, trabalho e as demandas do serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

NOGUEIRA, M.A. **As possibilidades da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PEREIRA, Jordeana Davi, SILVA; SILVA, Sheyla Suely de Sousa; PATRIOTA, Lucia Maria. **Políticas sociais no contexto neoliberal**: focalização e desmonte dos direitos, 2006. In: http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/6.

TIBURTINO, L. C. **RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:** um estudo sobre as contradições de gênero no processo de expansão dos espaços sócio - ocupacionais das/os assistentes sociais na política de Assistência Social. 2014. 174 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PPGSS, UFRN, Natal. 2014.

TIBURTINO, L. C; FERNANDES, L. L. C. DEMOCRACIA E REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL: a constituição dos direitos sociais no cenário brasileiro. In: **VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS,** 2015, São Luís. Anais, Maranhão, 2015.

VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ISSN: 0000-0000 De 10 a 13 de Novembro de 2015

DISPARIDADES REGIONAIS E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL:
o Nordeste brasileiro em análise

Mizzaely Sales (UERN)

RESUMO

A análise deste artigo busca mergulhar nas particularidades do Brasil, desde o período colonial, para ter dimensão das expressões da questão social, com destaque às disparidades regionais de acordo com os ciclos econômicos, a instauração do capitalismo e o processo de condução política do país, na tentativa de explicar a concentração de renda no Sudeste em detrimento do Nordeste. Além disso, procura desmistificar algumas visões em relação ao Nordeste brasileiro, como a visão de região atrasada que precisa ser ajustada através da industrialização, e a culpabilização do fenômeno da seca como único argumento explicativo para a pauperização na região.

PALAVRAS-CHAVE: Disparidades Regionais. Nordeste. Ciclos Econômicos. Questão Social

ABSTRACT

The analysis of this article seeks to dive into the particularities of Brazil, since the colonial period, to have dimension of expressions of the social question, with emphasis to regional disparities, of accordance with the economic cycles, the establishment of capitalism and the political process of driving of the country, in attempt to explain the concentration of income on the Southeast in detriment on the Northeast. Moreover, search demystify some visions in relation to the Brazilian Northeast, as the delayed vision region what need to be adjusted through industrialization, and the culpabilization of the drought phenomenon as exclusive explanatory argument for pauperisation in the region.

KEYWORDS: Regional Disparities. Northeast.Economic Cycles.Social Question

INTRODUÇÃO

As expressões da questão social[19] no Brasil se tornam mais explícitas no período de transição para o capitalismo. A partir da sua instauração, intensificam-se as disparidades regionais, econômicas e sociais no país que, por conseguinte, geram as mais intensas migrações de trabalhadores, especialmente do campo, para o centro do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Na medida em que a sociedade brasileira se moderniza, as desigualdades reiteram-se e agudizam-se. No entanto, Octávio Ianni afirma que "a própria sociedade moderniza-se pouco. As relações sociais e políticas desenvolvem-se com dificuldades. [...] Além das heranças oligárquicas e patrimoniais, emergem os interesses dominantes aglutinados em diretrizes governamentais (1989, p. 154).

Para compreender o processo de emersão das disparidades regionais, faz-se necessário situar o contexto histórico da trajetória da ocupação territorial brasileira, bem como a emergência dos ciclos econômicos. É no decorrer dos processos econômicos que começam a se delinear traços que marcam e caracterizam as disparidades regionais persistentes até os dias atuais. O ciclo do café, por exemplo, permitiu a acumulação de capital na região Sudeste, na qual se tornou o pólo mais dinâmico do capitalismo no Brasil. Por outro lado, a região Nordeste entra na condição de subordinado e subsidiário no sentido de fornecer matérias-primas e, sobretudo, mão de obra barata ao Sudeste, sendo "um dos pilares do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento do país" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 125).

Nesse sentido, inicia-se o separatismo entre as regiões: de um lado uma economia baseada na atividade agrícola de subsistência e do outro a próspera industrialização. Os descontentamentos das elites do açúcar se tornam expressivos na medida em que o Estado Nacional decide atender aos interesses dos cafeicultores em detrimento das elites do Norte do país. Os estados do Norte, incluindo aqui o Nordeste, "se tornavam cada vez menos representativos no conjunto da economia nacional, viam suas elites perderem espaço político no plano nacional [...]" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.98).

Em síntese, o objetivo desta análise é compreender as disparidades regionais a partir dos ciclos econômicos, sua contribuição para a formação social e econômica do Brasil, destacando suas principais características dentro desse processo de distribuição demográfica e econômica, bem como os rebatimentos frente à região Nordeste. Além disso, busca-se desmistificar algumas visões e distorções no que se refere ao Nordeste, na tentativa de desnaturalizar o fenômeno da

[19]De acordo com Iamamoto (1999, p.27), a questão social é compreendida pelo "conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade".

seca como o único argumento explicativo dos problemas sociais, econômicos e políticos da região. Para tanto, faz-se fundamentalmente necessário apresentar as perspectivas de alguns autores, destacando, Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Safira Bezerra Ammann, com os quais contribuirão para a compreensão deste cenário.

2. SITUANDO A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Para compreender as expressões da questão social no Brasil, deve-se analisar o processo de ruptura[20] do Estado oligárquico para o Estado burguês marcado pela conservação de elementos históricos da herança colonial e patrimonialista brasileira. Não obstante as alterações funcionais e estruturais no Estado brasileiro persistem, ainda, traços autoritários, hierárquicos e excludentes típicos da estrutura oligárquica. Daí Iamamoto (2010, p. 128) afirmar que "o novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais presentes." Inicia-se, portanto, a modernização conservadora ou "pelo alto" articulada a um projeto de desenvolvimento ancorado na ordem, na repressão e na centralização das decisões em que as classes subalternas são alijadas, não sendo reconhecidas enquanto sujeito de direitos. Segundo Iamamoto, essa modernização se deu:

> [...] gradualmente "pelo alto", a grande propriedade transformou-se em empresa capitalista agrária e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país moderno com alta taxa de urbanização e complexa estrutura social. [...] A transformação capitalista teve lugar graças a acordos entre as frações de classe economicamente dominantes, à exclusão forçada das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado (2010, p. 132-133).

É importante destacar que é nessa transição para o capitalismo e no seu desenvolvimento intensivo que se agrava a questão social no Brasil, isto é, intensificam-se as disparidades regionais, econômicas e sociais, "na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder" (IAMAMOTO, 2010, p. 132).

Nesse sentido, a gênese da questão social é indissociável da relação capital/trabalho, uma vez que suas expressões são abastecidas pela própria dinâmica capitalista que acumula capital apropriando-se da força de trabalho. Seu ciclo de expansão constitui no investimento em dois segmentos: capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho), no entanto sua lógica lucrativa concentra-se na ampliação do investimento em meios de produção, reduzindo, por conseguinte, o capital investido na força de trabalho. É nessa conjuntura que ocorre os mais diversos movimentos de trabalhadores, especialmente do campo, para os centros

[20]Essa ruptura se deu de forma parcial, visto que ocorre a passagem para o Estado burguês, mas ao mesmo tempo são conservados os mesmos elementos da estrutura oligárquica.

industriais em busca de trabalho e condições de vida condignas. Contudo, ao migrar para os pólos industriais, se deparam com níveis agudos de exploração, precarização do trabalho e isenção de direitos. Segundo Octávio Ianni,

> [...] em perspectiva ampla, a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismo que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. Isto é, a situação social dos amplos contingentes de trabalhadores fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital. As dificuldades agudas da fome e desnutrição, a falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna: ou de que o Brasil já é a 8ª potência econômica do mundo ocidental e cristão (1989, p. 147).

No pensamento de Ianni, há de se fazer destaque à discrepância existente entre os indicadores econômicos e os indicadores sociais brasileiros. Na medida em que se moderniza a economia e o aparelho estatal, sendo este último responsável por garantir os interesses das classes dominantes a fim de manter “a ordem e o progresso”, reproduzem-se as desigualdades em todos os âmbitos. Nesse sentido, pode-se afirmar que há uma relação de dependência entre os dois indicadores, sendo o econômico dependente dos benefícios gerados pelas condições precárias sob as quais os trabalhadores são submetidos a produzir, daí porque afirmar que “os indicadores econômicos da modernização alimentam-se dos indicadores sociais [...]” (IANNI, 1989, p 154).

A “fábrica da questão social” no Brasil é ainda mais radical quando analisamos uma de suas expressões: a fome. Esta, por sua vez, não se explica pela baixa produção de alimentos no país, mas sim pela dificuldade da população em adquirir poder de compra. Ao passo que o Brasil se torna o maior exportador de produtos agrícolas e agropecuários, considerado o “celeiro do mundo”, a população brasileira padece com os aumentos dos preços dos alimentos. A conseqüência disso é uma exclusão exacerbada das classes populares ao acesso à alimentação, sofrendo cotidianamente de insuficiência alimentar. Essa questão se torna ainda mais expressiva no Nordeste, apresentando uma porcentagem bem maior em comparação com outras regiões. Cabe-nos observar os dados de Safira:

> No Nordeste, apenas a metade das famílias consome “quantidade de alimentos sempre suficiente”; para 13,2% das famílias a alimentação (quantidade, sem falar da qualidade) é “normalmente insuficiente” e para 26,1% “às vezes insuficiente”. Mais uma vez, Alagoas é o Estado com maior número de famílias acusando consumo “normalmente insuficiente”. Praticamente a cada cinco famílias, uma “normalmente” não consome alimento suficiente (18,4%) e duas famílias (38%) “às vezes” não ingerem alimento suficiente. A segunda maior incidência de consumo de alimentos normalmente insuficiente é registrada no Rio Grande do Norte (14,5%), onde somente 52% das famílias ingerem uma quantidade de alimentos “sempre suficiente”. O Rio Grande do Sul é o Estado onde a maior proporção de famílias consome “quantidade de alimento sempre suficiente” (81%), seguido por Santa Catarina (78%) e Mato Grosso do Sul (77%). A menor incidência de consumo “normalmente insuficiente” de alimentos é registrada igualmente no Rio Grande do Sul (4,5%), em seguida no Mato Grosso do Sul (4,7%) e em Santa Catarina (5,2%) (2013, p. 118).

De acordo com os dados apresentados de Safira (2013), Alagoas, que está situado no Nordeste, é o Estado que mais acusa um consumo “normalmente insuficiente” de alimentos com 18,4%. Desta forma, é visível a discrepância ao compararmos com o Rio Grande do Sul, que acusa apenas 4,5%.

3. ANÁLISE HISTÓRICA DOS CICLOS ECONÔMICOS BRASILEIROS

A trajetória da ocupação territorial brasileira, bem como o desenvolvimento dos ciclos econômicos, permite delinear traços que marcam e caracterizam as disparidades regionais persistentes até os dias atuais. Segundo Safira Ammann (2013, p.100), a acentuada diversidade regional brasileira pode ser explicada “mediante a análise dos processos históricos pelos quais atravessamos, a partir do período da colonização”. É necessário desmembrar e destacar a importância que o ciclo do açúcar teve nesse processo. Esse período tem início através de Martim Afonso de Souza que, através de sua expedição a fim de iniciar a colonização do território brasileiro, traz as primeiras mudas de cana-de-açúcar, instalando o primeiro engenho da colônia, em 1533, na capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo. Rapidamente as plantações de cana se estenderam por todo o litoral do Nordeste, tendo em vista que a terra, nesse período, era distribuída por critérios pessoais[21] entre o donatário das terras da Coroa e os sesmeiros. O donatário recebia as terras e as distribuíam em sesmarias[22], as quais podiam se estender do Rio Grande do Norte a São Vicente. Nesse sentido, o ciclo da cana-de-açúcar no Nordeste havia sido estimulado, desde o início, por um conjunto de fatores:

> a) a cultura da cana é um processo que se efetiva de modo rápido, chegando ao corte a partir do segundo ano após sua plantação; b) o solo de massapé do litoral dessa região revelou-se propício ao seu cultivo; c) a localização do Nordeste representou um ponto estratégico e facilitador para a comercialização da cana, vez que permitiu o rápido escoamento do produto para os mercados consumidores europeus; d) os preços auferidos na Europa tornaram o produto a base de sustentação dessa economia durante os séculos XVI e XVII (AMMANN, 2013, p.102).

Dessa forma, a cultura da cana permite elucidar a ocupação econômica do litoral nordestino brasileiro, da qual ensejou a criação de vilas e cidades posteriormente desenvolvidas no que tange à economia. A respeito disso, Holanda (1995, p. 48) afirma que:

> A boa qualidade das terras do Nordeste brasileiro para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar fez com que essas terras se tornassem o cenário onde, por muito tempo,

[21] Segundo Caio Prado (1942), esses critérios remetem-se à capacidade de investimento dos detentores da terra, sendo estes empresários, nobres ou fidalgos próximos do trono.

[22] Em síntese, o objetivo das sesmarias “era acabar com a ociosidade das terras, obrigando ao cultivo sob pena de perda de domínio. Aquele senhorio que não cultivasse nem desse em arrendamento suas terras perdia o direito a elas, e as terras devolutas (devolvidas ao senhor de origem, à Coroa) eram distribuídas a outrem para que as lavrassem e aproveitassem e fosse respeitado, assim, o interesse coletivo” (SILVA, 1996, p. 37).

> se elaboraria em seus traços mais nítidos o tipo de organização agrária mais tarde característico das colônias européias situadas na zona tórrida. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção.

Logo após a expressiva decadência da cana, a atenção voltou-se para as descobertas das jazidas de ouro em Minas Gerais, iniciando, assim, o ciclo do ouro (1709-1789). O apogeu do ouro no Brasil rebateu diretamente na economia e na demografia, uma vez que provocou a migração das populações para o interior do país. A população do Nordeste, por exemplo, sofreu intenso êxodo em virtude da atratividade das descobertas das jazidas.

No entanto, em 1760, o ciclo do ouro começa a entrar em declínio, por consequência, grande parte da população que vivia à custa da mineração entrou em um processo de empobrecimento, visto que não se desenvolveram atividades agrícolas nas áreas dos minérios. Mais uma vez, a população brasileira se movimenta demograficamente e, obedecendo aos movimentos da economia, retorna às atividades agrícolas.

Dentro deste quadro, o cultivo do café (1800-1930) se instala com êxito no Vale do Paraíba (entre o Rio de Janeiro e São Paulo), tornando-se a mola propulsora da economia brasileira. Não obstante seu cultivo também tenha se desenvolvido no norte do país, a cultura do café foi instigada com veemência na região Sudeste, devido a um fator econômico bem definido: acúmulo de capital econômico nacional, decorrente do ciclo da mineração nesta região, que tornou a expansão da atividade mais viável na perspectiva econômica. Além disso, o cultivo cafeeiro tem sua viabilidade nítida, ao contrário da cana, pois “não demandava vultosos investimentos, uma vez que, após sua colheita, era suficiente uma clareira para secá-lo, o que não demandava grande trabalho” (AMMANN, 2013, p. 109).

Assim como os outros ciclos econômicos, o ciclo do café exala sua crise de superprodução. Com o declínio dos preços do produto no mercado mundial, define-se uma política de valorização para recuperar a taxa de câmbio. Nesse sentido, Furtado descreve sinteticamente esta política:

> a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura do café, o governo interviria no mercado para comprar excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações (1974, p. 179).

É nesse período do auge da produção cafeeira, ancorada nas medidas protecionistas[23] do governo, que o país inicia seu processo de industrialização, tendo seu destaque na região Sudeste. O capital acumulado do cultivo do café era investido em estradas de ferro, instituições

[23]De acordo com Safira, essas medidas favoreciam “tão somente os grandes produtores de café e os banqueiros internacionais, à custa do conjunto da população, que era obrigada a arcar com o encarecimento das importações, em um período em que estas eram cruciais para a economia brasileira” (2013, p. 110).

financeiras, estabelecimentos comerciais e fabris que, por conseqüência, ensejou o desenvolvimento acelerado das indústrias nesta região, com mais intensidade no estado de São Paulo. Nesse cenário de expansão, faz-se necessário destacar que os motivos que impulsionaram esse desenvolvimento econômico no Sudeste não foram somente de caráter ambiental, devido às condições climáticas favoráveis para a produção do café, mas reflete, sobretudo, um viés político-econômico. Esse viés, por sua vez, se apresenta notoriamente na forma como se deu o processo de condução política nesse período, uma vez que o governo decide atender aos interesses econômicos dos cafeicultores, preterindo os proprietários dos engenhos situados no Nordeste. Diante disso, os investimentos industriais se concentram mais na região Sudeste em detrimento da região Nordeste. Segundo Abrucio (1998, p.34), ocorre uma "hierarquia de importância dos estados dentro da Federação", ou seja, os investimentos são voltados aos estados mais ricos.

No federalismo, o Estado Nacional é capturado por parte dos grupos políticos hegemônicos dos estados mais desenvolvidos economicamente. As chamadas oligarquias passaram a ter controle da máquina pública, em benefício de seus interesses. Segundo Durval (2012, p. 98)"o domínio político de apenas dois estados da federação, São Paulo e Minas Gerais, que praticamente revezaram no controle da presidência da República, [...] demonstra como este federalismo favoreceu a hegemonia política dos estados mais prósperos economicamente".

Nesse sentido, pode-se afirmar, a partir dos ciclos econômicos, que as causas das disparidades econômicas entre as regiões brasileiras devem-se, principalmente, ao processo de condução política em que o governo decide direcionar de forma intensa os investimentos ao Sudeste, sobretudo em São Paulo, bem como centralizam as decisões do país, alijando principalmente o Nordeste dessa expansão econômica e da participação política nas deliberações.

3.1 DESMISTIFICANDO O NORDESTE

Segundo Durval Muniz (2012), para compreender as significações e visões que perpassam o Nordeste se faz necessário pensar sobre os processos sociais e os aspectos do funcionamento da economia e da política brasileiras que provocaram conflitos e tensões[24] intrarregionais. Dentre as significações e visões, o Nordeste é identificado e representado, genericamente, por um cenário permeado por flagelados, caveira de boi, miséria, cactos e secas. Estes estereótipos se ancoram na imprensa como forma de disseminar preconceitos e distorcer, sobretudo, as causas da pobreza acentuada nesta região. Sobre a seca, Durval Muniz afirma que:

[24] Os conflitos e tensões referem-se ao "descontentamento das elites da área açucareira e das áreas a ela ligadas, com a pouca assistência recebida por parte da União, no que tange à crise econômica vivida por este espaço, desde que seus principais produtos de exportação, o açúcar e o algodão, perdem espaço no mercado internacional e veem seus preços se reduzirem" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.92).

> Um dos primeiros episódios que marcarão a emergência desta identidade regional em formação será a chamada grande seca de 1877-1879. Este fenômeno que, do ponto de vista estritamente climático ou natural, nada teve de diferente de episódios anteriores, já que as estiagens era um fenômeno do qual se tinha relatos desde o período colonial, terá repercussões políticas e será objeto de uma mobilização por parte das elites deste espaço, como nunca antes ocorrera. [...] A própria existência de uma imprensa mais organizada e com capacidade de repercutir o fenômeno em nível nacional [...], dá uma repercussão a esta seca como não fora dada a nenhuma outra anterior [...] (2012, p.92-93).

A mobilização das elites, apontada por Durval (2012), refere-se ao discurso desta categoria frente à seca, usando-a de instrumento argumentativo para reivindicar verbas, empregos e investimentos, além de usar o fenômeno como elemento explicativo de todos os problemas sociais, políticos e econômicos que afrontam a região.

Nesta perspectiva, a pauperização é definida como resultante dos problemas e causas "naturais" tais como: irregularidades das chuvas e a pobreza de um solo típico da caatinga. O que ocorre é uma culpabilização da questão da água e do solo pelos problemas sociais, econômicos e políticos do Nordeste que, por conseqüência, escamoteia a má distribuição de renda do Brasil e a concentração de riqueza em uma determinada região, bem como anula a historicidade de como se organizaram os processos econômicos no país e seu reflexo desvantajoso para o Nordeste em todos os âmbitos.

Além disso, se faz necessário destacar a visão de atraso econômico e anacronismo político-social, referente ao Nordeste, ao equiparar com o pólo mais dinâmico do desenvolvimento econômico brasileiro (Sudeste). Ocorre uma agudização do separatismo entre as regiões, definindo-as em dois pólos: pólo moderno e pólo atrasado. De um lado, encontra-se um setor onde a próspera industrialização se instala como centro hegemônico do capital e, do outro, um setor de uma economia agrícola de subsistência que se molda de acordo com os ditames do centro industrial, colocando-se na condição de subordinado e subsidiário do pólo moderno. Essa visão reforça a concepção funcionalista de dualismo estrutural, expressando uma relação antagônica entre os dois pólos, sendo o Nordeste (pólo atrasado) a região subdesenvolvida que necessita ser ajustada e desenvolvida através da industrialização. No que concerne à visão de relação antagônica entre os dois setores, nos cabe dar ênfase à crítica de Francisco de Oliveira:

> [...] não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos [...] há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil (2003, p. 47-48).

Nesse sentido, não há, portanto, uma oposição entre os dois setores, mas uma relação de reciprocidade, isto é, um depende do outro. O imenso "exército industrial de reserva" situado no Nordeste, por exemplo, migrava para os centros industriais, especialmente em São Paulo, de modo a abastecê-los com a exploração de mão de obra barata e matérias-primas que, por

conseguinte, facilitava a acumulação do capital. A ideia de desenvolver o Nordeste, setor marcado pelo atraso e pobreza, e integrá-lo ao setor moderno através da industrialização, deixa passar despercebido que a própria pobreza é um reflexo desse processo econômico que moderniza concentrando riqueza nas mãos de alguns e alija segmentos majoritários da população: os trabalhadores. Não há, pois, como erradicar a pobreza fortalecendo o próprio sistema que agudiza as disparidades sociais e regionais e a reproduz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura hierarquizada, autoritária e excludente permanece caracterizando a história do Brasil, cuja herança colonial e patrimonialista contribui para a reprodução das desigualdades regionais e sociais. A conjuntura do Nordeste brasileiro é decorrente de um contexto histórico desde o período colonial, a partir dos ciclos econômicos.

Sabemos que os ciclos econômicos, incluindo aqui o ciclo do açúcar, do ouro e do café, permitem explicar a distribuição demográfica e econômica do país e, aliados às questões políticas, elucida-nos o processo que resultou em uma acentuada disparidade entre as regiões, especificamente entre o Nordeste e o Sudeste. A condução política presente no país no auge da produção cafeeira é marcada por conflitos e tensões entre as elites agrárias do Nordeste e o Estado, que discriminava essa região no que se refere à sua política de investimentos, privilegiando o café em detrimento das outras atividades agrícolas. Nesse sentido, as elites do Nordeste perdem influência política e têm suas pautas excluídas do plano nacional pelas deliberações do Sudeste, que centralizam as decisões do país. Sendo assim, a concentração de riqueza no Sudeste em detrimento do Nordeste não se refere apenas ao clima favorável para o cultivo do café, mas, sobretudo pelo capital acumulado do ciclo do ouro e pela política de investimentos do Estado, inclusive as medidas protecionistas.

O Nordeste, ainda, carrega consigo um conjunto de visões e significações que distorcem as reais causas da pauperização na região. Esta, por sua vez, é colocada como resultante dos problemas e causas naturais, devido à irregularidade das chuvas. Contudo, como já afirmamos, essa culpabilização escamoteia a má distribuição de renda do Brasil, em consequência da dinâmica do modo de produção capitalista, bem como anula a historicidade de como se deu os processos econômicos no país.

Culpar o fenômeno da seca pelos problemas sociais, econômicos e políticos do Nordeste entra em uma dimensão do senso comum e impede a análise das disparidades regionais em sua totalidade, isto é, não se analisa o país, apenas a região. É notório que o Nordeste ainda tenha os maiores índices de insuficiência alimentar em comparação com outras regiões, mas é nítido

também que as disparidades regionais são um problema do país por inteiro. A fome, a exclusão, a falta de acesso aos bens mais primários são marcas da sociedade desigual brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. 2. ed. São Paulo-SP: Hucitec, 1998.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. 2. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2012.

AMMANN, Safira Bezerra. **Expressões da pobreza no Brasil**: análise a partir das desigualdades regionais. São Paulo-SP: Cortez, 2013.

FURTADO, Celso**. Formação econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo-SP: Editora Nacional, 1974.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo-SP: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo-SP: Cortez, 1999.

IANNI, Octávio. A Questão Social. IN: **Revista USP**, N. 3, set/out/nov,1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo-SP: Boitempo, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo-SP: Martins Editora, 1942.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1996.

DESAFIOS ATUAIS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO FRENTE ÀS EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL"

Adriana Teotonio Borges (NASF)
Daniele Belo da Silva (UEPB)
Milca Oliveira Clementino (UEPB)
Sara Duarte Cordeiro Leal (UEPB)

RESUMO

No Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930, sua gênese se dar pela necessidade de um profissional para intervir nas expressões da 'questão social'. Na atual conjuntura de desmonte das políticas públicas e desresponsabilização do estado, as expressões da 'questão social' são aprofundadas acarretando antigos e novos desafios para os profissionais de serviço social que lidam diariamente com as desigualdades sociais. Assim, buscaremos discutir a problemática abordada, através de um estudo bibliográfico, com base em leituras dos principais autores que versam sobre a temática serviço social e 'questão social' no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Capitalismo. 'Questão Social'. Serviço Social.

ABSTRACT
In Brazil, social work arises in the 1930s, its genesis up to the need for a professional to intervene in terms of the ' social question '. In the current climate of dismantling of public policy and irresponsibility of the state, the expressions of the ' social question ' are causing depth old and new challenges for social service professionals who deal daily with social inequalities . So , we will seek to discuss the issue addressed through a bibliographic study , based on readings of the main authors that deal with the theme social service and ' social issue ' in the Brazilian context.

Keywords: Capitalism. 'Social Issues '. Social service

INTRODUÇÃO

Inserido na divisão social e técnica do trabalho, o serviço social se desenvolve historicamente como profissão que atua no enfrentamento das expressões da 'questão social', expressões estas que se materializam de várias formas no contexto brasileiro.

Na sua Gênese, o serviço social esteve vinculada à Igreja Católica, quando esta passa a se posicionar face as expressões da 'questão social'. As primeiras escolas de serviço social eram

direcionadas para uma formação profissional dividida em quatro aspectos principais, que eram a científica, técnica, moral e doutrinária, sob o viés de caridade e ajustamento social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008). Instituiu-se, enquanto profissão, sem, contudo questionar o modelo burguês de desenvolvimento.

Até 1950 a profissão inseria-se na sociedade, basicamente, a partir do tripé; Igreja, sociedade e Estado, sendo a 'questão social' vista e tratada como 'questão moral' a ser enfrentada com o objetivo de manter a ordem social, que interessava a classe dominante (GUIMARÃES, 2005).

Cabe destacar, contudo, a partir do desenvolvimento profissional e histórico da sociedade brasileira, a profissão "[...] vai adquirindo maior compreensão e reflexão crítica de seu fazer profissional, apreendendo de forma mais consolidada a 'questão social', sua trajetória profissional enveredou por caminhos que plasmaram no rompimento com o conservadorismo profissional" (RODRIGUES, et al.,2014).

Sendo que "a questão social é a principal base material instituinte e instituída das práticas profissionais do Assistente Social [...]" (GUIMARÃES, 2005, p.4) aparece com o processo de industrialização e de implantação do modo de produção capitalista, estando fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho.

No atual contexto de acentuação das desigualdades sociais, com o desmonte das políticas públicas, desresponsabilização do estado em algumas funções básicas: garantir saúde, educação, habitação entre outros mecanismos básicos de vida, as expressões da 'questão social' advindas desse contexto tende a serem aprofundadas.

Se por um lado temos o aprofundamento da 'questão social', por outro temos a necessidade de mais profissionais de serviço social para atuar nas diversas políticas públicas que visam enfrentar as desigualdades sociais tão evidente no país. Entretanto, estando inserido na divisão social e técnica do trabalho, a profissão passa a enfrentar nuances desse processo, evidenciadas em precárias condições trabalhistas, baixos salários, falta de estabilidade com a ausência de concursos públicos, entre outros.

Assim, a proposta do trabalho que se segue é destacar, mesmo que de forma sucinta, a 'questão social', enquanto objeto de intervenção dos assistentes sociais, destacando os desafios atuais para estes profissionais, uma vez que, na atual conjuntura brasileira as expressões da 'questão social' surgem em novas versões, trazendo antigos e novos desafios a estes profissionais.

2. DESENVOLIMENTO

2.1 'Questão social' e Serviço Social: discussão em foco

A "questão social" e seus desdobramentos tem sido um dos temas mais debatidos na contemporaneidade pelo Serviço Social, sendo esta, expressão de um sistema desigual e desumano onde uns possuem os meios de produção e outros apenas a força de trabalho, havendo assim uma exploração da força de trabalho por aqueles que possuem os meios de produção. Sendo a 'questão social' objeto de atenção profissional do Serviço social, cabe esclarecer que esta pode ser apreendida:

> [...] como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem na raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO 1998, p.27).

A 'questão social' surge na terceira década do século XIX, quando a base urbano-industrial do capitalismo começava a se firmar e quando a acumulação capitalista dava seus primeiros passos consistentes. No caso do Brasil a 'questão social' só aparece como um problema concreto a partir de 1930 no processo de industrialização, que se instaura através de transformações sociais, políticas e culturais.

De acordo com Cerqueira Filho (1982) é a partir de 1930 com o processo de industrialização e uma crescente urbanização que vinha passando o país, que a 'questão social' é reconhecida, embora alguns autores tais como Maria Ivone (2008) já reconhecesse as raízes da "questão social" no período colonial.

Ainda de acordo com o autor, a 'questão social' antes de 1930 era tida como caso de policia, combatida a base da repressão. Após 1930 o governo Vargas aprofundará o tratamento da 'questão social' como uma nova problemática no qual o Estado passa a intervir com políticas sociais para combatê-la, cabe destacar também que embora a 'questão social' venha se legitimar no período Vargas, esta não deixa de ser tratada a base da repressão (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Uma vez também considerada necessária a intervenção com políticas sociais, o enfrentamento da 'questão social' necessita de profissionais para atuar junto à gestão dessas políticas, surgindo assim, o serviço social.

Os profissionais de serviço social atuam nas manifestações mais contundentes da 'questão social', tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder, já que a luta pela afirmação dos direitos se tornou uma luta contra o capital. Suas ações profissionais vão se destacar, na formulação,

planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população, atuando na esfera pública e privada.

Embora na gênese da profissão, o fazer profissional estivesse atrelado à busca da coesão social, sob os interesses da classe dominante, a partir de 1964, a profissão começa a tomar novos rumos, é na erosão da base do serviço social tradicional, em que a reflexão profissional se desenvolveu em três direções: A perspectiva modernizadora; a perspectiva da reatualização do conservadorismo e a perspectiva da intenção de ruptura. O movimento de reconceituação foi uma resposta local à crise internacional do serviço social.[25]

É importante destacar que,

> Para compreendermos estas nuances que envolvem a questão social, foi de fundamental importância para a profissão à apropriação de um arcabouço teórico consolidado, a saber, a Teoria Social Crítica. Teoria, que propiciou ao Serviço Social uma visão mais reflexiva, crítica e totalizante não só das imbricações às quais as expressões da questão social estão imersas, mas, sobremaneira, de sua própria constituição enquanto profissão na divisão social e técnica do trabalho. Possibilitou ainda a profissão, um olhar mais apurado acerca de sua intervenção no campo das políticas sociais desenvolvendo sua prática profissional com habilidade e competência teórica, ética e política (RODRIGUES, et al.,2014).

É a partir dos anos 1980,[26] com a intenção de ruptura que o Serviço Social passa a ter uma visão mais critica apoiada na teoria Marxista, perspectiva esta que discute a relação entre o Serviço Social e a sociedade capitalista, a principal proposta de tal perspectiva era romper com práticas tradicionais do Serviço social que estavam diretamente vinculadas aos interesses da classe dominante.

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade, é pensar de imediato nos diversos desafios que são propostos para profissão, visto que ela passou por diversas modificações ao longo de sua trajetória.

A acumulação de capital está longe de se relacionar com a igualdade, cada estágio do desenvolvimento capitalista, traz consigo novas expressões da 'questão social', é impossível suprimir suas manifestações sem a supressão da ordem do capital, pode-se então verificar o agravamento de suas múltiplas expressões na atualidade, e com isso têm-se um aumento das demandas profissionais, redução de recursos e de salários, como também são impostoscritérios que limitam as possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais dificultando a atuação desses profissionais.

Na atualidade, sobretudo, após 1990, com a implantação do ideário neoliberal, as respostas dadas a 'questão social' tem sido canalizadas pelas organizações privadas, que tem partilhado

[25]Para um entendimento aprofundado acerca do tema ler, José Paulo Netto, Ditadura e Serviço Social :Umas análise do Serviço Social no Brasil pós-64.
[26] Essa década marca o início da maturidade da tendência hegemônica na academia e nas entidades representativas da categoria – intenção de ruptura – e, com isso, a interlocução real com a tradição marxista.

com o Estado a implementação de programas sociais de combate a pobreza e a exclusão social. Trata-se da afirmação da responsabilidade social do empresariado compondo um dos pilares da negação da responsabilidade do Estado, ou seja, os direitos materializados nas políticas sociais.

De olho nessas dificuldades, é fato a necessidade do profissional se capacitar e participar cada vez mais focando nas políticas públicas sociais, com o eixo voltado para criação de estratégias novas principalmente a importância de discutir esses problemas com o usuário e também com equipe na qual tem vínculo, por meio de uma leitura crítica da realidade para que se possa ter uma reflexão das inúmeras mudanças que estão sendo ocorridas de forma rápida, e como atuar mediante a elas.

Na atual conjuntura que demanda novos desafios aos assistentes sociais, que perpassa tanto pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho, concordamos que,

> Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2011, p.20).

É necessário, e ao mesmo tempo desafiador, que o profissional se afaste de suas atividades burocráticas e rotineiras e passe a refletir nas alterações que foram postas com o passar do tempo para a profissão, para que se possa atuar de uma maneira que ele vá além das atividades cotidianas da instituição, buscando aprender a cada dia novas possibilidades para o enfrentamento dos desafios que lhe são postos. É preciso ter visão abrangente, levando em consideração dimensões, tais como: culturais, sociais, políticas e econômicas, no qual fazem parte do processo de mudanças e são desafios para o profissional.

Vê-se também que outro ponto essencial é o do entender a profissão como um trabalho na sociedade, tendo em vista que a prática profissional está submetida a condições mediante a relação entre o Estado e a sociedade civil, afastando assim a visão interna do Serviço Social que é o de filantropia. Olhando o universo das perspectivas nos tempos atuais no Serviço Social,

> O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar novos horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 2011, p.75).

O exercício da profissão exige um profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos profissionais, defendendo o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições, aproveitando todas as possibilidades, que podem ser desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

O Serviço Social possui uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política (competências fundamentais para um bom exercício profissional) porém o exercício da profissão é

tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, que devido o contrato de trabalho incorpora parâmetros institucionais e trabalhistas, que de certa forma o limita o desenvolvimento das ações profissionais.

Portanto, nessa atual conjuntura, o trabalho profissional na sociedade, não depende apenas da atuação do/a assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza. É necessário que o profissional tenha uma articulação com outras áreas do conhecimento e com outros profissionais, para que possa intervir de maneira favorável nas refrações da 'questão social', facilitando o acesso das classes menos favorecidas aos direitos sociais.

Diante da atual conjuntura social e política que incide sobre a sociedade gerando aumento da pobreza extrema com altos índices de desemprego, com a naturalização das desigualdades sociais, retração dos direitos sociais e de políticas públicas,ausência do estado em atender as necessidades básicas da população, é desafiador para os assistentes sociais, "apreender o movimento do real em suas contradições, possibilidades e limites para daí formular e executar propostas, projetos e práticas" (RODRIGUES, et al.,2014, p.07), entendendo as exigências da realidade e rompendo com o burocratismo institucional.

Assim, na medida em que as expressões da 'questão social' vão se metamorfoseando o trabalho profissional passa a exigir modificações, uma vez que surgem novas expressões fruto do agravamento e das sequelas do sistema capitalista, um ambiente que necessita cada vez mais de profissionais capacitados e com conhecimentos que ultrapassem uma visão meramente imediatista, e atuem de acordo com as defesas do projeto ético-político[27] profissional que dar direcionamentopara um fazer profissional comprometido com a sustentabilidade, universalização e ampliação dos direitos sociais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a 'questão social' resultado do conflito capital *versus* trabalho, através deste conflito são geradas várias sequelas, tais como: aumento desenfreado da miserabilidade, fome, pobreza e o alto índice de violência, consequentemente, havendo a necessidade de um profissional que fosse chamado a intervir nestas mazelas resultante desse processo, temos assim a gênese do serviço social.

[27]Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos e, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (...)" (NETTO, 2008, p. 144).

Assim, o serviço social surge no contexto do capitalismo monopolista, como resultado do processo de intervenção estatal nas expressões da 'questão social', uma vez que havia a necessidade de uma intervenção através de políticas públicas e não somente a base da repressão.

Importa destacar, que ao longo do processo histórico do serviço social houve grandes avanços na referida profissão, entretanto, há necessidade de romper com os paradigmas que ainda perpetua nos dias atuais, como a imagem da profissão vinculada à igreja católica, com ações assistencialistas, voltado atender o pobre merecedor da caridade.

Antigos e novos desafios são impostos a profissão, como resultado da atual conjuntura social, política e econômica que resulta na retração dos direitos sociais, na desresponsabilização do estado em garantir as necessidades básicas a população.

Nessa conjuntura, novas configurações da 'questão social' se apresentam na contemporaneidade, entretanto, permanecem com os mesmos elementos estruturais que lhe dão materialidade, como as desigualdades sociais, concentração de renda pela minoria, aumento do desemprego, retração dos direitos sociais e de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA FILHO, G.**A "questão social" no Brasil:** Criticas do discurso político. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1982 (Coleção Retratos do Brasil; v.162)

CFESS/ABEPSS - **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: 2009. ((Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.v.1).

GUIMARÃES, S. de J. Serviço Social, questão social e globalização**:** aportes para o debate. IN: **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade federal do Maranhão – UFMA, São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível em:< http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Simone_de_Jesus_Guimar%C3%A3es.pdf >. Acesso em: 05 out. 2015.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional! - 20. ed. - São Paulo, Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológico, 24. ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16 ed São Paulo: Cortez.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In. MOTA, A. E. Et al.(Orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 3 ed. – São Paulo: Cortez; Brasília < DF, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

RODRIGUES, J de S. et al. Questão social e serviço social: entre contexto e repercussões. In: **Revista Trabalho e Sociedade,** Fortaleza, v.2, n.2, Jul/Dez, 2014, p.78-95. Disponível em: < http://www.ratio.edu.br/dados/trabalhosociedade/revista0309/cinco.pdf >. Acesso em: 10 out. 2015.

SILVA, I. M. F. da S. **Questão social e Serviço social**: Fundamentos sócio-históricos. Cuiabá: Ed: UFMT, 2008

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAS E DIREITOS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Hévila Islainy Castro da Silva (UERN)

RESUMO

O presente artigo vem abordar acerca da questão social, política social e direitos sociais no contexto neoliberal, desde que emergiu no Brasil até os dias atuais. Assim como os avanços e conquistas, através da Constituição Federal de 1988, relacionando a questão social com o Serviço Social e a política social brasileira. Referenciando as transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no contexto do capitalismo contemporâneo, que rebatem nessas políticas. Ressalta ainda, a problematização e as respostas frente à atual conjuntura em que o país se encontra, destacando a desigualdade social como uma forma de refletir a violação e desconsideração dos direitos.

Palavras chave: Questão social. Política social. Direitos sociais.

ABSTRACT

The present article is about addressing social issues, social policy and social rights in the neoliberalism context, since emerging in Brazil until nowadays. As well as the advances and achievements, through the Federal Constitution of 1988, relating to social issues with social work and the Brazilian social policy. Referencing the economic, social and political arising in the context of contemporary capitalism, which bounce in policy. It also highlights the questioning and the answers against the current situation in which the country finds itself, highlighting the social inequality as a way to reflect the violation and disregard of the rights.

Keywords: Social question. Social policy.Social rights.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo, trazer a discussão acerca da questão social, política social e direitos sociais e seus rebatimentos no contexto atual da sociedade, abordando conceitos e fatores determinantes para o surgimento do referido objeto de estudo. Partindo de uma concepção de que a questão social é a expressão da contradição existente entre capital e

trabalho, é posto que, o tema revela-se de extrema importância para que possamos compreender as formas como esta se relaciona no meio social onde estamos inseridos. Parte-se do pressuposto de que a sociedade vive em constate transformação e, portanto, as expressões da questão social são visualizadas no cotidiano, interferindo diretamente na concretização dos direitos sociais e das políticas sociais e públicas.

2. A QUESTÃO SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL

A expressão “questão social” evidencia-se no século XIX originada devido a grandes transformações econômicas, sociais e políticas em decorrência do processo de industrialização na Europa, com a “tomada de consciência” da classe trabalhadora em meio às condições de exploração, de forma que o desenvolvimento econômico crescia na mesma proporção que o pauperismo. Segundo Netto (2003), a pauperização que a classe trabalhadora enfrentava era resultado do capitalismo industrial, e crescia da mesma maneira que aumentava a produção.

A questão social é fruto e expressão da contradição entre capital e trabalho, resultado da contradição concreta entre estes, a partir do processo de industrialização capitalista, consciência da classe trabalhadora e luta política desta contra seus opressores.

Segundo Iamamoto, questão social se define na contradição entre capital x trabalho, enraizada no modo de produção capitalista. Diante disso, Iamamoto (2004, p.77), nos apresentam a concepção mais difundida no Serviço Social:

> A *questão social*não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Portanto, a questão social é uma representação da observação da sociedade analisada a partir das contradições ocorridas no modo de produção capitalista. É a partir dessa análise realizada na sociedade que podemos visualizar a situação que se encontra a maioria da população, onde esta só tem na força de trabalho os meios para garantir sua sobrevivência, e que muitas vezes tem seus direitos negados e condições de vida miserável visualizando ai a diferença entre os trabalhadores e os capitalistas, seja no acesso aos direitos ou a condições de uma vida com dignidade. Cabe frisar que, diante das desigualdades ocorridas na sociedade é importante buscarmos uma ou algumas formas de superar estas diferenças, entendendo primeiramente as causas das desigualdades e o que estas produzem no coletivo e individual dos homens.

A partir da desigual distribuição dos produtos entre as classes, há o surgimento de diversas formas de expressões sociais, como por exemplo: o alto índice de violência e criminalidade; a falta de infra-estrutura, de saneamento básico, de uma saúde de qualidade, de

emprego; o aumento da pobreza, do analfabetismo etc. Com essa apropriação desigual surge também o a criação de várias “profissões” frutos da miséria da população ocasionada pelo capitalismo, como: catadores de papel; vendedores ambulantes; crianças nos semáforos pedindo esmola ou lavando carros; vendedores de drogas; sacoleiros.

Diante da globalização que vem ocorrendo no mundo, esse processo evolucionista não só se expressa na produção, distribuição, troca e consumo, mas também nas culturas, nas idéias, no Estado fazendo com que a questão social se torne mundialmente conhecida passando a se expressar de várias formas, como por exemplo, no aumento da migração de pessoas para vários países, devido ao aumento do desemprego, onde os processos de trabalho são mais flexíveis e precários, além de não terem em sua maioria a garantia de direitos e proteção social.

Perante essas transformações e contradições ocorridas na sociedade, é posto que, a questão social não se dá apenas pelas desigualdades sociais entre as classes, mas também pela luta e resistência dos trabalhadores, refletindo uma parte da população excluída que luta pela efetivação de seus direitos estabelecidos por lei sejam eles sociais, políticos, econômicos e culturais, e é nessa ou a partir dessas transformações de luta e organização da classe trabalhadora que surge novos conceitos do que é a questão social.

Iamamoto (1998, p.28), acrescenta ainda que:

> Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Isso significa que, a questão social é o objeto principal das práticas profissionais do assistente social, sendo condicionado a compreender e dar resposta às problemáticas, necessidades e demandas postas pela questão social.

A abordagem da questão social hoje se refere à compreensão das múltiplas expressões da realidade atual, seja ela na habilidade de como investigar, conhecer, propor ou realizar propostas para o enfrentamento dessas questões, tendo como objetivo os interesses da maioria da população, que é pobre, discriminada e excluída da sociedade.

3. QUESTÃO SOCIAL E DIREITOS SOCIAIS

A conexão existente entre questão social e direitos sociais se dá na em media que, a questão social como objeto de trabalho do Serviço Social passa pelo processo de ruptura com o

Serviço Social tradicional, para uma profissão com um caráter crítico e de uma dimensão voltada para as necessidades da população através dos direitos sociais.

O direito surge como uma necessidade para o enfrentamento das expressões da questão social, e é nesse sentido que o compreendemos na sua relação com a totalidade da vida social; com a ligação entre as lutas pela realização dos direitos e classes sociais; e por meio do movimento teórico-ético e político da profissão frente às formas e estratégias de luta pelas reivindicações dos direitos.

Na atual sociedade, o direito se efetiva de modo institucional, definindo norma, critérios e um corpo técnico responsável para regular as relações entre os indivíduos e seu sistema de propriedade, diferentemente do que ocorria nas sociedades primitivas, que imperava o direito do mais forte, como forma de garantir sua autopreservação. Ou seja, o direito é uma necessidade que se constitui mediante o processo de complexificação da sociedade, tendo por consequências a intensificação dos conflitos sociais, originando no seio das sociedades de classes, tendo por objetivo ordenar e disciplinar situações que aparecem diante desses conflitos.

O direito surge, portanto, para regulamentar a propriedade privada estabelecida pela burguesia, e esta resolve regulamentá-la na dimensão sócio-jurídica, fazendo com que o burguês seja também um sujeito de direitos, de forma a regulamentar seus conflitos e atender suas necessidades e interesses. Dessa maneira, o direito possui um caráter classista, pois ao mesmo tempo em que ele surge para assegurar os interesses da classe dominante, ele surge para legitimar a exploração e as desigualdades.

Podemos perceber que na Constituição de 1988 o direito torna todos os cidadãos iguais, reconhecendo-os na condição de sujeitos individuais e de direitos, porém o lema de igualdade presente nesta, faz obscurecer as classes sociais dizendo que todos são iguais. Visualizamos, dessa forma, que o capital vem trabalhar a igualdade e a liberdade fora do contexto sócio-histórico em que os sujeitos estão inseridos, não permitindo, assim, a materialização destes valores éticos.

Os direitos são proclamados mediante uma concepção abstrata de universalidade, estando inserido dentro de um sistema que produz e reproduz o que o capital prega, tendo a contradição existente entre os interesses particulares e os interesses da humanidade. Para o Serviço Social o direito é um complexo social parcial, sendo compreendido através do conhecimento e análise da formação social, compreendendo a origem, a função social e a dimensão contraditória da sociedade, atendendo parcialmente o trabalhador, não o contemplando em todas as suas dimensões.

Para compreendermos o direito em sua totalidade, faz-se necessário entender o individuo/sujeito em sua vida cotidiana, espaço-tempo em que as expressões da questão social se efetivam, principalmente, como a violação dos direitos fundamentais e sociais. Para analisarmos o direito no contexto da sociedade capitalista, devemos considerar que o direito está entre a

resistência e o conformismo do sujeito, ou seja, o sujeito pode lutar contra as expressões da questão social, lutando pela realização do que está preconizado em lei; ou este, pode conforma-se com a situação que se encontra.

Dessa forma, percebemos que a forma como os direitos se materializa é o que vai determinar a quem estes irão servir, confirmando que o direito é um complexo social inserido em um processo de mediação da luta de classes, determinando assim, se o direito irá atender aos capitalistas, sofrendo assim uma regressão desses direitos, pois vai atender parte da população; ou se irão atender as necessidades da classe trabalhadora, constituindo um avanço.

Considera-se, pois, que o direito está entre particularidades como: a singularidade e a universalidade; os interesses do povo e os interesses dos capitalistas; assim como, a resistência e o conformismo. Desse modo, a luta por direitos deve partir da compreensão de que não se podem ignorar tais mediações, e que se deve analisar os direitos para além da lei, deve-se desburocratizar o acesso da população aos direitos sociais. Partindo dessa desburocratização, e diante do caráter contraditório que o direito apresenta, há duas dimensões que o direito possui: a dimensão ética e a dimensão política.

A dimensão ética do direito está ligada as reais necessidades humanas, por meio do qual os valores éticos são visualizados numa perspectiva crítica que se opõe a perspectiva do capitalista, onde os sujeitos podem por meio das lutas coletivas apresentarem novas questões, desafios e necessidades, articulando interesses a fim de apreender o funcionamento da sociedade capitalista, assim como, suas determinações para o seu dia-a-dia. Já a dimensão política, consiste em uma luta coletiva, articulando variadas categorias profissionais, organizações, partidos e a sociedade em geral. A dimensão política se realiza enquanto ação, resultado da organização coletiva visando uma causa comum, a emancipação política, a luta pelos direitos de todos, pondo fim a opressão, dominação e exploração que prega o sistema capitalista.

Segundo Santos (2007),

> Nesse sentido, para que as lutas sociais em torno da realização dos direitos integrem uma cultura de política emancipatória, as reivindicações particulares dos sujeitos e segmentos específicos não devem ser equacionados como um fim e si mesmo ou na condição de valores universais, mas que, inseridos na dinâmica da luta de classe, possam contribuir para revelar movimentos permanentes de tensão e contradição com a ordem vigente.

4. AS POLÍTICAS E OS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

Diferente dos outros países, no Brasil a política social, assim como o Serviço Social, foi implantada na década de 30 no século XX, tendo características específicas em condições variadas.

A política social no Brasil teve sua trajetória influenciada pelas políticas econômicas internacionais, através dos reflexos do sistema internacional por meio do Walfare State, o estado de bem-estar social, sendo o Estado o principal agente de proteção na garantia de direitos.

A discussão acerca da política social no Brasil se deu no período do regime autoritário, no governo de Vargas. Este, temendo a manifestação da população através das revoltas sociais, como acontecia com os operários na Europa, estabeleceu algumas medidas de políticas sociais, sendo estas de caráter preventivo, associadas ao progresso institucional e social, dessa forma, Vargas conseguiria o consenso da classe trabalhadora e o apoio desta.

Na década de 30, o Brasil apresentava uma economia agroexportadora, sendo o mercado o responsável pelo atendimento das necessidades individuais. Neste período, a questão social era tratada com caso de polícia, e o Estado promovia o atendimento à população apenas no que se referiam as necessidades mais básicas. Vargas propunha medidas que beneficiava a população, ao mesmo tempo em que beneficiava a classe média, e atendia os anseios da classe burguesa, dando condições para o aumento da produção. Dessa forma, ele conseguiu estabelecer uma política de alianças e compromissos entre vários grupos, de diferentes classes, sustentando a ideologia de “paz social”, promovendo assim, a expansão do sistema capitalista no Brasil.

Em meio a esse contexto, a questão social passa a ser considerada como uma questão de responsabilidade do Estado, e não mais como caso de polícia, exigindo soluções mais abarcantes e concretas. A partir daí, o Estado promove a política de proteção ao trabalhador, criando Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, além da promulgação de uma legislação trabalhista respondendo as necessidades do trabalhador e os interesses da industrialização, incentivando o trabalho e o aumento da produção.

Percebe-se que, ao mesmo tempo em que o operário era amparado por uma legislação trabalhista e por uma política que lhe concedia benefícios e garantia direitos, o governo limitava a ação política. Nesse período, havia a concepção de que o Brasil tinha implantado o Estado de bem-estar social, pois havia grandes gastos com as políticas sociais, porém isso não aconteceu, percebemos que, nesse contexto, Estado só veio a fortalecer a acumulação capitalista, por meio da centralização política e administrativa e pelo controle da massa trabalhadora, através das políticas assistenciais.

As políticas sociais são, por tanto respostas as expressões multifacetadas e complexas da questão social no capitalismo. É com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a política social encontrou maior acolhimento e aceitação, pois esta expressou a conquista por meio de lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora, diferenciando das constituições anteriores, que foram impostas pela classe dominante e não concedida através da luta do povo.

Nesse contexto surgem os direitos sociais, que através da Constituição tenta equiparar as desigualdades existentes no país, preconizando o direito como igualdade. Para tanto, o direito

trabalhado no Brasil se da a partir de metas, que devem provar para os organismos internacionais a eficácia e eficiência do governo brasileiro, e isso se apresenta por meio de dados quantitativos, quantificando os direitos que são garantidos a população. Diante disso, percebemos que o direito é individualizado, inserido na lógica da meritocracia, ou seja, será garantido o direito aquele sujeito/cidadão que trabalhar e merecer, ou seja, não há democracia, não há igualdade de direito numa sociedade capitalista, pois a meritocracia vem fortalecer, alimentar e manter o sistema capitalista.

Nesse sentido, o que se percebe é uma retração dos direitos, diante da conjuntura neoliberal, pois a luta pelo direito, ou melhor, pela garantia deste, se dá quando há uma privação desses direitos, sendo pauta de luta e defensa para todos. No decorrer dessa luta, percebe-se que há uma resistência no que se refere à violação dos direitos e os movimentos reivindicatórios no Brasil, pois estes foram combatidos e reprimidos sob diferentes formas, visando à acumulação e manutenção da minoria da população.

Sob essa ótica, compreendemos que a ideologia dominante vem favorecer a regressão dos direitos já exposto pela Constituição. Ao longo do tempo os sujeitos vêm reivindicando direitos, pois o direito assim como o Serviço Social se faz na luta, sendo construído em um contexto resultado de transformações da sociedade, constituindo avanços, assim como retrocessos.

Os direitos estando eles garantidos ou não, se encontram em uma sociedade regida por interesses de classes, predominando interesses de uma, e a não concretização dos direitos sociais. É nesse sentido que entendemos o porquê que esses direitos são denominados de sociais, pois sua aplicabilidade é para toda a sociedade, e não direitos de uma classe individual.

Segundo Nunes, citado por Netto (1993),

> à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da igualdade civil e política para todos, mas também pela busca da redução das desigualdades entre os indivíduos no plano econômico e social, no âmbito de um objetivo mais amplo de libertar a sociedade e seus membros da necessidade e do risco (NETTO,1993, p. 78).

Netto (1993) vem dizer que no neoliberalismo o Estado é mínimo para o social, mas "*máximo para o capital*", de forma a garantir as condições estruturais do mercado e intervir nas questões de pobreza extrema e miséria. Assim sendo, no neoliberalismo desconsideram-se as conquistas e os direitos sociais garantidos pela Magna Carta.

Na atual conjuntura, o que ocorre é uma manifestação da população em meio à regressão desses direitos. Contudo, esse anseio é mantido reprimido, pois este se constitui como uma ameaça aos interesses da minoria, através de uma ideologia que mascara as desigualdades entre os homens, relatando que essas diferenças são diferenças naturais, e que se cada um fizer sua

parte, haverá a superação desta. Nesse sentido, o que se prega é que não há o porquê de lutar e desejá-lo.

Segundo Ihering (1992), o direito é enfraquecido, geralmente em condições antidemocráticas e inibidoras da participação política de toda a sociedade. Porém, nem todos se calam, muitos vão a luta pela garantia e efetivação dos direitos, desejando transformar a realidade que vivenciam. Para que os direitos sociais não sejam infringidos, faz-se necessário, medidas concretas e efetivas, bem planejadas para a realização desses direitos, e é através das políticas públicas e sociais que acontece a realização de alguns desses direitos.

As políticas sociais funcionam como um instrumento, visando objetivos comuns para os interesses de uma coletividade, de forma a assegurar ao cidadão um conjunto de ações de iniciativas do poder público e da sociedade que irão garantir, através das políticas sociais, os direitos à saúde, à previdência e à assistência social, abarcando os direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, entre outros, visando reduzir às desigualdades sociais, ajustando os sujeitos as condições de vida digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, percebemos que no contexto neoliberal, as políticas sociais não são compreendidas como direitos, mesmo sendo incorporada a Constituição Federal, são tratadas como forma de assistir os mais necessitados, daí a ação do Estado vem a ser focalizada nos pobres, na figura de organizações não-governamentais assim como no voluntariado, reduzindo assim, as responsabilidades do Estado para com a sociedade.

Diante disso, é válido considerar que as políticas sociais e os direitos sociais só terão sentido e serão efetivados, quando forem trabalhadas em prol das necessidades da população e não das necessidades do sistema capitalista, tendo a ideia de superação do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica/Marilda Vilela Iamamoto, Raul de Carvalho. – 16. Ed. - São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2004.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

NETO, J. P. Cinco Notas a Propósito da "Questão Social**"**. In: **Revista Temoralis.** nº 3. ABEPSS, 2003.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos. Questões e desafios da luta por direitos. In: **Revista Inscrita** n. 10. Brasília, Ed. CFESS, 2007.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

A CONTRA FACE DO NEOLIBERALISMO E O NEODESENVOLVIMENTISMO: a reprodução da pobreza e da desigualdade

Ana Karoline Nogueira de Souza (UFPB)
Ana Manoela da Silva Lima (UFPB)
Cláudia Maria Costa Gomes (UFPB)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar, de forma breve, os resultados encontrados a partir do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica intitulado de “Um Balanço Crítico das Teses Centrais do Novo-Desenvolvimentismo no Brasil”, com ênfase nas estratégias Neodesenvolvimentistas de combate a pobreza no Brasil. Em seu decorrer, aborda sobre os principais aspectos sociais, políticos e econômicos que perpassaram o país no final do século XX e no posterior, que acabaram por culminar a instauração do modelo Neodesenvolvimentista no governo do ex-presidente Lula. Destacam-se ainda relevâncias para analise do quadro da pobreza e da desigualdade neste período.

Palavras-chaves: Estado. Economia política. Capitalismo brasileiro.

ABSTRACT

This article aims to present, briefly, the results from the Undergraduate Research Research Project titled " A Swing critic of the Theses New - Developmentalism the plants in Brazil," with emphasis on Neodesenvolvimentistas strategies to combat poverty in Brazil. In his course , it discusses about the major social, political and economic factors that permeated the country in the late twentieth century and later, which eventually culminate in the establishment of the Model Neodesenvolvimentista in the government of former President Lula . It also highlights relevance to frame the analysis of poverty and inequality in this period.

Keywords: State. Political economy. Brazilian capitalism.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como prosposta fazer um recorte acerca das discursões sobre o neodesenvolvimentimo e suas implicações, bem como considerações acerca do quadro da

desigualdade e da pobreza correntes no país. O mesmo é resultado da pesquisa e das discussões realizadas em torno do objeto de estudo: *as estratégias neodesenvolvimentistas no combate a pobreza no Brasil*, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPB, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Cabe aqui, análises sobre a agenda neoliberal que, nas décadas finais do século XX, esteve presente nos principais governos da América Latina e do Brasil, destacando suas principais implicações para os âmbitos político, econômico e social. Ademais, discorre-se como esta influência Neoliberal recaiu principalmente para os governos brasileiros e como foi responsável pela instauração do modelo desenvolvimentista no adentrar do século XXI com a agenda posta pelo governo de Lula.

A respeito da pobreza e da desigualde, as análises foram feitas a partir da concepção de que estas são produtos do sistema vigente e concretizadas como expressões da “Questão Social”. Tomamos como próposito a observação de suas reproduções em consonância com os processos postos pelas agendas governamentais ao decorrer dos anos.

2. O PROCESSO DE INVESTIDA NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Para compreender a influência do neodesenvolvimentismo no Brasil, é importante fazer uma breve explanação sobre a investida neoliberal na América Latina e no Brasil, e alguns dos elementos nos âmbitos político, social e econômico que contribuíram para este processo. Como também a forma que o referido processo influencia na política social, com a redução/eliminação dos direitos sociais.

Em meados dos anos 1990, os países do continente Latino-Americano vivenciaram o já mencionado, processo de inflexão neoliberal, o qual se materializou como uma espécie de “reforma” no aparelho do Estado. É importante destacar que a referida reforma foi utilizada quase que de forma universal entre os países, em resposta à crise econômica dos últimos anos do século XX e era justificada pelo esgotamento do modelo econômico fiscal.

Desse modo, a entrada do neoliberalismo na América Latina e a implantação do seu receituário (Privatização, Desregulamentação e Flexibilização), tiveram por influência processos relacionados à situação econômica de crise nos anos 1970 juntamente com o esgotamento do modelo econômico fordista-keynesiano. De acordo com Luza e Simionatto (2011, p.223), “[...] atribui-se aos gastos excessivos do Estado boa parte da crise do capitalismo, exigindo-se redução dos gastos na área social mediante as restrições de serviços [...]” . Assim, com a referida crise

colocava-se a necessidade de um novo modelo de Estado, o qual passou a se caracterizar como mínimo para o social e máximo para o capital. Na avaliação de Gomes,

> [...] o esgotamento dos trinta anos gloriosos do capitalismo monopolista, demarcados em favor do trabalho, com ganhos efetivos ao conjunto das massas de trabalhadores, será a pedra de toque para o processo de restauração do capital (BRAGA, 1996), com forte investida contra as formas concretas do trabalho abstrato, no sentido do que Marx definia como a "qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato [que] gera o valor da mercadoria" (1983, p. 53), e que passa a ser pressuposto negado com a crise do regime de salariato, que Alves define num sentido radical, como "crise de desmedida do valor" (2007, p. 70).

Durante este período, sob a influência do Consenso de Washington, do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, os países começaram a pôr em prática algumas medidas que haviam sido combinadas, como: privatização dos bens públicos, a exemplo das empresas; redução/eliminação dos gastos sociais, garantia dos direitos de propriedade e a liberalização comercial e financeira. Neste processo, é importante destacar que também aconteceu uma desnacionalização, seguida do desmonte do campo de produção, fragilizando os países que possuíam capitalismo avançado, bem como houve um retorno à exportação dos produtos primários nos países Latino-americanos.

A ideologia neoliberal possui a égide sobre a liberdade de mercado, como também defende uma soberania do mesmo em relação à intervenção do Estado, uma vez que não deve ocorrer intervenção na economia, tornando-a rejeitada. Assim, a ação econômica do Estado no âmbito político é considerada como destruidora das liberdades e da concorrência, por isto, de acordo com Carinhato (2008, p, 38) "a desigualdade seria um valor positivo".

Apresentando como se deu a investida do neoliberalismo na América Latina, como uma alternativa para adequação a dinâmica econômica mundial, aonde segundo o mesmo autor, "[...] a entrada destes países se deu pela renegociação das dívidas externas, que obrigaram a pôr em prática um ajuste fiscal com o objetivo de saldar essas dívidas com seus países credores" (Ibid, idem, p, 39). Isto demonstra a forma subordinada da inserção dos países periféricos ao processo de reprodução ampliada do capital, no contexto da mundialização econômica. Pois, no momento de crise, são obrigados a devolver os capitais de empréstimo aos países de origem.

No tocante à conjuntura brasileira, mas em concordância com o contexto internacional, nos anos 1980 o país estava inserido numa situação econômica complicada, marcado por uma crescente dívida externa, alta inflação, queda na taxa do Produto Interno Bruto (PIB) e das exportações de matéria-prima, período o qual ficou conhecido como a "década perdida". Nesse contexto, o neoliberalismo se apresentava como um novo modelo de desenvolvimento capitalista, ou seja, a via favorável para a melhoria desta situação, pois trazia consigo uma promessa de cessar a alta inflação e a dívida externa com o esgotamento da industrialização.

Assim, o neoliberalismo foi a base do novo plano de estabilização econômica instituído no governo Collor, após a sua eleição em 1989. Por meio deste, havia a proposta das reformas para o mercado e uma redefinição no papel do Estado através de um enxugamento nos gastos sociais. Vale salientar que, apesar das preliminares do projeto neoliberal ter sido implantada de forma incipiente no governo de Collor, ainda não havia um estabelecimento definitivo do neoliberalismo no Brasil, isto só veio ocorrer, de fato, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O plano econômico que foi estabelecido por Collor não surtiu efeito em relação à redução da inflação. Após o seu impeachment e com a eleição de Itamar Franco, este introduziu um novo plano para a estabilização, denominado Plano Real, sendo comandado pelo Ministro da Fazenda, à época, FHC. Este mesmo plano permitiu a eleição de FHC em 1994 e buscava um equilíbrio econômico com base nas orientações do Consenso de Washington. Neste sentido, Carinhato afirma que:

> [...] junto dessas orientações, ainda podemos citar a reforma do Estado – mormente privatizações e reforma administrativa – desregulamentação dos mercados e liberalização comercial e financeira. Aplicadas tais políticas reformistas, o país estaria apto para o crescimento econômico (2008, p, 40).

No governo FHC, devido às condições em que o país se encontrava, foi criado o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), que teve como formulador o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), sob a responsabilidade do Ministro Bresser Pereira. Assim, a administração pública do Estado passaria a se realizar mediante a forma gerencial, de acordo com a eficiência e a qualidade dos serviços, o que prometia tornar o serviço público mais eficiente. Ademais, a alteração na política econômica tinha o objetivo de reduzir o *"custo Brasil"* (custos com a reprodução da força de trabalho), resolver a crise econômica e inserir o país na economia globalizada.

Vale salientar que, a reforma não possui uma perspectiva progressista de ampliação dos direitos, mas ao contrário é utilizada como enfrentamento ao Estado democrático, por isto, para alguns autores este processo foi uma "contrarreforma". A respeito disso, Netto afirma, "[...] A ofensiva ideológica do neoliberalismo foi exitosa até no sentido de ressignificar a reforma, que historicamente sempre aludiu à ampliação de direitos – a 'reforma' neoliberal consistiu, de fato, em contra-reforma" (2007, p, 150).

Neste sentido, houve uma ofensa, seguida de um processo de desmonte, em relação aos direitos que haviam sido conquistados recentemente no Brasil, com a promulgação da constituição de 1988.

Outras alterações também foram realizadas no âmbito do Estado, como expressa Carinhato,

> A reforma do Estado no governo de Cardoso articulou medidas legislativas, mudança regulatória e ações governamentais para uma reordenação estratégica do papel do Estado, que deveria passar de impulsionador do desenvolvimento para o de impulsionador da competitividade da economia. Para tanto, transferiu patrimônio público para o mercado e a sociedade, considerando o Estado como complementar ao mercado (CARINHATO, 2008, p, 42).

Nesse contexto, de acordo com Carvalho e Souza (1999), a referida Reforma pressupõe ainda uma separação entre as atividades de regulação e execução e as funções que não são exclusivas do Estado seria repassado para o "terceiro setor". Dessa forma, o Estado atuou mediante a terceirização dos serviços complementares, processo que também ficou conhecido por alguns autores como "*publicização",* transferindo-os para o setor privado, ou seja, o Estado transferiu para a sociedade civil algumas das suas responsabilidades.

Dessa forma, com o referido processo de desresponsabilização do Estado, transferindo-a para a sociedade civil, para as Organizações Não-Governamentais ou empresas privadas, perde-se o caráter de direitos sociais dos serviços públicos e estes passam a assumir o caráter de mercadorias, ou seja, o acesso é pela via do mercado, tornando o sujeito de direitos em "cidadão consumidor". Isto é apenas uma demonstração do caráter regressivo da Reforma do Estado, em ofensiva às políticas sociais e consequentemente aos direitos dos cidadãos.

> Na sugestiva indicação de Harvey (2004) esse processo em curso, apresenta-se como um fenômeno arcaico de retomada da acumulação na contemporaneidade, que se desenvolve como uma reprodução "não expandida" ou ampliada, tal como tratada por Marx, e que ao contrario, assume a forma de "acumulação por espoliação", marcada pela especulação monetária rentável, de que é exemplo o "capital portador de juros", convertido na forma social dominante no plano das economias internacionais (GOMES, 2013, p, 43).

Portanto, ao final da década de 1990, como o neoliberalismo não cumpriu com as suas promessas progressistas, a América Latina e consequentemente o Brasil, continuaram subdesenvolvidos e subordinados aos países cêntricos, bem como houve um aprofundamento das contradições postas na relação entre o capital e o trabalho.

2.1 O Neodesenvolvimentismo no Brasil no período do lulismo

Nos últimos anos do século XX, principalmente na sua última década, a classe trabalhadora que estava insatisfeita com a implementação do projeto neoliberal no continente Latino Americano, se organizou de forma reacionária a este processo, e os trabalhadores foram às ruas reivindicar os seus direitos. No Brasil, este período teve como destaque o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Neste contexto, também aconteceram às eleições de novos

governos considerados centro- esquerda, destacando aqui, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, representante do Partido dos Trabalhadores (PT).

Este período foi propício para o retorno da discussão das teses sobre o desenvolvimento econômico, bem como abriu-se um campo de discussão fértil para o debate sobre o neodesenvolvimentismo, o qual foi denominado por alguns autores como pós-neoliberalismo (SADER, 2010, BOITO JR, 2012.). Segundo Castelo (2010), o neodesenvolvimentismo surge como uma "terceira via" de estratégia de crescimento, buscando a sua hegemonia ideopolítica, diferente dos outros modelos que foram implementados. Assim, cabe aqui ressaltar que as abordagens que os autores fazem em torno desta temática são diferenciadas, e estão longe de serem homogêneas.

No Brasil, o neodesenvolvimentismo surgiu no governo do presidente Lula, durante o período de 2003 até o ano de 2010, juntamente com a sua tendência progressista e o apoio das massas populares. Este modelo de desenvolvimento se desdobra na atualidade, perpassando o governo da presidente Dilma Rousseff, que teve o seu marco inicial em 2004.

Desta forma, a ideologia desenvolvimentista retorna na agenda dos governos Latino-americanos com o desgaste dos ajustes neoliberais, impulsionados pela desindustrialização, desnacionalização das economias, inflexão dos direitos sociais, aumento do desemprego e da pobreza e as lutas populares na região.

O novo desenvolvimentismo possui como objetivo principal, em concordância com Castelo (2010), criar projetos de crescimento econômico e um aperfeiçoamento nos padrões de distribuição de renda da América Latina. Mas, para a concretização deste objetivo faz-se necessário um Estado que seja intervencionista na Economia e na "Questão Social", o que mostra a influência das ideias de Keynes. Nas palavras de Castelo, "Os novo-desenvolvimentistas defendem a tese de que a construção de uma economia de mercado forte depende da existência de um Estado forte, [...] atuando como uma instância reguladora de atividades econômicas." (2010, p, 196). Para Gomes (2013) essa proposta objetiva alterar os índices de crescimento da pobreza através de medidas compensatórias de redistribuição de renda e políticas sociais focalizadas naquelas populações que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Para alguns autores, o nacional desenvolvimentismo se recoloca sobre novas bases e aparece na forma neodesenvolvimentista no governo Lula. Neste sentido, Almeida (2012) afirma que: "[...] é para a política estatal e para a ideologia encarnadas no governo Lula que reservamos a expressão 'neonacional-desenvolvimentismo'". (p: 695) Cabe aqui ressaltar que para o referido autor, o prefixo "neo" não implica numa reprodução do complexo político-ídeológico, uma vez que as estruturas dessas políticas são distintas.

Neste mesmo sentido, Gonçalves (2013) possui a concepção de que a política de desenvolvimento que foi implementada no governo Lula se caracteriza como um "nacional-desenvolvimentismo às avessas". Nas palavras do autor,

> Durante o governo Lula, os eixos estruturantes do ND [Nacional Desenvolvimentismo] foram invertidos. O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações, reprimarização das exportações, maior dependência tecnológica, maior desnacionalização, perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação." (Ibid, idem, p, 109).

Desta forma, a vulnerabilidade do país no âmbito internacional torna-se maior com a implementação do modelo supramencionado, o que ocasiona um comprometimento na estrutura do país para um possível e posterior desenvolvimento.

Ainda no tocante as concepções divergentes sobre o neodesenvolvimentismo, há autores que consideram o neodesenvolvimentismo como o neoliberalismo sob uma nova roupagem, mas as bases e a frente políticas permanecem as mesmas. Dentre estes autores, Armando Boito Jr ressalta no seu texto *As bases políticas do neodesenvolvimentismo,* que: "[...] O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal" (2012, p, 6).

Neste sentido, Gomes afirma que,

> [...] o reformismo social está presente no novo-desenvolvimentismo, já que o mesmo defende reformas pontuais e não estruturais, transparecendo concordância com a atual divisão de classes e concentração de riqueza, proporcionando continuidade ao quadro neoliberal: concessão das demandas dos setores dominantes e negligência à classe trabalhadora (2013, p, 4).

Neste contexto, o Estado propicia as condições para a acumulação do capital ao passo em que permite a exploração do trabalhador, apresentando-se como uma complementariedade do mercado. Desta forma, com o neodesenvolvimentismo implantado no governo Lula, não houve uma eliminação da fratura social entre as classes e a mesma foi aprofundada, com o apoio das duas classes contrárias.

A partir da análise das diferentes concepções que foram acima mencionadas sobre o neodesenvolvimentismo, percebe-se que no governo Lula há um aprofundamento de elementos do neoliberalismo, a exemplo da liberalização dos mercados e dependência tecnológica. Concomitantemente, este processo favorece ao capital nacional, com evidência na agroindústria, devido a retomada da competitividade dos produtos primários. Desta forma, o neodesenvolvimentismo se coloca como uma alternativa mista dos modelos que já progrediram.

Contudo, mesmo que se considere o crescimento econômico proporcionado no período do neodesenvolvimentismo, de 29% no Produto Interno Bruto (PIB) real per capita brasileiro como indica o relatório "Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012" [28], este acréscimo não mudou a forma de redistribuição desigual de renda. Isto implica em não cumprimento do modelo de desenvolvimento social que havia sido proposto e a continuidade, por vezes aprofundada, da pobreza e da desigualdade.

3. POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: CONTINUIDADE SOB A ÉGIDE DO NEODESENVOLVIMENTISMO

Tendo em vista que esta análise é baseada na perspectiva analítica da tradição marxista, a pobreza e a desigualdade são aqui avaliadas enquanto expressões da "Questão Social"[29] e não como características naturais da sociedade capitalista. Assim, ao considerarmos a relação contraditória entre o capital e o trabalho, que por sua vez é basilar deste sistema, estas problemáticas são consideradas como ineliminâveis.

Nas sociedades pré-capitalistas, a pobreza se expressava pela falta de valores de uso[30], em consequência do baixo desenvolvimento das Forças Produtivas[31]. Contraditoriamente, na sociedade capitalista enquanto a produção da riqueza é cada vez mais socializada, simultaneamente, a sua acumulação é privada pela classe burguesa, a qual é detentora dos meios de produção. Assim, não há uma distribuição equitativa entre a sociedade do montante da riqueza que é produzida e a pobreza é gerada pelas condições que poderiam eliminá-la.

Neste sentido, considerando as condições que as determinam, pobreza e desigualdade estão intimamente relacionadas. A nota técnica[32] que foi divulgada pelo Dieese em 2014 vem contribuir com esta discussão, ao afirmar que a desigualdade,

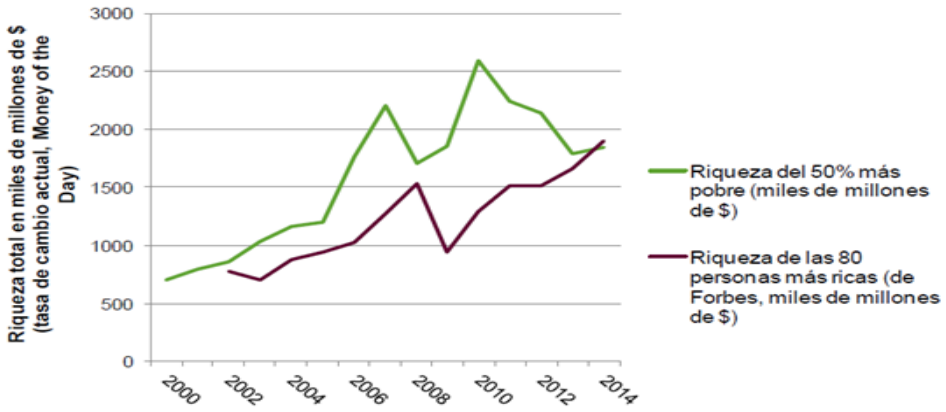
> [...] está no DNA do capitalismo. Em sua raiz, é bom lembrar, está o fracionamento da sociedade entre, de um lado, aqueles que detêm a posse e o controle dos meios de produção, a classe dos proprietários; e, de outro, aqueles que vivem unicamente do próprio trabalho, a classe dos trabalhadores (2014, p, 9).

[28] Disponível em: <https://wwp.org.br/sites/default/files/indicadores_de_desenvolvimento_brasileiro_-_2001-2012.pdf> Acesso em : 03/07/15.
[29] Segundo esta concepção, a "Questão Social" não é considerada um problema passível de resolução na sociedade burguesa.
[30] "[...] os valores de uso [são] produzidos para o autoconsumo do produtor [...] [e] não são mercadorias". Netto & Braz, 2006, p: 79.
[31] Entende-se por Forças Produtivas o conjunto de componentes empregados na produção: a força de trabalho, os meios de trabalho e os objetos do trabalho. Para mais informações, Cf. Netto, J.P; Braz, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006 (Capítulo 3). – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).
[32] A nota técnica nº 138 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), foi divulgada em Julho de 2014, com o título: "O avanço das desigualdades nos países desenvolvidos: lições para o Brasil".

Como a desigualdade também é pertinente a outros países de forma global, e não se restringe apenas ao Brasil, em concordância com o documento "Riqueza: Tenerlo Todo Y Querer Más" elaborado pelo Comitê de Oxford de Combate à Fome (OXFAM)[33] em Janeiro de 2015, nos últimos anos a riqueza mundial está cada vez mais concentrada nas mãos de uma minoria da elite. Ademais, de acordo com o referido relatório "El aumento de la desigualdad no es inevitable", por isto, este comitê realizou campanhas de combate a extrema desigualdade mediante o apelo aos governos para que estes redistribuam dinheiro e o poder das elites para a maioria dos cidadãos.

Desse modo, ao apresentar dados revelados pelo "Credit Suisse", o relatório acima mencionado, expõe que a partir de 2010 houve um aumento na participação do grupo mais rico na economia mundial. Assim, o gráfico 01 exibe que a concentração de riqueza das 80 pessoas mais ricas sofreu um acréscimo duplicado entre os anos de 2009 e 2014, enquanto a riqueza das 50% mais pobres da população passou por um declínio, desde 2009, em relação ao crescimento dos anos anteriores.

Gráfico 01



Fonte: Oxfam, 2015. Elaboração própria.

O Gráfico acima expressa a extrema desigualdade em que a riqueza é distribuída. Desse modo, as 80 pessoas mais ricas do mundo, possuem a mesma quantidade de riqueza que é desfrutada pelos 50% mais pobres, ou seja, 80 pessoas tem uma riqueza igual a aproximadamente 3.500 milhões de pessoas. Neste sentido, é possível perceber que há um fenômeno decorrente da Lei Geral da Acumulação Capitalista, uma vez que, ao passo em que aumenta a acumulação nas mãos de poucos, também aumenta a pobreza e a desigualdade.

No Brasil, o exemplo mais emblemático da desigualdade, em concordância com Netto, é a propriedade fundiária, uma vez que "[...] há dez anos, e este quadro não mudou em nada, 75

[33] OXFAM é a sigla do referido comitê em Inglês. Consiste numa confederação mundial com 17 organizações que lutam pelo fim da pobreza e da desigualdade em 94 países. Fonte: <https://www.change.org/pt-BR/organiza%C3%A7%C3%B5es/oxfambr>Acesso em : 23/07/2015

propriedades rurais detinham 7,3% (24 milhões de hectares) das terras totais do país, enquanto 75% das propriedades rurais permaneciam com somente 11% das terras agricultáveis." (2007, p, 139)

Segundo dados publicados pelo IPEA[34], referentes ao ano de 2013, no Brasil o número de pessoas pobres é de 28.698.598,00 que correspondem à 15,09% e de pobreza extrema com um total de 10.452.383,00 da população, que equivale à 5,50%. Estes dados expressam que, apesar de nos últimos anos tenha-se registrado um acréscimo no aspecto econômico, acompanhado de uma tendência a reduzir nos índices de pobreza e extrema pobreza, esses índices ainda permanecem altos.

Dessa forma, é perceptível que a ideologia neodesenvolvimentista é equivocada quando advoga que o crescimento econômico é o fator responsável pela redução da pobreza e da desigualdade. Neste sentido, em concordância com a concepção teórica que norteia esta análise, Netto afirma que:

> [...] sobre as relações entre crescimento, pobreza e desigualdade, pode-se afirmar com segurança que elas estão muito longe de ser causais e unívocas e, sobretudo, de justificar a tese segundo a qual somente o crescimento econômico pode permitir a redução da pobreza, ou seja, a diminuição da desigualdade (2007, p, 144).

Contudo, os índices de pobreza e desigualdade, bem como a forma que se caracterizam nos diferentes países, podem variar. Mas, na medida em que aumenta a concentração nas mãos de poucos, se aprofunda a pobreza e a desigualdade. Dessa forma, apesar das distinções, as políticas que são elaboradas para combater a pobreza e a desigualdade não conseguem alterar os seus determinantes, e em sua maioria, apenas ocasionam a redução desses índices temporariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, podemos concluir que o neodesenvolvimentismo enquanto modelo de desenvolvimento posto na agenda do governo Lula, se apresenta como um misto entre os aspectos do modelo neoliberal e de elementos que favorecem ao capital em geral. Esta proposta de desenvolvimento fundamenta-se no crescimento econômico e no desenvolvimento social, desta forma, propõe que na medida em que se alcance o crescimento econômico, consequentemente se alcançaria uma melhoria no quadro societário.

No entanto, o que se pode observar é um aumento na concentração de renda entre uma minoria rica e a maioria pobre participa minimamente da economia nacional, o que propicia a

[34]Os dados estão disponíveis em <www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 25/07/15.

preservação e aprofundamento das disparidades entre as classes antagônicas, em conformidade com o Modo de Produção Capitalista vigente no país. Nesse sentido, para garantir sua legitimação, o governo procura o apoio das duas classes, atendendo parte das necessidades reivindicadas, permite a despolitização das massas populares, preservando a ordem e garantindo a segurança para o desenvolvimento do capital e para os investimentos internacionais.

No tocante a erradicação da pobreza e da desigualdade no país, constata-se que esse processo só é possível com a eliminação Modo de produção Capitalista que as gesta, por meio da massa organizada de homens e mulheres em direção à destruição desta sociedade de classes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Entre o nacional e o neonacional desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 112, out/ dez. 2012. p: 689-710.

BOITO, JR. Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo, 2012. 15 p. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>Acesso em: 18/10/2014.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **IN:Revista Aurora**, ano II, nº 03. São Paulo, 2008. p: 37-46.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In**: Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p: 191- 209.

GOMES, Cláudia Maria Costa. **Um balanço crítico das teses centrais do novo-desenvolvimentismo no Brasil.** Projeto de Pesquisa. João Pessoa, 2013. 10 p.

GONÇALVES, Reinaldo. Modelo liberal periférico e problemas estruturais. In: **Desenvolvimento às avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2013, p: 89-110.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. In: **Revista Em Pauta**. Nº 19, Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p: 135-169.

NETTO, J.P; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

SIMIONATTO, Ivete; LUZA, Edinaura. **Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma:** lógica perversa para as políticas sociais. Porto Alegre: Textos e contextos, v.10, n.2, ago/dez. 2011. p: 215-226.

SOUZA, Celina; CARVALHO, Inaiá M.M. Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades. In: **Revista Lua Nova**, nº 48-99. p: 187-212.

ISSN: 0000-0000 De 10 a 13 de Novembro de 2015

A EDUCAÇÃO NO CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE

Girmênia Maria Carvalho de Araújo (UNICAP)
Rosiley dos Santos Bezerra (UNICAP)
Sandra Carla Pereira de Lima França (UNICAP)
Valdenize Reginalda de Andrade (UNICAP)

RESUMO

O artigo apresenta os resultados do trabalho monográfico desenvolvido em 2014, sobre a educação integral no processo de cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade, através da identificação e análise do perfil dos adolescentes que cumprem a medida na Casa de semiliberdade II (CASEM II) no município do Recife – PE no ano de 2013. A sua proposta surgiu a partir das experiências de estágio curricular em serviço social. Seu objetivo consiste em analisar a importância da perspectiva educativa no cumprimento da referida medida socioeducativa.

Palavras-chave: Infração. Medida socioeducativa. Educação integral. Estatuto da criança e do adolescente.

ABSTRACT

This article presents the results of a research project developed in 2014 about full-time education in the process of reaching the socio educative measures of semi-freedom through identifying and analyzes profile of the adolescents that do time at the House of Semi-freedom II (CASEM II) in the city of Recife-PE in 2013.This proposal came out from the experiences of internship in social service. Your goal is to analyze the importance of the educational perspective in the implementation of that measure socio-educational .

Keywords: Infraction, Socio educative measures, full-time education, Statute of the child and adolescent.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) as instituições executoras das medidas socioeducativas devem prover condições para que os adolescentes tenham acesso aos direitos fundamentais, contribuindo na efetivação de um conjunto de ações que propicie a inclusão social.

Neste sentido, através de um recorte na educação integral, o estudo teve como objetivo analisar as ações educativas realizadas na Casa de Semiliberdade II (CASEM II) durante o cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade no ano de 2013. Vale ressaltar, entretanto, que o enfoque não é avaliar a medida socioeducativa, mas refletir sobre como as ações educacionais influenciam no processo de cumprimento da referida medida.

Para contribuir com esta análise da realidade social, entender o envolvimento dos adolescentes em ato infracional e subsidiar ações nas intervenções profissionais se faz necessário reconhecer a adolescência no âmbito de uma totalidade, pois não se pode compreendê-la estudando separadamente os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

A abordagem da educação também é fundamental nesta análise, visto que o caráter educativo da medida analisada é ferramenta imprescindível para a efetividade do seu cumprimento, principalmente para a possibilidade de superação da realidade social do adolescente que se envolveram em práticas delituosas.

2 AS LEGISLAÇÕES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NO BRASIL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

O início do século XX no Brasil foi marcado por lutas sociais lideradas por trabalhadores urbanos, criando em 1917 um comitê que reivindicava a proibição do trabalho de menores de 14 anos e também a abolição do trabalho noturno de mulheres e de menores de 18 anos. A criança, antes vista como mero objeto ou propriedade da família e da igreja passa a ser responsabilidade também do Estado. Deixava, portanto, de ser interesse privado para se tornar uma questão social, ou seja, [...] “a criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação”. (RIZZINI, 2011).

Na concepção higienista e saneadora da época, a criança devia ser guiada e moldada, promovendo a educação no intuito de civilizar, porque o governo considerava que desta forma poderia atingir o progresso do país, já que a infância trazia essa esperança de salvar a nação.

Em 1923 foi criado o Juizado de Menores, tendo Mello Mattos como o primeiro juiz de Menores da América Latina. Em decorrência foi promulgado em 1927, o primeiro documento legal para a população menor de 18 anos, conhecido como Código de Menores.

O Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, conhecido popularmente por “Código Mello Mattos”, deu origem à ação tutelar do Estado junto dos menores abandonados e delinquentes (os menores de 18 anos). Este código permitia a polícia encaminhar, sem precisar de autorização do judiciário, os “viciosos”, principalmente os meninos de rua para os internatos (reformatórios e casas de correção) por tempo determinado. A proposta era de uma educação civilizatória, com medidas corretivas de saúde física, mental e moral aos menores carentes e vadios abandonados, pois poderiam prejudicar o projeto higienista da época. “O Código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista.” (RIZZINI; PILOTTI, 2011). Apresenta, no entanto, um princípio de preocupação quando considera a infância como uma fase diferenciada da vida, à medida que proíbe que menores de 14 anos sejam submetidos a processo penal.

O golpe de 1964 instaura uma ditadura que vai pendurar por 20 anos. A presença autoritária do Estado tornara-se uma realidade, á liberdade de opinião e expressão ficou limitada, e recuar no campo dos direitos sociais foi inevitável, trazendo graves consequências para a política social.

O Código de Menores reformulado em 1979 retoma as ações fundamentalmente corretivas através do trabalho, inclusive abrindo espaço para que eles sejam encaminhados para a justiça penal comum quando completarem 18 anos, o que significou um retrocesso quanto ao direito de liberdade. Este código de menores atribuía aos juízes o poder de escolher o que era melhor para as crianças e adolescentes considerados em situação irregular, seja quanto à assistência, proteção ou vigilância. O Estado mantinha a tutela dessas crianças, consideradas incapazes, por isso necessitando da intervenção estatal coercitiva.

A Constituição Federal de 1988 foi considerada a constituição cidadã trazendo importantes e decisivas conquistas. O tema infância era discutido por dois grupos: os menoristas e os estatutistas. O primeiro grupo defendia a manutenção do código de menores, já os estatutistas propunham, uma grande mudança no código onde as crianças e adolescentes passariam a ser considerados sujeitos de direitos e contariam com política de proteção integral. Desta forma a referida Constituição, marcada por avanços na área social, contou com a participação ativa das comunidades através de conselhos deliberativos e consultivos.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069), em vigor desde 13 de junho de 1990, é considerada um marco na proteção da criança e do adolescente, pois tem como base a doutrina de proteção integral e o princípio da prioridade absoluta. Ao substituir o Código de Menores (1979), o ECA materializa uma grande conquista da sociedade brasileira.

Por isso, a Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente representam um grande progresso quando a referida doutrina de proteção integral e do princípio da prioridade absoluta reconhecema infância e a adolescência brasileira como sujeitos de direitos e em desenvolvimento, abandonando a antiga imagem moralizadora, o “estereotipo da criança-alvo da ação civilizatória”, como denominado por Rizzine (2011).

O Estatuto da Criança e do Adolescente instituiu mudanças no tratamento com crianças e adolescentes, especialmente os empobrecidos, tendo como missão garantir e proteger, a criança e o adolescente, sendo estes considerados como sujeitos de direitos em razão da sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, embora para o reconhecimento de tais direitos é preciso, [...] promovê-los e protegê-los, por meio de instrumentos normativos (leis, tratados, resoluções, decretos etc.) [...]. (NETO, 2005).

No Código de Menores, as ações voltadas para os adolescentes eram fundamentalmente corretivas. Á partir do Estatuto da Criança e do Adolescente a direção passa a ser na perspectiva de garantia dos direitos (saúde, educação, segurança, habitação, convivência familiar). No âmbito jurídico, houve mudanças no tratamento destinado ao adolescente autor de ato infracional. De acordo com o ECA, o adolescente compreendido entre 12 á 18 anos, (excepcionalmente 21 anos em alguns casos[35]), ao cometer um ato de transgressão à lei é considerado, segundo o art.104, sujeito inimputável penalmente e, sendo assim, lhe é aplicada as medidas socioeducativas, de acordo com as circunstâncias, gravidade da infração e capacidade do adolescente de cumprir a lei (inciso I, art.112, ECA, 1990).

As medidas socioeducativas são a forma instituída na legislação brasileira de responsabilizar o adolescente pelos atos infracionais que o Estatuto da Criança e do Adolescente considera crime ou contravenção penal (art.103 ECA,1990). Podem ser não privativas de liberdade como: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida e de privação de liberdade como: a semiliberdade e a internação.

O artigo 120 do ECA (1990) define que a medida de semiliberdade pode ser determinada desde o início, ou como forma de transição para meio aberto, possibilitando a realização de atividade externas independentes de autorização judicial. O acompanhamento da medida e o atendimento ao adolescente se dão também na busca de programas e projetos nas comunidades (FREITAS, 2011).

[35] Consideram-se casos excepcionais quando o adolescente cometeu o ato infracional antes do dezoito anos e o processo julgado e determinado à internação depois da maioridade do mesmo.

Nesta análise, entretanto, também é necessário considerar os aspectos que não contribuem no enfrentamento da questão infracional, pois de forma contraditória às avançadas leis; é verificado, atualmente, que os casos de adolescentes envolvidos em atos infracionais, atingem grande destaque na mídia com repercussões nos meios de comunicação do Brasil que ressaltam apenas a prática em si e não os seus determinantes.

Algumas condições sociais aparecem como fatores determinantes para o envolvimento dos adolescentes em atos infracionais, das quais são destaque a [...] desigualdade social, de oportunidades, falta de expectativas sociais, desestruturação das instituições públicas, facilidades oriundas do crime organizado [...] (ASSIS, 1999).

Estes aspectos requerem uma análise crítica da realidade social, envolvendo as suas contradições e desafios. E para oalcance dos direitos legalmente assegurados às crianças e adolescentes é imprescindível uma estratégia de intervenção articulada com as políticas públicas. É com esta perspectiva que a análise da educação no processo de cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade pode contribuir para a efetividade dos princípios instituídos no sistema socioeducativo e ECA.

3. APROXIMAÇÕES COM O CAMPO DE ESTUDO: AS AÇÕES EDUCACIONAIS NA EXECUÇÃO DA MEDIDA DE SEMILIBERDADE

O Núcleo de Apoio e Supervisão às Executoras de Internação e Semiliberdade (NASEIS), apresenta em seu documento intitulado Proposta de Ação (2014), o objetivo de desenvolver ações que cumpram o que é estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) no que se refere à garantia de direitos do adolescente envolvido com a prática infracional e que cumpre medida socioeducativa de internação ou semiliberdade.

Os dois principais eixos de intervenção do NASEIS são as visitas institucionais de fiscalização às Unidades Socioeducativas de Internação e Semiliberdade da capital e os atendimentos e orientações prestados aos adolescentes, que são encaminhados pela Secretaria da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição Judiciária, por efetivação de mandado de busca e apreensão ou espontaneamente para justificar o descumprimento da medida socioeducativa, prestar declarações ou denúncias de irregularidades ocorridas nas unidades socioeducativas.

Os relatos informados durante o atendimento aos adolescentes no NASEIS e as informações colhidas nas visitas institucionais são registrados diariamente no banco de dados do núcleo e ao final do ano sistematizados no documento de avaliação anual.

O público atendido é em sua maioria de baixa renda e suas famílias enfrentam as consequências das expressões da questão social, como o desemprego ou subemprego, residem em locais onde se identifica a pouca oferta ou ausência de equipamentos sociais, sendo muitos desses grupos familiares beneficiários do programa Bolsa Família.

Durante o estágio realizado no NASEIS junto aos adolescentes se identificou que alguns deles apresentam altos índices de evasão escolar e nível de escolaridade incompatíveis com a sua faixa etária.

É a partir desse enfoque e da análise de suas implicações, que surgiu o interesse em refletir sobre a temática, através da caracterização dos adolescentes que cumpriram a medida na Casa de Semiliberdade II (CASEM II) no município do Recife - PE, atendidos durante o acolhimento com a equipe interprofissional do núcleo no ano de 2013.

Conforme as normas da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE), as Unidades Socioeducativas de Semiliberdade de Pernambuco são organizadas, obedecendo aos critérios rigorosos de separação por idade, compleição física e gravidade infracional. No Recife estão localizadas duas Unidades Socioeducativas de Semiliberdade: a Casa de Semiliberdade I (CASEM I) destinada aos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade como primeira medida e a Casa de Semiliberdade II (CASEM II), campo de estudo desta pesquisa, onde são transferidos os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação e receberam substituição de medida socioeducativa de semiliberdade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente defende que “na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (art.100). Nesta análise é defendido também que “a contenção não é em si a medida socioeducativa, é a condição para que ela seja aplicada” (VOLPI, 1999).

As ações educacionais na execução da medida de semiliberdade têm como norte a uniformização das atuações, atividades e procedimentos direcionados aos adolescentes em conflito com a lei. As perspectivas das ações socioeducativas deverão possibilitar aos adolescentes um espaço educacional que os favoreçam pensar e criar possibilidades de superação das condições que os levaram a cometer o ato infracional. De acordo com as normativas do Sistema Nacional Socioeducativo SINASE (2006),cabeà instituiçãoexecutora das medidas socioeducativasoferecer condições para que estes adolescentes tenham acesso aos direitos fundamentais, contribuindo na efetivação do seu processo de reinserção social, o qual [...] se dá a partir de um conjunto de ações que propiciem a educação formal, profissionalização, saúde, lazer e demais direitos assegurados legalmente”. (VOLPI, 1999).

As ações educativas durante o cumprimento da medida socioeducativa são representativas no processo de ressocioeducação. Por isso é acreditou-se como fundamental analisar a importância dessas ações na efetividade do processo de cumprimento da referida medida socioeducativa.

Os autores Volpi (1999) e Liberati (2002), apontam para a necessidade real de perceber o adolescente em conflito com a lei, como um sujeito de direito e parte integrante da sociedade, afirmando que as medidas socioeducativas devem comportar um caráter coercitivo e educativo, que, [...] deve prever, obrigatoriamente, a participação da família e da comunidade, mesmo nos casos de privação de liberdade (Liberati, 2002).

3.1 Análise da educação no cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade

A pesquisa ficou centrada nos registros cadastrais referentes às informações verbalizadas durante o acolhimento e/ou atendimento no NASEIS pelo adolescente em conflito com a lei e o que lhe garante o art.100 do Estatuto da Criança e Adolescente.

Tratou-se de uma análise sobre a educação integral e profissionalizante no cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade, com base nas leituras de fichas de cadastro psicossocial dos adolescentes que estavam submetidos ao cumprimento da medida socioeducativa na Casa de Semiliberdade II (CASEM II) no ano de 2013.

A verificação dos dados abrangeu todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica como ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. A coleta de dados foi dividida em duas partes, sendo a primeira referente à seleção das fichas e a segunda a análise das informações coletadas.

Foram identificadas 69 (sessenta e nove) fichas dos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de semiliberdade na referida Casa de Semiliberdade e que compareceram na Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição Judiciária no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2013. Deste total, foram descartadas 11 (onze) fichas, por verificar a ausência de informações. Desta forma a pesquisa está fundamentada na análise de 58 (cinquenta e oito) fichas psicossociais.

Nestas fichas os profissionais e/ou estagiários registram os dados referentes ao nível de escolaridade, gênero, idade, educação profissionalizante, renda familiar, situação processual, uso de entorpecentes, contexto pessoal e social, convivência familiar e comunitária, saúde mental e física.

Os dados registrados permitiram analisar como está sendo ofertada a educação aos adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa de semiliberdade na CASEM II.

Considerando que o objeto da pesquisa que teve como enfoque os adolescentes do sexo masculino, compreendidos na faixa etária de 15 a 20 anos, destacamos que no estudo a média foi de 17,3 anos. Com relação à escolaridade, se verificou que 98,2% dos adolescentes apresentam defasagem escolar[36].

Um percentual considerável de adolescentes (84%) interrompeu os estudos nas séries de ensino fundamental, demonstrando que há necessidade, frente a este fenômeno, de investigar, intervir e apresentar propostas, considerando que esses adolescentes para serem inseridos no ensino médio e posteriormente à universidade, precisam concluir este período.

Esses resultados vêm por corroborar com os estudos teóricos onde apontam que essa baixa escolaridade dos adolescentes gera implicações negativas, prejudicando o seu processo educativo e consequentementeafetará o cumprimento da medida discutida.

Do total de 58 (cinquenta e oito) adolescentes pesquisados, apenas 14% chegaram ao ensino médio, porém nenhum concluiu. Em função deste resultado ressaltamos que se faz necessário refletir sobre políticas educacionais voltadas para este público, que possa efetivar o que estabelece à atual LDB (1996).

O ECA define que a medida socioeducativa deve possibilitar a realização de atividades externas como a escolarização e profissionalização. As medidas socioeducativas, deve garantir a inserção dos adolescentes no mundo do trabalho e observar os interesses do público atendido, para não inviabilizar efetivação de sua proposta. O ECA afirma que o desenvolvimento integral da criança e do adolescente precisa de uma educação voltada para a qualificação profissional, porém o baixo nível de escolaridade atua como um impeditivo para o alcance dessa qualificação, além de comprometer a construção da identidade e afirmação da cidadania destes adolescentes. Temos como exemplo, o caso do adolescente que apesar de ter frequentado até a 5ª série do ensino fundamental, tinha dificuldade de leitura e escrita.

Apesar de haver um olhar por parte do Estado para garantia da inclusão dos adolescentes em conflito com a lei no sistema educacional, há que se rever a política educacional para que estes adolescentes, através da educação possam se tornar protagonistas da sua própria história. Esse processo deve ser gradual, continuo e garantido com qualidade na base, ou seja, no inicio da trajetória educacional, pois os dados analisados apontaram defasagem no rendimento escolar dos adolescentes, antes mesmo deles se envolverem com práticas delituosas.

[36] Defasagem escolar idade/série - proporção de pessoas frequentando uma determinada série escolar com idade superior àquela pedagogicamente recomendada para a referida série.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pode contribuir para novas pesquisas científicas possibilitando a ampliação e o aprofudamento do debate acadêmico sobre a educação no processo de cumprimento da semiliberdade, eem especial, como instrumento de reflexão para que o Estado e a sociedade possam discutir sobre a criação de novos programas que atendam a estes adolescentes em cumprimento de medida. Entendendo, que a educação é determinante na eficácia e efetividade no cumprimento da medida.

Os atores envolvidos nesse processo deve priorizar a educação no cumprimento da medida de semiliberdade, inserindo esses adolescentes na escola, mas sem coerção, por que descaracterizaria por completo a finalidade da mesma comprometendo a sua eficácia.

Durante análise, percebeu-se a necessidade de se promover ações voltadas para sensibilizaçãodos vários atores (professores, agentes socioeducativos, magistrados, gestores do programa, profissionais das diversas áreas) envolvidos no processo socioeducativo, de forma que estes possam perceber estes adolescentes considerando as suas particularidades e que mudanças sejam evidenciadas na vida destes.

A eficácia da medida socioeducativa de semiliberdade depende da efetivação do Estatuto da Criança e Adolescente, do SINASE e do seu caráter educativo como cursor principal para todos os envolvidos, pois a aplicação da medida vem sendo comprometida pela forma da sua execução. A educação poderá contribuir para que o adolescente em conflito com a lei possa mudar a sua história tornando-se protagonista da mesma.

É verificada, também, a necessidade de ampliação de programas e projetos direcionados a este público como cidadão, sujeito de direitos e deveres e reforçando o papel do Estado, da família e da comunidade neste contexto. Ressaltamos ainda a importância da educação e de sua continuidade na vida dos adolescentes, sejam eles em conflito com a lei ou não.

Consideramos que para melhor atender estes adolescentes, cabe ao Estado proporcionar espaços alternativos e equipamentos sociais para o desenvolvimento de atividades compatívéis as necessidades e pontencialidades dos adolescentesa partir da identificação de suas habilidades e singularidades.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**: A vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores. Rio de Janeiro: Ed. Fio Cruz, 1999.

BRASIL**. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 2009.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.Lei federal nº Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**.** Brasília, 2006.

FREITAS, T. P. **Serviço Social e medidas socioeducativas**: O trabalho na perspectiva da garantia de direitos. Serviço Social e Socioeducacional. São Paulo, jan./mar, n.105, p. 30-49, 2011.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e ato infracional**: Medida sócio-educativa é pena? 1. ed.São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2002.

NETO, Wanderlino Nogueira. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. In: **Serviço Social e sociedade.** Edição especial: criança e adolescente. São Paulo, ano XXVI, n.83, p.05-28,2005.

OUTEIRAL, José. **Adolescer.** 3. ed.Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: Raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3. ed.São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VOLPI, Mario. **O adolescente e o ato infracional**. 3. ed. São Paulo: Cortez , 1999.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: uma reprodução da desigualdade entre homens e mulheres

Antônia Camila de Oliveira Nascimento (UERN)

RESUMO

O artigo ora apresentado se debruça, fundamentalmente, na análise acerca da divisão sexual do trabalho inserida nas relações de produção e reprodução do capital. Outrossim, a reflexão busca trazer elementos e conceitos para repensar as relações sociais de sexos. Para a consecução desse estudo, apoiamo-nos nas categorias: patriarcado, divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Concluímos atestando que as relações desiguais entre os sexos resultam do processo de biologização do social e a socialização do biológico, a ponto de justificar a exploração sofrida pelas mulheres, e mascarar o que realmente nos define: as relações sociais.

PALAVRAS-CHAVES: Divisão sexual do trabalho. Relações sociais de sexo. Desigualdade entre os sexos.

ABSTRACT

The article presented here focuses fundamentally on the analysis about the sexual division of labor inserted in the relations of production and reproduction of capital. Furthermore, the reflection seeks to bring elements and concepts to rethink the social relations of gender. To achieve this study, we support you in the following categories: patriarchy, sexual division of labor and social relations of sex. We conclude stating that unequal gender relations result from the social biologization process and the socialization of the biological, to justify the exploitation suffered by women, and mask what really sets us: social relations.

KEYWORDS: sexual division of labor. Social relations of sex. Gender inequality.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma analisar acerca da divisão sexual do trabalho inserida na sociedade capitalista, o qual é fundamental para compreendermos como é apropriado o trabalho feminino no âmbito da produção e reprodução do capital. Nessa base estrutural e material, o trabalho de mulheres e homens são separados e hierarquizados, de acordo com as características que diferenciam o feminino do masculino, por meio da delimitação das diferenças entre os sexos, pretensamente considerados naturais, o que justifica e oculta às relações sociais hierárquicas fundadas na desigualdade entre os sexos, e, portanto, contribui com a manutenção da opressão das mulheres e supremacia dos homens.

Para tanto, num primeiro momento, nos remetemos à divisão sexual trabalho inscrita na sociedade capitalista-patriarcal, enquanto sistema de manutenção da desigualdade de gênero socialmente construído com base nas diferenças biológicas de sexo. Em seguida, particularizamos na análise do sistema de dominação-exploração, capitalista- patriarcal que atua em conjunto na perpetuação de uma estrutura de poder e dominação sobre as mulheres.

Para a realização desse estudo, exporemos a temática tendo como principais referências: Cisne (2013),Colette Guillaumin (2005), Devreux (2005) Helena Hirata (1995), Kergoat (2000) e Falquet (2008). Dessa forma, tais fundamentos teórico-metodológicos nos permite compreender as categorias de analise, fundamentais na construção desse estudo.

2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: apropriação da vida, do corpo e do trabalho das mulheres.

Entender a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista é fundamental para compreendermos como é apropriado o trabalho feminino no âmbito da produção e reprodução do capital, bem como situar e analisar as condições de trabalho das mulheres, construído sobre uma base de estrutura ideológica naturalista e essencialista, que separa homens e mulheres, imputando papéis hierárquicos, de acordo com o sexo. Nesse sentido, nos termos de Helena Hirata (1995) o trabalho de homens e mulheres é concebido em relações desiguais, hierarquizadas e

assimétricas, no qual é concebido a supremacia dos homens em todas as dimensões da vida em sociedade.

A divisão sexual do trabalho é resultante do sistema patriarcal capitalista, inscrita pela divisão social do trabalho, o que "confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados" (CISNE, 2012, p. 109). Nesse sentido, o trabalho feminino é submetido à lógica capitalista, no qual a força de trabalho é desvalorizada e superexplorada, tendo em vista que as mulheres são mal remuneradas e precarizadas, o que significa dizer também que esse tipo de trabalho, em sua grande maioria, é informal, sem qualquer assistência aos direitos trabalhistas, o que resulta numa maior exploração e submissão aos ditames do capital. De acordo com Cisne (2012, p. 112):

> É necessário perceber que a feminização do trabalho, explicita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com um custo menor; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígio presentes no mundo produtivo.

Para a autora, as relações de trabalho submetidas aos ditames do capital, seja na esfera pública ou na privada, assume um papel importante na produção e reprodução do capital, na medida em que no espaço privado, as mulheres criam condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos (as) e de si própria, o qual é condição essencial para a reprodução metabólica social do capital. Assim como na esfera pública, o seu trabalho assume uma dimensão subordinada, ao ser frisado as suas supostas "habilidades e dons", considerados naturais, o que qualifica o trabalho feminino como atributos naturais, e, portanto, própria do gênero feminino. Nessa perspectiva "[...] as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres- ao serem visto como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino- são considerados dons e não trabalho" (CISNE, 2012, p. 114). De acordo com Devreux (2005, p. 567-568):

> Essa divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva.

Nesse prisma, a divisão sexual do trabalho é uma extensão das relações sociais de sexo, no qual é imputado características biologizantes, pretensamente considerados naturais, atribuindo aos homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva. Nesse sentido, o trabalho reprodutivo, é tido aqui como algo funcional à reprodução social do capitalista, posto que este contribui, sobremaneira, com a manutenção e redução de custo para o capital, à medida que o homem, tido como provedor da família, por exemplo, pode acordar cedo para ir ao trabalho, com suas roupas limpas e passadas, e pode voltar do trabalho com o jantar pronto na mesa. Tais tarefas são geralmente desenvolvidas por mulheres para manutenção dos membros do grupo do familiar, bem como atender os desejos e satisfação do marido, e mantê-lo em condições confortáveis para se dar bem em todas as esferas da vida.

O papel imputado à mulher nas relações sociais de sexo resulta em traços que compõe nos termos de Colette Guillaumin (2005) a apropriação conjunta do corpo e de seus produtos, da sexualidade e da força de trabalho. Nessa relação às mulheres são privadas/ despossuídas delas mesmas, e, portanto, se reduz a um estado de coisa.

Nesse sistema, o trabalho feminino é considerado extensão da casa e do cuidado com os filhos e marido, enquanto as funções assumidas pelos homens são apreendidas com forte valorização social, já que estes estão inseridos em processos de trabalho assalariado e valorativo para o capital.

De acordo, Kergoat (2000, p.1), a divisão social do trabalho tem dois princípios organizativos:

> [...] o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). [...]. Estes princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Este processo empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirmaque as práticas sexuadas são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais.

Nesse sentido, para a autora, a divisão social do trabalho é legitimada ideologicamente e estruturado nas bases sociais pelo princípio da separação e hierarquização existente entre trabalho de homens e trabalho de mulheres, no qual o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho tido de mulher. Desse modo, a autora aponta que a divisão sexual do trabalho resulta de construções sociais, e, portanto, são resultados de relações sociais. Desse modo, esse princípio da hierarquização e separação é justificado por uma suposta essencial natural, o qual serve para ocultar o que realmente separa homens e mulheres: as relações sociais.

Nesse pressuposto, a compreensão distorcida sobre as atividades e trabalho femininos, faz com que, na ótica do mercado, seja desvalorizado e inferiorizado ao ser comparado com o trabalho masculino, tido como trabalho mais complexo, o que exige maior habilidade física e/ ou intelectual, sendo considerado como trabalho mais qualificado, e, portanto, de maior remuneração. Tais questões, por sua vez, reproduzem aspectos ideológicos da subordinação da mulher. Nesse sentido, Viana e Pessoa *apud* Gurgel e Guimarães (2011, p.4,) afirma que a ocupação de posto de trabalho, pelas mulheres são:

> [...] mais precarizados, geralmente informais ou em tempo parcial, salários mais baixos, menor cobertura dos serviços de seguridade social dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas. Aliado a esses fatores, o trabalho profissional das mulheres é sempre visto como complementar às suas 'responsabilidades' domésticas, ratificando-se, assim, a concretização do patriarcalismo.

Nessa divisão, as mulheres são submetidas a assumirem ocupações hierarquicamente inferiores aos homens, com salários mais baixos, e muitas vezes, com cargas horárias exaustivas, além de ter que assumir uma dupla/tripla jornada de trabalho. Ademais, as mesmas têm menor cobertura das políticas de assistência trabalhista, o que dificulta o acesso aos direitos previdenciários. Tais relações são historicamente justificadas ideologicamente, pela sua condição feminina dentro do sistema patriarcal capitalista, no qual o trabalho destas são quase sempre assimilados e comparados com as atividades domésticas, no qual tem um caráter supostamente inferior, e minoritário ao ser visto como trabalho de "mulher", como algo desqualificado e "fácil de fazer", sem a necessidade de um maior dispêndio intelectual. Essa estrutura contribui, sobremaneira, na manutenção e legitimação da divisão sexual do trabalho.

Essa interpretação distorcida da realidade é justificada pela diferença biológica entre homens e mulheres, sendo argumentado que a distinção entre trabalho masculino e feminino seriam inerentes à "natureza" de homens e mulheres, no qual o homem é idealizado como o provedor da família e designado ao trabalho no âmbito público, enquanto a mulher é designada à reprodução, destinada para o trabalho privado, ou seja, as atividades exercidas dentro de casa.

Desse modo, o trabalho da mulher dentro do sistema capitalista tem uma finalidade expressa pelos interesses desse de manter sua reprodução, por meio da flexibilização do trabalho "na crescente informalidade dos direitos trabalhistas" (CISNE, 2012, p. 125), bem como, "facilita a subordinação imputada historicamente à mulher

no mercado de trabalho devido à forma desprestigiada com que suas atividades são vistas ou até mesmo não vista como trabalho" [...] (IDEM).

3. A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: alguns apontamentos

A entrada da mulher no espaço público de trabalho, resultou em maior responsabilidade para esse grupo, posto que as mulheres tiveram que responder às novas exigências oriundas das transformações no mundo do trabalho, além de ter que conciliar o trabalho fora de casa com as atividades domésticas, tendo em vista que as mesmas exercem várias coisas ao mesmo tempo em casa, devido à naturalização do trabalho doméstico e com as crianças, como sendo sua obrigação. Para as que trabalham "fora", ainda há a sobrecarga da dupla jornada de trabalho.

A entrada massiva da mulher no mercado de trabalho está associada ainda, a capacidade da polivalência que adquire com a divisão sexual do trabalho, facilitando o atendimento das novas exigências do mercado de trabalho, e consequentemente contribuiu para o aumento das taxas de lucro do capital por meio de uma força de trabalho mais barata e superexplorada. Nesse sentido, afirma Cisne (2012, p.124):

> O incentivo à entrada da mulher no mercado de trabalho vem assim, no sentido de corresponder às novas exigências advindas das transformações no mundo do trabalho. Além da docilidade e passividade historicamente aproveitadas e difundidas pelo capital, a educação destinada às mulheres como objeto de dar conta de várias atividades ao mesmo tempo- por exemplo, cuidar dos filhos, da cozinha e da lavagem de roupas simultaneamente- desenvolve a capacidade da polivalência, facilitando o atendimento e essa nova exigência do mercado de trabalho.

Dentro desse contexto, a situação de trabalho da mulher encontra-se ainda mais precarizado, tendo em vista inúmeros fatores, dentre eles: a questão de gênero, o qual é uma construção social do "feminino e do "masculino, de acordo com o sexo, que por sua vez, resulta em desigualdade social, bem como a desvalorização, precarização das condições de trabalho, sobrecarga de trabalho, baixos salários, desprestígio, exploração da força de trabalho feminina, dentre outras. Nesse sentido, Bruschini *apud* Cisne (2012, p. 126) destaca:

> [...] as trabalhadoras continuam concentradas em atividades do setor de serviços e no segmento informal e desprotegido do mercado de trabalho, seja no emprego doméstico não registrado, seja na atividade por conta própria, na familiar não remunerada ou na domiciliar. Condições precárias de trabalho- como baixos índices de registro em carteira e de contribuição para a

> previdência social- podem ser definidas como características de pelo menos metade da força de trabalho feminina. Os fatores domésticos continuam sendo considerados como inatividade econômica, embora mantenham ocupadas boa parte das mulheres. As trabalhadoras mais qualificadas predominam em empregos tradicionais femininas, como o magistério, a enfermagem e o serviço social. Os baixos salários e as desigualdades entre elas e os colegas continuam a fazer a parte do seu mundo do trabalho. Na disso parece ter sofrido grandes mudanças.

No contexto brasileiro, conforme dados divulgados na pesquisa "Estatísticas de Gênero" (IBGE, 2014), base em dados do Censo 2010, mostram que apesar da evolução das mulheres no quesito educação e inserção no mercado de trabalho, as mesmas ainda possuem os piores rendimentos comparados a dos homens. As estatísticas revelam que as mulheres estão atuando em maior proporção nas áreas como: educação e humanidades e artes, justamente aquelas que registram os menores salários (R$ 1.810,50 e R$ 2.223,90 respectivamente).

Essa diferença se mantém mesmo quando as mulheres atingem a mesma proporção que os homens "como na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, em que as mulheres recebiam apenas 66,3% do rendimento dos homens" (IBGE, 2014, p.107). Os dados ainda revelam que em 2010 que o rendimento mensal das mulheres era de R$ 1 074,00, enquanto o dos homens era R$. 1 587,00 se formos fazer um combativo levando em consideração os aspectos regionais, econômicos, cor e raça/etnia, as disparidades são ainda maiores. Dessa forma, o estudo confirma que as mulheres ainda ganham muito menos que os homens, e quando comparados por área de atuação, os salários das mesmas são sempre menores, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Rendimento médio no trabalho principal, por sexo, razão do rendimento das mulheres em relação ao dos homens e proporção de mulheres, segundo as áreas gerais de formação da população de 25 anos ou mais de idade- Brasil, 2010

Áreas gerais de formação da população de 25 anos ou mais de idade	Rendimento médio no trabalho principal (R$) (1)			Razão do rendimento das mulheres em relação ao dos homens (1)	Total de pessoas	Proporção de mulheres
	Total	Sexo				
		Homens	Mulheres			
Educação	1 810,5	2 340,7	1 687,4	72,1	2 429 763	83,0
Humanidades e artes	2 223,9	2 629,9	2 064,3	78,5	894 700	74,2
Ciências sociais, negócios e direito	3 912,1	4 650,9	3 081,4	66,3	4 495 191	49,4
Ciências, matemática e computação	3 038,6	3 578,2	2 339,6	65,4	839 887	47,0
Engenharia, produção e construção	5 565,1	5 985,6	3 976,1	66,4	859 659	21,9
Agricultura e veterinária	4 310,6	4 756,2	2 972,0	62,5	202 332	27,4
Saúde e bem estar social	3 774,3	5 341,7	2 972,2	55,6	1 441 648	68,1
Serviços	3 067,0	4 078,0	2 171,2	53,2	217 755	54,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Nesse prisma, podemos perceber que a disparidade de rendimentos entre os sexos ainda se mantém em alta, mesmo quando as mulheres assumindo a mesma função e cargo que os homens. O estudo revela por meio de dados estatísticos que a ideologia patriarcal está fortemente presente no mercado de trabalho, reforçando estereótipos que “trabalho de homem vale mais que trabalho de mulher”.

Apesar das conquistas e avanços alcançados pelas mulheres, percebe-se que ainda são constantemente depreciadas e exploradas, ou melhor, convivemos com situações ainda mais complexas, tendo em vista que a entrada da mulher no mercado de trabalho, apesar de uma conquista, trouxe rebatimentos, posto que esses imprimem relações sociais capitalista-patriarcais, que resultam em maior desconformidade entre as posições assumidas entre homens e mulheres. A delimitação do espaço laboral feminino e masculino é visivelmente perceptíveis, sendo ajustado de acordo que com o que é mais “apropriado” para homens e mulheres.

Nessa perspectiva, os espaços e atividades de trabalho entre homens e mulheres ainda são construídos e desenvolvidos associados às representações sociais do “feminino” e do “Masculino”, nas quais as atividades de trabalho “masculino” é atribuído e assimilado como força, raciocínio lógico, entre outras características, assim como atividades “femininas” lembrando atributos como paciência, cuidado, delicadeza, docilidade, dom, entre outras.

Todos esses aspectos supracitados demonstram que o mercado de trabalho e a posição que a mulher ocupa nele, tem apresentado um elemento constante: a permanência das desigualdades entre os sexos, a hierarquia entre homens e mulheres, reforçando relações crônicas de desprestígios e desvalorização do trabalho feminino pelas relações e posturas sexistas/capitalista. Em consonância com isso, ressalta Moraes *apud* Cisne (2012, p. 127):

> [...] as mulheres, que constituem atualmente de 40 por cento a 50 por cento da força de trabalho, continuam ganhando menos do que os homens e segregadas em alguns nichos profissionais, especialmente relacionado ao “cuidar”. [...] hoje, no país, cerca de 400 mil meninas de 10 a 15 anos trabalham como domésticas, em condições precárias- baixos salários, dificuldades para continuarem os estudos e com poucas perspectivas para o futuro. Ademais das desvantagens que enfrentam no mercado de trabalho as mulheres são também as grandes responsáveis pela esfera familiar. Entre 20 por cento das famílias são chefiadas por mulheres sós, o que dá a medida do peso dos encargos domésticos e familiares. Nessa condição, como negar que as mulheres continuam sofrendo os efeitos combinados da exploração de classe e da discriminação sexual?

Embora, o século passado tenha apresentado inúmeras conquistas e transformações, no que concerne à presença das mulheres no mercado de trabalho,

no entanto, não eliminou a desigualdade dos papéis sociais entre homens e mulheres, tampouco a divisão sexual do trabalho que permanece arraigado em nossa sociedade, numa mística que maqueia a realidade, fazendo com que a alienação se complexifique nas relações capitalistas. Com afirma Toledo (2001, p. 41):

> O trabalho fora de casa, se por um lado significou o início de sua libertação, já que unificou a mulher à classe operária e lhe deu assim, as ferramentas para lutar contra o capital e por sua emancipação, por outro lado impôs a ela duplicação da jornada de trabalho, e com isso, a duplicação de sua alienação enquanto trabalhadora, já que a mulher não é uma na fábrica, e outra em casa; ela exerce essas duas funções sociais.

Nesse sentido, percebe-se, que a entrada da mulher no mercado de trabalho não é somente uma conquista da categoria, mas também do capital, que utilizada essa força de trabalho, atribuindo ao trabalho feminino a uma força de trabalho barata, disponível para melhor explorar, oprimir e relegar a segundo plano. Falar da inserção das mulheres no mercado de trabalho implica que essas relações de desenvolvem segundo a lógica do capital, e cujo interesse resulta em atingir maiores níveis de lucratividade, “por meio do seu trabalho mal-pago” (FALQUET, 2008, p.128), o que não significa um progresso para as mulheres, ao contrário “freqüentemente conduz a uma degradação acentuada no nível de emprego para as mulheres, pelas desigualdades de sexo e pela inferiorização social das mulheres”. (DEVREUX, 2005, p. 574).

Assim, mesmo em tempos considerados de conquistas das mulheres, percebemos que ainda falta muita para atingirmos a tão sonhada autonomia e emancipação desse grupo, o que implica no reconhecimento da necessidade de organização e lutas das mulheres contra tudo que as oprimem, e as impedem de avançar na conquista de sua emancipação. Tal pretensão requer o entendimento da emancipação das mulheres em sua dimensão de totalidade, não se restringindo apenas as conquistas da igualdade de gênero.

Com afirma Cisne “A emancipação deve ser percebida dentro de uma dimensão de totalidade, não apenas limitada ao gênero, caso haja a pretensão de que seja verdadeira e plena” (2012, p. 129). Trata-se, portanto de compreender historicamente como as relações de sexo tomam corpo na sociedade patriarcal, capitalista e heteronormativa, e, em momentos estratégicos, construir lutas coletivas em busca de construir desistências contra tal sistema opressivo, a fim de desvendar os fios que institui significados associados às supostas diferenças naturais entre os

sexos, que justifica a submissão e opressão sobre as mulheres, no intuito de superá-las.

Face ao exposto, podemos perceber que a apreensão do processo de construção das relações de trabalho desigual entre os sexos é complexa, pois envolve um sistema de dominação-exploração, capitalista- patriarcal que atua em conjunto na perpetuação de uma estrutura de poder. Essa estrutura de dominação que gera poder desigual entre os sexos, possui uma âncora material na divisão sexual do trabalho que reflete na construção da ideologia patriarcal que trabalha no sentido de mascarar a realidade, apresentando os fenômenos como naturais, imutáveis e inquestionáveis. Para tanto, toma os aspectos biológicos do "macho e da "fêmea" para justificar uma suposta diferença entre o feminino e masculino.

Com isso, consolida-se o essencialismo biológico que prescreve a naturalização das relações entre os sexos, o que sobremaneira, contribui para a opressão das mulheres e primazia do homem em todas as relações sociais, sejam elas, no espaço privado da casa, ou no espaço público. Destarte, o homem exerce seu poder de dominação, à medida que esse se apropria do corpo, da vida e do trabalho das mulheres.

Assim o sistema patriarcal por meio da ideologia naturaliza a condição da mulher à dona de casa, e a sua obrigação de cuidar dos filhos e do marido, e atribuindo tarefas consideradas, majoritariamente femininas a segundo plano, construindo relações "racista-patriarcal-heteronormativas" (CISNE, 2013, p 128), sustentada pela família e ancorada na divisão sexual do trabalho, que por sua vez, encontra nessa base condições para garantir a produção e reprodução da força de trabalho, bem como a exploração e desvalorização do trabalho das mulheres, indispensável à lógica de acumulação do capital.

Diante disto, entendemos que é necessário questionar o âmago da questão da desigualdade entre homens e mulheres por meio de uma análise crítica- reflexiva, desdobrando em respostas coletivas pautadas na luta pela consciência de classe, e, sobretudo, na consciência da luta feminista, pautada em ações políticas organizativas da categoria articulada com outras bandeiras de luta, na busca da superação do sistema capitalista, e construção de uma sociedade emancipatória, construída com base na igualdade e liberdade entre ambos os sexos.

Nesse prisma, é necessário a organização de luta que venham de encontro com os interesses desse sistema de opressão de mulheres e homens, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, que garanta a emancipação das mulheres.

Para que isso seja possível é preciso desconstruir socialmente os ditames do sistema patriarcal-capitalista, em prol da ruptura com essa sociedade e consolidação de uma nova sociedade pautada na igualdade e liberdade entre ambos os sexos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, podemos perceber que a apreensão do processo de construção das relações de trabalho desiguais entre os sexos é complexo, posto que envolve um sistema de dominação-exploração, capitalista- patriarcal que atua em conjunto na perpetuação de uma estrutura de poder. Essa estrutura de dominação que gera poder desigual entre os sexos, possui uma âncora material na divisão sexual do trabalho que reflete na construção da ideologia patriarcal que trabalha no sentido de mascarar a realidade, apresentando os fenômenos como naturais, imutáveis e inquestionáveis.

Nesse estudo, constatamos que o trabalho exercido por mulheres continua fortemente associada as atividades domésticas e de cuidado com os filhos e marido, supostamente considerados naturais, inerente a uma suposta “natureza feminina”, a ponto de inferir as atividades exercidas por mulheres, seja no espaço público ou privado, uma conotação de inferioridade e desprestígio social.

Desmistificar essa relação de inferioridade feminina requer um trabalho de base, firmada na desnaturalização das relações desiguais entre homens e mulheres, no qual exige protagonismo das mulheres nesse processo, a fim de destruir o que é socialmente aceito como “natural”, no intuito de construir uma sociedade igualitária e emancipada.

Para que isso seja possível é preciso construir sujeitos revolucionários, por meio de movimentos políticos organizados, que vislumbrem a construção de uma nova sociedade pautada na igualdade e liberdade entre ambos os sexos, e que busque romper com todas as formas de opressão e dominação imposta pela sociedade capitalista.

Dessa forma, precisamos construir uma cultura pautada em sujeitos políticos que estejam dispostos a desvendar os ditames da cultura patriarcal de submissão e opressão das mulheres pelos homens, assim, como lutar pela construção de uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil.** Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e ServiçoSocial**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

DEVREUX, Anne-Marie. "A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina". In: Cadernos de Crítica Feminista. Ano V, N. 4 – dez. 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FALQUET, Julese CURIEL, Ochy (orgs.) El patriarcado al desnudo: três feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. [Publicado inicialmente em Questions Féministes, n° 2 e 3, fevereiro e maio de 1978].

FALQUET, Jules. "Repensar as relações sociais de sexo, classe e '"raça"' na globalização neoliberal" In: Mediações. Londrina, v. 13, n.1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

GURGEL, Telma. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. In: Cadernos de crítica feminista, Recife, ano V, n. 4, p. 30-47, 2011.

HIRATA, Helena. **Divisão — Relações sociais de sexo e do trabalho:** contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho**.** Em Abert Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995. Disponível em: http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/979/883.Acesso em 22 de Marc. 2015.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, IBGE, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Telma Gurgel da e GUIMARÃES, Clariça Ribeiro. **Gênero, trabalho e desigualdades sociais:** análise das políticas de geração de renda e trabalho para as mulheres no Rio Grande do Norte. 2011. Disponível em :http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/GENERO_TRABALHO_E_DESIGUALDADES_SOCIAIS.pdf. Acesso em 16 de fev. 2014.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Disponível em:http://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf. Acesso em 22 de mar. 2015.

TOLEDO, Cecília. **MULHERES**: O gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo, Editora Xamã, 2001.

.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: uma análise do disque denúncia

Gracielly Paulino de Souza (IFCE - Campus Iguatu)

RESUMO

O presente artigo se propõe a fazer uma análise crítica dos resultados obtidos por uma pesquisa realizada pelo Governo Federal em 2013, onde procura compreender o baixo indicador no disque 180. Entendendo que a dominação masculina perpassa pelo viés da equiparação da mulher a propriedade privada condicionando o lugar desta as relações de reprodução, sendo a violência praticada contra a mulher como consequência direta do aspecto cultural de nossa sociedade machista e patriarcal. Configurando-se como um valor que insere a mulher no contexto de subalternidade dentro do sistema capitalista que oprime/explora a mulher.

Palavras Chaves: Gênero. Patriarcado. Violência

ABSTRACT

This article aims to make a critical analysis of the results of a survey conducted by the Federal Government in 2013, which seeks to understand the low indicator on the dial 180. Understanding that male domination permeates the woman of matching bias conditioning the private property place this playback relationships, and violence against women as a direct consequence of the cultural aspect of our machista and patriarchal society.Configuring itself as a value to insert women in subordinate context within the capitalist system that oppresses/exploits women.

Key Words: Gender. Patriarchy. Violence.

INTRODUÇÃO

Falar de gênero exige que se inicie uma discussão sobre patriarcado. Patriarcado significa o poder do homem na família e na sociedade. Os patriarcas detinham uma relação de domínio, posse e exploração, desconheciam as

especificidades culturais e históricas e reproduzia esse modelo por meio de instituições como a família, a igreja e a escola.

O conceito de patriarcado, sustentado por uma estrutura político-ideológica, consistia em uma proposta teórica que tentava explicar a opressão feminina e as formas de superação dessa desigualdade.

A teoria do patriarcado perde força quando a organização e a luta feminina ganham força em meados dos anos 1960, em todos os continentes os grupos passaram a ter papel fundamental na conquista do espaço público e na busca de equivalência. Hoje podemos afirmar que a organização do movimento feminista é planetária. As mulheres mantêm suas bandeiras de luta e garantem uma articulação internacional ao longo do tempo, com altos e baixos, vitórias e derrotas. E nesse processo o Brasil se faz parceiro, participando na Marcha Mundial das Mulheres e outros movimentos sociais, que nas ultimas décadas teem sido uma importante organização de luta em defesa dos direitos femininos e fundamentais, apontando mecanismos buscando romper as barreiras sociais existentes até hoje.

São aprofundados estudos a respeito da mulher e elaborados o conceito e a teoria de gênero. Nas Ciências Sociais o termo gênero é utilizado em substituição a palavra sexo, em especial, ao tratar a opressão feminina que será maior ou menor de acordo com a raça, classe social e lugar ao qual a mulher pertença.

O conceito de gênero se refere apenas às pessoas e as relações entre seres humanos. Explica o comportamento de homens e mulheres da nossa sociedade e permite a compreensão das dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida sexual, reprodutiva e familiar.

Apoiada nos estudos de Joan Scott, Lise Roy apresenta assim o conceito de gênero:

> [...] gênero, questões de gênero, ou ainda relações de gênero referem-se á relação homem/mulher, considerando principalmente as dimensões social, cultural e simbólica (construídas historicamente) que permeiam essa relação, transcendendo assim os determinismos biológicos.

No famoso artigo de Marilena Chauí, intitulado “Participando do Debate sobre Mulher e Violência” é concebida a violência contra as mulheres como resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida por homens sobre a mulher.

A autora define violência como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como “objeto” e não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja,

sua liberdade, entendida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir”.

2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SUA (IN) VISIBILIDADE

O Estado do Ceará foi o vigésimo sexto (26º) Estado do país a registrar menor número de ligações da população feminina na Central de Atendimento a Mulher – Disque 180, segundo dados divulgados pela Secretaria de Políticas Publicas para Mulheres (SPM) do Governo Federal. A pesquisa foi realizada em um grupo composto por 100.000 ao todo foram registradas 10.401 chamadas com um total de 4.329.989 mulheres.

Taxa maior a que observada no estado do Amapá. “A gente acredita que existem mais mulheres vitimas de violência do que o número de denuncias. A realidade indicaria um número ainda maior”, afirma a assessora de Enfrentamento á Violência da Coordenadoria Especial de Políticas Publicas para Mulheres, Helena Campelo.

Tabela 1- Denuncias realizadas pelo disque 180 em 2013

Posição	UF	Quantidade de Registros	Total de Mulheres	Taxa de Registro pela População Feminina por Grupo e 100.000 Mulheres
1º	DF	15.665	1.337.726	1.171.02
2º	PA	30.458	3.762.833	809.44
3º	AP	2.481	334.015	742.78
4º	ES	13.082	1.783.002	733.71
5º	MS	8.958	1.608.975	728.79
6º	BA	49.265	8.366.663	689.88
7º	SE	7.293	1.062.982	686.09
8º	AL	10.683	1.608.975	675.15
9°	RJ	55.087	8.366.663	658.41
10º	MA	19.326	3.310.823	583.72
11º	GO	15.910	3.022.503	526.38
12º	PI	8.080	1.590.219	508.11
13º	RS	25.831	5.489.827	470.52
14º	MG	46.150	9.954.614	463.6
15º	PR	24.428	5.311.098	459.94
16º	SP	95.832	21.180.394	452.46
17º	RO	3.382	767.277	440.78
18º	PE	19.809	4.566.135	433.82
19º	MT	6.364	1.485.097	428.52
20º	PB	7.722	1.942.339	397.56
21º	RN	6.055	1.619.402	373.9
22º	AC	1.339	364.929	366.92
23º	RR	731	221.884	329.45
24º	TO	2.110	681.002	309.84
25º	SC	8.254	3.148.595	262.15
26º	**CE**	**10.401**	**4.329.989**	**240.21**
27º	AM	2.463	1.729.609	142.4

Fonte: www.spm.gov.br

Para especialistas e estudiosas (os) na área esses números causam ainda mais preocupação, pois o baixo número de denúncias esconde um cenário ainda mais devastador da violência conta a mulher, configurando-se como um chamado às mulheres que vivem esta situação para conscientização dessa realidade.

A Justiça do Distrito Federal do Estado do Ceará recebeu, no ano de 2013, mais de 14,8 mil inquéritos relativos à Lei 11.340/06, batizada como Lei Maria da Penha.

De acordo com a Organização das Nações Unidas “[...] uma em cada três mulheres é maltratada e coagida a manter relações sexuais, ou submetida a outros abusos. Entre 30% e 60% das mulheres que já tiveram um parceiro sofreram alguma

vez violência física ou sexual por parte do companheiro, e 48% das meninas e jovens com idades entre 10 e 24 anos afirmam ter tido suas primeiras relações sexuais sob coação".

> Sampaio (2012), desde os remotos períodos da barbárie a civilização na qual a sociedade crescia lentamente, onde o homem passou a utilizar as mãos para cultivar a agricultura e a criação de gado, fator importante para que iniciasse a produção de instrumentais a partir da natureza que possibilitaram maior facilidade de dominação. Posteriormente de posse destes, passou a investir na caça e na pesca, bem como a produção de suas próprias vestimentas e dedicação às artes. Na comunidade primitiva a direção do trabalho doméstico passou a ser dirigido pela mulher, enquanto que as crianças acompanhavam o trabalho dos adultos, recebendo por isso recompensas. Isso nos mostra que a divisão do trabalho passou então a reger e separar os sexos*:* a mulher na casa e na horta; o homem caçando e guerreando; desde o momento em que estas relações começaram a se institucionalizar, passando a mulher a depender economicamente do homem foram estabelecidas as relações de opressão sobre a mulher.

"Assim, a primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma essência masculina dominadora" Araújo (2009, p.66).

Essa forma de organização e de responsabilização da mulher pela família acaba por desresposabilizar o Estado do seu papel no desenvolvimento nos diversos setores da sociedade e principalmente na sua instancia extra econômica,na qual ele intervém nas políticas públicas.

Engels mostra que o tratamento da mulher em posse do homem surgiu com o surgimento o inicio da propriedade privada, do patriarcado em que as riquezas eram repassadas para o homem, ao qual era dada mais importância que a mulher, na qual, passou a ser vista como reprodutora, sendo considerado o sexo mais frágil. Estando, portanto submissa ao poder do homem durante toda sua vida, quando criança sendo dominada pelo pai e posteriormente pelo marido. Pertencendo assim, ao seu dono, como se fosse uma propriedade privada. A dominação foi sendo forjada ao longo da historia, e se constituiu um consenso cultural, social e político, fazendo acreditar que a mulher precisa ser protegida, é sexo frágil, incapaz de decidir por si, é ser inferior e que sem o homem não poderia sobreviver, carregam o estigma de sexo inferior.

> Montenegro (1981) cita que em decorrência do desenvolvimento das sociedades nas quais ocorreram grandes evoluções históricas, econômicas, políticas e culturais, as divisões de classe delinearam- se focando o espaço público que passou a exercer maior visibilidade em detrimento do espaço privado consolidado pela família, tendo a mulher como responsável pela reprodução biológica, educação e cuidado dos filhos, aos mais velhos e enfermos, ou seja, a esfera da reprodução, enquanto que ao homem lhe coube à esfera pública, sendo o provedor, trabalhador instalado no viés da produção.

Para Saffioti, a ideologia machista, na qual se sustenta esse sistema, socializa o homem para dominar a mulher e esta para se submeter ao “poder do macho”. A violência contra as mulheres resulta da socialização machista. O poder em exercício é entendido como uma correlação de forças e nessa disputa entre homens e mulheres, e também com as classes sociais.

Para Carreira (2001) entendemos que mulheres e homens sempre exerceram poderes de diferentes naturezas e graus, partindo de uma visão que o poder se constitui em uma rede dinâmica e interdependente, onde diferentes fios e forças se cruzam. Esse poder é sempre exercido por aqueles que teem um retorno de suas ações, trata-se de uma cultura da hierarquia do poder que domina a estrutura social, sendo legitimada pela ideologia que criou papéis sociais com base nas diferenciações de sexo.

Há muito tempo as mulheres foram excluídas da possibilidade do saber e do poder, talvez seja pelo fato de entenderem, ou de lhes ter sido ensinado, que o poder é coisa de homem, e que para exercê-lo é preciso ter força física. Quando uma mulher exerce o poder usando a sensibilidade e busca construir o consenso, esse jeito de ser e de exercer o poder é interpretado como fraqueza e se transforma em desvantagem. Mas, hoje, uma parte, ainda que seja minoria não se intimidam e buscam outros caminhos quando a mulher é excluída do saber e do poder ela cria um novo espaço de atuação e dessa forma exercer o poder e se destacar, conseguindo um lugar visível nessa sociedade.

Tratando-se de relações de gênero, esta dá significado às distinções entre os sexos, ele “transforma” seres biologicamente machos e fêmeas em homens e mulheres, seres sociais. Para Jurkewicz:

> [...] Não estamos negando as diferenças biológicas entre dois sexos, mas tratando de entender as diferenças sociais entre os sexos construídas e elaboradas socialmente a partir das diferenças biológicas. Apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade.

Saffioti (2008) pontua que as transformações de gênero “são introduzidas pela emergência das classes no qual “não se trata de somar [...] gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (apud, 2008, 103).

Portanto, podemos dizer que gênero é relacional, pois não nascemos homens ou mulheres, mas aprendemos ao longo da nossa existência, o ser homem e o ser

mulher, assim nos tornamos a partir de nossas experiências. Carlotto (apud Saffioti, 1992) considera que:

> [...] não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia. (Carlotto, 2001; p. 202)

Pode-se atribuir aos baixos indicadores sociais, à cultura machista e aos vínculos emocionais entre vitima e agressor. A diferenciação entre os sexos pressupõe a definição do que são as características que formam a identidade do masculino e do feminino. Não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade. Segundo Saffioti, “o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico”.

Os dados obtidos teem linha direta com o cotidiano onde a mulher esta encaixada, onde as relações sociais de poder acontecem através de várias formas diferentes nas classes baixa e alta. Enquanto nessa ultima a dominação se da a partir do sexo e na classe alta por causa da opressão econômica, todo um contexto que ainda teme a ruptura familiar e cultural. Assim tronando- se um ciclo difícil de ser quebrado por conta de constrangimentos e ameaças. Para Saffioti, as mulheres se submetem à violência não porque “consintam”: elas são forçadas a “ceder” porque não têm poder suficiente para divergir.

> A origem e a causa da opressão à mulher, pois do contrário cairemos sempre na dúvida que, a longo ou mesmo a curto prazo, pode prejudicar a mobilização e a organização das mulheres: luta contra uma sociedade masculina, ou luta contra um sistema social que nega todos os direitos a mulher. (MONTENEGRO, 1981, p. 61)

As diferenças entre o feminino e o masculino são transformadas em desigualdades hierárquicas através de discursos masculinos e dominadores sobre a mulher. E para Marx e muitas (os) marxistas superar a opressão feminina só será possível com a destruição do regime capitalista e a implantação do socialismo, que proporcionaria um novo tipo de família livre de preconceitos e libertação da mulher na sociedade. Cisne (2012), “fundamenta o marxismo não apenas como uma teoria, mas

como um movimento social crítico das sociedades de classe contra o capitalismo, pois é levado em consideração o método materialista histórico e dialético que permite desvendar o real, questionando as relações desiguais socialmente construídas, buscando romper com o conservadorismo".

É ilusório segundo Saffioti, "imaginar que mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a descrimina socialmente".

O problema da violência e opressão a mulher, se da com base nas condições econômicas, onde há a divisão de trabalho. Há algumas décadas a atividade econômica era para garantir sobrevivência, mas hoje em dia a sociedade não evoluiu o bastante ao ponto de haver libertação, o que nunca irá acontecer completamente com o capitalismo, pois não se criou e nem vai criar um sistema de libertação onde haveria a socialização de educação, saúde e outras causas que não serão resolvidas dentro do sistema capitalista. O problema é a competição existente, que passa por cima dos mais fracos, onde a mulher entra em desvantagem pelo fato de ser mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcalismo é um sistema que oprime e domina as mulheres, constituindo-se como um dos achados para que possamos compreender as diversas formas opressivas sobre as quais as mulheres são submetidas: relações de dominação, violência e violação de seus direitos.

O sistema capitalista se beneficia desta opressão, passando por cima dos mais fracos e, é nessa competição que a mulher fica em desvantagem. Essa libertação não tem espaço dentro do capitalismo, o que justifica o conservadorismo sobre a mulher e seu papel na família e no espaço privado. Acreditamos que através de uma nova ordem societária, sem divisão de classes e de gênero, onde não haja diferenças sociais, onde aconteçam as emancipações econômicas e culturais, e a igualdade jurídica é que será possível que a mulher seja liberta das amarras da opressão.

A violência doméstica, praticada contra a mulher, após movimentos de denúncias, principalmente por parte dos movimentos feministas deixou de ser considerado um problema "familiar", ou seja, um problema "privado", para ser considerada uma situação de violência que prejudica a integridade física e psicológica

da mulher, atingindo sua dignidade. Sendo atualmente considerado um problema social e de saúde pública.

Torna- se consequência direta do aspecto cultural de nossa sociedade machista e patriarcal, onde, culturalmente, há a determinação que homem deve exercer domínio sobre a mulher, através da força física ou psicológica.

Proteger a mulher da violência doméstica ou em qualquer âmbito da sociedade a qual sempre foi vítima, conforme abordado é tornar efetivos os seus direitos humanos, compreendidos como aqueles direitos que se dirigem aos direitos de "gênero", ou seja, relacionados à dignidade da mulher e à subjetividade feminina.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero.** Dossiê critica Marxista, 2003.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. In: **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 3, n. 2, 2001, p. 201-213.

CARREIRA, D.; Menchu, A.; Moreira, T. **A liderança feminina no século 21**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 12.

CHAUÍ, Marilena. "**Participando do Debate sobre Mulher e Violência**". In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MONTENEGRO, **Ana. Ser ou não ser feminista**. Fortaleza: Guararapes, 1981.

ROY, Lise. **O mundo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva**. São Paulo: Editora Alína, 199, p. 59.

ROY, Lise. **O mundo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva**. São Paulo: Editora Alína, 199, p. 59.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo, Editora Fundação Perseu.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**, op. cit., p. 50.

CONSIDERAÇÕES PARA COMPREENDER A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT: e a intervenção do Serviço Social contra a homofobia

Laura L,I Silva (UFPB)
Celyane Souza dos Santos (UFPB)
Talita de Fátima Silva (UFPB)

RESUMO

Esse artigo é uma aproximação com a discussão do movimento LGBT e da homofobia, através de uma investigação bibliográfica. Aqui se faz um resgate histórico acerca do movimento LGBT no Brasil, atribuindo os seus dilemas, suas conquistas e toda a sua trajetória enquanto movimento social, nos anos 1980 até os dias atuais. E a profissão de Assistente Social vai dar ênfase a toda essa conjuntura para viabilizar o acesso aos direitos sociais visando, principalmente, se o Assistente Social está preparado para atender a essas demandas e mediações, bem como no que tange a homofobia e aos direitos sociais.

Palavras-chaves: Homofobia. Serviço Social. Intervenção. Questão Social.

ABSTRACT

This article is an approximation with the discussion of LGBT cause and the homophobia, using a bibliographic study. Here it’s a historical about the LGBT movement on Brazil, discussing their dilemmas, their conquers, and all the paths while social movement a since the 80’s until nowadavs. And the profession case-worker will emphasize all this conjucture to make possible the acess to social rights, aiming, mainly, if the case-worker is prepared to answer these demands and mediations, as well about homophobia and social rights.

Keywords: Homofobia. Social Service. Intervention.Social Issue.

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que o Serviço Social é uma profissão inteiramente comprometida com a realidade social, é evidente a necessidade de que a profissão acompanhe o movimento histórico que segue a sociedade, renovando-se constantemente na busca de compreender e atender com eficácia as novas demandas sociais.

Vivendo em um período neoliberal, onde predominam ideias que incentivam a individualização, a propriedade privada e a competitividade, é inevitável o agravamento da Questão Social e diante deste fato se faz obrigatório para o Serviço Social, a atividade de olhar criticamente para a realidade na qual está inserido, de modo que possa apanhar não apenas as expressões imediatas da Questão Social, mas sim as suas mediações, seus determinantes, sua estrutura e dinâmica. Para que livre de toda pseudoconcreticidade possa ter a correta interpretação dos fatos.

Uma das expressões da Questão Social que vem ganhando novas formas é a interpretação que a sociedade tem a respeito do homossexual, esse assunto que por muito tempo foi ocultado dos nossos meios de comunicação, da educação e do mercado de trabalho, tem tomado grandes proporções atingindo até o cenário político. As manifestações do movimento LGBT tem proporcionado aos cidadãos homossexuais uma liberdade nunca antes vista, da qual eles aproveitam com toda força e determinação para provarem que possuem direitos, e que tais direitos serão reivindicados através da luta para garantir esses direitos.

Tendo em vista esse progresso da luta do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) por seus direitos que aos poucos já tem mostrado a conquista, ainda incompleta, de mudanças positivas tanto reais como no campo das ideias, põe-se uma questão válida de análise: Será que os Assistentes Sociais estão preparados, ou se preparando, adequadamente para esta transformação? Será que a compreensão está correta quanto à forma de tratamento? Será que estão sendo atualizados quanto às ideias e leis desenvolvidas a respeito dessa temática?

2. RESGATE HISTÓRICO: MOVIMENTO LGBT NO BRASIL

Para compreender o caminho percorrido pelo movimento LGBT até a contemporaneidade, faz-se necessário um resgate histórico quanto a sua fase inicial

de organização e suas lutas de reivindicação, para assim, compreender o movimento LGBT até os dias de hoje.

As primeiras mobilizações de luta em favor dos direitos dos LGBT's aconteceram no estado de São Paulo em 1973 com o grupo Somos e, na Bahia em 1980 com o grupo Gay da Bahia, que realizaram uma campanha pela inclusão e proibição da discriminação acerca da orientação sexual. Esses grupos tiveram influência principalmente, pela Revolta de Stonewall, que aconteceu em Nova York em 28 de junho de 1969, com o principal objetivo de ir contra a repressão e, irem atrás de suas lutas para reivindicarem seus direitos. Outra razão para o avanço da luta LGBT, foi o avanço do capitalismo, onde o movimento dos operários também foi influenciou os homossexuais para se organizar e lutar por seus direitos específicos. Outro ponto significante para compreender o progresso do movimento LGBT foi o crescimento dos casos de AIDS, no qual o Estado passou a mobilizar-se contra o crescimento dos índices de contaminação da doença, em homossexuais, nos anos 1980 e 1990.

Diante da modernidade da sociedade, a história passa a ser construída por sujeitos que antes eram invisíveis na sociedade. Homens e mulheres com orientação sexual diferente dos padrões societários passam a protagonizar sua trajetória com uma postura mais firme diante da exclusão imposta pela sociedade. Uma das representações marcantes do movimento LGBT, ocorreu nos anos de 1990 na Parada do Orgulho Gay, em que fortaleceram sua visibilidade no tecido social. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004, o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra o movimento LGBT e Promoção da Cidadania de Homossexuais, denominado "Programa Brasil sem Homofobia", também foi significativo para os direitos LGBT.

O programa baseava-se na promoção de estratégias da não discriminação, da inclusão de direitos sociais do movimento LGBT e no incentivo de pesquisas nacionais sobre o tema. Já em 2006, uma das lutas se deu pela campanha da Livre Orientação e Expressão Sexual, resolução (489/2006), conduzido pelo lema "O amor fala todas as línguas", representando a luta dos Assistentes Sociais contra a homofobia/lesbofobia como expressão da questão social sendo um tema reportado no 34° Encontro Nacional CFESS/CRESS e que consequentemente, teve a campanha aprovada.

> Que as próximas gerações não sejam oprimidas por amar. Desejamos uma sociedade radicalmente livre. Estamos na luta contra todas as formas de opressão e exploração vigentes, na defesa intransigente de um projeto societário capaz de articular a defesa da igualdade substantiva à valorização da liberdade e da diversidade humana". (CFESS/CRESS 2006).

ISSN: 0000-0000 De 10 a 13 de Novembro de 2015

Figura 1: Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual. Natal: CFESS, 2007.

Diante dos fatos citados na trajetória do movimento LGBT, compreende-se a fundamental importância de sua organização para o acesso a direitos como liberdade de expressão, orientação sexual, reconhecimento de união civil e criminalização da homofobia, dentre outros, mas que ocorreram de forma gradual. Portanto, sobre o conceito de homofobia partilhamos em concordância com o pensamento de BORRILLO (2010): "[...] a homofobia é a manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irredutível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos".

Vale ressaltar uma das grandes conquistas a favor da descriminalização da homofobia, configurou-se no arquivamento da PLC 122, que propunha a "Cura Gay", em que os homossexuais seriam tratados pela psicologia, tendo sua fundamentação em base religiosa, cunhada por uma bancada parlamentar conservadora. Portanto, a "Cura Gay" demonstra só o descaso com o movimento LGBT, desvalorizando a sua pauta diante do combate a homofobia, outro aspecto favorável foi à abertura em redes de televisão brasileira, isto é, especificamente a mídia, mostrando de forma mais abrangente a questão da homossexualidade e da homofobia contando como ponto positivo sobre a população LGBT.

3. SERVIÇO SOCIAL COM RESPOSTASPARA O MOVIMENTO LGBT

Apoiando-se na questão da homofobia, em que os homossexuais fazem parte de um grupo de excluídos e oprimidos na sociedade contemporânea, e trazendo para o diálogo sobre o movimento LGBT a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que em seu artigo 1º diz: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. E em seu 2º artigo:

> Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Levando em consideração a discussão feita até este ponto acerca da homofobia, respaldada sobre a Declaração dos Direitos Humanos esta questão passa a ser de interesse interventivo do Assistente Social considerando a negação de direitos, as violências sofridas pela população homossexual e a violação da dignidade da pessoa humana não podendo deixar essas questões passarem sem respostas sobre a exclusão contemporânea das novas faces da homofobia.

Não se pode deixar de pensar na formação profissional do Serviço Social sem a viabilização do acesso aos direitos sociais, específicos do movimento LGBT, pois em razão da Questão Social se expressar nas mais diversas áreas, nos diversos modos na habitação, educação, previdência social e saúde, sobre a vida de homens, mulheres, negros, pobres, idosos e gerações futuras é que se faz necessário a presença de Assistentes Sociais para esse atendimento interventivo.

Em relação ao exercício profissional do Serviço Social pode-se destacar aqui uma das prerrogativas que está presente no Código de Ética do/a Assistente Social (Lei 8662/93), um dos princípios fundamentais do Serviço Social é seu:

> Empenho na **eliminação de todas as formas de preconceito**, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à **discussão das diferenças.** (Princípios fundamentais do Código de Ética. 1993, p. 23, VI. Grifo nosso)

Bem como, o seu décimo Princípio fundamental do/a Assistente Social (1993, p.24) que dá ênfase ao “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à

população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional".

Acerca das questões colocadas acima, e suas novas faces de aparecer na contemporaneidade e ainda considerando os princípios fundamentais do Código de Ética aplicando-o ao movimento LGBT e mais especificamente do homossexualismo, é que fica diante do Serviço Social e da intervenção do Assistente Social dilucidar a violência a que sobrem os homossexuais no âmbito do trabalho, da desigualdade étnica, racial, de sexualidade, de gênero e na família.

Assim, o Assistente Social passa a se articular com essas problemáticas em busca de respostas para agir sobre essa realidade e, na realidade constituindo uma nova postura sobre o exercício profissional do Serviço Social, conjecturando a necessidade do acúmulo de conhecimentos sobre o movimento LGBT e homossexualismo para posicionar-se positivamente aos seus direitos particulares.

Diante das lutas pelos direitos do movimento LGBT e contra a homofobia, podemos descrever algumas respostas positivas que viabilizou o acesso aos direitos para os homossexuais, tais como: adoção de crianças por casais homoafetivos; mudança de nome civil após mudança de sexo; uso de nome social (como preferem ser chamados); inclusão do companheiro homoafetivo como dependente do Imposto de Renda; reconhecimento de União estável; licença maternidade para pai adotivo Gay; criminalização da homofobia e casamento gay civil.

Essas são algumas conquistas e consequentemente o Serviço Social estava e continua inserido como interveniente nessas lutas. Como desafio a serem superados pela comunidade LGBT, pode-se descrever o aumento das violações homofóbicas das agressões e assassinatos e a ausência de políticas que inibam esse aumento homofóbico, também a ausência do "tripé da cidadania" (Coordenadoria, Conselho LGBT e Plano de Combate à Homofobia). E sobre esses desafios é que se afirma a necessidade de Assistentes Sociais preparados para dar respostas aos impasses aqui descritos, já que o Assistente Social é um participante ativo da formulação de Políticas Públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica sobre o tema aqui estudado foi uma tentativa de aproximação ao que se refere a comunidade LGBT, para conhecer suas histórias, seus desafios, problemáticas não resolvidas, suas conquistas e sua progressão em

avanço dos direitos. Não buscando encontrar respostas prontas para as nossas perguntas, nem tão pouco formular conclusões a respeito das investigações. Sendo assim, como já exposto na parte introdutória, surgiram questionamentos referentes a formação do Assistente Social para atender as afrontas que o LGBT sofre e quais seriam as possíveis formas de atuação do Assistente Social se posicionar para atender tais necessidades desses grupos de excluídos.

No decorrer das leituras podemos observar os impasses colocados que negam os direitos no que se refere a direitos universais a qualquer indivíduo sem distinção ou qualquer tipo de restrição. Porém, o que acontece é a retira do direito à liberdade, e assim o oprime e descrimina suas opções.

A luta da comunidade LGBT não é apenas para passar de uma posição de excluídos para incluídos dentro dessa sociedade com dinâmica tão excludente, quanto opressora. As mudanças ocorrem no campo ideológico, econômico, político e social e quanto mais acentua o individualismo, a competitividade mais ainda se agrava a situação de “sujeitos” tão grosseiramente julgados como fora de padrões da sociedade.

Um dos grandes agravantes que podemos notar são os casos de homofobia nos se teve acesso a números de casos, mas em todos os textos lidos faz-se referência ao aumento dos crimes homofóbicos, mesmo sabendo desses acréscimos, percebe que pouco se faz para criar uma política nacional para combater essa criminalização.

O que se pode notar é que o discurso sobre o LGBT e homofobia fica muito em torno dos debates políticos do Serviço Social, em grupos de militância dentro da academia e envolvidos em volta dos eventos do movimento. No entanto, em disciplinas do curso são falas que aparecem em poucas disciplinas que tratam de gênero, família e direito, transitando sobre o tema.

Assim, referenciando ao meio acadêmico se o Serviço Social prepara Assistentes Sociais para agirem e serem futuros implementadores de acesso a Políticas Públicas em que essas Políticas atenderam a determinados indivíduos, passa-se pelo nosso pensamento o questionamento por uma explicação pela ausência dessa debate durante o curso. Para essa interrogação, os estudos ainda não nos permite uma resposta conclusa, mas essa investigação nos permitiu destrinchar alguns pontos importantes para compreender as mobilizações desse grupo, bem como as reivindicações de seus direitos e a luta contra a homofobia e assim ter um posicionamento crítico diante da ausência de estímulos mais aprofundados, em

estudar e estar aprofundado para intervir e saber direcionar o acesso a esses direitos já conquistados já conquistados e não deixar haver um retrocesso sobre eles.

REFERENCIAS

Facchini, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. In: **Revista Bagoas**, Rio de Janeiro, v.3, n.4, 7/out. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>. Acesso em: 17 out. 2015.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

HAUBERT, M, **Entidade aponta avanços e desafios do movimento LGBT**. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/entidade-aponta-avancos-e-desafios-do-movimento-lgbt/>. Acesso em: 17 de outubro de 2015.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**.** Brasília: CFESS, 1993

O AMOR FALA TODAS AS LÍNGUAS**. Assistente Social na luta contra o preconceito:** campanha pela livre orientação e expressão sexual. Natal: CFESS, 2007.

MELO S, F, H. **Para além do arco-íris**: breves considerações sobre a homofobia. XX Seminário de Pesquisa do ccsa. Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em: <http://seminario.ccsa.ufrn.br/assets/upload/papers/2fc2d6fcc7d6b96ac7825798bcaea85d.pdf>.

MARCELINO, S, R, S. **Mulher negra lésbica:** a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais espaço pelo silêncio. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18428/18428_1.PDF>.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>.